

DALVA RAUSCH

"O DESCOMPASSO DAS IDÉIAS:
VARGAS E A BUROCRACIA DE ESTADO"

Este exemplar corresponde
à redação final da tese de-
fendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
27 / 08 / 1991

Tese apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campi-
nas, para obtenção do título de
DOUTOR em Ciências Sociais.

Orientador: 
Professor Dr. Octávio Ianni

R193d

14584/BC

Campinas -- São Paulo
1991

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

RESUMO - ABSTRACT

O presente trabalho é uma contribuição ao estudo das idéias no Brasil, entre 1951-1954. Analiso, inicialmente, o governante e a burocracia de Estado, caracterizando o posicionamento ideológico e as diretivas que condicionaram os rumos da política econômica daquela gestão. Existe, dessa maneira, um privilegiamento do Estado como promotor de mudanças no pós-guerra. As duas tendências ideológicas mais importantes analisadas no transcorrer da pesquisa podem, sinteticamente, ser apontadas como "nacionalistas" e "cosmopolitas". Assim, a emergência dos acontecimentos históricos, internos e externos, faz com que a realidade obtenha uma textualização que viabiliza ou não uma das duas alternativas propostas de desenvolvimento possível. Um segundo momento da presente análise, aborda o impacto que as medidas governamentais tiveram nos principais segmentos organizados do país. A burguesia comercial demonstra sua importância política, ainda que a nascente burguesia industrial assumia, gradualmente, a liderança na condução do desenvolvimento econômico.

"O desenvolvimento não é, vista na inteireza do seu significado, apenas um aumento quantitativo do produto nacional, capaz de elevar os índices de renda per capita. É um processo de liberação da economia, da cultura e da vontade política da nação, que lhe permite desvencilhar-se das limitações inerentes à escassez de recursos com que dominar a natureza, e traçar as linhas de ascensão do homem e da sociedade de acordo com sua liberdade e seu esforço. Assim pretendido, o desenvolvimento, tanto procura os meios técnicos e materiais para atingir à fase de auto-sustentação, de expansão contínua da economia e por suas próprias forças, como procura eliminar os vínculos de dominação da economia nacional pela estrangeira, e desmontar inteiramente os sistemas de opressão social, que fazem prevalecer interesses de uma classe ou de um grupo sobre os outros, com o sacrifício inevitável do interesse geral da nação. Assim, desenvolver-se é sempre emancipar-se. Externamente dos vínculos e centros de decisões políticos ou econômicos localizados no exterior. E emancipar-se, internamente, o que só se alcança através de transformações da estrutura social". Francisco C. San Tiago Dantas ["Política Exterior e Desenvolvimento", Rio de Janeiro, Digesto Econômico, Nº176, março/abril 1964, pps.80-81].

INDICE GERAL

Introdução Geral

I - O Executivo e a Burocracia de Estado:

1. O Contexto Histórico.....p.11
2. O poderoso sobrevivente.....p.32
3. A Assessoria Econômica.....p.59
4. Os Conselheiros do Príncipe.....p.106
5. A barganha e a Comissão Mista.....p.139
6. A elite cosmopolita.....p.170

II - Vargas e a burguesia: 1951-1954

1. A promessa.....p.200
2. A crise.....p.218

Conclusão: "Da realidade histórica à teoria".....p.262

Bibliografia.....p.281

Introdução Geral:

O estudo de duas mentalidades na história intelectual brasileira, ou seja, a nacionalista e a cosmopolita, nortearam esse trabalho. Vou privilegiar o período 1951-1954 para o estudo das referidas tendências ideológicas através da burocracia de Estado.

A princípio, o que parecia estar em questão eram os rumos do desenvolvimento. A partir de então, privilegiei a trajetória dos grupos envolvidos. O perfil ideológico bem como a defesa que estes faziam do tipo de desenvolvimento pretendido, permitiram, gradualmente, estabelecer o campo de trabalho. A análise das diferentes estratégias de desenvolvimento econômico serviu de recurso para a reconstituição dos momentos considerados importantes na pesquisa, bem como o fortalecimento dos grupos que viam sua estratégia tornar-se hegemônica. Afinal, desnudado, o enredo focaliza a luta pela condução do processo econômico e as vicissitudes dos perdedores. O Estado é visto como o locus do mando, o espaço dos deuses, capaz de assegurar a emancipação coletiva, através do desenvolvimento econômico.

Uma questão importante que permitiu, a bem dizer, o arranque inicial da pesquisa, refere-se ao ponto de partida. A razão pela qual optei iniciar a pesquisa a partir de 1951 foi motivo de muita reflexão. O critério que me fez julgar esse momento apropriado foi o seguinte: trata-se de um momento histórico em que a ideologia nacionalista representava o cerne da proposta go-

vernamental. A problematização proposta vai se referir ao realismo dessa proposta frente à nova conjuntura internacional e o novo momento no processo de substituição de importações defendido pelo próprio governante.

O levantamento de documentos, obras e depoimentos, permitiu, aos poucos "enxergar" os elos entre os grupos burocráticos, suas lutas pregressas e, através da seqüência do processo a constituição ou história da ideologia defendida pelos segmentos burocráticos, compreendidos como parte da "intelligentsia" brasileira.

Admitindo que a burocracia faz sua própria história, a constituição dos grupos e sua localização dentro do corpo do Estado consistiu, portanto, num segundo momento do trabalho. A próxima etapa do processo de pesquisa residia em eleger certos atores e grupos cuja atuação requeria análise pormenorizada. Aqui, novamente, admiti a hegemonia ideológica da trajetória como critério histórico pela sua importância e repercussão, presente e futura. Tal fato me levou a priorizar, no material pesquisado, os depoimentos (em Arquivo de História Oral e entrevistas) bem como livros autobiográficos. Difícil que seja, busquei "sentir" a maneira como os principais protagonistas de meu trabalho "interpretavam" suas posições vitais.

Após algum tempo de pesquisa, alguns segmentos no corpo do Estado já permitiam imaginar um "esqueleto" do corpo do trabalho. Em síntese, o corpo do trabalho é constituído por duas grandes partes: a primeira, analisando o Executivo e a burocracia de Estado, a segunda, o impacto da política governamental na so-

cidade, pela análise da burguesia. Os principais atores foram eleitos pela ordem da constituição e importância no período. O governante, por si só, exigia no cenário que eu pretendia "criar", um tópico separado. Na verdade, a defesa de um Estado patrimonialista personalista tornava possível estabelecer a coerência de outras propostas secundárias, entre elas, a predominância de um governo "científico" de cunho positivista. É dentro deste quadro conceitual que o predomínio da burocracia se instala. Vale dizer, como intensa rede de relações pessoais com trânsito ideológico e monopólio de funções.

A partir desse momento, me proponho a analisar a Assessoria Econômica do Executivo e seus principais projetos. Até então, o perfil ideológico, como base de divisão, me fez caracterizar esse grupo como nacionalista. A Assessoria Econômica e a natureza de seus principais projetos bem como as pessoas que a integraram constituem alvo de um capítulo. Originando-se na Assessoria, dedico algum espaço para a análise do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos - IBESP, embrião do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

No nosso caso, os segmentos defensores de uma política nacionalista, como projeto governamental tinham, anteriormente, se mostrado simpáticos às teses positivistas e integralistas como filosofia de ação. Advogavam um capitalismo sadio, criticando os excessos do liberalismo econômico, mostrando a incapacidade deste para resolver a questão social. Segundo Adalberto Marson, os estudos sobre o nacionalista apontam para a sua caracterização da seguinte maneira: "preenchendo uma função social no âmbito das tensões sociais, o nacionalismo nada teria de especial

(...) portanto, o objetivo de qualquer manifestação nacionalista nas áreas dependentes corre no sentido de romper um estado de tensão criado no interior das relações internas-externas (devido ao aprofundamento das relações capitalistas nas sociedades nacionais em constituição)(p.65). A articulação (dos países dependentes) não é inteiramente ajustada e harmônica e o nacionalismo emerge nas circunstâncias em que a tensão das relações se traduz por um choque, um antagonismo e até uma contradição de interesses. O nacionalismo oferece uma explicação das transformações internacionais que teriam proporcionado um desajuste qualquer na estrutura interna, interferindo na construção da nacionalidade."

O segundo segmento burocrático focalizado na análise que pretendo fazer, o grupo cosmopolita, é aqui caracterizado pelos técnicos oriundos da Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos - CM-BEU. Foi oportuno retomar o contexto em que se fez necessária a formação da referida Comissão e as razões pelas quais o grupo se tornou politicamente importante dentro do alto escalão governamental. A conjuntura internacional, os Acordos atômicos no pós-guerra, bem como a relação política Brasil-Estados-Unidos, são fatores mais amplos que, indiretamente, alicerçam a hegemonia do grupo caracterizado como a "elite cosmopolita". Sintonizados com as mudanças recentes no cenário internacional, os "cosmopolitas" surgem como intelectuais liberais, defensores de uma maior abertura de mercado brasileiro com o sistema capitalista internacional, criticando o intervencionismo e o nacionalismo. O coroamento de sua estratégia política se fará pela fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE.

Aos poucos, a problematização da hipótese que pretendo demonstrar vai adquirindo consistência. Refiro-me ao descompasso das idéias nacionalistas-intervencionistas defendidas pelo governante e sua Assessoria. A contradição reside, fundamentalmente, em querer preservar o Estado como espaço de decisões autônomas, visando, simultaneamente, alinhamento com o capitalismo internacional, em um novo momento no processo de substituições de importações.

A análise e constituição dos dois grupos burocráticos permitia, por si só, compor a situação interna do Estado. A demonstração da referida contradição, exigia, entretanto, sair do âmbito do estudo da burocracia. Voltei-me, então para a análise da sociedade brasileira através de revistas e jornais, bem como a literatura existente sobre o período 1951-1954.

Dessa maneira, na segunda parte do trabalho, viso recuperar o impacto que as medidas governamentais e a conjuntura internacional têm para importantes segmentos da sociedade. Buscando aliar a perspectiva dos projetos governamentais com as respostas societárias, fiz uma subdivisão do período que denominarei, respectivamente, "A Promessa" (da posse a 1953, aproximadamente) e "A Crise" (1953 ao suicídio do governante). Analiso o comportamento da burguesia comercial e a crescente mobilização desta com outros segmentos da sociedade contra o governante. Tal ocorre principalmente após as greves do início de 1953 e a Reforma Ministerial ocorrida em meados do referido ano. No transcorrer da análise política dos grupos, foi possível estabelecer a ligação dos técnicos oriundos da Comissão Mista e aqueles setores que antagonizavam o governante. Quer sejam, a

burguesia comercial importadora e setores das Forças Armadas.

Por fim, a luta pela condução do processo de desenvolvimento do país passava necessariamente pela hegemonia de grupos que o novo momento histórico vai eleger.

Muitas pessoas contribuíram direta e indiretamente para que esse trabalho fosse elaborado. Antes de mais nada, minha gratidão ao Professor Octávio Ianni. É muito importante poder aliar na pessoa do orientador, a humildade e isenção que só os sábios possuem. Sou imensamente grata à amizade e ao apoio incondicional, desde que cheguei a Campinas, do Professor Dr. Irineu Ribeiro dos Santos e da Senhora Maria de Lourdes Malta Serra, ambos da Unicamp. Por outro lado, a hospedagem calorosa de minha amiga Cândida Souto Rua Rodrigues e de sua família amenizou o cansaço das inúmeras viagens. Os funcionários e professores da Universidade Estadual de Londrina - o CPG (Jonas e sua equipe), bem como o Centro de Letras e Ciências Humanas - permitiram-me vencer algumas etapas difíceis no transcorrer da pesquisa.

Foi, entretanto, a compreensão de meus pais e o amor de meus filhos, Daniel, Paulo e Alexandre que me deram forças para chegar ao término dessa tese que lhes é dedicada.

I - O EXECUTIVO E A BUROCRACIA DE ESTADO

1. O Contexto Histórico

2. O Poderoso Sobrevivente:

- A personalidade de Getúlio Vargas
- O castilhismo de Getúlio Vargas

3. A Assessoria Econômica:

- a) Raízes Ideológicas
- b) A escolha da Chefia
- c) Principais projetos

4. Os Conselheiros do Príncipe

5. A barganha e a Comissão Mista

6. A elite cosmopolita

1. O Contexto histórico:

Eleito pela classe trabalhadora em 1950, Vargas volta ao poder como ele mesmo dissera para Samuel Wainer, em março de 1949: "Eu voltarei, mas não como líder de partidos e sim como líder de massas". A expressão "líder de massas" empregada pelo estadista, reafirma a orientação positivista para promover as transformações requeridas pela sociedade. O líder, no caso, encarna ideais morais altruístas e didáticos. Vale dizer, o Chefe do Estado, ao direcionar de modo racional os desígnios do país, vive para os outros. Assim, "viver para outrem" é a grande máxima moral do positivismo, altruísmo sendo o termo natural do progresso sentimental.(1)

Foge ao escopo deste trabalho analisar a importância da função educativa trabalhista do Estado Novo por parte do Executivo e as críticas já feitas a esse tipo de política. Ambas já foram debatidas por outros autores. Cabe, no entanto assinalar que, se o trabalho conferia os direitos de cidadania, assim como os deveres da disciplina, cabia ao Estado, como legislador consciente, interpretar as necessidades do povo.

Com efeito, a vitória de Getúlio Vargas representou um plebiscito favorável e alentador da prática política que empregara no passado, fazendo a aferição de sua enorme popularidade perante a opinião pública, em 1950. A diferença de votos entre Getúlio Vargas (PTB) e o segundo colocado, Eduardo Gomes (UDN) foi

realmente grande, totalizando 1.506.656 votos. Quase a totalidade de votos que o terceiro candidato, Cristiano Machado (PSD) conseguiu. O velho ditador fazia valer a seu favor o sistema eleitoral criado em 1945.(2) Como terei a ocasião de demonstrar, ao longo do trabalho, o último Governo Vargas representou o coroamento de práticas burocráticas instituídas por ele, desde a década de 30.

A vitória do Partido Trabalhista Brasileiro não garantia, entretanto, apoio parlamentar suficiente, assim como não haviam amadurecido naturalmente lideranças parlamentares capazes de se posicionar no Congresso por uma plataforma própria, ou ainda, assumir posições ministeriais que fizessem justiça ao peso de sua expressiva vitória eleitoral. Com apenas 17% de cadeiras ocupadas pelo PTB, a UDN, 27%, e o PSD, 37%, estava caracterizado, em 1951, um Congresso eminentemente conservador.(3) Pior, os líderes udenistas, ao contrário dos pessedistas, muito articulados, passaram a liderar as discussões e a tramitação dos projetos no Congresso naquela gestão.

Ao ministério que o estadista denominaria de Ministério de experiência somente a Pasta do Trabalho caberia ao PTB. Ao desclassificar seu ministério desta maneira, o governante, atraía a si as críticas à fragilidade de suas coalisões, além do excesso de personalismo inerente a esta atitude. À UDN caberia ficar com a Pasta da Agricultura, ficando as restantes com o PSD. O Chefe do Estado queria garantir, desse modo, o apoio do PSD ao seu governo. Os Ministros que mais se destacariam desde o início seriam o das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, e o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer. Desde sua posse

a agosto de 1954, o alto rodízio das pastas ministeriais, demonstram dificuldades enfrentadas, principalmente, na Pasta do Ministério do Trabalho e no Ministério da Guerra. (4)

Pode-se dizer também que os ministros detentores das pastas estratégicas eram representantes da burguesia dos Estados considerados "fortes", na concepção de M.C. Campello de Souza, desde o final da década de 30 (Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul). Assim, cooptando lideranças dos Estados politicamente mobilizados, o governante acreditava poder executar suas metas com o auxílio da burocracia estatal. A aliança entre os ministros não era alvo de preocupação: jamais houve uma reunião ministerial para discussão das pastas. Os ministros encontravam-se uma vez por semana, isoladamente, com o governante.

Por fim, a astúcia do velho estadista também estava presente nas pessoas a quem ele concedia as diferentes pastas: usava as vantagens das posições ideológicas de seus aliados, mesmo que elas conflitassem com suas metas a curto prazo. Essa argúcia é salientada no trabalho de Valentina da Rocha Lima. Um de seus depoimentos afirma: "O Getúlio era assim: deixava um aliado no Ministério do Exterior e um germanófilo no Ministério da Guerra... não queria perder o apoio dos americanos que tinham dinheiro". (5) A autora faz alusão ao Estado Novo. Em 1951, as artimanhas são as mesmas. A aproximação amigável com intenção hostil, segundo Elias Canetti, coisa comum em todas as formas superiores de poder, seria um comportamento freqüente em Vargas. Através de seus emissários, ele podia simular uma figura amiga, por trás da qual se ocultava a outra, a inimiga. (6) Desse modo, o caráter instrumental, mas artificial de seu ministé-

rio, foi sendo testado ao longo da gestão. Através dele, o estadista queria mostrar à burguesia, que constituía o corpo do PSD, que seu projeto de governo não conflitaria com as forças conservadoras do país.

A composição ministerial, portanto, não era ingênua e não apostava simplesmente na lealdade que os indicados tinham com o Presidente eleito. Pela análise dos depoimentos, vê-se que, tanto o sufrágio universal quanto a representação partidária parlamentar eram alvo de dificuldades desde a década de 30 com o aumento das classes urbanas.

Com a criação dos partidos políticos, em 1945, terminava um processo de centralização política. Tal processo se concretizava graças ao sistema de interventorias que interligava as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Indicados diretamente pelo governante, os interventores, na década de 30, nem sempre recebiam boa acolhida por parte dos grupos dominantes locais. O sistema de interventorias, por desconhecer ou não levar em consideração os interesses locais, se revelava problemático, principalmente, nos Estados fortes ou mobilizados, politicamente, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Segundo Maria do Carmo C. Campello de Souza, nos Estados menos desenvolvidos, à exceção do Rio de Janeiro e Bahia, a equação "era simples, mero confronto de situação e oposição, uma e outra monopolizadas por uma única família da oligarquia local". Representação e corrupção parecem ser as palavras que definiram a direção para a centralização do Estado, na década de 30, como

maneira de enfrentar as oligarquias (e mesmo as milícias estaduais). Abolindo o sistema de representação, o sistema de interventorias foi implantado sustentado pelo Departamento Administrativo de Serviço Público - DASP, pelos ministérios e pela força da presença personalística de Vargas. Com o sistema de interventorias, reforçou-se a cooptação como mecanismo de poder, no Estado.

Segundo Cruz Costa, a "Constituição" castilhista de 1891, antecipava uma tendência que transformaria os governadores em grandes eleitores da República, consolidando as oligarquias estaduais. A política nacional, segundo este autor, passou a ser, desde então, a de um agrupamento de feudos, grandes e pequenos. Concluindo, "os Estados eram a realidade, e a União a ficção, que, como tal, deveria ser reduzida (...) ao estritamente necessário para viver".(7). É possível dizer, dessa maneira, que a descentralização do início da República não conduziu à democracia, e ao sistema representativo, pelo excesso de clientelismo das oligarquias locais. A organização metódica de um governo centralizado por cooptação de interventores fiéis levaria, a bom êxito, as dificuldades enfrentadas pela nação. As interventorias estabelecidas por Getúlio Vargas constituíam, portanto, uma maneira hábil de combater as oligarquias e estabelecer uma nova forma política centralizadora do Estado que ele pudesse manipular.

É preciso, também, lembrar, que o estabelecimento de um regime forte, com interventorias, ocorre, no Brasil concomitante com as dificuldades enfrentadas pela nação, como consequência da crise internacional. Estas se referiam, internamente, ao início

do período de substituição de importações, enquanto o capitalismo internacional se deparava com a Grande Depressão seguida da II Grande Guerra.(8)

Se a criação das interventorias almejava enfraquecer o separatismo e as oligarquias locais, centralizando o governo, eram também criados órgãos paralelos de centralização administrativa. O principal deles, como já apontei, foi o DASP, criado em 1938. Luís Simões Lopes, Diretor Geral do DASP, coordenava o órgão máximo de responsabilidade orçamentária, técnica e administrativa do país. Integrado por burocratas, "engenheiros, agrônomos, estatísticos, etc. - indivíduos que se consideravam e eram considerados imunes a pressões clientelísticas", o DASP funcionava como um corpo legislativo. Maria do C.C.Campello de Souza mostra que o Executivo transferiu para a esfera burocrática tarefas inequivocamente legislativas. Na arena decisória, o que ocorreria, segundo ela, foi a substituição da arena partidária pela arena executiva, justificando o aumento da máquina administrativa. A nível estadual, o interventor, muitas vezes, "tinha menos poder político local do que o chefe do DASP"...(9) Essa reorganização política e administrativa não foge às concepções castilhistas de Getúlio Vargas, analisadas em outra parte desse trabalho.(conferir p.41)

A nível estadual, os daspinhos funcionavam como uma espécie de legislativo estadual, criando técnicos que, posteriormente, exerceriam funções políticas importantes tais como Jesus Soares Pereira, Roberto de Oliveira Campos, etc. Considero importante tecer essas considerações históricas, mostrando as condições que viabilizaram a existência do patrimonialismo brasileiro. Em

fazendo a história administrativa, os burocratas realizam, ao mesmo tempo, suas trajetórias individuais, com defesas grupais, formando uma imensa rede de relações. Não isentas de colorações ideológicas as relações burocráticas demonstram, ainda, monopólios de privilégios, lutas entre grupos, etc. A bem dizer, enquanto segmento da "intelligentsia" brasileira, a tecnocracia, atinge, no início da década de 50, seu momento de maturidade política.

Ao longo do final da década de 30 e de 40, ocorreu uma acomodação e vinculação do poder oligárquico regional com o sistema burocrático governamental. Este processo aconteceu tanto pelo casamento dos interventores com herdeiras dos oligarcas regionais (tal como ocorreu com o ex-tenente interventor Juracy Magalhães) quanto pela socialização, via DASP, de técnicos locais. Desse modo, os interesses econômicos dos grupos passaram a ser legitimados e canalizados junto à burocracia. Os interventores, muitas vezes, perdiam espaço decisório para esta última em questões importantes tais como: siderurgia, petróleo, etc. O órgão centralizador destas questões foi o Conselho Federal de Comércio Exterior - CFCE, que, em 1949, transforma-se, pela lei Nº970 de 16.12.1949, em Conselho Nacional de Economia - CNE. O Conselho Federal de Comércio Exterior havia sido presidido, desde seu início na década de 30, por Euvaldo Lodi. Com o falecimento de Roberto Simonsen, em 1949, Euvaldo Lodi assume a presidência da Confederação Nacional da Indústria, no Rio de Janeiro. (10) Aqui, já é possível perceber o monopólio de funções consideradas estratégicas para o Estado, controladas pela tecnocracia.

Apesar das eleições, em 1946, o DASP ainda caracterizava a espinha dorsal do poder, em 1950. É possível dizer que, a reforma partidária de 1945 teve apenas um caráter formal e dispensável na prática política, levando em consideração o grande peso que a burocracia de Estado vai ter na condução da política econômica do período analisado bem como a maneira personalística de Vargas na formulação de seus projetos fundamentais. O sistema de representação partidária e a prática do sufrágio universal colocados em prática no final da década de 40 perdiam espaço para os mecanismos de cooptação existentes dentro da administração pública.

Alguns autores tentam recuperar o peso parlamentar dos partidos políticos enquanto outros mostram que os mecanismos de cooptação são ainda mais fortes do que o sistema de representação partidária, tal como se pensaria idealmente. Adoto aqui, como definição de cooptação, uma situação em que o Estado prepondera, "a atividade econômica, a criatividade cultural, o sistema educativo, tudo dependendo de seu beneplácito, incentivo e direção. A representação política promovida pelo Estado será aquela considerada mais eficaz em suas articulações junto ao Estado, podendo se aninhar no interior da própria máquina governamental".(11) Como terei a ocasião de demonstrar, o mecanismo de cooptação ocupa um lugar intermediário entre os sistemas corporativos e a política aberta de grupos de interesse. A cooptação política gerada pelo patrimonialismo político já havia, portanto, se cristalizado no período que estou analisando.

Nessa linha, a participação política nominal do Congresso colidia frontalmente com a prática política do Executivo, através

da burocracia. Se o conceito de representação exigia o reconhecimento das reivindicações "de baixo para cima" nas tomadas de decisão, ou ainda, a subordinação do sistema de poder aos interesses de seus eleitores, ele não estava sendo colocado em prática, apenas parcialmente, em 1951, por Getúlio Vargas. As metas do governante seriam executadas pelos técnicos da Assessoria da Presidência e da Comissão Mista (objeto de outro capítulo deste trabalho). Quero enfatizar aqui que o governante não modifica seu comportamento político, em 1951. Governa através da burocracia de Estado. Ricardo V. Rodrigues identifica no recurso à técnica, ao saber científico aplicado na administração do Estado, a característica do castilhismo-varguista. (12)

Em "O poderoso sobrevivente", delinheiro a personalidade do governante e sua longa história no poder. Sua longevidade na prática política pôde justificar-se tanto pelo apoio de segmentos importantes da sociedade e do exército como pela argúcia de seu julgamento. Se tradicionalmente a cooptação significa um mecanismo satisfatório para amenizar as oposições, a situação, em 1951, mostra o risco do Congresso ser reduzido apenas à uma função nominativa e rebelar-se a tal. Desse modo, impossibilitado de cercear os poderes do Executivo ou de tornar válidas as pretensões das elites que representavam, o Congresso utilizava a única prerrogativa que lhe restava: bloquear os projetos governamentais prolongando indefinidamente sua aprovação.

A burocracia de Estado era, assim, a interlocutora principal do governante. Esta era representada pelos técnicos da CEXIM, SUMOC, Banco do Brasil, Assessoria, Comissão Mista (posteriormente BNDE), etc. Além de sua facilidade de trânsito nas altas es-

feras do poder, outro elemento conferia legitimidade ao burocrata: a aura de cientificidade de seus projetos e de suas propostas. Desse modo, apesar debaterem o conteúdo dos projetos de viabilidade dos burocratas, os congressistas eram obrigados a aceitar a "forma" científica das propostas...Os principais técnicos das referidas instituições participavam ainda, pelos seus méritos acadêmicos, da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade do Brasil, etc. Eram conferencistas assediados e prestigiados pela sociedade mais ampla (conferir p.170). Torna-se clara, até aqui, a caracterização da burocracia como agrupamentos por clãs, cujas lutas se superpõem à hierarquia formal.

Além do ministério cuja função delineei, o governante contou especialmente com dois grupos da burocracia de Estado, que são objeto de análise, no presente trabalho: os técnicos brasileiros da Comissão Mista Brasil Estados- Unidos e a Assessoria Econômica da Presidência. Os trabalhos da Comissão Mista visavam, antes de tudo, um programa de reaparelhamento infra-estrutural. Esse conjunto de projetos visava a superação de pontos de estrangulamento do próprio mercado interno como parte essencial de um projeto de desenvolvimento industrial do país. O agente econômico privilegiado do novo momento histórico era a burguesia industrial nacional. O fortalecimento dela previa, entretanto, a continuidade do processo de substituição de importações em uma nova etapa. Os ministros foram chamados a dirigir e a participar dos projetos e comissões inerentes ao encaminhamento dos mesmos, os parlamentares, no entanto, ficaram alheios ao processo.

As negociações que tornaram possível a existência da Comissão Mista ocorreram no final da gestão de Eurico Gaspar Dutra. No início da década de 50, a elite daspiana encarregada de fazer parte da Comissão Mista, surge através da continuidade dos diagnósticos da Missão Abbink, em abril de 1950. Naquele momento, os embaixadores dos dois países se encontraram no Rio de Janeiro e acertaram o encaminhamento dos projetos, já em curso. Dois meses antes da posse, o Ministro das Relações Exteriores viajou para os Estados- Unidos para finalizar os acordos. (13) A equipe, formada por técnicos brasileiros e americanos elaborou projetos analisados em outra parte do presente trabalho. Os membros da Comissão Mista, oriundos do alto escalão do DASP, não eram desprovidos de prestígio. Frutos da expansão de oportunidades de trabalho no aparelho do Estado, representavam uma nova geração de daspianos, com acesso a pessoas importantes. Eram ainda, muitas vezes, responsáveis por decisões ligadas aos cargos. Isso permite dizer da existência de um "distributivismo político" no interior da burocracia de Estado, tanto para os membros da Assessoria quanto para os da Comissão Mista. Não imunes a alinhamentos políticos.

A questão do "distributivismo político" é tratada por Décio Saes. Ele a define como "reconhecimento do direito à reivindicação da capacidade de influenciar o processo decisório e "menos" como um distributivismo econômico (aumento contínuo dos salários reais). Como evolução do tipo de organização criada na década de 30 pelo DASP, a política cartorial "torna-se uma expressão típica da orientação ideológica das baixas camadas médias, via sindicalismo do Estado". Essas considerações sobre o Estado cartorial justifica que o DASP tenha se responsabiliza-

do, através da criação de vários órgãos, por áreas abrangentes da política-econômica do país.(14)

Num momento em que o país tinha poucos técnicos graduados, essa elite surgida do DASP, revestiu até 1964 e mesmo depois, sua performance com um impecável "traje de gala" de isenção de paixão política. Tal atitude lhe granjeou enorme popularidade entre todos que viam na contestação caudilhista do liberalismo econômico, uma via irracional da história econômica. Auxiliados pela superioridade americana do pós-guerra, os burocratas cosmopolitas serviam como exemplo para todos os que ainda duvidassem ser o liberalismo o melhor sistema econômico até então inventado. Assim, vencida a crise de autoridade do liberalismo iniciada em 1929, a hegemonia da ideologia liberal, protagonizada pelo capitalismo americano, não admitia mais contestações. As "forças progressistas" da nova geração de burocratas civis e militares levariam adiante os alicerces da nova ordem econômica. Em síntese, no início da década de 50, o país precisava investir em sua infra-estrutura portuária, rodoviária, ferroviária, etc. Nessa linha, o Estado assumia funções empresariais para resolver os referidos problemas, dando passagem ao projeto político desenvolvimentista da burguesia industrial.

O órgão de planejamento central para a promoção da nova etapa de industrialização era a Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI, criada em outubro de 1951, presidida pelo Ministro da Fazenda e mais 17 membros, entre os quais o presidente brasileiro da Comissão Mista, Ary F. Torres, seu conselheiro financeiro, Valentim F. Bouças e o presidente da CEXIM, Luís Simões Lopes (ex-Diretor Geral do DASP). Caberia à CDI a fixação

da política industrial do país, estabelecendo prioridades e estímulos. Os quatro pontos básicos da Comissão, formulados em documento elaborado pela Subcomissão de planejamento, diziam respeito aos seguintes pontos:

- maior produção de energia;
 - melhoramento e expansão dos meios de transportes e comunicações;
 - intensificação da corrente de capitais e melhoramento do sistema de crédito;
 - formação de técnicos e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.
- (15) Ao longo da gestão de Vargas, a CDI passou a exercer uma importância fundamental na coordenação do processo de Rearranjo da Economia, cabendo-lhe a distribuição de projetos entre a Assessoria e a Comissão Mista.

As prioridades foram dadas às atividades de infra-estrutura de combustíveis e energia, prestação de serviços básicos de transportes e comunicações, prospecção e localização de recursos minerais. As subcomissões iniciais da Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI, que encerraram suas atividades no primeiro ano de atividade da mesma, diziam respeito ao planejamento e instalação, ampliação ou extensão de indústrias no mercado interno. O executivo canalizou a elaboração de algumas metas para sua Assessoria e outras para a Comissão Mista. A CDI resumia o programa do governo para a industrialização do país, dando tratamento especial aos projetos de implantação de indústrias de base, não atraentes ao capital privado nacional.

A programação da instalação das indústrias de base: borracha sintética, alumínio, celulose e fosfatos, estaria acompanhada

de incentivos a outras indústrias consideradas importantes. Entre elas, estava a instalação de indústrias de veículos a motor, locomotivas, vidros, material elétrico e têxteis, cada uma exigindo a criação de uma subcomissão de trabalhos. Dentre elas, a que mais se destacou, foi, certamente, a Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis. Chefiada por Lúcio Meira, Sub-Chefe da Casa Militar da Presidência, na gestão de Getúlio Vargas, se torna o Chefe do Grupo Executivo da Indústria Automobilística - GEIA -na gestão de J. Kubitschek.

O espaço dedicado, ao longo desse trabalho, à análise da burguesia importadora automobilística, (representada pela ANMVAP), bem como a crescente mobilização de recursos internos para a instalação da indústria automobilística, tem um objetivo importante. Trata-se de demonstrar a contradição da ideologia nacional-intervencionista com o realinhamento exigido pelo capitalismo internacional para a promoção da nova etapa no processo de substituição de importações. Vale dizer, finda a fase inicial da industrialização, diminuem as oportunidades, por parte da elite, em acomodar as exigências políticas e econômicas no sistema, por parte da maioria da população, até então, resguardadas pelo populismo e aumentos salariais.

Ainda em março de 1952, Lúcio Meira foi apontado para a Chefia dessa Subcomissão. Entre os outros membros se incluíam industriais paulistas do setor de mecânica pesada, economistas da Confederação Nacional da Indústria, o Diretor da Fábrica Nacional de Motores, dois funcionários do Ministério da Fazenda e da CEXIM. (16)

Os trabalhos dessa Subcomissão afetavam diretamente a importação de peças de similares já existentes no mercado, proibindo-a, a curto prazo. O incentivo à importação de bens de produção permitiria, a médio prazo, prever um mercado auto-sustentado no ramo automobilístico. Essa produção não era, entretanto, motivo de preocupação maior para Vargas. Buscava implementar, sobretudo, o transporte coletivo e a fabricação de tratores. Segundo o cientista político Luciano Martins e o Assessor Rômulo de Almeida, essa ênfase foi alterada no transcorrer da década de 50 pelos grupos de alto padrão de consumo do país. A prioridade de Vargas era o desenvolvimento do transporte ferroviário como já apontei anteriormente. Os trabalhos da Comissão Mista refletem tal preocupação. (17)

Em sua Mensagem ao Congresso, no início de 1954, Vargas fez uma síntese dos anos anteriores em termos de metas atingidas e problemas enfrentados. Nela, o governante deixou claro sua preferência pelo desenvolvimento das estradas de ferro no país. Em entrevista concedida à autora, em setembro de 1988, Rômulo de Almeida enfatizou tal ponto para diferenciar o programa de Juscelino e o de Vargas. Na entrevista, o economista afirmou que o governante admitia o desenvolvimento rodoviário enquanto necessidade, dando prioridade ao desenvolvimento do transporte coletivo antes de mais nada. Diz a Mensagem: "Posto que ao Reparcelhamento e reorganização administrativa das ferrovias existentes caiba a primazia na política de transportes, o Poder Executivo (...) tem prosseguido na construção de linhas férreas (...)

A construção de certos ramais novos, nem sempre, porém, justifica-se e deverá ser ponderada, tendo em vista a capacidade crescente dos transportes rodoviários, máxime em territórios de

fraca densidade demográfica e de produção esparsa, em que o caminhão, por sua intrínseca flexibilidade, é o mais indicado para recolher a produção e distribuí-la diretamente aos centros consumidores... (18)

Resumindo, o Estado, em suas diretrizes nacionalistas conservadoras, propunha a captação de verbas americanas necessárias para um programa de reaparelhamento de sua infra-estrutura, visando promover a industrialização. Como diria sinteticamente Luiz Carlos Bresser Pereira: "A ideologia proposta é a da união nacional sob a liderança da burguesia industrial, é a afirmação do industrialismo, do desenvolvimentismo, do nacionalismo definido como industrialismo e união nacional em torno da burguesia e do intervencionismo estatal moderado, visando o planejamento econômico e o apoio à industrialização que resolverá todos os problemas nacionais". Para tal, o país aumentou em 98% sua capacidade de bens de produção entre 1948 e 1954, acentuando-se esse processo entre 1951-1954. (19)

A política desenvolvimentista-industrialista de Vargas tinha uma ideologia bastante nítida: a ideologia do corporativismo, da solidariedade entre as classes consideradas agentes do desenvolvimento. A idéia do capitalismo corporativista, como uma via original, requeria raízes ideológicas que, em absoluto, contradiziam as teses positivistas e integralistas advogadas pelo governante e por seus assessores mais íntimos. Todos acreditavam na prática política como um "compromisso moral". Assim, é lícito supor que o campo de gravitação das idéias políticas do Chefe do Executivo, amenizado pelas alianças demonstradas na composição ministerial, mantinha sua coerência - e mesmo seu

intervencionismo - pela ótica corporativista-ditatorial. (Conferir p.34) Seu intervencionismo ocorria, principalmente, através dos projetos da Assessoria Econômica e da Comissão Mista. Por outro lado, a interpenetração entre as esferas públicas e privadas se fazia, principalmente, com o auxílio das lideranças da Confederação Nacional da Indústria - CNI, cujo presidente, em 1951, era Euvaldo Lodi, antigo amigo de Getúlio Vargas.

O mito da neutralidade técnica do burocrata posteriormente realçado pela sociedade industrial, já era, naquele momento, festejado pela "comunidade contiana". Visto como agente social iluminado e imparcial, não é de estranhar que uma nova geração de técnicos, surgida no início da década de 50 e resultante da política educacional daspiana, arrebate o poder da condução do processo econômico. Nessa gestão, o que se assiste, além da rotação de geração de políticos (varguistas e anti-varguistas) é à luta pela tomada desse processo pelos novos egressos, em nome do desenvolvimento econômico capitalista.

Juscelino, seduzido pelo canto da sereia do progresso e da aliança possível com tudo e todos, jamais questionou o fato de o cesarismo positivista do Executivo não mais lhe pertencer. Talvez porque a cientificidade do canto suavizasse o mando. Ele, enquanto Chefe do Executivo, mantinha a coroa, mas não o cetro.

Se os técnicos da Comissão Mista eram caracterizados por sua eficiência em campos específicos de ação, a vocação ideológica desde cedo identifica os membros da Assessoria. Em outra parte do presente trabalho, analiso, em detalhe, os dois grupos. Ca-

be, no entanto, dizer, agora, que tal Assessoria era composta por um time permanente de técnicos e chefes de quatro subseções, recrutados de maneira temporária para projetos específicos. Posteriormente, as subseções eram dissolvidas.(20) Identificando-se como nacionalista e responsável pelas diretrizes mais importantes da presente gestão, a Assessoria representava, a bem dizer, o espaço de manobra pessoal do governante. Ainda, em 1976, Rômulo de Almeida enfatizou o elemento vocacional de sua equipe e sua coesão no planejamento estatal, tarefa considerada fundamental naquele momento.(21)

Com efeito, se, era necessário trazer recursos externos, havia, ainda, necessidade de tomar medidas austeras que impossibilitassem importações em gastos considerados supérfluos. A carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil - CEXIM - ia exercer, desse modo, um papel político fundamental na contenção de gastos de importação. Esse órgão foi dirigido inicialmente por Luís Simões Lopes, antigo Diretor Geral do DASP, até fins de agosto de 1952.

As reservas acumuladas durante a Segunda Grande Guerra haviam sido gastas durante a gestão de Eurico Gaspar Dutra. Podem ser resumidos dessa maneira os problemas da referida gestão: déficit na balança comercial, repatriamento de divisas, investimentos estrangeiros pouco expressivos, resgate de investimentos britânicos. Somente, em 1947, Eurico Gaspar Dutra impõe seleção na pauta de importações. O Brasil ainda concedeu empréstimos a países de área inconvertível (moeda), além de resgatar, antecipadamente, obrigações governamentais em libras e francos.(22) O Almirante Ernâni do Amaral Peixoto sumariza essa gestão como

calamitosa. Segundo ele, tendo herdado US\$700 milhões em divisas, gastou em importações, absolutamente desnecessárias. Pior ainda, cedeu a pressões clientelísticas na encampação de companhias de estradas de ferro, companhias velhas, que seriam revertidas para o governo dentro de poucos anos. Houve, de fato, um boato de congelamento de créditos, se a compra não se efetivasse. Infelizmente, os boatos não eram verídicos e houve manipulação política interna para a compra das referidas ferrovias. Gastaram alguns milhões de dólares nisso." (23)

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Wainer, Samuel, ob. citada, p.22. Ver ainda: Augusto Comte e as Origens do Positivismo: Origens da filosofia e da política de Augusto Comte, São Paulo, Cia. Editora Nacional, Cruz Costa, pps.79, 83, 85, 103 e 133.

(2) Getúlio Vargas (PTB) com 3.849.040 votos; Eduardo Gomes (UDN), 2.342.384; Cristiano Machado (PSD), 1.697.193. Fonte: Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, p.69.

(3) Lafer, Celso "O Planejamento no Brasil - Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)" - in - Planejamento no Brasil, organizado por Betty M. Lafer, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970, p.32. Confirmando a hipótese de C. Lafer, Gláucio Ary Dillon Soares dá o seguinte quadro dos partidos políticos entre 1945-1962 (% do número total de cadeiras ocupadas por alguns partidos brasileiros no Congresso Nacional):

Anos	PSD	UDN	PTB	PCB	Total de Cadeiras
1945	53%	27%	8%	5%	(286)
1950	37%	27%	17%		(304)
1954	35%	23%	17%		(326)
1958	35%	21%	20%		(326)
1962	30%	23%	27%		(409)

FONTE: A Nova Industrialização e o sistema político brasileiro, Rio de Janeiro, Revista DADOS Nº2/3, IUPERJ, 1967, p.49.

(4) Ver: Imeasse na democracia brasileira 1951-1955. Coletânea de Documentos, FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, p.9; GV 52.07.14/2 e Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, p.112. A importância do Ministro da Guerra N. Estillac Leal é medida pela crescente mobilização da ESG e da UDN, após sua demissão, em 1952. (Ver: Documentos 18 à 26 da Coletânea de Documentos - Imeasse na Democracia Brasileira 1951-1955, FGV/CPDOC, p.44 e seguintes). Outros trabalhos a serem consultados: T.S. Skidmore, ob. citada, pps.109-155, 366-368; Luciano Martins, ob. citada, pps.333-358; Lourdes Sola, pps.113-122 e o Dicionário Histórico-Biográfico, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

(5) Lima, Valentina da Rocha, ob. citada, depoimento de Mem de Sá, Deputado Estadual e jornalista pelo Partido Libertador - PL, p.63.

(6) Canetti, Elias, ob. citada, p.413.

(7) Cruz Costa, João, Contribuição à História das Idéias no Brasil, ob. citada, pps.361-362, 343 e apud História da República, de José Maria Bello, p.101-102.

(8) Campello de Souza, Maria do Carmo C Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964), ob. citada, p.79 e seguintes. Outro trabalho que detalha a máquina burocrática é de Draibe, S. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil 1930-1960, 1985.

(9) Ver: depoimento ao CPDOC/FGV - História Oral, Simões Lopes. Ver ainda, Campello de Souza, M.C.C., ob. citada, pps.54 e 96.

(10) Ver: Soares Pereira, J. Petróleo, Energia Elétrica, Siderúrgica: a luta pela emancipação, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Cohn, Gabriel Petróleo e Nacionalismo, São Paulo, Difel, 1968; Malta, O., ob. citada, pps.104-105; Maria do C.C. Campello de Souza, ob. citada, pps.98-100. Ver ainda: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, tópico: Conselho Nacional de Economia e Secretaria da Presidência da República.

(11) Para definição de cooptação ver: Schwartzman, Simon Representação e Cooptação Política no Brasil, Rio de Janeiro, DADOS, IUPERJ, 1970, Nº2, p.12.

(12) Rodrigues, R.V., "Castilhismo", ob. citada, p.67.

(13) Ver: Vianna, S. Besserman, ob. citada, p.89 assim como o "Documento 39" sobre o término da Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos, DA 53.06.19/4 - in - Impasso da Democracia Brasileira, Coletânea de Documentos, FGV/CPDOC, 1983, p.102.

(14) Saes, Décio Classe Média e sistema político no Brasil, São Paulo, T.A. Queiróz, 1984, p.111 e 112. Ver também Soares Pereira, J. ob. citada, 1975, p. 94, confirmando o argumento de Décio Saes.

(15) Na Reforma Administrativa de 1954, a CDI foi transferida da Presidência da República para o Ministério da Indústria e do Comércio, sendo, então, presidida pelo Ministro da pasta. Ainda fazendo parte dela, representantes do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil. (Ver: Mensagem Presidencial ao Congresso de Março de 1954, parágrafo 2). Ver: Observador Econômico e Financeiro, Nº200, setembro de 1952 e Nº214, dezembro de 1953.

(16) Observador Econômico e Financeiro; setembro de 1952, Nº200 e Nº214 de 1953. Luciano Martins, ob. citada, p.409 e Entrevista de Rômulo de Almeida à autora. Os membros iniciais da Subcomissão eram, na ordem: Jorge Rezende e Luiz Dumont Villares; Knaack de Souza; Cel. Araripe Macedo; Abelardo Villas-Boas e Eros Orosco.

(17) Entrevista de Rômulo de Almeida à autora, p.4. Ver ainda: A.L.D'Ávila Viana O BNDE e a industrialização brasileira 1952 = 1961, tese de mestrado, UNICAMP, Campinas, mimeo, 1981, p.103.

(18) Ver: Mensagem ao Congresso Nacional, abertura da Sessão Legislativa, em 15 de março de 1954 - in - Getúlio Vargas: O Governo Trabalhista do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1969.

(19) Bresser Pereira, Luiz Carlos Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977, p.191. O trabalho de Márcia D'Ávila Viana A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no II Vargas, Brasília, tese de mestrado, UnB, 1980, demonstrando o quadro de produção industrial do Brasil no período analisado. Brasil- Produto Industrial - Volume Físico (1948 = 100)

Anos	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Bens de produção	100	116	135	150	157	177	198
Bens de Consumo	100	106	117	124	130	130	156

FONTE: Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, apud Márcia D'Ávila Viana, ob. citada, p.59.

(20) Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, 1982, p.135.

(21) Lima, Valentina da R., ob. citada, depoimento de Rômulo de Almeida, p.173 e entrevista deste à revista Veja em 15.09.1976.

(22) A revista Conjuntura Econômica, em abril de 1951, faz um estudo especial sobre os problemas da balança de pagamentos do país (Nº3), pps.25-27.

(23) Ver: Ernâni do Amaral Peixoto - Depoimento - 1977-84, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Arquivo de História Oral, 1566, p.dat.

2. O poderoso sobrevivente: Getúlio Dornelles Vargas

O mito de Vargas agrega em torno de si muitas interpretações e é impossível tecer respostas simplistas para uma personalidade tão complexa. Sua herança política é surpreendente. Apesar do autoritarismo que marcou o início de sua carreira como governante, nos anos 30, seu perfil modifica-se qualitativamente. Em seu último mandato, 1951-1954, mantém a definição, entre seus assessores, de homem que possuía a dignidade no poder.

Nasceu, a 19 de abril de 1883, na pequena cidade gaúcha de São Borja, fronteira com a Argentina. Abandonou a carreira militar, ao contrário de seu avô, pai e irmãos. Depois de formar-se em Direito, na cidade de Porto Alegre, torna-se Promotor. Chefe do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1931, é eleito, em julho de 1934. Ditador de 1937 a 1945, depois de um afastamento de seis anos, assume o poder, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Termina seu mandato, em agosto de 1954, suicidando-se, incapaz de conter, democraticamente, seus opositores. Estes haviam-se mobilizado, ao longo dessa gestão, contra sua política, e temiam, com o respaldo do exército, a indicação pessoal de um sucessor por parte do estadista.

Como homem forte, por quarenta e quatro anos de vida pública, criou inimigos implacáveis que o seguiram como uma corte nem sempre desejável, mas inevitável. É provável que o homem político, o estadista forte do Estado Novo (1937-1945), tenha surgido ao longo de um processo de amadurecimento nos anos de po-

der, não isentos de erros e de críticas. É preciso, entretanto, notar que os traços de sua personalidade responderam, num determinado momento, a certas necessidades políticas dos grupos que o apoiaram, no início da década de 30. Apresentava, desse modo, traços de personalidade específicos para preenchimento do cargo. Com o tempo, porém, passa a moldar o cargo à sua imagem. Como um efeito e ao mesmo tempo produto histórico, soube modelar diferentes conjunturas políticas, contornando, atacando, usando diferentes estratégias, tornando-se mito: um paradigma de seu tempo.

Todos concordam que o traço mais importante de sua personalidade foi seu amor pelo poder. Tal paixão lhe dava excessiva frieza para as questões rotineiras, enquanto lhe permitia um maior controle das situações, alheio aos envolvimento comuns dos 'mortais'. Seu último Ministro de Justiça, Tancredo Neves, via nessa paixão pelo poder um projeto. Isto é, "o poder como um instrumento de realização, não apenas do bem público, mas como um instrumento de realização em benefício da justiça social, voltado para a emancipação de segmentos sociais marginalizados e oprimidos." (1) Outros assessores dessa última gestão acreditam que suas idéias sobre justiça social haviam amadurecido. Três linhas de ação guiariam suas metas governamentais, em sua última gestão:

- nacionalismo convicto;
- justiça social e
- consolidação da burguesia nacional. (2)

Quando jovem, Getúlio Vargas discursou na sessão fúnebre de Júlio de Castilhos, em 1903. Nessa ocasião, celebrou a pureza

de intenções, traduzida numa ausência de interesses materiais, como o único mérito do verdadeiro estadista. Talvez estivesse antecipando seu próprio percurso, adotando a pureza de intenções e o desinteresse pessoal como virtudes supremas do homem político.

Sua famosa carta-testamento, último instrumento político, sacraliza sua missão de governante, preferindo imolar sua vida, a fim de conservar suas metas. Disse então: "tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando, em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado...."

A personalidade de Vargas

As descrições feitas sobre o estadista convergem em alguns pontos. Tinha personalidade auto-centrada, era pragmático e introvertido. É, no entanto, fundamental salientar sua enorme capacidade de persuasão. Inflexível na consecução de seus objetivos, mobilizava todos os recursos disponíveis para tal. Seu absoluto controle de si mesmo, antecipando as ações e manobras daqueles que conhecia, desconcertava inimigos e amigos. Era acusado de maquiavelismo. Tal controle, ainda que agredisse, constituía a chave de sua longevidade no poder. Uma atitude de distância ponderada e de reflexão analítica das situações e das pessoas lhe propiciava muitas vantagens. Entre elas, a possibilidade de exercer "seu autoritarismo com brandura, escondendo deste modo seu temperamento caciquista".(3) Essa brandura, aqui

salientada no depoimento do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, permitia, ainda que o governante solicitasse a seus assessores que "domesticassem" eventuais opositores.(4) Cleantho de Paiva Leite diria que "ele tinha realmente a capacidade de perceber que pessoas que não estavam inteiramente afinadas com ele eram capazes de prestar serviço ao país".(5) Cláudio de Araújo Lima, em seu livro, qualificaria esse comportamento de oportunista-manobrista.(6)

A meu ver, o aspecto mais interessante desse temperamento persuasivo é que seu portador era uma pessoa extremamente calada e introvertida. A persuasão adquire, assim, o caráter de sedução e de insinuação. Segundo Araújo Lima (7), diante da imperturbabilidade de Vargas, tudo era possível: "as ofensas, os insultos, ou até mesmo as calúnias dos adversários, também dificilmente, e só em condições particularíssimas, têm (tinham) poder bastante para transfixar a carapaça de gelo onde se guardava sua alma. E tamanha era essa invulnerabilidade, que o ofensor de hoje, se souber (soubesse) esperar com paciência, poderá (poderia) sempre contar com a possibilidade, amanhã, de ser chamado a ocupar uma embaixada ou mesmo um ministério. Pois, assim ele fará, se do ofensor puder tirar algum proveito". Essa isenção e falta de rancor, torna-se controvertida mesmo entre seus assessores. Ela só encontrava limites num ponto: o governante não fazia concessões.(8) O olhar longínquo do estadista não se perdia na mesquinhez palaciana ou no envolvimento do luxo ostentatório. A percepção de sua força não requeria verbalização, apenas intuição. Sua frugalidade (9) e seu silêncio reforçavam o mito de longevidade no poder. Por outro lado, a sensibilidade com que tratava seus assessores fazia desses defen-

sores incontestes de seu chefe.

O silêncio do detentor do poder diluía-se nas perguntas que ele fazia aos que o rodeavam: verdadeiras sabinas sobre todos os assuntos. Era um grande indagador.(10) Para Araújo Lima, "atitude que, a um só tempo, cativava o indagado". Isso é, "o poderoso cala, mas não permite que os demais se cale".(11) Já se percebe, aqui, sua enorme habilidade política.

O segredo do poderoso é alvo de extensa literatura. Segundo Elias Canetti, "o segredo está no núcleo do poder".(12) Ele (o poderoso) "deve ser o mais reservado de todos. Ninguém pode conhecer suas convicções nem suas intenções...O poder do silêncio é altamente apreciado. Significando que se é capaz de resistir aos incontáveis motivos externos que nos induzem a falar". A reserva de Vargas era tal que confundia. Um assessor declarou, posteriormente: "Não sei se o Getúlio tinha um projeto pronto e acabado, nacionalista, abrangente, que significasse uma política bem definida em relação aos problemas básicos..."(13)

O silêncio do governante, tido como uma virtude, impedia que mesmo as pessoas mais próximas percebessem suas reações a crises. Mesmo as reações de alegria eram comedidas. Segundo Cleantho de Paiva Leite: "O Getúlio era um homem que não se abria muito, mesmo com os seus assessores mais íntimos".(14) Vargas, em seu auto-controle, não permitia que outros percebessem se algo lhe agradava ou não. Para Elias Canetti, o silêncio não serve apenas para conservar alguma coisa, como também para concentrá-la. Um homem que silencia muito, dá a impressão de ser mais "concentrado". Supõe-se que saiba muito. Supõe-se que

pense muito em seu segredo, "o silêncio isola: quem cala está mais solitário do que os que falam (...) ao mesmo tempo, ele é mais respeitado: o que cala tem a vantagem de que suas palavras são mais esperadas. Dá-se um peso maior a elas. Elas são concisas e isoladas, aproximando-se, assim, da ordem".(15)

O isolamento do governante não se restringia somente aos encargos de seu posto. Mantinha seus Ministros 'a distância, encontrando-os somente uma vez por semana, individualmente. Nesses encontros, abstinha-se de despachar em sua presença: "ele assinava sozinho aqueles papéis sobre os quais já tinha formado uma opinião e, 60 ou 70% dos papéis ele enviava para os seus assessores, (...) ele despachava na frente dos assessores, mas não na frente dos ministros". (16) Encontrava os assessores três vezes por semana. Usando a caracterização que Elias Canetti faz do poderoso sobrevivente, é possível notar que Vargas encarnara o personagem imperturbável, impenetrável: uma esfinge que todos queriam decifrar e que significava o núcleo do poder. Ao mesmo tempo, tinha ainda o mérito e dom de oráculo que lhe permitia antecipar planos, sonhos e manobras de amigos e inimigos.

Na sua última gestão, o estadista assume o comportamento de herói amadurecido, transformando sua "invulnerabilidade numa armadura cada vez mais perfeita". Assim, ao evitar expor-se ao público, diminuiu suas aparições, ritualizando-as. Elas diziam respeito a momentos específicos do calendário nacional e cristão, com exceção de inaugurações importantes. Conseguia, nessa parcimônia, interpor grandes espaços entre ele e seus opositores, evitando visibilidade e reforçando a dimensão de mito que já adquirira. Agrupa, assim, os elementos considerados essen-

ciais ao poderoso, segundo E. Canetti: unicidade, isolamento e preciosidade. (17)

Na irredutibilidade de suas metas, o velho estadista denunciava a dimensão obstinada de seu caráter. Segundo o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, o Chefe do Executivo só recuava para "contra-atacar". Esse contra-ataque poderia, no entanto, esperar anos. Uma passagem ilustrativa dessa dimensão refere-se ao depoimento do Almirante Ernâni do Amaral Peixoto (seu genro), referindo-se ao aumento de 100% no salário mínimo proposto pelo Ministro do Trabalho João B. Goulart. Segundo Amaral Peixoto, "realmente o aumento do custo de vida tinha sido brutal, mal cobria com o aumento salarial. Eu acredito - isso é um julgamento muito pessoal meu - que tenha havido um pouco de gauchada naquilo. Ele foi obrigado a tirar o Jango por causa do aumento de 100%; entre outros motivos. Tirou, cedeu naquela ocasião, mas depois: "agora eu vou fazer". E fez. (...) ele fez aquilo quieto, como uma resposta ao Manifesto dos Coronéis..." (18) Na mesma linha, é possível ainda lembrar um outro exemplo dessa atitude por parte do governante; ao saber da notícia do suicídio, exclamaria Otávio Mangabeira (seu opositor): "Mais uma vez ele nos ganhou, não é?" (19) No final deste trabalho, tenho a ocasião de comentar novamente as circunstâncias que motivaram o suicídio. Certamente que tal acontecimento, apesar de trágico, consistiu num contra-ataque. (20)

No poder, desde 1930, as características de Vargas em muito se assemelham àquelas dadas por Elias Canetti em sua análise sobre "o sobrevivente". Segundo o autor, "o momento de sobreviver é o momento do poder". Em se tratando de um governante que sobre-

viveu à turbulenta década de 30, é possível dizer que o velho governante viveu permanentemente num campo de batalhas onde viu amigos e inimigos misturados entre os mortos. A força advinda da sobrevivência nas batalhas refere-se ao fato de que a morte desviou-se dele para atacar os demais. "Ele está de pé e triunfa" (...) a sensação de força de estar de pé e com vida diante de tantos mortos é, no fundo, mais intensa do que qualquer luto; é o sentimento de ter sido eleito entre muitos (...) de alguma forma sente-se que se é melhor simplesmente porque ainda se está com vida (...) quem consegue sobreviver muitas vezes desta forma é um herói. Ele é o mais forte. Ele possui mais vida dentro de si".(21)

Tal é, sem dúvida, a impressão que Vargas transmitia mesmo a seus assessores mais íntimos. Na verdade, a sua trajetória permite dizer que ele provocou o perigo de duas maneiras clássicas. Por um lado, adquiriu glória e fama ao deixar que situações perigosas se aproximassem dele e depois jogou tudo no sucesso. Transformou alguém em inimigo e o desafiou. (22) Esta situação refere-se principalmente ao clima do Estado Novo. Ao afrontar a burguesia comercial, no início da década de 50, estava repetindo este jogo.(Conferir p.201)

Uma nova tática foi adotada em sua última gestão. Seu distanciamento foi uma maneira de proteger-se do perigo daqueles que o antagonizavam. Reservou-se o direito do isolamento com o apoio da força, do exército. Quando este o abandonou, em meados de 1952, seu isolamento transformou-se em ostracismo. Mesmo assim, aproximou de seu círculo mais íntimo aqueles que considerava inimigos poderosos, de maneira a tê-los sempre sob suas

vistas. A ambiguidade de sua relação com João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha entrou no cômputo das pessoas que preferia ter por "perto" para melhor observar. (23)

A somatória dessas qualidades e/ou defeitos produziram efeitos inesperados. Sua excessiva discrição foi resultar num isolamento excessivo. Nas palavras de Cleantho de Paiva Leite: "Não tinha muitos amigos, não falava ao telefone, jamais foi além-mar..."

Sua maneira de ser não admitia, entretanto, partilhas. Pelo contrário, as pessoas sentiam-se manipuladas, mas incapazes de resistir. Dizia Góes Monteiro, com ressentimento: "premiando as pessoas, reduzia sua capacidade de autodeterminação". (24) Transformando a dádiva em dívida impagável pela própria posição do doador e natureza do presente, o estadista colecionava e alimentava inimigos.

Ao final de um período que apresentarei como desgastante, politicamente, a personalidade fechada do governante tornava difícil por si só maior defesa. O excesso de cautela e de isolamento constituíram-se em obstáculos num momento que exigia maior projeção pessoal. Cabiam a seu Chefe de Gabinete (que era surdo) os contatos com a imprensa. O apoio de Samuel Wainer (proprietário do jornal Última Hora) não foi suficiente para fazer face à oposição liderada por Assis Chateaubriand e outros, como Carlos Lacerda e Paulo Bittencourt.

O Castilhismo de Getúlio Vargas

Em se tratando do posicionamento filosófico de Vargas, seria injusto atribuir-lhe ausência ou mesmo superficialidade ideológica.(25) Uma análise atenta de sua trajetória, de seus pronunciamentos e de sua prática política mostra uma sólida formação positivista-castilhista. Para João Cruz Costa, "o positivismo no Brasil (como variante do romantismo) é inseparável da influência francesa na história de nossas idéias". O comtismo teve duas vertentes no Brasil: o Apostolado e o Positivismo Político. Este último se subdivide em duas tendências: o Positivismo Ilustrado e o Castilhismo.(26) Para Antônio Paim, "todas as tendências positivistas brasileiras advogaram a aplicação da prática política como fruto do conhecimento científico.(27) Deste modo, o governo seria uma questão de competência. Ao mesmo tempo, a prática positivista não pode ser desvinculada de uma política de ação social, que poderia ser interpretada como uma tentativa de mudar a sociedade através de sua organização moral. Existe, no positivismo, uma forte concepção de renovação moral e política, às quais todos deveriam aderir, indiscriminadamente.

Tancredo Neves afirmava que a orientação filosófica de Vargas era positivista-castilhista. Getúlio Vargas, segundo Antonio Paim, teria "fundido numa só as duas vertentes de inspiração positivista: a castilhista e a intervencionista do domínio econômico".(28) Esta última defendida pelo Positivismo Ilustrado, através de Aarão Reis. Os projetos elaborados pela Assessoria de Vargas, tais como, Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Nordeste demonstram seu intervencionismo.(Conferir p.80) Por outro lado,

não somente Aarão Reis, mas também, Júlio de Castilhos viu o trabalho legislativo como "locus de retórica" (29). Assumindo o governo do Rio Grande do Sul, em 1893 (seu governo findou em 1898, mas seus descendentes políticos permaneceram no poder até 1930), Júlio Prates de Castilhos acreditava que não existia poder legislativo autônomo.

A Assembléia devia reunir-se apenas para votar o orçamento e aprovar a prestação de contas do governante. As leis eram elaboradas pelo Executivo, segundo a Constituição riograndense castilhista.(30) O equilíbrio orçamentário e a necessidade de sua regulamentação advinha de uma máxima positivista fundamental, quer seja: a transformação de uma existência egoísta em uma existência altruista. A possibilidade de acumular asseguraria o desenvolvimento altruista da atividade. A "ordem positivista" resultaria, assim, da competência científica e da autoridade moral.

Mostrei, anteriormente o valor que o governante atribuía às qualidades julgadas essenciais a um estadista (pureza de intenções e ausência de interesses materiais). A meu ver, não excluindo seus matizes autoritários e personalistas, ele seguiu essa diretriz até o final de seus dias. Tal autoritarismo se justificaria nesta concepção, vale dizer, na interpretação do poder como força super-humana, "ou de complementação das deficiências humanas para realizar grandes objetivos de ordem política e social. Além disso, ele via no poder a única forma capaz de lhe permitir exteriorizar as suas concepções de ação política". O sistema representativo adviria enquanto expressão não da política de interesses, mas da técnica".(31)

Júlio Prates de Castilhos, através da elaboração da Constituição riograndense de 14 de julho de 1891, defendeu a tendência autocrática do Executivo, concentrando o poder de legislar, de maneira praticamente exclusiva, nas mãos do Presidente do Estado. Apesar de intervencionista, o Estado castilhista seria conservador porque "somente a ditadura científica, rejeitando o egoísmo da burguesia, através da doutrina regeneradora, afastaria o perigo da revolução proletária". Trata-se de preferir, sempre, a evolução à revolução. (32)

Em geral, os positivistas sempre favoreceram as práticas políticas ditatoriais e intervencionistas. Aarão Reis acreditava que "no nobre e elevado intuito de impedir que o interesse mesquinho de alguns prejudique os de outros cidadãos (...) não pode o Estado deixar de interferir no movimento econômico da sociedade (...) numa ação benéfica e protetora" (33).

Para J. Cruz Costa, os positivistas defenderiam a república ditatorial, isto é, "o governo forte de um chefe nacional que gozasse de popularidade e que fechasse o parlamento, pois a ditadura deveria apenas limitar-se a manter a ordem material, garantindo toda a liberdade espiritual e moral. Os positivistas, no entanto, rejeitariam o teor absolutista da ditadura enquanto tal. Para eles, a supremacia de uma autoridade espiritual, independente em termos técnicos, estaria isenta da violência da tirania, tendo por função promover as obras gerais de utilidade pública". Completando, Teixeira Mendes acreditava justa "a necessidade de intervenção (na medida em que) a origem do capital é social" (34). Por sua vez, em seu trabalho de defesa da Constituição riograndense, Raymundo de Monte Arraes afirmaria que:

a única missão do Estado é assegurar a felicidade social, sendo, portanto, essencialmente moral ou ético; como produto natural, carece de ser muito representativo!(35)

Concomitante ao espírito de intervenção, havia uma tentativa científica de regeneração intelectual e moral da sociedade para então reorganizá-la. Antônio Paim afirma que, nessa linha, o bem comum deixa de ser uma barganha entre interesses, sustentados por grupos sociais, diversificados, e passa a ser considerado como objeto de saber, de ciência. Seria, portanto, uma ditadura científica e progressista.(36) Para Ricardo Velez Rodrigues, três idéias podem caracterizar o castilhismo:

- o primado da ciência na consolidação do Estado e na concentração das funções legislativas e de governo no Executivo;
- a centralização do poder econômico e político no Estado;
- a tutela moralizadora e racionalizadora do Estado forte sobre a sociedade e a emergência da continuidade administrativa. Resumindo, Estado forte, conservador e pragmático onde a ordem é entendida como a defesa e a continuação das instituições: conservar, melhorando.(37)

Enfim, a peculiaridade do castilhismo consistiria na admissão de que a posse do poder político constituiria a condição essencial e suficiente para fazer da história o campo de sua práxis. Dessa maneira, a história seria constitutiva do que se constitui, isto é, o progresso como alvo, tendo a elite pensante integrada por industriais e orientada por sábios governantes. A evolução histórica se confunde com o desenvolvimento da inteligência humana, onde o progresso seria visto como técnica de

aceleração histórica e dinamização de processos econômicos. O positivismo científico-castilhistas visava a escolha do futuro, acelerando as transformações possíveis e desejadas da sociedade, no sentido moral e educativo. Implícita está a idéia de expansão e de progresso geral do saber, aliados ao bem-estar material da sociedade. Certamente que tal façanha, implica, além da moralização da política através do comportamento virtuoso, o fortalecimento do Estado.

Aqui, o bem da coletividade, o bem público, fundamenta-se na completa reorganização política e administrativa do Estado na defesa da centralização e do intervencionismo. A aplicação dos fundamentos positivistas seria medido pela técnica aplicada que, através de uma generalização, prevê a expansão dessa ordem a toda a sociedade; vista como uma grande empresa. (38)

O positivismo se identifica, dessa maneira, como uma teoria histórica da verdade progressista. Em outros termos, o positivismo é um projeto político e social ligado a uma concepção de saber e de futuro humano. O governante positivista deveria ter um espírito histórico bem formado, onde o progresso se descreve em termos de acumulação, de capitalização do saber. Na sociedade industrial que se instaura, vista como uma corporação científica, os sábios, os artistas e os industriais devem cooperar, na formação de uma verdadeira política moral e sábia. Os sábios se tornam políticos, virtuosos e dotados de superioridade espiritual. É preciso transformar a política em uma ciência (39)

Tocary Assis Bastos reconhece, tanto na política orçamentária do Estado quanto na ênfase ao desenvolvimento da indústria, a in-

fluência saint-simoniana do positivista varguista.(40) Ao tentar equacionar os problemas políticos em termos técnicos, Getúlio Vargas pretendia conferir ao Estado a promoção da racionalidade econômica. Visto que a riqueza é o fator de progresso, e, acreditando que o interesse da indústria coincide com o interesse de todos, aos industriais, com o auxílio do Estado, caberia a gestão dos interesses materiais da sociedade.

Aarão Reis, em defesa do "industrialismo positivista", diria: "não pode o Estado deixar de interferir no movimento econômico da sociedade (...) proteger ou animar certas aspirações industriais, ou mesmo determinadas classes da população, bem como, realizar empreendimentos superiores às forças normais da iniciativa particular".(41) Para Rômulo de Almeida, a concepção que o estadista tinha de desenvolvimento ligava a industrialização "não somente como um processo de modernização, mas um processo de valorização global do país, inclusive social. Estava muito integrado o objetivo nacionalista e social". Continuando, diria ele que "as atividades básicas deveriam estar sob o comando nacional e o comando do Estado brasileiro (...) o importante seria estabelecer programas básicos, de impacto, cuja dinâmica assegurasse uma continuidade no desenvolvimento do país". Ao contrário de Juscelino, diria o Chefe da Assessoria, Vargas buscava "um crescimento ordenado e estruturado do país (...) em sua linha de ação, (reforçando a diferença entre ambos) a primazia teria sido dada ao setor ferroviário que ao rodoviário, no setor de transportes".(42)

Segundo Cleantho de Paiva Leite, Vargas aliava a questão do desenvolvimento com a melhoria e bem-estar da população brasilei-

ra em geral. Não isenta da influência cepalina advogada por sua Assessoria, sua concepção de desenvolvimento estava vinculada à necessidade de fortalecimento da infra-estrutura do país. Diria Cleantho de Paiva Leite: "essa infra-estrutura é que iria criar as condições prévias para o desenvolvimento econômico". Existia, desse modo, na concepção do estadista, uma seleção de prioridades para atingir a meta pretendida. Essa, nas palavras do referido Assessor, "seria a filosofia que inspirou o Programa de Reparcelamento Econômico, o conjunto de projetos da Comissão-Mista, o BNDE, tudo isso estava dirigido para a criação de uma infra-estrutura de transportes, de energia, de armazenagem, de indústrias básicas, etc.". (43)

Segundo João Cruz Costa, Getúlio Vargas aceitava a máxima com-tiana: a dedicação dos fortes pelos fracos e a veneração dos fracos pelos fortes (44). Este princípio de política tutelar torna compreensíveis as medidas trabalhistas, a ênfase nos aumentos salariais, os discursos dirigidos à classe trabalhadora.

A vertente trabalhista de seu positivismo levou este governante a defender a incorporação das massas ao processo político. A intensificação do processo de substituição de importações em uma conjuntura internacional de crise desde a década de 30 e o aumento da politização dos trabalhadores tornaram as medidas trabalhistas necessárias. Octávio Malta cita que as "conquistas sociais" dos trabalhadores se referem a salário mínimo, expediente de oito horas, salário igual para trabalho igual, repouso hebdomadário (aos domingos) remunerado, férias anuais, indenizações, etc. (45) Não é sem razão que Antônio Paim afirma ter Getúlio Vargas aliado conservadorismo com romantismo proletariante. Acrescenta este autor, ainda, que é da natureza do ro-

mantismo, ser contraditório. Pertencer a elites e preocupar-se com o povo, tutelarmente.(46)

Pressupõe, além disso, que todos os segmentos das classes dominantes aceitassem os princípios morais positivistas. Havia em Augusto Comte a preocupação de assegurar a promoção social da classe operária, sem, no entanto, fazer dela a classe dominante. Explica-se, assim, a legitimidade que o governante conferia ao seu cargo enquanto mentor científico, sábio, competente e forte, recusando, sistematicamente, a existência de oposições. No início da década de 50, é possível ainda perceber a tendência que vários teóricos identificaram como uma constante na história brasileira: a fusão do cesarismo e do caudilhismo.(47)

Nessa linha, os positivistas não viam a contradição das relações de produção, nem admitiam oposição de interesses entre as classes sociais. Acreditavam no predomínio da fraternidade, permeando as relações sociais, tornando, desse modo, justas as reivindicações trabalhistas e empresariais num todo orgânico e harmonioso que deveria representar a sociedade. Nessa linha, a concepção orgânica da sociedade em evolução solicitaria a existência de um chefe político que preferisse a evolução à revolução.(48) Subjacente está a preocupação fundamental dos positivistas com a ordem, vista como a condição primeira e essencial do progresso.

Vendo a sociedade de uma maneira orgânica que une os homens através do trabalho, os positivistas consideravam essencial conceder direitos aos operários e aos marginalizados. Vale dizer, a nova ordem industrial não implicaria necessariamente em

benefícios para a classe trabalhadora. Os industriais negligenciariam as mudanças sociais requeridas no novo momento. Para tal, existe um apelo de Augusto Comte, para que os sábios restaurem o homem integral. O egoísmo das elites industriais se transformou em uma imoralidade cujo grande responsável é o desprezo pela espiritualidade. Dessa maneira, a prática científica deve desembocar em uma ética.(49)

A nova sociedade industrial apresentaria os riscos da violência engendrados pelo crescimento desenfreado. Ivan Lins, citando Augusto Comte, acreditava que, referindo-se ao liberalismo econômico, a "apregoada liberdade operária perante a lei da oferta e da procura tornava-se um mito; não passava da liberdade que tinha o capitalista de explorar a penúria do proletário". Era preciso evitar os excessos do liberalismo econômico, através de uma doutrina de conjunto que consagrasse a disciplina coletiva. "Uma disciplina severa, mas justa, garantida pela lei, a instrução, a família, parecia, para Augusto Comte, o guardião necessário de uma ordem industrial fundada no saber autocrático do governante e nas hierarquias tecnocráticas".(50)

Ao invés de considerar a sociedade e o Estado como resultantes de relações contratuais, é típico do romantismo percebê-los como uma unidade espiritual; prefere as mudanças imperceptíveis que se acumulam silenciosamente, repelindo as transformações violentas provocadas pelas rebeliões. Adotando uma postura conciliadora, o conservadorismo do Chefe de Estado era defensor da solidariedade social e da dedicação a qualquer preço. Diria Júlio de Castilhos, em 20 de outubro de 1902: "Longe de pertencer ao número desses profissionais (políticos de profissão), tenho

tomado parte na Política por um dever social, e a ela me consagro como se exercesse um sacerdócio, repassado de pureza imaculada e de fé refulgente. Dedico-lhe o melhor da minha atividade e do meu tempo".(51)

Ausência de perturbações, mesmo conseguida através de uma política ditatorial, significaria o governo em que se conciliaria o predomínio político da força material com a preocupação exclusiva do bem público. O Estado torna-se, desse modo, o aval e a garantia do bem público e das reivindicações dos trabalhadores. Assim, justifica-se ter ele contrariado interesses regionalistas. Acreditava na nação e na predominância de grandes objetivos nacionais, acrescentando-se a preocupação da correção de desequilíbrios regionais.(52)

Por fim, o tema principal da reflexão política comtiana parece resumir-se num ponto: "reunir os homens e reconciliar suas idéias. Por toda a parte o problema reside em reunir, reconciliar, fazer concessões e ultrapassar antagonismos para atingir a unanimidade de opiniões através do espírito comunitário".(53). Para esta autora, o positivismo se caracterizaria pela formação de uma nova base objetiva de rassemblement da sociedade.

Como idéia subjacente, a reestruturação social da sociedade, em bases morais, fundada na idéia da ordem, aponta, no limite, ao ideal corporativista medieval. É possível perceber, ao longo dos anos em que Getúlio se manteve no poder que tal fundamentação político-filosófica sempre influenciou suas decisões, por vezes menos intensamente, mas jamais desvinculando-se dela. Re-

forçando a tradição patrimonialista do Estado, o castilhismo de Getúlio Vargas, prega um mundo de cooperação social, ainda no início da década de 50, fazendo reviver o referido ideal corporativo medieval.(54) Nele, as classes interdependem umas das outras e a idéia de progresso está subordinada à noção da ordem. Implícita está a idéia de que o liberalismo foi incapaz de defrontar-se com a questão social.

Ricardo V. Rodrigues acredita que existe no governo de Getúlio Vargas a defesa de um Estado autocrático, defendendo uma sociedade de tipo feudal, na qual o "móvel inspirador dos cidadãos fosse a procura da virtude".(55) Por outro lado, se o pressuposto de uma sociedade harmônica e orgânica positivista atinge, no limite, o ideal corporativista, o mesmo pode ser dito do integralismo. Para Margaret Todaro Williams, os ideais corporativistas dos integralistas derivaram da doutrina medieval católica. O corporativismo medieval, tal como o positivismo-castilhista, enfatizava a estrutura hierárquica e harmônica dos diferentes agrupamentos sociais, todos ligados verticalmente às autoridades governamentais. A manutenção da paz social presumia o direito incontestado da intervenção do Estado (e mesmo da Igreja) nos conflitos intergrupais.

Tanto o positivismo quanto o integralismo admitiam a necessidade de regeneração moral da sociedade através do sistema corporativo, da existência da hierarquia para a perpetuação do Estado e a obtenção das metas sociais desejadas.(56) Para Bernardino V. Costa, numa sociedade corporativista, "o homem isolado não tem significação. Não tem direitos. Como parte integrante da sociedade, o indivíduo tem sua importância aumentada. O cor-

porativismo impõe-lhe deveres para com a sociedade, mas o cumprimento deles transforma-o em elemento social de função pública. O estado autocrático, rejeitaria a negociação entre interesses individuais - estes teriam a mediação da moral tutelar da busca do bem comum, como uma preocupação coletiva, por todos defendida. Dessa maneira, o verdadeiro corporativismo precisa abranger todas as classes. O Estado corporativista seria autoritário, mas asseguraria aos membros da sociedade os mais amplos direitos, harmonizando perfeitamente, a autoridade e a liberdade". (57)

Na filosofia de Júlio de Castilhos, o bem público fortalece o Estado - implicando na reorganização político-administrativa e sua prosperidade material - a fim de cumprir a missão educadora que lhe compete. Assim, Vargas antecipou-se às reivindicações populares, elaborando a legislação trabalhista, antes mesmo que o espírito associativo dos trabalhadores organizasse o sindicato. A criação do sindicato patronal na década de 40 foi consequência e não causa do processo que estabeleceu os direitos trabalhistas. (58) Em sua última gestão, o governante vai ter o mesmo comportamento frente à burguesia industrial. (Conferir p.234) Tal projeto, entretanto, vai encontrar obstáculos intransponíveis e constitui um dos objetos da presente análise.

Se a manutenção do poder era a única forma que o estadista conhecia para exteriorizar suas concepções, a virtude das mesmas justificaria sua resistência, sua razão de viver. O problema, a meu ver, reside no confronto, aqui, entre poder político e poder econômico. Essa disjunção foi fatal para suas finalidades..

Julguei apropriado, neste trabalho, mencionar o trauma que significou para seus assessores o seu suicídio. Como diria Rômulo de Almeida: Estou de reserva para pacificar ou para brigar. (59) Inefável como distante, uma análise isenta da personalidade de Vargas tem que admitir o elemento de imprecisão no detalhe. Algo de poderoso, ansiando por imortalidade deve ser acrescentado aqui.

Antônio Cândido, em seu ensaio sobre a "Vingança", descreve que as forças do herói, nas alturas de um pináculo, são provenientes de uma gruta. Aqui, diria ele, as alturas e as emanções do subsolo se cruzam. Num diálogo com Satan, este último teria indagado ao herói, o Conde de Monte Cristo: "Então, filho dos homens, o que queres para me adorar?" respondeu o Conde: Escuta, sempre ouvi falar da Providência, no entanto, nunca a vi, nem qualquer coisa que se pareça com ela, o que me leva a crer que não exista. Quero ser a Providência, pois o que no mundo reputo mais belo, maior e mais súblime é recompensar e punir"... (60)

O iniciado teria, então, recebido de Satan um sucedâneo de divindade e, em consequência, uma natureza dupla, divina e infernal. Existe algo de intangível na força do sobrevivente que lembra uma tentativa divina. Tomar as rédeas do poder, tentar recompensar e punir parecem ter sido as constantes desse solitário poderoso.

Incapaz de decidir sobre os rumos da coletividade, ceifa sua própria vida num ato político de enorme persuasão. A idéia de Providência, de dominar todas as dimensões dos acontecimentos mundanos está, entretanto, presente em agosto de 1954. Diria o

herói de Monte Cristo: Este fardo que ergui, quase tão pesado quanto um mundo, e que julguei poder levar até o fim, era feito segundo o meu desejo, não a minha força; segundo a minha vontade, não segundo o meu poder..."(61) Vargas, porém, não está tão realista. Assim, nosso herói, ao se dirigir ao povo, pela última vez diria: Esse povo de quem eu fui escravo, não mais será escravo de ninguém...é impossível não perceber o caráter de resgate desse gesto. Resgate do poder, de sua força, o herói sublimando sua própria morte: saio da vida para entrar na história.

Fica difícil saber como o povo seria resgatado de sua condição servil. Houve um acerto de contas, mas quem foi redimido, perdoado, ou, liberto? Como, no entanto, esquecer esse mito que se alonga na história como um paradigma "do homem que dominou todos os recursos do seu tempo (...) dono de consciências, conhecedor de segredos, calculador infalível dos sentimentos e dos atos"(62) Transformando sua vida em uma lenda épica, o grande estadista acreditava que os comuns mortais pudessem segui-lo em seu poderoso andar...

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Neves, Tancredo Tancredo fala de Getúlio (depoimento) Programa de História Oral, CPDOC/FGV, Editora L.& PM, 1986, p.17.

(2) Wainer, Samuel Minha razão de viver: memórias de um republicano, Rio de Janeiro, Editora Record, 1988, p.123.

(3) Coutinho, L. O General Góes depois... Depoimentos tomados do Chefe do Estado-Maior de Vargas desde a década de 30. Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 1955, p.204.

(4) Coutinho, L., ob. citada, p.166. Em depoimento ao CP-DOC/FGV, posteriormente, Rômulo de Almeida identificou como uma de suas tarefas rotineiras, a persuasão de opositores aos pro-

jetos e metas governamentais.

- (5) Paiva Leite, Cleantho de Depoimento, 1983. Programa de História Oral, Rio de Janeiro CPDOC/FGV, 1986, p.99.
- (6) Araújo Lima, Cláudio de. Mito e realidade de Vargas, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1955, p.61.
- (7) Idem, p.33.
- (8) Paiva Leite, Cleantho de, ob. citada, p. 153.
- (9) Coutinho, L., ob. citada, p.204.
- (10) Araújo Lima, Cláudio, ob. citada, p.53.
- (11) Canetti, Elias Massa e Poder, São Paulo, Editora Melhoramentos/Universidade de Brasília, 1983, p.326 e Araújo Lima, C., ob. citada, p.54. Este último, com formação psiquiátrica, qualifica Vargas de esquizotímico (p.18) para explicar seu "lacomismo obstinado".
- (12) Canetti, Elias, ob. citada, p.323. Ver ainda, Araújo Lima, C., p.52, sobre o hermetismo do chefe de Estado.
- (13) Paiva Leite, Cleantho de, ob. citada, p.81.
- (14) Idem, p.99.
- (15) Canetti, Elias, ob. citada, p.328.
- (16) Paiva Leite, C., ob. citada, p.113.
- (17) Canetti, Elias, ob. citada, p.463.
- (18) Amaral Peixoto, Ernâni. Depoimento, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, p.777.
- (19) Paiva Leite, C., ob. citada, p.125.
- (20) Coutinho, L., ob. citada, p.241 e Araújo Lima, C., ob. citada, pps.99 e 33.
- (21) Canetti, Elias, ob. citada, p.251 e 252.
- (22) Idem, p.253.
- (23) Ibidem, p.325. O livro de Valentina da Rocha Lima Getúlio, uma história oral, Rio de Janeiro, Ed. Record, 1986, é uma coletânea de trechos bastante pitorescos de amigos e inimigos do estadista.
- (24) Coutinho, L., ob. citada, p. 241.
- (25) Paiva Leite, Cleantho de, ob. citada, p.104 e Coutinho, L., ob. citada, p.166.
- (26) Cruz Costa, J. Contribuição à História das Ideias no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967, p.69 e Rodrigues, Ricardo V. "Castilhismo" - in - Curso de Introdu-

ção ao Pensamento Político Brasileiro, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p.73.

(27) Paim, Antônio "Introdução" - Biblioteca do Pensamento Político Republicano, Coleção Pensamento Político Republicano, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, p.4.

(28) Paim, Antônio "Principais linhas do Pensamento Político Brasileiro Contemporâneo" - in - Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982, p.89.

(29) Cruz Costa, J., ob. citada, p.116.

(30) Paim, A., O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1979, p.76.

(31) Neves, Tancredo, ob. citada, p.17.

(32) Rodrigues, Ricardo V., ob. citada, 1982, p.49 ; Cruz Costa, J., ob. citada, p.259. Ver ainda: Lins, Ivan Perspectivas de Augusto Comte, São José, Editora Livraria São José, 1965, p.119.

(33) Cruz Costa, J., ob. citada, pps.190-191 e Reis, Aarão "O Regime Político e o Papel do Estado" - in - Coleção Pensamento Político Republicano, (Coletânea de textos, organização de Antônio Paim), Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p.143.

(34) Cruz Costa, J., ob. citada, pps.221, 238-240 e citação de Teixeira Mendes, p.161.

(35) Monte Arraes, Raymundo de O Rio Grande do Sul e as suas Instituições Governamentais, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, Biblioteca do Pensamento Político Republicano, Vol.12, 1982, p.159.

(36) Cruz Costa, J., ob. citada, p.248 e 264; Ver ainda: Paim, Antônio - Introdução - in - O Rio Grande do Sul e as suas Instituições Governamentais, ob. citada, p.13.

(37) Rodrigues, R.V., ob. citada, 1982, pps.70-77.

(38) Idem, ibidem, pps.29, 44 e 45.

(39) Bastide, Paul Arbousse "Sur le positivisme politique et religieux au Brésil", Paris, Romantisme, Nº23, 1979, pps.53-63

(40) Bastos, Tocary Assis O Positivismo e a realidade brasileira, Belo Horizonte, Estudos Sociais e Políticos 25, Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1965, pps.108-115.

(41) Reis, Aarão, ob. citada, p.144.

(42) Almeida, Rômulo de, Entrevista ao CPDOC/FGV, Arquivo de História Oral, em 21.03.1980. Almeida, Rômulo de Entrevista ao BNDES, em 15.07.1982.

(43) Paiva Leite, C., ob. citada, p.119-120.

(44) Cruz Costa, J., ob. citada, p.127.

(45) Coutinho, L., ob. citada, pps.163 a 174. Ver ainda: Octávio Malta, ob. citada, p.73. O salário mínimo estabelecido pela Constituição de 1934 terá sua regulamentação efetivada somente em 1938, pelo Decreto-Lei Nº399. No entanto, apenas o Decreto-Lei Nº2.162 de 1.05.1940 faria com que o salário mínimo entrasse em vigência no país. Ver: A Política social brasileira 1930-1964, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, Coord. Tanya M.M. de Barcellos, 1983, p.24.

(46) Paim, Antônio e Cruz Costa, J. O Apostolado Positivista e a República, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, pps.97-107.

(47) Idem, ibidem, p.348-350.

(48) Lins, Ivan Perspectivas de Augusto Comte, São José, Editora Livraria São José, 1965, p.88 e p.120. Outras obras que podem ser consultadas: O Positivismo na República: Notas sobre a história do Positivismo no Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, Cruz Costa, p.83; O que é positivismo, São Paulo, João Ribeiro Jr., Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985, pps.55-74. Com efeito, todos concordam em que a disciplina do trabalho é moralizante porque insere o trabalhador na vida econômica do país como cidadão, com direitos e deveres.

(49) Bensaude-Vincent, Bernadette "Les savants au pouvoir", Paris, Romantisme, (Les positivismes), N.ºs.21-22, 1978, pps.65-67.

(50) Lins, Ivan, ob. citada, 1965, p.88 e 120; Perrot, Michelle, "Note sur le positivisme ouvrier", Paris, Romantisme, (Les Positivismes), N.ºs.21-22, 1978, p.184.

(51) Castilhos, Júlio Prates de Idéias Políticas de Júlio de Castilhos (textos selecionados por Paulo Carneiro), Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasília, Senado Federal, 1981, p.499.

(52) Paiva Leite, C., ob. citada, pps.88 a 98.

(53) Rodrigues, Ricardo V., ob. citada, 1982, p.70.

(54) Bensaude-Vincent, B., ob. citada, 1978, p.66.

(55) Rodrigues, Ricardo V., ob. citada, 1982, p.70.

(56) Williams, Margaret Todaro "Integralism and the Brazilian Church" - in - History of the American Historical Association - HAHR, Vol.54, N.º3, August 1974, pps.436-439.

(57) Costa, Bernardino V. Vargas, a mocidade e a Pátria, Rio de Janeiro, sem editora, 1951, pps.136-137.

(58) Gomes, Angela de Castro A Invenção do Trabalhismo, São Paulo, Ed. Vértice, Ed. dos Tribunais, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, p.241.

(59) GV 53.10.26/3. Carta de Rômulo de Almeida a Getúlio Vargas.

(60) Cândido, Antonio "Da Vingança" - in - Isse e Antítese, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1964, pps.6-7.

(61) Idem, p.12.

(62) Ibidem, p.20.

3. A Assessoria Econômica:

a. As raízes Ideológicas:

Voltando ao poder depois de seis anos de afastamento, Vargas tomou posse com velhos companheiros da década de trinta. Integravam o quadro geral do poder não somente antigos aliados como também antigos opositores. Estes, bastante conhecidos do ex-ditador, e recusando a legitimidade que a presidência conferia ao cargo, eram nomes não desprovidos de prestígio e poder. Tratava-se de Juarez Távora, Eduardo Gomes, João Mangabeira, Aliomar Baleeiro, entre outros. As forças de confronto aberto a Vargas utilizavam todos os meios possíveis para combatê-lo: a imprensa, o Congresso, a cooptação de assessores, para mencionar as táticas mais elementares e mais visíveis de confronto.

Vemos delineada, assim, uma arena política onde se integravam ex-tenentistas, ex-integralistas, aspirantes ao poder (frustrados ou não). Como ex-tenentes, é importante apontar Juarez Távora e Eduardo Gomes que vão acompanhar toda a trajetória de Vargas. Eduardo Gomes havia sido candidato à Presidência em 1950, pela UDN. Juarez Távora será candidato da UDN à Presidência, em 1955 e ministro do primeiro governo militar, em 1964. Outro ex-tenente com aspirações presidenciais, pelo PSB, seria João Mangabeira, disputando o pleito, em 1950, representante da esquerda liberal.(1)

As premissas ideológicas do integralismo vão se aliar muito bem com o positivismo de Getúlio Vargas. De qualquer maneira, o ex-líder integralista, Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular - PRP, apoiou hostensivamente a candidatura de Eduardo Gomes, em 1950. Entre os ex-integralistas notáveis da época, pode-se, ainda, citar F.C. San Tiago Dantas, assessor informal do governo até a Reforma Ministerial de 1953.(2)

A especificidade do momento (1951-1954) era trazer pessoas cujas trajetórias vinham estreitamente ligadas (por razões familiares ou ideológicas, de identidade ou de oposição), por mais de duas décadas, resultando numa constelação de forças extremamente tensas enquanto momento político.

A essa conjunção, que chamo de "herança política", pertenciam algumas lideranças tenentistas do início da década de trinta. Tornados altas patentes do exército, marinha e aeronáutica, opunham-se aos ideais nacionalistas criados por eles mesmos.(3) Para Décio Saes, o radical nacionalismo tenentista, em sua primeira fase, constituiu o embrião do populismo. O fortalecimento do integralismo, no transcorrer da década, e a frustração advinda com o golpe de 1937, impedindo a realização do pleito presidencial e a candidatura do chefe integralista, Plínio Salgado, tiveram como resultado o amadurecimento das teses advogadas pelos tenentistas. Esse processo de "depuração" dos antigos ideais nacionalistas foi ocorrer, a meu ver, principalmente, na década de quarenta e na primeira parte dos anos 50.

A herança nacionalista, advogada pelos tenentistas, foi responsável pelas medidas iniciais de ataque às oligarquias regio-

nais, através da Constituinte de 1933, que abrigava representantes da classe média e de camadas proletárias da população. Essa oposição às forças tradicionais e conservadoras do país (4) faziam-se de diversas maneiras. Entre as medidas legais estava a formulação do Código de Águas e Código de Minas. Elas constituíam, a bem dizer, as primeiras medidas contrárias ao uso indiscriminado privado, nacional ou estrangeiro, do subsolo brasileiro.

O outro conjunto de medidas dizia respeito à instituição do Ministério do Trabalho, criado na Constituição de 1931 e reforçado na de 1937. Consistia numa primeira definição oficial de uma política de integração operária nacional. Ainda que respondendo a exigências tenentistas, essas medidas certamente encontravam respaldo na formação positivista de Vargas, o que delineei anteriormente. A incorporação do operariado na sociedade foi uma das metas do positivismo. (Ver p.41)

Vargas diluiu o poder político das lideranças tenentistas de duas maneiras. Inicialmente ele as separou, designando-as para ocupar cargos de interventorias em diferentes Estados. A segunda maneira de dividi-las consistiu em atribuir-lhes cargos de importância política dentro da burocracia de Estado. As referidas lideranças tornavam-se, assim, coniventes com o governante e traíram seus próprios companheiros e ideais. Desapareceu o Clube 3 de Outubro, que representava o lugar tradicional de encontro entre eles. (5)

Os integralistas, formando milícias, passaram a defender a bandeira nacionalista dos tenentes, numa tentativa de recuperação

daquilo que eles denominaram de "autênticas origens do povo brasileiro." A força desse movimento se manteve através do trabalhismo da década de quarenta e, ao se diluir, após 1938, se conciliou com a nascente burguesia industrial, como mostrarei a seguir. Dispersos após uma tentativa de golpe de Estado, em 1938, os integralistas permaneceram fiéis aos ideais nacionalistas advogados pelos tenentistas, assim como ao seu culto de Estado forte. Católicos praticantes, eles protestavam contra os excessos do liberalismo enquanto sistema egoísta, contrário aos ideais cristãos que deveriam unir todos os homens na sociedade.

Em 1931, Plínio Salgado afirmava: "O Estado democrático, na sua expressão mais pura, não tem finalidade, nem social, nem nacional. Em nome dos direitos do homem, ele permite que os fortes esmaguem os fracos, que o capital exerça sua prepotência contra o trabalho, que o trabalho humano se torne uma mercadoria sujeita a todos os azares." A concepção de Estado liberal conflitava com o ideário religioso fraternal dos integralistas, o qual via no excesso de desigualdades sociais a semente destruidora da harmonia social. Em 1931 Plínio Salgado disse: "O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever (...) nossa campanha é cultural, moral, educacional, social (...) O Estado deve ser forte para manter o Homem íntegro e sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado...". A orientação católica do integralismo pode também ser percebida em suas citações. Segundo ele, "Deus dirige os destinos dos Povos (...) O Homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade... Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao

mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual.(sic) Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação".(6)

Identificando-se com as definições de realização do homem através do trabalho, um dos principais teóricos integralistas, Miguel Reale, também acreditava que "apenas a liberdade qualitativa, com sua ênfase na singularidade e na auto-realização, possibilitaria ao integralismo a montagem de um projeto de sociedade tão complexo e equilibrado que tivesse condições de enfrentar os dilemas da vida moderna".(7)

Austeridade, conservantismo e religiosidade marcaram a trajetória de pessoas identificadas com o integralismo. Essas continuaram, ao longo das décadas seguintes, a exercer importante papel político no país. Entre elas podemos mencionar: Francisco C. San Tiago Dantas, Hélio Viana, Lourival Fontes, Ivan Hassloch, Gustavo Corção, João Paulo dos Reis Velloso, D. Helder Câmara, Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Antônio Galotti, Américo Jacobina Lacombe, etc.(8)

A orientação tomada por essas lideranças, como mostra o próprio rumo de suas vidas, foi heterogênea. Interessante, porém, notar que a fidelidade de todos com relação à Igreja parece ter sido muito maior, talvez mais fácil do que aquela ditada pelos ideais nacionalistas advogados nos primeiros momentos do movimento integralista. Sempre tendo à frente a liderança de Vargas, os coadjuvantes do poder foram se digladiar em suas diferentes opções existenciais, ou melhor dito, políticas.

Alguns, como tentarei mostrar nesta parte do trabalho, substituíram Plínio Salgado por Getúlio Vargas, elegendo-o seu "Chefe" incontestado. Outros, aliando-se aos ex-tenentistas e advogando a moralização governamental, participaram ativamente da conspiração de 1954 e do golpe de 1964.

O período de Vargas, 1951-1954, parece ter sido, de fato, um divisor de águas, onde o nacionalismo atingiu seu apogeu. O sufrágio universal foi decisivo na mobilização popular ao longo de sua gestão, enquanto pressão política contra as forças conservadoras, representadas pelas antigas oligarquias fundiárias e os novos grupos empresariais no pós-guerra. Isso pode ser exemplificado pela criação controvertida da Petrobrás, em 1953. A estatização de empresas responsáveis por recursos considerados estratégicos na economia passou a ser considerada sinônimo de nacionalismo para alguns grupos, e sinônimo de comunismo para outros. Essas considerações justificam o fato de vários autores situarem o início da década de 50 como o momento do declínio político do nacionalismo com o advento do desenvolvimentismo.⁽⁹⁾ Para os analistas, a necessidade de mobilização para a industrialização associada ao nacionalismo era muito útil. As classes conservadoras, no entanto, consideravam perigosas as alusões de reestruturação radical da sociedade. O ideário integralista justificava o intervencionismo estatal em setores estratégicos da economia e, era por isso, bem aceito. O nacionalismo radical vai se organizar a partir de 1955, quando seu projeto já se tornara inviável.

Esta parte do trabalho tem como finalidade caracterizar um segmento da burocracia de Estado que permaneceu fiel aos ideais

nacionalistas do governante ao longo de seu mandato. A análise desse segmento burocrático, nos permite afirmar como o fez Claude Lefort, que "la bureaucratie n'existe que par les bureaucrates". Viso, aqui, reiterar o caráter de elite, no interior da burocracia, que a Assessoria tinha nessa gestão, detendo o monopólio da elaboração dos projetos considerados estratégicos pelo governante.

Na defesa de um projeto trabalhista de características reformistas, esse grupo permitiu captar a essência ideológica da proposta varguista, em 1951: a aliança do ideário positivista com o integralista. Guardando suas origens elitistas, a chefia desse segmento, tal como o governante, acreditaram levar adiante os ideais da população brasileira.

Assim pois, surgiram os atores naquele momento, no palco governamental como resultado destas diferentes influências históricas. A fidelidade às origens de classe havia feito com que os ex-tenentes formulassem as bases do discurso nacionalista, mais tarde incorporado pelos integralistas. A diluição dos líderes tenentistas na burguesia agro-mercantil, tornados interventores por Vargas, deu corpo às lideranças que advogaram a ideologia liberal "cosmopolita" privatista. Curiosamente, tanto ex-tenentistas quanto ex-integralistas apresentaram facções liberais e nacionalistas. Até mesmo comunistas! A inserção, ou melhor, o tipo de harmonização das orientações político-econômicas julgadas condizentes com os reais interesses do país e o capital estrangeiro foi, a bem dizer, a demarcação mais visível das duas orientações políticas estudadas neste trabalho: isto é, os nacionalistas e os cosmopolitas. (10)

Outros fatores igualmente importantes tiveram enorme peso nesse momento político e em suas prováveis orientações. Refiro-me, aqui, à intensa urbanização da região Sudeste do país, que precedeu à própria industrialização. Por outro lado, a substituição de importações da década de trinta em diante, aliada ao aumento da máquina burocrática do Estado pelo Departamento Administrativo de Serviço Público - DASP, pincelaram o cenário mais amplo onde se movia a elite governamental.

Essa herança cultural, política e institucional onde os atores principais se encontravam identificados há mais de duas décadas, foi muito perigosa. Refiro-me, às ambições do governante em sua tentativa de estabelecer uma reformulação original para sua gestão, como também para qualquer possibilidade de abertura ou diálogo na cooperação de antigos inimigos políticos. A representação do líder não era factível de reformulações por parte das elites.

b. A Escolha da chefia

É possível afirmar que Vargas, antes de sua posse, previra a necessidade de criar uma Assessoria a fim de levar adiante projetos considerados estratégicos para sua gestão. O delineamento da personalidade do governante, que fiz anteriormente, assim como o fato de ter sido eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, praticamente o obrigava a ter assessores íntimos. Essa assessoria agia principalmente no sentido de amenizar as dificuldades porventura surgidas com a oposição e com o minis-

tério, formado predominantemente pelo Partido Social Democrático.

Tendo fixado suas metas governamentais, Vargas formou um ministério de conveniência com lideranças conservadoras, nem sempre afinadas com suas propostas. Nada melhor, nesse contexto, do que possuir uma elite de técnicos. Não foi sem razão que Soares D'Araújo viu na Assessoria o 'eixo nacionalista' desse governante.⁽¹¹⁾ Justamente por representar os olhos e ouvidos do Presidente, esse foi particularmente cuidadoso na escolha da chefia desse segmento da burocracia.

Vargas solicitou, dessa maneira, listas de nomes para amigos íntimos, de pessoas que pudessem ocupar o cargo de chefia da Assessoria. As pessoas encarregadas de elaborar as listas de nomes foram:

- Luís Simões Lopes (primeiro Diretor do DASP, em 1930, Diretor da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil - CEXIM, em 1951);

- João Carlos Vital (encarregado, em 1940, de formar o Instituto de Serviço Social do Brasil, embrião do atual IAPAS, com o qual Rômulo de Almeida trabalhara. Prefeito do Distrito Federal, em 1951);

- Francisco C. de San Tiago Dantas (jurista, ex-líder integralista, Diretor da Universidade do Brasil, em cujo escritório Rômulo de Almeida trabalhara entre 1940-1945. Assessor informal de João Neves da Fontoura, em 1951);

- Lourival Fontes (ex-integralista, intelectual, íntimo colaborador de Vargas desde a década de 30, Diretor do Departamento de Imprensa - DIP, no Estado Novo e Chefe de seu Gabinete, em

1951). (12)

A indicação da Chefia através do processo acima descrito, demonstra o caráter estamental da alta burocracia de Estado. Enquadrando-se em um conceito mais amplo de "intelligentsia", a escolha da referida chefia, visava alguém que ocupasse um espaço privilegiado entre os sistemas corporativos e a política aberta de grupos de interesse.

Estou apresentando a pessoa cujo nome aparece como mais frequência nas listas: o economista baiano Rômulo de Almeida. Ligado por laços familiares ao ex-interventor da Bahia, Landulfo Alves, aderiu somente em 1950 ao PTB. Documentada em carta de 5 de agosto de 1950 ao Presidente do Diretório do PTB da Bahia, sua adesão obedeceu a critérios ideológicos bem nítidos. Segundo alguns trechos dessa carta, caberia ao PTB a vocação e mesmo a "autoridade histórica para levantar a bandeira do desenvolvimento econômico e da eliminação do subemprego no Brasil". Outros itens dessa missiva referem-se:

- à necessidade de um Estado regulador da economia;
- à reforma agrária;
- ao aumento de rendimentos da classe trabalhadora;
- à manutenção das instituições democráticas legítimas, através de garantias jurídicas como caminho para vencer as velhas oligarquias.

Tendo, inclusive, sido preso no final da década de 30 por opor-se a Vargas, viu nele, então, um "líder legítimo de grandes transformações políticas e sociais". (13) Em suas palavras, "Em 1950, cheguei à conclusão de que, realmente, a única opção po-

lítica que podia ter era a opção de esquerda, de meia esquerda, opção trabalhista, no caso". Rômulo de Almeida ainda fez alusões ao caráter anti-personalista de sua adesão. Ao longo da gestão, sua extrema fidelidade contradizia a carta.

Aos 21 anos, Rômulo de Almeida aderira ao integralismo, numa linha que ele mesmo considerava meio-caminho entre a ala nacional-sindicalista (advogada por D.Helder Câmara e por Jeovah Motta, militar, dirigente da Ação Integralista Brasileira pelo Ceará, na Câmara dos 400) e a ala que ele, romanticamente, chamava de grupo boi-tatá, lembrando a inspiração indigenista nascida com a Semana de Arte Moderna da década de 20 e seus efeitos em movimentos políticos e culturais na década de 30. Não é demais frisar esse momento juvenil da carreira de Rômulo de Almeida. Ele guardou dele traços permanentes em sua conduta. Desenvolveu uma concepção moral do papel do Estado, da família e do próprio trabalho enquanto auto-realização do homem. (14) Criticou o liberalismo econômico, onde os direitos adquiridos por uma minoria se transformam em privilégios que se autoperpetuam.

Ao deixar a militância integralista, em 1940, encontrou apoio em Francisco C. de San Tiago Dantas em cujo escritório iniciou sua vida profissional propriamente dita. Através dele, participou de um projeto elaborado pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - CNPIC. (15) Esse conselho era integrado por lideranças empresariais. Rômulo de Almeida passou, com o término do Estado Novo, em 1945, para os quadros da Confederação Nacional da Indústria, como Diretor do recém-criado Departamento de Economia dessa instituição, onde permaneceu até 1951. (15) (Conferir em "A Crise") O economista baiano partici-

pou de várias Comissões da Assembléia Constituinte de 1946, onde teve a ocasião de conhecer as pessoas que elegeu para sua Assessoria, em 1951. (16)

Definindo-se trabalhista por convicção, Rômulo de Almeida defendeu o planejamento na economia através de um intervencionismo estatal. O setor logístico responsável pelo crescimento da economia era a indústria. O falecimento precoce de Roberto Simonsen, em 1949, ele mesmo não isento de pretensões presidenciais, significou a passagem de Rômulo de Almeida de um órgão representativo da burguesia industrial para o interior do próprio Executivo.

As pessoas que Rômulo de Almeida convidou para integrar a Assessoria foram:

Jesus Soares Pereira: que passou a exercer a liderança técnica do grupo. Era positivista convicto;

Ottolmy da Costa Strauch: amigo pessoal de Rômulo de Almeida há mais de uma década com quem partilhava estudos em economia (inclusive tradução de livro) e a orientação ideológica integralista passada;

Tomás Pompeu Accioly Borges: técnico da Fundação Getúlio Vargas. Engenheiro com convicções marxistas, era o responsável pela Seção "Conjuntura Social" da revista *Conjuntura Econômica*. Era cunhado de Juracy Magalhães.

Cleantho de Paiva Leite, ex-funcionário da Organização das Nações Unidas - ONU, era o mais novo do grupo;

João Neiva de Figueiredo: engenheiro e técnico em prospecção;

Saldanha da Gama: técnico de administração do DASP, responsável por assuntos jurídicos;

Ignácio Mourão Rangel: ex-marxista, foi o último assessor indicado para o grupo, através de seu primo, Ewaldo Correia Lima, Diretor substituto de Rômulo de Almeida na Confederação Nacional da Indústria.(17) A existência de laços pessoais que permitiram formar o grupo da Assessoria demonstra que as posições governamentais eram buscadas como uma forma de mobilidade social, com o privilégio daqueles que já faziam parte dela ou, através de seu parentesco ou indicação.

A divisão de trabalho dentro da Assessoria não era tão nítida quanto aquela das duas lideranças apontadas. Vale dizer, a liderança política de Rômulo de Almeida e a liderança técnica de J. Soares Pereira.

A experiência de Soares Pereira em energia elétrica permitiu que ele se tornasse responsável por essa área, com o auxílio de Rômulo de Almeida. Por sua vez, assuntos de política externa, alinhamentos políticos em conferências internacionais, etc., cabiam diretamente a Cleantho de Paiva Leite. Nessa linha, os interesses pessoais de Tomas Pompeu, relativos à agricultura, alimentação, etc., tornavam-no a pessoa ideal para essa tarefa dentro da Assessoria.

Como trabalho de equipe, a divisão de trabalho acima não era radical. Especialistas não pertencentes à Assessoria foram chamados a colaborar na elaboração dos projetos. Entre eles, os mais importantes em suas contribuições foram Mário da Silva Pinto e Glycon de Paiva. É ainda importante frisar o "lobby"

que Rômulo de Almeida fazia dos projetos da Assessoria no Congresso. Para tal, ele solicitava pareceres, opiniões dos congressistas, conseguindo algumas adesões importantes. Nas ausências de Rômulo de Almeida, a chefia da Assessoria era sempre confiada a Soares Pereira.

Indagado, uma vez, sobre as razões que o teriam feito constituir uma Assessoria quase toda formada por nordestinos, Rômulo de Almeida respondeu que somente eles aceitariam trabalhar com tão pouca remuneração. (18) De fato, não havia verba para remunerar a Assessoria. Para sobreviver, cada qual utilizou estratégias diferentes. (19)

A frugalidade com que Getúlio Vargas tratava as finanças de seus funcionários mais íntimos (e mesmo os membros de sua família), lembra a classificação weberiana. Segundo Max Weber funcionários patrimoniais seriam típicos de situações estamentais. No caso, o cargo implicaria em finalidade e missões determinadas: "mas com frequência implicaria também que existisse uma delimitação relativa a funções de outros funcionários" (20). Na gestão de Getúlio Vargas, a criação da Assessoria constituiu, a bem dizer, um espaço patrimonial, onde o cargo se colocou como um direito pessoal do funcionário. Nessa linha, a ausência de remuneração inerente ao cargo implicava isenção de ambições pessoais e dedicação ao Chefe do Executivo cuja frugalidade também era notória.

Ao excluir os interesses econômicos que deveriam estar inerentes ao cargo, a competência dos assessores se tornava indiscutivelmente sacerdotal a serviço do Estado: o cargo em si se

transformava em sinal de emulação, de notoriedade e de prestígio entre os pares. Continuando Max Weber, os funcionários patrimonialistas recebiam originariamente seu sustento material - como todo membro da comunidade doméstica - na mesa e aposento do Senhor. Max Weber quer, aqui, chamar a atenção sobre a importância simbólica da intimidade e da comensalidade. Partilhar a intimidade significa também repartir de certo modo, o poder : toda separação dos funcionários dessa comunidade íntima significa, naturalmente, um afloramento do poder imediato do Senhor. Na realidade, este podia remunerar seus funcionários de acordo com seu favor e arbítrio e, para tal, de um modo muito precário... (21) Rômulo de Almeida afastou-se definitivamente da chefia da Assessoria, em janeiro de 1954, para dirigir o recém-criado Banco do Nordeste, em Fortaleza, embrião da SUDENE.

Não é demais repetir a importância da idéia federativa na condução das principais metas de Vargas. Adepto de Júlio de Castilhos, o governante via no reforço da união dos estados brasileiros, de norte a sul, o federalismo defendido por seus mestres. O governante transmitia esse sentimento a seus assessores que, em depoimentos, concordaram no tratamento igual que ele concedia a todos os brasileiros. Nesse contexto, o estadista iniciava os primeiros projetos de auxílio federal ao Nordeste com a criação do referido Banco. Segundo Rômulo de Almeida, "A nossa idéia era fazer do BNB um instrumento de promoção humana e social, mas tocando nos pontos estratégicos do processo econômico. Portanto, um negócio que combinasse até a grande empresa com o apoio ao pequeno produtor". (22) Foi substituído por J. Soares Pereira. Técnico do DASP desde a década de 30, pertencia ao grupo positivista de Júlio Castano Horta Barboza.

Extremamente ligado às atitudes políticas subjacentes ao "instrumental econômico", Soares Pereira definia seu nacionalismo de patriotismo: "Apego às coisas do Brasil". (23) Ligado ao Conselho Nacional do Petróleo, quando conheceu Horta Barboza, norteou suas preocupações para os problemas de autonomia política, problemas de energia, entre outros. Acreditava que "O Estado era a única entidade capaz de realizar os empreendimentos indispensáveis à mobilização das fontes nacionais de energia". (24) Suas maiores realizações referem-se a projetos ligados à intervenção do Estado nos recursos básicos da economia, tais como: Conselho Nacional do Petróleo, Volta Redonda, Petrobrás e Eletrobrás.

A análise individual de cada integrante da Assessoria me permite dizer que ela, ao longo de sua gestão, era fiel às metas de Vargas. Esse enfoque ideológico da Assessoria contraria a versão de Soares D'Araújo que a caracterizou como eminentemente técnica. Ainda que desconhecendo-os pessoalmente, em 1951, o governante estava muito bem informado das convicções políticas de cada um. (25)

A orientação política geral da Assessoria era de que as atividades básicas do país deveriam estar sob o comando nacional do Estado brasileiro: "A idéia diretriz implícita era de que, numa estrutura econômica incipiente, inclusive desprovida de informações, o planejamento formal seria pouco eficiente. Parecia mais importante, então, estabelecer programas básicos de impacto e sobretudo agências de operação dinâmica, desde que estas estivessem voltadas para as atividades básicas". (26)

é nítida, aqui, a conotação do nacionalismo da Assessoria como tensão, como resistência ao liberalismo. Segundo Adalberto Marsson, em uma combinação emocional e teórica, o nacionalismo oferece uma explicação das transformações internacionais que teriam proporcionado um desjuste qualquer na estrutura interna do país. O nacionalismo como tensão, como resistência ao cosmopolitismo encontra seu eixo de atuação nos projetos intervencionistas, buscando salvaguardar um espaço intervencionista "nacional" contra as influências externas. Tais projetos, certamente, obedeciam às diretrizes traçadas pela Comissão de Desenvolvimento Industrial que passou a funcionar como órgão assessor do Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, em meados de 1952.

Com relação à política externa, o responsável pela área, Dr. Cleantho de Paiva Leite, menciona a necessidade do governante imprimir uma linha independente de ação, especialmente frente aos Estados- Unidos. Apesar de algumas idiossincrasias pessoais do governante, que analiso em outra parte do trabalho, Cleantho de Paiva Leite acredita que Vargas teve êxito em alguns pontos importantes de política externa, em função de algumas medidas:

- manteve um bom relacionamento com a Argentina durante sua gestão;
- modificou a política do Brasil na Organização das Nações Unidas, em matéria de colonialismo. Refiro-me aos casos da Tunísia e da Argélia. Outro exemplo da mudança foi o apoio explícito de Vargas à Cepal (que sofria, desde 1952, pressões americanas), ao discursar, em 1953, no encontro da referida instituição em Petrópolis;

-conseguiu evitar o envio de tropas para a Guerra da Coreia, apesar de fortes pressões favoráveis de uma certa ala do exército; (27)

-não somente modificou a política de alinhamento do país com relação aos Estados-Unidos, como também passou a exercer uma política de "vigilância" frente ao papel que o capital estrangeiro desempenhara e passava a desempenhar na economia. Desejava a entrada seletiva de capitais na economia, assim como diversificá-la para impedir monopólio de uma só origem. (28)

Luciano Martins observou que, ao lado dos objetivos mais amplos de ação já indicados, cabia, ainda, à Assessoria "Encontrar uma fórmula capaz de assegurar ao mesmo tempo o controle nacional da indústria, assim como convencer a sociedade geral desse projeto de governo". (29) Nessa linha, é preciso frisar que o intervencionismo de Vargas atendia a áreas em que a capacidade financeira ou tecnológica empresarial nacional se revelava incapaz ou insuficiente. Vale dizer, a preocupação em assegurar o desenvolvimento, especialmente em serviços de infra-estrutura básica. Esses referentes, especialmente, à siderurgia, energia elétrica, serviços portuários, ferrovias, etc.

A ênfase da política econômica adotada deve muito às propostas defendidas na época pela Comissão de Estudos para a América Latina - CEPAL. O famoso Manifesto de Prebisch (O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas de Raúl Prebisch), defendia o planejamento e a intervenção direta do Estado na economia. A teoria da troca desigual, ou deterioração dos termos de troca, defendida pela CEPAL como causa do subdesenvolvimento latino-americano, começava a ser explorada teori-

camente. Na prática, entretanto, Vargas, já passara a questionar a hegemonia norte-americana no país de maneira aberta, barganhando duramente por uma troca justa e mútua de favores. Algo que nem sempre conseguia, devido a pressões internas.

Lourdes Sola define os técnicos do governo de Vargas como verdadeiros produtores de ideologia fortemente influenciados pela CEPAL. Tanto Lourdes Sola quanto T. Skidmore reconhecem as raízes cepalinas das propostas da Assessoria. Segundo esta autora, o padrão de distribuição de renda impedia a expansão do próprio mercado interno em seu dinamismo, justificando uma preocupação, por parte dos técnicos nacionalistas, com medidas mais radicais. Segundo o economista Casemiro Ribeiro, referindo-se a gestão de Juscelino, "A Cepal ficava gritando seus argumentos, mas ninguém os ouvia em Washington. A Cepal também prestou grandes serviços com a argumentação política dos países da América Latina. Mas, justamente, porque ela sempre assumiu uma posição política muito definida, os argumentos técnicos perdiam também um pouco do mérito e da receptividade técnica. Como eles tinham muito "parti pris" e tomaram uma posição de crítica violenta e contundente ao Fundo Monetário, deixaram de ter aquela influência que podiam ter tido e que o Raúl Prebisch teve durante muito tempo".(30)

As medidas estruturais radicais, advogadas explicitamente ou não por segmentos burocráticos, e especialmente pela Assessoria, não receberam o endosso do governante. As intenções reformistas de Vargas anteviam apenas o aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora através de aumentos salariais. A análise do poder aquisitivo do salário mínimo feita em outra parte des-

te trabalho demonstra que os aumentos salariais apenas acompanharam a inflação daquele momento. As grandes greves também coincidiram com os momentos de maior queda do salário real do trabalhador, em 1953. Na década de 40, Roberto Simonsen já havia indicado a falta de poder aquisitivo da população como grande inibidor do mercado interno: o que, em meados da década de 50 se denominaria academicamente de "círculo vicioso da pobreza".

Assim, Rômulo declarou: "A nossa política - quando digo nossa política, me refiro à política em que a Assessoria Econômica se integrava com o Presidente - era fazer o Estado atuante. Havia (naquele momento) uma preocupação com o processo de industrialização, mas concebido como um processo de desenvolvimento (...)

Estavam, dessa maneira, muito integrados os objetivos nacionalistas e sociais. Por isso, nós tínhamos realmente certas restrições ao capital estrangeiro, mas não (éramos) chauvinistas. Achávamos, apenas, que as atividades básicas deviam ficar sob o comando nacional, o comando do Estado brasileiro".(31)

Com tais afirmações, Rômulo de Almeida deixa clara sua adesão aos princípios cepalinos da Assessoria e do Executivo, além de seus efeitos já reconhecidos nas relações de troca como também nas áreas julgadas "convenientemente" para inversão de capital estrangeiro. Há, entretanto, uma certa contradição na postura do governante e de sua Assessoria. Buscando aumentar a capacidade industrial do país, aceleravam um novo momento no processo de substituição de importações. O apelo à intervenção do Estado inscreve-se nos horizontes da necessidade de preservar o equilíbrio social para as reformas desejadas, bem como acesso pri-

vilegiado a recursos naturais. A implantação do novo momento no processo de substituições de importações exacerbava conflitos que não podiam ser acomodados pelas exigências populistas do sistema. Ao longo deste trabalho, esse impasse torna-se cada vez mais visível, especialmente através da análise do segmento automotivo da indústria. Todos os indicadores apontavam para a necessidade do recrudescimento do autoritarismo latino-americano no pós-guerra.

Com a gestão republicana de D.Eisenhower, os termos favoráveis de investimento da Comissão Mista foram abandonados, enfraquecendo o governante em suas metas. A hegemonia americana, posta em dúvida pelo governante brasileiro, mostrava seu poder nos alicerces internos, através de grupos poderosos e hostis.

A segunda parte da asserção de Luciano Martins, relativa ao trabalho de convencimento da sociedade mais ampla do projeto do governo foi, sem dúvida, o ponto mais fraco desta gestão. Os Cadernos de Nosso Tempo, revista com um público muito restrito, atingindo, no máximo, setores da classe média, burocratas e mesmo intelectuais, não podia responsabilizar-se por essa necessidade administrativa. As próprias atividades pedagógicas do IBESP também se restringiam a cursos ministrados ao alto escalão civil e militar, com pouca ou nenhuma visibilidade por parte da sociedade.

Os meios de comunicação foram controlados por forças da oposição, com exceção do jornal Última Hora. De forma agressiva, o Editorial da revista Óbambá, em maio de 1953, passou a pedir a intervenção armada no governo. (32)

c. Principais Projetos:

A primeira tarefa importante mencionada pela Assessoria foi a "Mensagem do Presidente" ao Congresso de Março de 1951. O texto previa um histórico da situação conjuntural em várias áreas, análise e perspectivas, salientando as propostas do novo governo. Iniciado em 10 de fevereiro, o trabalho foi realmente importante para a equipe. Nas palavras de Rômulo de Almeida: "Tive de improvisar, através do conhecimento da administração federal e também um pouco no setor privado, um quadro e uma informação geral sobre administração pública e a situação do país. Não encontrei um único documento da gestão anterior, que acabara em 31 de janeiro, e os titulares entenderam que não tinham que fazer nenhum relatório. Não ficou um papel...trabalhei com cerca de cinquenta homens. Para fazer uma mensagem sobre toda a administração, tive de pegar documentos básicos das pessoas que sabiam a história dos serviços de cada um dos ministérios, de cada uma das atividades e fazer uma triagem desses documentos, fazer a discussão, adotar texto, consultar sobre certos pontos e ter uma equipe central de edição (...) nós fizemos o trabalho, mas só foi possível porque acampamos na Imprensa Oficial nos últimos 10 dias".(33)

Durante essa gestão, todas as Mensagens de Março ao Congresso foram elaboradas pela Assessoria, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos. Soares Pereira nos dá sua própria versão da aprovação e elaboração dos projetos em ordem cronológi-

ca:

- Plano do Carvão Nacional - lei Nº1.886 de 11 de junho de 1953;
- Imposto único (parcela) ao programa do Petróleo (lei Nº1.749 de 28 de novembro de 1952) que precedeu e tornou possível a criação da Petrobrás - lei Nº2.004 de 3 de outubro de 1953;
- Estudo e constituição da primeira Diretoria da Petrobrás;
- Banco do Nordeste do Brasil - lei Nº1.649 de 19 de julho de 1952. Esse órgão visava combater as secas e auxiliar a população nordestina sem a intermediação das oligarquias locais;
- Projeto de Reforma Administrativa do Serviço Público: levada ao Congresso em abril de 1952, só foi aprovada após a morte de Vargas, em 1954;
- Plano Nacional de Eletrificação, 1953. Esse Plano foi desmembrado em dois projetos: um referente à criação da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, e outro, referente ao Fundo Federal de Eletrificação a ser gerido pelo BNDE. Esse Fundo, denominado Plano Nacional de Eletrificação, foi votado, em primeira instância, durante a crise de agosto de 1954 e sancionado, em 31 de agosto de 1954, sob Nº308. A lei do rateio entre os Estados, somente foi votada, em 8 de novembro de 1956, na gestão de Juscelino. A Eletrobrás foi aprovada, finalmente, pelo Congresso, em 1961 - lei Nº3.890A de 25 de abril de 1961, na gestão de João B. Goulart.(34)

Outros projetos, não mencionados aqui por Soares Pereira, merecem ser indicados:

- Carteira de Colonização do Banco do Brasil;
- Instituto Nacional de Imigração;
- Comissão Nacional de Política Agrária;

- Comissão de Desenvolvimento Industrial (subordinada ao Ministério da Fazenda e responsável pelas linhas "mestras" da política econômica deste governo);
- Plano Nacional do Babaçu;
- Projetos de Seguro Agrícola e de Crédito Rural;
- Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis - embrião do Grupo Executivo da Indústria Automobilística - GEIA, da gestão de Juscelino Kubitschek. (35)

O projeto mais polêmico e conturbado dessa gestão foi, certamente, o da Petrobrás. Entre discussões com Congressistas e especialistas, sua elaboração demorou 9 meses, mas sua história é bem mais antiga e complexa.

Desde o início do século, no governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902), geólogos e técnicos em mineralogia percorriam a Amazônia e alguns estados, tais como a Bahia, estudando suas jazidas de carvão e de petróleo. (36) No final da década de 20, no governo de Washington Luiz, foi encaminhado ao Congresso um projeto nacionalista referente à exploração de petróleo, de autoria de Euzébio de Oliveira (então Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura).

No início da década de 30, segundo Moniz Bandeira, os monopólios americanos e europeus disputavam o controle de todas as jazidas de petróleo e de minérios que existiam no Continente sul-americano. Segundo esse autor, as principais empresas interessadas eram: a Royal Dutch-Shell (predominantemente inglesa) e a Standard Oil. (37) Talvez por essa razão, antes da Constituinte de 1934, a polêmica tenha assentado pela emenda de Mar-

condes Filho e de Simões Lopes Neto, dizendo que "As jazidas de petróleo não podem pertencer a estrangeiros, nem por eles ser exploradas".(38) Com os tenentes no poder, a Constituinte de 1934 cancelou os contratos da Standard Oil e da Dutch-Shell existentes no país, tornando toda a riqueza do subsolo propriedade da nação. A Carta de 1937 ainda reforçou os preceitos nacionalistas de 1934. Nada, entretanto, impedia que as referidas companhias continuassem seu 'lobby'.(39)

Nessa linha, ainda em 1936, por sugestão de um relatório de Júlio Caetano Horta Barboza, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, relacionando-o à defesa nacional. Esse Conselho foi efetivado através do Decreto-lei Nº395 de 29 de abril de 1938, na administração do presidente do Conselho Federal do Comércio Exterior Barbosa Carneiro. O Decreto-lei Nº539 cria o organismo para executar a política delineada pelo governo. Como membro do Conselho Federal do Comércio Exterior, Soares Pereira assessorou Horta Barboza na elaboração dos dois projetos. Segundo Morniz Bandeira, "há uma versão segundo a qual a nacionalização do subsolo, correspondia, na década de 1930, aos interesses da Standard Oil e da Royal Dutch (Shell) que não desejavam extrair o petróleo do Brasil, porque havia superprodução mundial, e sim, guardá-lo, como reserva, evitando que caíssem em poder dos alemães. Os alemães, na época, manifestaram interesse pelo petróleo brasileiro. O Governo de Alagoas chegou a contratar os serviços de uma firma alemã 'Piepmeyer & Cia.' Seção ELBOF de Cassel, que constatou a presença de petróleo naquele estado".

A sugestão de Moniz Bandeira no interesse do petróleo brasileiro por parte dos referidos cartéis com a única finalidade de possuir reservas não foi descartável no contexto da 'Guerra Fria'. Ao longo da década que se iniciou, após a criação do Conselho Nacional do Petróleo, se avolumaram problemas relativos à escassez de matéria prima, problemas de ordem técnica e mesmo boicote nas tentativas do órgão na importação de sondas. Enquanto isso, o combustível começou a ser um item bastante dispendioso na balança de pagamentos do país pelo aumento da utilização de veículos a motor, com o acréscimo das instalações geradoras de energia elétrica. Onde, porém, estariam as ambicionadas reservas?

Se elas existem em quantidade ainda está para ser provado. A importância hipotética delas, entretanto, é notável. Altos funcionários do governo se comprometiam com as referidas firmas (Standard Oil e Royal Dutch-Shell). Ainda notório foi o exemplo de dois técnicos americanos do CNP que, apesar de declarar, internamente, a inexistência de jazidas, publicaram anúncios para préstimos na exploração de petróleo brasileiro, em revistas estrangeiras: eram Mark C. Melamphy e Victor Oppenheim. Quero apenas salientar o folclore criado em torno do tema ainda antes de 1951.

A nacionalização do subsolo sofreu, no entanto, em meados da década de quarenta, uma mudança decisiva com a exposição de motivos do então Presidente do CNP, Coronel João Carlos Barreto, confirmando a escassez de recursos para pesquisa e industrialização do petróleo e recomendando a participação de capitais externos. O Estatuto do Petróleo, enviado ao Congresso, em 1948,

como reformulação da política de petróleo, surgiu desse parecer. Entrementes, pessoas ilustres da gestão de Eurico Gaspar Dutra eram ligadas aos dois cartéis interessados. Entre elas:

-o ex-presidente do CNP, Dr. Odilon Braga, que chegou a exercer a presidência da Gas Esso, da Standard Oil;

-o Dr. Morvan Figueiredo, Ministro do Trabalho, da Indústria e do Comércio; o Dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura; o Dr. Corrêa e Castro, Ministro da Fazenda de Eurico G. Dutra,

todos acionistas da Standard Oil do Brasil. A interpretação do texto do referido projeto de lei sugere a remoção de "embaraços legais que até aqui têm impossibilitado a conjugação de capitais e de esforços de brasileiros e de estrangeiros". (41)

-o Comandante Juarez Távora, da Escola Superior de Guerra - ESG, sempre ligado aos altos círculos políticos do país, foi presença marcante no debate a favor da internacionalização da questão do petróleo no Brasil.

Não é de estranhar que, finda a gestão udenista de E.G. Dutra, a ala do exército liderada por Júlio Caetano Horta Barboza e Newton Estillac Leal fez da estatização do petróleo a bandeira de sua candidatura para o Clube Militar, em 1950. Em outra parte deste trabalho, saliento a importância política do referido Clube. A ala oposta, simpatizante com Juarez Távora, aceitou o desafio e debates públicos que conquistaram pontos para os nacionalistas dentro do exército. A proposta de Juarez Távora foi arquivada publicamente ainda, em 1950.

É possível concluir que a questão do petróleo estava politicamente decidida já, em 1950, mas não resolvida ou aceita pelos contendores liberalizantes. Ao assumir, Vargas endossou o com-

promisso com os nacionalistas, indicando N. Estillac Leal para a pasta do Exército, mas não fechou as portas para o capital estrangeiro. (42) Dessa maneira, pediu à sua Assessoria que elaborasse os estatutos necessários para a criação do órgão, uma empresa do Estado (Petrobrás), criando recursos para a pesquisa que seria de exclusividade do Estado. O coordenador do projeto foi Rômulo de Almeida; Soares Pereira foi encarregado da parte econômica e Neiva de Figueiredo, da parte técnica.

O intervencionismo de Estado, pelo menos no caso do Petróleo, parecia ser algo decidido. Vale dizer, em termos de sua estatização. Tal, entretanto, não era a intenção dos formuladores do projeto. Uma fração da União Democrática Nacional - UDN decidiu mudar as regras do jogo, radicalizando, apoiando a estatização da Petrobrás em todos os níveis, contra o projeto governamental que previa apenas a estatização parcial. Por esse motivo, o projeto do governante foi apontado em intensa campanha publicitária como sendo "entreguista". A UDN, empunhando, então, a bandeira nacionalista, fez crer às massas aturdidas que a mudança súbita de posição, ao menos dessa vez, pela falsa moralização, a faria ganhar popularidade.

Exemplificando a falta de consenso quanto à estatização da Petrobrás dentro da própria UDN, temos os depoimentos de Odilon Braga e Glycon Paiva. Em abril de 1952, Dr. Odilon Braga, ex-Ministro da Agricultura e, na época, advogado do Banco do Brasil, publicou um pequeno artigo sobre "Monopólio Estatal e Livre Empresa", no qual reitera a posição de seu partido, a UDN. Nele, afirma estar de acordo com seus colegas, nominalmente, o General Juarez Távora e o engenheiro Glycon de Paiva (da Comis-

são Mista e, mais tarde, do BNDE). Segundo eles, a UDN apoiava "o monopólio estatal de ação indireta, exercido por meio de um novo tipo de concessão, que não é nem de domínio pleno, nem resolúvel, mas de uso e gozo do privilégio oficial". Em 1965, Glycon de Paiva ainda escreveu sobre o problema da Petrobrás. Associou nacionalismo com estatismo, acrescentando que a lei Nº2.004, criando o monopólio de Estado no petróleo eliminava, de maneira radical, a presença de qualquer outro empresário econômico na procura do petróleo brasileiro. Acusou a Petrobrás de ser uma espécie de Boi Ápis, um animal sagrado que deveria ser sacrificado em nome da eficiência econômica. Pediu, finalmente, uma reorientação da opinião pública em relação ao petróleo, acusando o nacionalismo brasileiro de ressentimento coletivo em face do próprio atraso..."(43).

Assim, a inversão das posições políticas do projeto e sua tramitação no Congresso, com a conseqüente mudança da intenção original do governante (que pretendia fazer uma companhia "holding", mas não monopólica) contrariava os interesses alienígenos, mas dava aos opositores de Vargas a ocasião de "ousar". Bem cedo, no poder, eles passaram a tentar reformular a lei Nº2.004. Em vão. Ela deixara o campo das elites para fazer parte da mitologia popular.

Desse modo, a tumultuada sessão do Congresso cancelou, por ser entreguista, o projeto da Assessoria.(44) Esse projeto previa uma empresa controladora central, e atuaria, algumas vezes diretamente, mas geralmente através de organizações em função de áreas ou em função de setores, para ter bastante flexibilidade e descentralização. As subsidiárias seriam divididas em duas

categorias: uma, relacionada com exploração, produção, refino e transporte (com controle absoluto do governo) e outra categoria, que previa petroquímica, atividades produtoras de equipamentos e insumos básicos da Petrobrás, onde estava prevista a participação de capital estrangeiro. Há uma flagrante ambiguidade na aprovação do projeto pelo Congresso, quer tenha sido aceita uma proposta da UDN ou não. Cleantho de Paiva Leite alega que uma das vezes em que foi capaz de perceber o estadista intensamente feliz deveu-se à aprovação da lei Nº2.004 pelo Congresso.(45)

No campo das relações Brasil-Estados-Unidos, a aprovação da lei Nº2.004 constituiu um verdadeiro colapso. Desde 1952, funcionários americanos, ligados às instituições de crédito para a Comissão-Mista, ameaçavam sustar os pagamentos concedidos, se o governo não tomasse medidas reformulando a lei da remessa de lucros e da estatização do petróleo. O embaixador americano no Brasil, orientou, na época, seu 'staff' para fazer qualquer coisa para matar a lei da Petrobrás. Valentim Bouças, assessor financeiro da Comissão-Mista, encontrando o Presidente do Banco Mundial, Eugene Black, em maio de 1952, escreveu a Vargas (do Waldorf-Astoria Hotel) que a causa do mau entendimento entre o Brasil-Estados-Unidos residia na lei da remessa de lucros e no projeto da Petrobrás no Congresso. Segundo V. Bouças, o nome de Vargas teria ficado em evidência na imprensa americana como 'perseguidor' do capital estrangeiro.(46) O trabalho de Warren M. Weis mostra que as pressões americanas para a mudança da legislação do petróleo permaneceram acirradas até o final da década de 50.

Aceita a lei Nº2.004 pelo Congresso, a Assessoria apressou-se a formar a nova Diretoria da Petrobrás. O presidente indicado para o cargo foi o udenista Juracy Magalhães, que permaneceu no cargo apenas 4 meses: de 10.05.1954 a 2.09.1954. Um dos três Diretores apontados era membro da Assessoria, João Neiva de Figueiredo, que permaneceu no cargo até 12.11.1957. Se a aprovação da referida lei se deu graças as divisões internas da própria UDN, sua revisão foi ser bastante difícil.(47)

A ênfase que o governante conferiu aos projetos do Plano Nacional do Carvão, da Petrobrás e da Eletrobrás caracteriza o tipo de intervencionismo de sua gestão. Intervinham em áreas polêmicas, via de regra, assuntos que, tal como o petróleo, possuíam uma história burocrática não isenta de pequenos escândalos, de envolvimento administrativo com as firmas que controlavam os referidos setores. Um vespeiro. Essa também é a história da Eletrobrás.

Desde o final do século passado, as cidades brasileiras eram privilegiadas com o fornecimento de energia elétrica por parte de duas subsidiárias estrangeiras, a American Foreign Power Corporation e a Light & Power, canadense, cuja oferta não acompanhou a demanda. Nas palavras de Soares Pereira, "A indústria de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição), conduzida no país sob o regime de concessões, era, ao iniciar-se o segundo Governo Vargas, uma indústria consolidada, com cinco décadas de desenvolvimento, pois surgira no começo do século". Segundo Moniz Bandeira, "A exploração de eletricidade, cujo monopólio o americano William Reid conseguiu, em 1889, passara para as mãos do grupo canadense Light & Power, que, detentora

do mercado de São Paulo, conquistou, em 1905, o do Rio de Janeiro. O proprietário canadense era Alexander Mackenzie".(48)

O economista Ignácio Mourão Rangel, relator do "Plano Federal de Eletrificação", afirma que "as concessionárias estrangeiras de eletricidade haviam-se instalado no país, num momento em que as cidades eram apenas centros comerciais, precisavam de bondes e de iluminação, num sentido modesto. As empresas eram estrangeiras, seu ativo, as máquinas, os materiais, o combustível usado, e mesmo seus técnicos, em grande parte também eram estrangeiros. Com o passar do tempo e com a amortização resultante, o ativo ia-se nacionalizando, mas o capital continuava estrangeiro. Com a crise mundial, as máquinas podiam ser recondiçionadas, e o Governo passou a subsidiar os serviços estrangeiros dessas empresas com recursos nacionais".(49)

Não havia, entretanto, outra opção que o Estado pudesse ter face à importância da prestação desses serviços às maiores cidades do país. Entre elas: São Paulo e seus arredores, Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Recife, Natal, Vitória, interior do Estado do Rio de Janeiro e a própria cidade do Rio de Janeiro. Controlavam, portanto, o eixo de maior importância no fornecimento de energia elétrica, o eixo Rio-São Paulo. Apenas a periferia, as regiões menos desenvolvidas, tinham seus serviços de energia elétrica a cargo de pequenas empresas nacionais ou dos governos estaduais ou municipais.(50)

Nessa linha, a proposta da criação da Eletrobrás constituía, a bem dizer, uma agressão. Segundo Leão Teixeira Neto: "A Light era dona do bonde, da luz, do gás, do telefone, e de alguns

ônibus, no Rio de Janeiro e São Paulo, as duas grandes cidades do Brasil. Então a Light era um Estado dentro do Estado! Criar a Eletrobrás, não era acabar com a Light, mas era barrar o caminho. Então foi uma parada duríssima! (51)

Em função das dificuldades de ordem política que se foram apresentando, marcadas pela falta de sistematização de serviços por parte do Conselho de Águas e Energia (órgão subordinado à Presidência da República), a elaboração do projeto foi lenta. Em dez anos de funcionamento, o referido órgão não elaborara nenhum plano. Em onze meses de trabalho, Soares Pereira conseguiu elaborar o primeiro Plano Nacional de Eletrificação; esse trabalho findou-se no primeiro semestre de 1953. Entre maio e agosto daquele ano, Vargas encaminhou ao Congresso projetos de leis estabelecendo o imposto único sobre energia (Artigo 15 da Constituição). (52)

Segundo Soares Pereira, o maior empecilho para o desenvolvimento e aprovação da Eletrobrás residia, sobretudo, naquilo que ele chamaria de espírito privatista ou regime de concessões. "O Poder público concedia a exploração de desníveis hidráulicos ou a exploração de instalações térmicas, para a geração de energia elétrica e assegurava a exclusividade de abastecimento para determinada área. Cada empresa geradora não sofria nenhuma concorrência na sua área. E nem é possível, na indústria de geração de energia elétrica, a existência de empresas com serviços superpostos: os investimentos a realizar são de tal ordem que impõem o monopólio de fato. No caso de concessão, o monopólio era "de jure". (53)

Em abril de 1954, Vargas submeteu ao Congresso o projeto de lei instituindo o Plano Nacional de Eletrificação, e solicitou autorização para que a União criasse uma sociedade, por ações, destinada a levar a efeito a constituição da Empresa Mista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -ELETROBRÁS. A criação do Fundo Federal de Eletrificação, cujos recursos seriam administrados pelo BNDE, foi uma maneira de contornar a provável demora que o projeto teria em sua aprovação no Congresso.(54)

A idéia da Assessoria de Vargas era de contornar um enfrentamento com as empresas privadas, principalmente aquelas de capital estrangeiro e promover a eletrificação do país, onde ainda não haviam sido dadas concessões, embora houvesse demanda. As empresas regionais gerariam energia, transmitindo-a não somente para iluminação pública, como também para mover as indústrias. Nessa linha, o desenvolvimento da energia elétrica em Minas Gerais é caso típico.(55)

O anacronismo e a incapacidade de atender a crescente demanda, fatalmente tornariam necessárias as medidas que Vargas tomou com relação ao fornecimento de energia elétrica do país. Por sua vez, a criação do Fundo Federal de Eletrificação, administrado pelo BNDE, em pouco tempo ampliou enormemente as concessões no país. Para poder usufruir dos recursos desse Fundo, as concessionárias estrangeiras fizeram em "lobby" a "Semana de Energia Elétrica" em São Paulo, em 1953, com o apoio de Eugène Guidin, Diretor da AMFORP e de Roberto de Oliveira Campos, Diretor do BNDE. Recorrendo ao Fundo, a Light gradualmente transformou-se, ao longo da década de 50, num dos pólos políticos de conflito no interior do próprio BNDE.(56) O impasse dos débitos

contraídos por parte dessas subsidiárias junto ao Fundo, foi finalmente resolvido através da subscrição de ações dessas companhias ao Banco como forma de financiamentos.

Trabalhando, na época, na Procuradoria da República, Barbosa Lima relata que, no início da década de 50, as duas subsidiárias de fornecimento de energia elétrica praticavam a venda de bens reversíveis. Em se tratando de espaços públicos extremamente valorizados, sua venda era muito lucrativa e os impedimentos legais, óbvios, eram lentos diante do jogo de pressões e das habilidades dos advogados dessas empresas. Outra prática considerada danosa para o interesse público se referia à falta absoluta de manutenção de bens, especialmente maquinários que, pelo tempo de uso, já se haviam tornado reversíveis: reverter o inútil era uma maneira de minar o sistema.(57)

Para Soares Pereira, o regime de concessões foi o maior obstáculo para a implantação inicial da Eletrobrás. Ao longo dos anos em que os centros urbanos foram se beneficiando do Fundo Federal de Eletrificação, um novo problema surgiu para a aprovação desse projeto. Segundo Carneiro Leão, o projeto inicial previa que a fabricação de equipamentos elétricos também caberia ao Estado. Quando o Congresso suprimiu essa cláusula, finalmente a lei pôde ser aprovada. Quando ela foi suprimida, as multinacionais pararam de bloquear o projeto porque, daí em diante, a Eletrobrás passava a ser, para elas, um mercado de equipamentos. Ele se refere, no caso, à General Electric e fabricantes de equipamentos elétricos em geral.(58)

Em setembro/outubro de 1962, o economista Eugène Gudín, um dos mais respeitáveis nomes da economia nacional, publicou seu desagravo à aprovação da lei da Eletrobrás pelo Congresso. Acusou a elaboração inicial da lei, já tramitando há 10 anos pelo Congresso, de nacionalismo xenóforo, transferindo a indústria de energia elétrica do setor de iniciativa privada para o campo estatal. Justificava sua crítica ao estatismo pela baixa remuneração de capital instalado da área, enquanto a taxa de investimento requerida era alta. Finalizava seu artigo, acusando as estatais de serem ninhos de empreguismo e de baixa eficiência, comparadas às empresas de iniciativa privada do país. (59)

Um outro projeto importante se refere ao Banco do Nordeste do Brasil - lei Nº1.649 de 19 de julho de 1952. Refletiu a preocupação de Vargas em minorar o problema do Nordeste, tendo seu mandato coincidido com uma das maiores secas daquela região. As dificuldades climáticas haviam transformado há muito, naquela região, os auxílios federais em uma "indústria" pelas hegemonias locais. Esse fato impedia a racionalização de qualquer programa a médio ou longo prazo. Essa instituição, além de promover investimentos na área agrícola e industrial, visava também combater a má utilização das verbas federais, ou mesmo seu desvio. (60)

O novo Banco pretendia agilizar o recrutamento, fazendo do concurso um item obrigatório para a seleção: algo inédito até então. Com o auxílio de Tomas Pompeu Accióly Borges, Rômulo de Almeida renovou, desse modo, o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. O DNOCS é o órgão federal encarregado de auxílio ao Nordeste em suas dificuldades periódicas.

No cronograma das etapas julgadas essenciais para o estabelecimento do Banco, Rômulo de Almeida previa uma viagem aos Estados- Unidos para obtenção de recursos institucionais. Em setembro de 1953, o Assessor contatou o Presidente do Banco Mundial, Eugene Black e o próprio Milton Eisenhower, irmão do presidente americano. O Banco Mundial aprovaria auxílio ao Banco, desde que um técnico daquela instituição acompanhasse a sua implantação. O técnico escolhido para o cargo foi S.H. Robock, Professor de Economia, que se mudou para o Brasil com sua família.

A segunda etapa da visita de Rômulo de Almeida aos Estados- Unidos foi de natureza política. Incluía um discurso, como Delegado visitante na Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 26 de outubro de 1953.

A poucos meses do suicídio de Vargas, o discurso do chefe da Assessoria Econômica fez um balanço crítico das relações entre os dois países. Atacou o Banco Mundial em sua ênfase na promoção ao desenvolvimento pela iniciativa privada, apontando a insuficiência das verbas alocadas para a América Latina, em geral. "Se o problema, disse ele, é o desenvolvimento, as taxas de crescimento da América Latina no pós-guerra são financiadas pelas próprias economias locais." Pondera, assim, a "falta de importância" do investimento estrangeiro no início da década de 50, no Brasil. (61)

Outro ponto, em seu discurso, se refere à insistência com que os investimentos estrangeiros pretendem "explorar recursos petrolíferos e mineralógicos", através de concessões e privilégios.

gios considerados inaceitáveis pela opinião pública dos países em questão. Essa clara alusão ao problema da Petrobrás e da mineração estrangeira no Brasil mostra o grau de hostilidade com que ambos os lados defendiam suas posições.

Para finalizar seu discurso, Rômulo de Almeida lembra que "a exortação permanente (por parte dos países desenvolvidos) de que os países insuficientemente desenvolvidos se auxiliem a si próprios, representa a reiteração do óbvio. Observa que as preocupações com a corrida armamentista eram bem mais importantes do que aquela canalizada para o auxílio do desenvolvimento econômico latino-americano. (62)

A visita do chefe da Assessoria Econômica da Presidência às Nações Unidas foi precedida de várias tentativas, por parte do governo brasileiro, de normalização das relações entre os dois países. O discurso ocorreu como um diagnóstico negativo, o encerramento das tentativas por parte do governo brasileiro para melhorar uma situação considerada crítica. As tentativas, por parte de Vargas, que antecederam o referido discurso na ONU, começaram oficialmente em abril de 1953. Nessa data, o governante envia sua filha, Alzira, e seu genro, Ernâni do Amaral Peixoto aos Estados- Unidos. O casal tentava avaliar as possibilidades de continuidade da Comissão Mista na nova gestão republicana. A visita foi em vão e, mesmo o aceno de maior fornecimento de material estratégico (urânio e titânio), a ser incorporado no Acordo Militar existente, não interessou a D. Eisenhower. Naquele momento, havia um consenso na política americana com relação ao Brasil de que NENHUMA assistência seria fornecida sem revisão da lei do petróleo e estabilidade financeiri-

ra.(63)

é sabido que a canalização de recursos para os projetos da Comissão Mista sofreu forte interferência por parte de firmas estrangeiras, sediadas no Brasil, como também pressões políticas. Essas últimas ocorreram, principalmente, pelo fato de George Humphrey, Secretário do Tesouro na Administração de D. Eisenhower, ser, ao mesmo tempo, proprietário da Hanna Mining Corporation com interesses de mineração no Brasil. Sem falar de outros desvios das verbas para os projetos da Comissão Mista, o Secretário do Tesouro Americano, enquanto proprietário da referida companhia, conseguiu uma verba de US\$67,5 milhões para a mineração de suas jazidas no Brasil. Outros projetos brasileiros importantes recebiam quantias inferiores a US\$20 milhões.(64)

Na gestão de Juscelino, Hanna Mining Corporation propôs a compra da Companhia Vale do Rio Doce. A proposta, considerada insatisfatória senão irrisória, foi, então, recusada.

Esse lado nebuloso dos acordos financeiros entre os dois países não parecia preocupar os governantes americanos. Finda a Guerra da Coreia, as preocupações com minerais estratégicos e alinhamentos políticos permitia que a diplomacia americana pudesse ser vista em toda sua nudez. Assim, quando Rômulo de Almeida frisa que exortar o empenho da livre iniciativa e do desenvolvimento auto-sustentado para os países "insuficientemente" desenvolvidos, significa sadicamente reiterar o óbvio, não está acrescentando nada que seus ouvintes não soubessem. George Humphrey teve a ocasião de salientar para Glycon Paiva, posteriormente, o desagravo dos investidores americanos frente ao nacionalismo brasileiro, visto como uma barreira ou impedimento

para a entrada de capitais privados. Tido como emocional e agressivo, o nacionalismo precisava ser eliminado a curto prazo. (65)

Como herdeiro político de Vargas, Juscelino aparentemente esqueceu as lições que a história ensinara ao velho ditador. Vai celebrar o Pan-Americanismo elaborado pelo empresário-poeta, Augusto Frederico Schmidt.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Ver: Benevides, M.V.M. de A UDN e o Udenismo, pps.84 e 85; Soares D'Araújo, M.C. O Segundo Governo Vargas, pps.69; Dreifuss, R.A., ob. citada, pps.241, 293, 360 e 446, mostrando a participação de Juarez Távora no golpe de 1964.

(2) Ver: H.Trindade Integralismo, ob. citada, p.33; Ivan Lins História do Positivismo no Brasil, ob. citada, que mostra as vinculações de G.Vargas e sua família com o Apostolado, pps.177, 182, 200, etc.

(3) Ver: Classe Média e Sistema Político no Brasil, São Paulo, Ed. T.A. Queiroz, 1984, p.90.

(4) Malta, Octávio Os tenentes na revolução brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969, p.71 e Saes, Décio, ob. citada, p.90.

(5) Ver: Saes, D., ob. citada, pps.89-91 e O.Malta, ob. citada, pps.69-75. Ver: O General Góes depois..., Rio de Janeiro, L. Coutinho, Livraria Ed. Coelho Branco, 1955, p.240.

(6) Em 1931, antes de formar a Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado publica na coluna do jornal O Razão denominada "A Nota Política" pequenos artigos críticos a respeito da conjuntura política. A citação do texto foi publicada no dia 16.08.1931 e denominada "Preliminares". Em outro documento (FPS051.007.001-AIB-E) também do mesmo ano P. Salgado reforça o argumento. Fonte: Arquivo Histórico do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, Arquivo Plínio Salgado - Documento sobre a Fundação da Sociedade de Estudos Políticos - S.E.P.

(7) Ver: Ricardo B. de Araújo In Medio Victus: Uma análise da obra integralista de Miguel Reale, Rio de Janeiro, CP-DOC/FGV, 1988, pps.22 e 30.

(8) Arquivo Plínio Salgado, Rio Claro. Na documentação existente, existe a menção de uma importante "Reunião Geral"

ocorrida em outubro de 1932, no Palace Hotel onde as principais linhas do grande movimento integralista foram apresentadas. O Documento lista as seguintes pessoas presentes:

- Francisco C. San Thiago Dantas;
- Antonio Galotti;
- Lourival Fontes;
- Madeira de Freitas;
- Thiers Martins Moreira;
- Raimundo Padilha;
- Antonio B. Giudice;
- Américo Jacobina Lacombe;
- Hélio Viana e outros. O livro de R.A. Dreifuss, ob. citada, tem o mérito de destacar vários dos nomes acima indicados como atuantes no golpe de 1964.

(9) Ver o surgimento, em 1955, da Revista Brasiliense publicada por Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Skidmore, T.S., ob. citada, pps.87, 109 e 361. Francisco Weffort critica a própria utilização da palavra populismo. Ver: F. Weffort A Política de Massas, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965, pps.186-198.

(10) Trindade, H., ob. citada, p.139 e Saes, D., ob. citada, p.70. Ver ainda: Trindade, H., ob. citada, pps.155 e 167.

(11) Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, p.134.

(12) Almeida Rômulo, ob. citada, 1986, pps.50 e 51 e 1985, pps.37, 41, 44, 46 e 47.

(13) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1986, pps.195 a 201.

(14) Ricardo B. de Araújo In Medio Victus: Uma análise da obra integralista de Miguel Reale, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1988, p.30; ver ainda: Trindade, H., ob. citada, pps.238-242. De fato, os integralistas teóricos parecem muito mais interessados em combater o capitalismo, sua vertente internacional e o liberalismo como doutrina econômica, associando-o com o conceito "anárquico de liberdade". Ver ainda: Almeida, Rômulo, 1986, pps. 37-44.

(15) Ver: Almeida, Rômulo, 1986, p.46. Verbetes de Roberto Simonsen e de F.C.San Thiago Dantas no Dicionário Histórico-Biográfico, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; ou ainda, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Coleção F.C.San Thiago Dantas.

(16) Almeida, Rômulo, 1986, p.44.

(17) As informações obtidas sobre os membros da Assessoria provêm de fontes diversas. Variam desde livros autobiográficos como os de Jesus Soares Pereira e de Rômulo de Almeida, Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC/FGV, assim como trechos de entrevistas ao Arquivo de História Oral do CPDOC/FGV ou, ainda, entrevistas realizadas pela própria autora. Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira foram, certamente as duas pessoas mais importantes para a elaboração dos projetos que Vargas encaminhou para sua Assessoria. Esta seria a descrição de seus membros:

JESUS SOARES PEREIRA: cearense, nascido em 1910, era autodidata em vários campos tais como finanças, energia, re-

florestamento, transporte, etc. Realizou seus estudos, em grande parte, buscando subsídios para os projetos que elaborou enquanto funcionário público. Iniciou sua carreira de funcionário público em 1931, no DASP. De temperamento austero e hábitos franciscanos, declarava-se positivista. Frequentava grupos organizados do "Apostolado Positivista" do Rio de Janeiro. Influenciado pela morte precoce de seu irmão caçula por sequelas de prisão (e que era marxista), J. Soares Pereira desenvolve uma consciência política crítica. O próprio Rômulo de Almeida considerava Soares Pereira um homem de esquerda. Seu livro póstumo, entretanto, mostra que suas raízes positivistas sempre foram coerentes ainda que radicais. Foi Assessor do Conselho Federal do Comércio Exterior durante a década de 30 e de 40. (Para informações sobre o Conselho Federal de Comércio Exterior, conferir p.17) Soares Pereira conheceu Rômulo de Almeida na Assembléia Constituinte de 1946. Ambos fizeram parte da Comissão de Investigação Econômica e Social. Aliados a Tomas P.A. Borges, os dois primeiros fizeram estudos relacionados à área de transportes para a criação da Rede Ferroviária Federal.

OTTOLMY DA COSTA STRAUCH: nascido em Porto Alegre em 1917, formou-se advogado pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro e Administração de Empresas nos Estados Unidos. Conheceu Rômulo de Almeida no movimento integralista do qual participara (informação de Dr. Cleantho de Paiva Leite). Defensores da análise econômica para a compreensão da realidade social, traduziram juntos, no início da década de 40, um livro de economia (Princípios de Economia, de Alfred Marshall). Além de pertencer ao DASP, Ottolmy foi, várias vezes membro do Comitê de Contribuições da ONU. Trabalhou como economista nos projetos da Comissão-Mista. Após o suicídio de Vargas e a gestão de Café Filho, passa a trabalhar no Gabinete de Lúcio Meira com Cleantho de Paiva Leite. O Almirante Lúcio Meira era o responsável pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística - GEIA na gestão de Juscelino Kubitschek.

TOMAS POMPEU ACCIOLY BORGES: nasceu em Fortaleza, Estado do Ceará, em 17.12.1908. Em depoimento ao Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, afirma ter ingressado na Aliança Nacional Libertadora, na Paraíba, depois da Revolução de 1930. Trabalhava, na época como engenheiro da Great British Western. O programa da ANL tinha, segundo ele, um slogan: Pão, Terra e Liberdade. Influenciado pelas idéias marxistas de Agildo Barata, passou a divergir dos ideais tenentistas. Ingressa, em 1947 na Fundação Getúlio Vargas. Criador da seção "Conjuntura Social" da revista Conjuntura Econômica da FGV era responsável pelos dados concernentes à renda, custos, etc. que permitiram a maior parte das análises sociológicas da época (década de 50); na referida seção, analisava mortalidade infantil, problemas agrários, suicídio, nutrição, etc. Desde a década de 30 pertencia ao Sindicato Nacional de Engenheiros. Sua aproximação com Rômulo de Almeida e J. Soares Pereira ocorreu durante a Constituinte de 1946, quando os três participaram da Comissão de Investigação Econômica e Social. Sua principal preocupação era a formulação de um projeto de Reforma Agrária no país. Este sonho vai ser posto no papel durante a gestão de João B. Goulart, quando, com F.C. San Tiago Dantas formula o projeto que teve grande repercussão nacional. Após o suicídio de G. Vargas, em 1954, Tomas Pompeu retorna integralmente para a FGV. Admitido em

1947 naquela instituição, demite-se, em 1958, por divergências políticas. Eugène Gudín, presidente da Fundação, apontou Alexandre Kafka e Octávio Gouveia de Bulhões para orientar o Instituto de Economia. Segundo Tomas Pompeu, "ambos reacionaríssimos"! A Seção "Conjuntura Social" começou, então, a sofrer censura porque segundo eles - agora apoiados por Garrido Torres - a seção revelava uma tendência politizada de esquerda que "contrariava" o espírito da FGV e da revista Conjuntura Econômica. O grupo de Tomas Pompeu, integrado por Mário Magalhães, Luís Vasconcelos, Sérgio Hasselmann demite-se em conjunto e passam para a revista Desenvolvimento e Conjuntura mantida pela Confederação Nacional da Indústria - CNI. Segundo Tomas Pompeu, outros economistas já colaboravam naquela revista: João Paulo de Almeida Magalhães, Mário H. Simonsen e Maurício Reis (este último mais próximo das idéias dele). Irmão de D. Lavínia, esposa de Juracy Magalhães, este Assessor teria, segundo Ignácio M. Rangel à autora, em maio de 1989, mantido suas convicções políticas até morrer, no início da década de 80.

CLEANTHO DE PAIVA LEITE: paraibano, nascido em 1921, era o mais jovem do grupo. Tinha apenas 30 anos quando assumiu suas funções na Assessoria. Ingressou no DASP em 1942. Desde cedo orientou suas preocupações para os problemas do desenvolvimento a nível internacional. Na Assessoria, desde o começo de 1952, tornou-se responsável pelos assuntos de relações internacionais. Elaborou uma publicação onde descreveu a rotina metódica de G. Vargas: O Assessoramento da Presidência da República, Rio de Janeiro, FGV, 1959, Cadernos de Administração Pública. Depois de formado, permaneceu algum tempo na Inglaterra onde fez uma especialização na área de Administração Colonial, em 1946. Com o início de sua carreira internacional na Organização das Nações Unidas - ONU, assessorou Ralph Bunche nos assuntos de tutela da ONU, em Nova Iorque, durante o período de E.G. Dutra. Conheceu, então, Rômulo de Almeida, no final da década de 40. Ligado aos quadros do Itamaraty - é, atualmente, Diretor Executivo da Revista Brasileira de Política Internacional e presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura-IBECC - Comissão Nacional da UNESCO.

JOÃO NEIVA DE FIGUEIREDO: geólogo, foi auxiliado em suas tarefas por membros da Comissão-Mista tais como Glycon de Paiva e Mário da Silva Pinto. Diretor da Petrobrás desde sua fundação, revê seus posicionamentos nacionalistas sobre a questão do petróleo. Diria Rômulo de Almeida, mais tarde: "foi uma sorte J. Soares Pereira ter falecido antes de saber que Figueiredo havia revisto suas posições..." (Almeida, R., 1986).

IGNÁCIO MOURÃO RANGEL: maranhense, nascido em 1914, advogado e economista autodidata como a maior parte dos outros assessores. Adota as teses da CEPAL. Declarou, em entrevista à autora em maio de 1989, ter sido indicado ao grupo por seu "parente" e grande amigo de Rômulo de Almeida: Ewaldo Correia Lima (então Diretor do Departamento de Economia da CNI e mais tarde, Diretor do BNDE). Em novembro de 1952 elabora um projeto de lei para a Assessoria e passa, então, a trabalhar regularmente nesta. Antes de ingressar para os quadros do BNDE, na gestão de Café Filho, termina um mestrado em Planejamento na CEPAL, no Chile. Do grupo, o único cassado, pela Revolução de 1964, foi Jesus Soares Pereira.

- (18) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1986, pps.44 e seguintes. Além de mencionar a falta de recursos, diz que a maioria estava desempregada.
- (19) Soares Pereira, J., ob. citada, 1975, pps.94 e 95.
- (20) Weber, Max *Economia y Sociedad*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, pps.773-774, 1979.
- (21) Idem, p.776.
- (22) O sentimento republicano positivista federativo faz com que Júlio de Castilhos inicie um jornal, em 1884, denominado *o Federacão*. Ver: Ivan Lins, ob. citada, pps.177 e 336. O projeto e documentos específicos da criação do BNB encontram-se no livro *O Nordeste no Segundo Governo Vargas*, de Rômulo de Almeida, 1985, pps.88 e seguintes.
- (23) Soares Pereira, J. *O Homem e sua ficha*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1988, p.119.
- (24) Soares Pereira, J. *Petróleo, energia elétrica, siderúrgica: a luta pela emancipação* [organizado por Medeiros Lima], Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975, p.37. A formação positivista de J. Soares Pereira permeia toda sua vida profissional e intelectual. Em seu livro póstumo, *O homem e sua ficha*, inicia cada capítulo com citações positivistas.
- (25) Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, pps.134-138. Em seus dois livros, Rômulo de Almeida menciona os incidentes que cercaram tanto sua indicação quanto aquela de seus assessores: 1986, pps.57-62 e 1985, p.44. Ver ainda: Arquivo de História Oral, Depoimento de Cleantho de Paiva Leite, 1983, p.167, Rio de Janeiro, Registro em 1986, CPDOC/FGV.
- (26) Almeida, Rômulo. Entrevista. Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, realizada em 21.03.1980, p.2.
- (27) Paiva Leite, C. Depoimento, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, ob. citada, 1986, pps.79-80, 107-109, 144-145.
- (28) A deterioração das relações Brasil-Estados-Unidos e os Acordos de materiais estratégicos são tratados em outra seção deste trabalho. Ver: W.M.Weis, ob. citada, pps.33-35 e 89-90; Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, p.146.
- (29) Martins, Luciano, ob. citada, p.335 e T.S. Skidmore *Politics in Brazil 1930-1945*, New York, Oxford Univ. Press, 1967, p.360.
- (30) Sola, Lourdes *The Political and Ideological constraints to Economic management in Brazil 1945-1963*, Oxford, Oxford Univ. Press, 1982, mimeo, tese de doutorado, pps.12-14, 109 e 115. Ver: Casemiro Ribeiro - Depoimento, 1975-9, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, História Oral, 1981, p.100.
- (31) Almeida, Rômulo, 1986, pps.195-201. Ver ainda: Lima, Valentina da Rocha, ob. citada, p.188.

(32) Revista Óbambá, citada em outra parte deste trabalho, reforça seus ataques ao governante a partir deste maio. Seu proprietário era Paulo Duarte, amigo de Assis Chateaubriand com quem trabalhara. Surgida, em dezembro de 1950, a revista fecha, em outubro de 1962. Seu público podia ser percebido principalmente em setores de classe média de São Paulo.

(33) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1985, pps.48, 49 e, 1986, p.52. Rômulo de Almeida não guardou o nome das pessoas que o auxiliaram na elaboração da Mensagem, mas além dos membros permanentes de sua equipe, cita: Hélio Jaguaribe, Glycon de Paiva, Mário da Silva Pinto e Geraldo Bastos. O Depoimento de A. Guerreiro Ramos ao CPDOC/FGV confirma ter ele também participado na elaboração da referida mensagem, bem como Lucas Lopes em seus depoimentos.

(34) Soares Pereira, J., ob. citada, 1988, capítulo 4: "Fé de ofício comentada", p.64 e seguintes. Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, pps.64, 75 e 135. Ver também, Almeida, R., ob. citada, 1985, p.45.

(35) Ver Depoimento de Cleantho de Paiva Leite, Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, p.123.

(36) Bandeira, M., ob. citada, p.206.

(37) Ver: Bandeira, M., ob. citada, p.254.

(38) Soares Pereira, J., ob. citada, 1975, p.58 e 174.

(39) Bandeira, Moniz, ob. citada, p.273.

(40) Soares Pereira, J., ob. citada, 1975, p.68 e seguintes e Bandeira, M., ob. citada, p.,318.

(41) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1986, pps.65-66 refuta algumas posições defendidas por Gabriel Cohn em seu livro Petróleo e Nacionalismo, São Paulo, Difel, 1968.

(42) Segundo Weis, W.M., ob. citada, p.109, G. Vargas acerta com a Royal Dutch-Shell uma sociedade 50/50. Esta última aceita a proposta, mas, posteriormente, rejeita-a, aconselhada pelos técnicos da Standard Oil of Brazil que a convenceu de que o velho governante 'deveria' aceder a melhores termos.

(43) Braga, Odilon "Monopólio Estatal e Livre Empresa", Rio de Janeiro, Digesto Econômico, Abril de 1952 e Paiva, Glycon "Nacionalismo e Petróleo", Rio de Janeiro, Digesto Econômico, 1965, Nº183, pps.6-10.

(44) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1986, pps.64 e seguintes.

(45) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1986, pps.67 e 68. Rômulo de Almeida qualifica de "infantil" a mudança de jogo da UDN. O projeto foi, informalmente, apresentado para discussão e observações antes de ser, finalmente, levado ao Congresso. Entre as pessoas consultadas cita: o Comandante da Escola Superior de Guerra - ESG, Juarez Távora; o ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Júlio C. Horta Barboza; o ex-Ministro da Guerra, N. Estillac Leal. Particularmente importantes, realça, fo-

ram as observações acrescentadas pelo Assessor de João Neves da Fontoura, F.C.San Tiago Dantas sobre a natureza das ações da empresa. Ver ainda: Soares Pereira, J., ob. citada, 1975, p.97.

(46) Weis, W.M., ob. citada, pps.42, 43, 59, 89, 123, 153-154 (com relação ao problema da Petrobrás). Ver ainda: GV 52.05.26.

(47) Soares Pereira, J., ob. citada, 1975, pps.115, 117, 120, 190. Juracy Magalhães é substituído, após o suicídio de G. Vargas, pelo Coronel Arthur Levy, que permanece um ano e cinco meses no cargo (Arquivo BNDES, Rio de Janeiro; Arquivo Petrobrás, pasta 428 - presidentes e diretores da Petrobrás, Rio de Janeiro).

(48) Soares Pereira, J., ob. citada, 1975, pps.115, 117, 120 e 190. Moniz Bandeira, ob. citada, p.191-192.

(49) Entrevista de Ignácio Mourão Rangel a Angela Coronel. Depoimento sobre os 30 anos do BNDE: 11.02.1982. Arquivo BNDES, Rio de Janeiro, pps.12-16.

(50) Soares Pereira, J., ob. citada, 1975, p.190; Olympio Guilherme, ob. citada, p.207-208.

(51) Entrevista de Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Neto a Angela Coronel em 29.03.1982. Depoimento sobre a história do BNDE. Arquivo BNDES, Rio de Janeiro, p.8.

(52) Soares Pereira, J., ob. citada, 1988, p.75.

(53) Idem, ibidem, p.75-76.

(54) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1985, p.45.

(55) Ver: Entrevista de Lucas Lopes, em 3.02.1986 a Bernardo Mata Machado e Jussara Frizzera, Rio de Janeiro, pps.6-16. Por indicação política do Ministro do Interior de E.G.Dutra, Lucas Lopes é apontado como Diretor de Planos e Obras da Comissão do Vale do São Francisco - CHESF, do qual Rômulo de Almeida fazia parte.

(56) Entrevista do Dr. Cleantho de Paiva Leite à autora, em Janeiro de 1989. Ver: GV 53.12.29/4, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

(57) Barbosa Lima Sobrinho: Arquivo de História Oral, CP-DOC/FGV, Rio de Janeiro, E-31 H.O. Oitava entrevista e seguintes, 15.09.1977.

(58) Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Neto era Chefe da Divisão de Energia do BNDE até 1967. Arquivo BNDES. Entrevista de Henrique C.Leão Teixeira Neto a Angela Coronel, em 29.03.1982, pps.8-10, Rio de Janeiro.

(59) Digesto Econômico, setembro/outubro 1962, Nº167. Eugène Gudín adota as palavras do presidente da UDN, na época, para apoiar suas teses. Membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas, em 1954, e durante a gestão de Juscelino; Diretor da American Foreign Power Co.- AMFORP, desde o início da década de 50 (Light), era, ainda, Diretor da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil (da Electric Bond & Share Co. EBASCO, da

I.T.T.) assim como da Standard Oil of Brazil. Ver: Dreifuss, R.A., ob. citada, p.45.

(60) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1985, pps.51-55, 67-69; e, 1986, p.236.

(61) Weis, W.M., ob. citada, p.144. A íntegra do discurso de Rômulo de Almeida foi publicada em Separata de Estudos Econômicos, revista da CNI, Nº11 e 12, Rio de Janeiro, 1954, sob o título: "Novas Medidas internacionais em prol do desenvolvimento econômico". Registrado no CPDOC/FGV sob nº GV 53.10.26/3.

(62) GV 53.10.26/3, pps.8-11.

(63) Com D. Eisenhower, o Subsecretário para Assuntos da América Latina, H.Cabot, é substituído por Henry F. Holland, Segundo W.M.Weis, ob. citada, a "Texas oil man" (p.139).

(64) Os desvios de verbas da Comissão Mista para investimentos estrangeiros no Brasil são tratados, em outra parte deste trabalho. Ver: Weis, W.M., ob. citada, p.97.

(65) O Presidente do BNDE, na gestão de Café Filho, o engenheiro Glycon Paiva, comenta (Digesto Econômico, Nº122, março/abril 1955) discurso do Secretário de Estado norte-americano, George Humphrey, proferido nos Estados-Unidos, quando da visita de Paiva aquele país.

4. Os Conselheiros do Príncipe: O IBESP

Na origem, uma série de questões sem respostas sobre o problema do desenvolvimento provocam ansiedades no país, no início das décadas de 50 e 40. Era o mesmo tipo de inquietação intelectual que já se fazia sentir na efervescência modernista da década de 20, cujo marco foi a Semana de Arte Moderna. Voltando às raízes do problema, dois momentos parecem ter sido decisivos para o tipo de pensamento intelectual analisado nesta parte do trabalho: a década de 30, com o advento dos tenentistas e dos integralistas; o segundo momento se refere a meados da década de 60 e de 70, com a Sociologia do Desenvolvimento.

De fato, os rumos cepalinos do desenvolvimento toma, no Brasil, a forma de Sociologia do Desenvolvimento. Foi a grande coqueluche intelectual daquele momento (1960-1975 aproximadamente). Estou falando, aqui, apenas das consequências que permitiram a ocorrência desse tipo de Sociologia. Ela, entretanto, não surgiu num vazio histórico. Como toda reflexão, tem data, diria M. Foucault. Ao recuar para o ISEB e ao IBESP, pode-se perceber que seu discurso somente fazia sentido enquanto se pôde reconhecer os interesses dos grupos ligados a esses intelectuais.

O recuo etnográfico sugerido por Clifford Geertz norteou minha pesquisa e, aceitando suas propostas metodológicas, elaborei uma etnografia dos grupos ligados aos ibespianos, no início da década de 50. A função significativa do discurso, deixando de lado suas fraquezas teóricas, é eminentemente relacional com os

grupos e suas representações. Palavras-chaves têm sido a maneira mais corrente na análise dos isebianos

As análises feitas sobre eles, até o presente momento, pecam pelo excesso de externalidade na interpretação de seu discurso. Outro problema analítico tem sido a tendência para a nivelção ou homogeneização do discurso, ou temática dos diferentes autores do IBESP, e mesmo, do ISEB. Por fim, com exceção de ex-integrantes do referido instituto, os analistas tendem a esquecer a periodização que necessariamente marca as diferentes fases desses pensadores:

1. O grupo de Itatiaia e as publicações na '5a. Página' do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, 1949-1953;
2. O IBESP - Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos, 1953-1955;
3. O primeiro ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1955-1958;
4. O último ISEB, 1958-1964.

Indicada por Hélio Jaguaribe e por Nelson Werneck Sodré, a periodização acima reflete diferentes composições no interior do próprio grupo. Refiro-me a lideranças que direcionavam as temáticas, alvo dos debates, no seu interior. Outro fator importante no estudo desses intelectuais diz respeito a suas filiações políticas, suas vinculações com o poder. Nessa linha, seu caráter elitista é inconfundível e somente passa a ser mais acessível ao "povo", depois de 1958, atendendo a uma nova composição grupal. Finalmente, um último, mas importante fator na compreensão desses intelectuais: o órgão que os financiava. Se as temáticas desenvolvidas pelos intelectuais do instituto atendiam

a seus interesses pessoais, curiosamente, elas também agradam às entidades que, ao longo da referida periodização, os financiavam.

Até 1955, apesar de suas ligações com a Assessoria Econômica de Vargas, existia um elo, ao menos do ponto de vista financeiro, com a Confederação Nacional da Indústria e o IBESP. Do ponto de vista ideológico, a constituição do grupo obedecia a uma constelação de valores homogêneos: defendia uma filosofia humanista inspirada em Ortega & Gasset como também Jacques Maritain. Esse viés ideológico cristão se tornou ainda mais nítido, quando percebi que todos haviam sido integralistas militantes.

Essa militância integralista na juventude dos isebianos fez parte da aplicação do método sugerido por C. Geertz.⁽¹⁾ Vale dizer, buscar os estágios de carreiras no decurso da existência das pessoas em questão e a teia de relacionamentos importantes como um momento explicativo relevante. Esse ponto revela sua fecundidade na formação de subgrupos, no interior do IBESP, na maneira como os intelectuais em questão modificam seu discurso e sua fidelidade a princípios que norteavam a constelação original ibespiana.

Assim, não somente as temáticas consideradas relevantes por subgrupos sofrem modificações, como também ocorrem diferentes alinhamentos entre os intelectuais. Brigas, discussões e ressentimentos marcavam os encontros do grupo, no entanto, uma preocupação maior unia todo o grupo: o amor ao poder. A vontade de exercer o poder e de ser aceito de forma incontestada pela sociedade mais ampla, sem perder o respaldo das elites privile-

giadas, caracteriza a atuação essencialmente contraditória desse grupo. Tudo isso definia seu vínculo interno, frágil, mas real.

Tentei, orientando-me através das lealdades grupais e das crenças subjacentes, formular um estudo que não fosse apenas bibliográfico. Se a vida do IBESP-ISEB foi curta, ela certamente foi movimentada e intensa. A sua vontade de poder era transparente até 1958, através da ligação com a alta burocracia de Estado em gestões governamentais, cujas metas não coincidiam, necessariamente, com as propostas iniciais do grupo. Criado na gestão de Vargas, o Instituto se fortaleceu na gestão de Café Filho; manteve-se "à tona" com Juscelino Kubitschek, até 1958. A partir de então, as dissensões políticas internas tornaram impossível a convivência de dois subgrupos importantes. A ruptura se iniciou no último período da instituição. Sem verbas, sem elos oficiais com o poder, os intelectuais, finalmente, vão ao POVO.

Somente, então, os cursos do ISEB abriram-se para um público interessado mais amplo. Sua militância fazia com que seus membros mobilizassem a classe estudantil e sindical do país. Como professores de uma geração ansiosa por mudanças, os isebianos marcaram o último momento institucional por uma tônica romântica, quase utópica. Estava fadado ao insucesso. O golpe de 1964 já estava pronto e eles sabiam disso. Não é sem razão que um dos isebianos profeticamente escrevia, em fevereiro de 1962, um ensaio, intitulado: Quem dará o golpe no Brasil?(2)

As análises sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB convergem num ponto: tanto os ibespianos quanto os isebianos viam o intelectual como mentor, demiurgo do momento histórico, ator consciente privilegiado. A esse ibespiano, diria Rômulo de Almeida, caberia "criar uma base ideológica para o nacionalismo de Vargas".(3) Essa imagem de liderança na elaboração intelectual da ideologia do Estado, era, parece, a grande pretensão do grupo, nem sempre realizada. Não é de surpreender que o grupo inicial tentasse fazer uma recuperação do termo ideologia. Esta seria definida, então, como cosmovisão autêntica. A pergunta que faço é a seguinte: autêntica para quem?

Em sua análise do ISEB, Caio Navarro de Toledo formula o problema da seguinte maneira: "A produção da ideologia jamais se pretendeu - por parte dos intelectuais vinculados ao ISEB - um puro exercício do pensar ou um discurso abstrato. Tratava-se, isto sim, de forjar uma ideologia precisa e determinada: aquela, diziam quase unanimemente, exigida pela Nação; a fim de tomar consciência de seu subdesenvolvimento e lutar pela superação desse estágio, mediante um esforço desenvolvimentista".(4) O autor formula, portanto, a pergunta visando à finalidade do processo, agora tornado abstrato, presumindo que os isebianos se tivessem amalgamado também num sujeito histórico abstrato. Como seres históricos irredutíveis, diferentes, talvez cada isebianos tivesse uma proposta diferente daquilo que considerava ser o desenvolvimento. Qualquer tentativa de homogeneizá-los como grupo é inviável.

Em 1979, Hélio Jaguaribe publicou que "O ISEB constituiu um aperfeiçoamento institucional de movimento de idéias que vinha

de anos anteriores".(5) A seguir, assinalou a importância do suplemento semanal do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, '5a. Página', aos domingos, como embrião das idéias que deram surgimento ao "Grupo de Itatiaia". Jaguaribe, entretanto, não vincula o referido grupo, apresentado oficialmente na primeira publicação, com a Igreja.

A tônica dos artigos da '5a. Página' é eminentemente cultural. Cultura cristã no sentido mais estrito do termo. O primeiro suplemento surgiu, no domingo, dia 24 de julho de 1949, e o último, no dia 25 de dezembro de 1949. Nos ensaios publicados na '5a. Página' a influência da filosofia existencial cristã é muito forte. Jacques Maritain e Ortega & Gasset são os filósofos mais citados. O "movimento cultural" pretendido pelo grupo apresentado pelo empresário-poeta Augusto F. Schmidt, elitista e conservador, publicou artigos sobre marxismo, fascismo e o papel da cultura na vida brasileira. Israel Klabin, encarregado pela área de estética do grupo, traduziu T.S.Eliot e R.M.Rilke. Coube a Oscar S. Lourenzo Fernandez e a Hélio Jaguaribe tratarem dos assuntos ligados à política.(6)

Em agosto de 1949, Hélio Jaguaribe começou a publicar um ensaio de três partes, intitulado "A Missão da América Latina". Segundo ele, caberia aos latino-americanos como povo escolhido, a missão de elaborar a cultura e criar as formas de vida próprias para essa nova perspectiva. A perspectiva do ensaio é filosófica: "todo grupo tem uma missão (...) mas há missões fundamentais. Em outros países mais desenvolvidos, haveria incompatibilidade entre massas e classes dirigentes. Nos países de 'pequeno capital' produz-se para o consumo. Consome-se de acordo com

a condição social.(sic) Tudo se encontra, ainda, em 'estado de natureza' (...) As necessidades de consumo experimentadas pela classe trabalhadora são efetivamente inferiores às que sente a classe burguesa (...) por essa razão, continua o autor, a massa latino-americana reserva sua fé nos homens da classe dirigente'.(7)

Essa concepção de harmonia social, tão à vontade com a naturalidade nas desigualdades de necessidades de consumo, tinha pressa. Pressa de intervir na realidade. O grupo da '5a. Página' era, certamente, aquilo que Rômulo de Almeida, mais tarde, chamaria de "Grupo Maritain". Em contrapartida, ele situava-se no grupo 'sindical-nacionalista'.(8) Havia, ainda, no movimento integralista, uma terceira facção: a milícia pró-fascista. Se o IBESP é o resultado das duas primeiras facções, acredito que nenhum dos seus intelectuais se enquadra na terceira, ao menos explicitamente.

Denominando-se "Grupo de Itatiaia", os ex-integralistas começaram a reunir-se, uma vez por mês, no Parque de Itatiaia. O lugar representaria um meio caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro. Como Diretor do Departamento de economia da Confederação Nacional da Indústria e, após 1951, Assessor de Vargas, Rômulo de Almeida teria intercedido junto ao Ministro da Agricultura, João Cleofas, para que o grupo pudesse utilizar as instalações do parque.(9)

Discutindo os problemas políticos, sociais e econômicos da época, o grupo se manteve dessa maneira até 1953. Alzira Abreu cita nomes de algumas pessoas que frequentam o Parque de Ita-

tiaia. Entre elas: Miguel Reale, Roland Corbisier, Almeida Salles, Ângelo Simões Arruda.(10) Segundo a autora, os intelectuais paulistas que frequentavam o Parque ainda estavam fortemente marcados pela ideologia integralista. À meu ver, os cariocas também o eram.

O espírito de elite impregnava os ex-seguidores de Plínio Salgado, leitores de Karl Mannheim.(11) Assim, a "revolução social não provém das massas sempre inconscientes, mas do homem excepcional que encarna a nova idéia formulada pela elite".(12) O espírito de missão que impregnara os escritos de Plínio Salgado e que, por suas alusões a Deus, tanto incomodara o catolicismo brasileiro, ressurgia então. Nada mais conveniente do que a aceitação do líder eleito pelas massas, em 1950. Afinal, caberá às massas a luta pela aceleração do processo de desenvolvimento do qual a elite fará o projeto. À burguesia industrial, sujeito privilegiado do novo momento, caberá dar sentido e rumo ao desenvolvimento do país.

Os intelectuais do IBESP, em suas publicações em *Cadernos de Nosso Tempo*, admitem a existência de setores retrógrados da sociedade com o intuito de salientar a tarefa essencial e emergente da burguesia industrial nacional (aliada ao proletariado) com o amparo de um Estado, que promoveria as indústrias de base no país, e o aconselhamento da intelligentsia técnica ibespiana.(13) Os tecnocratas que sustentavam as teses dos ibespianos convergiam na inspiração técnica das elites pensantes, bem como na necessidade do Estado patrimonialista explícita nos projetos intervencionistas.

A noção de projeto e a existência de um grupo "iluminado e capaz" eram duas constantes nos artigos elaborados pelo IBESP. A socialização a que foi submetida essa elite e os valores que adotava, a meu ver, são dois fatores que ajudam a compreender seu comportamento. Em outra parte deste trabalho, cito a importância do DASP na formação dos quadros burocráticos brasileiros. Alexandre de Barros, muito oportunamente, acredita que o "DASP socializou a parcela relevante do funcionalismo público naqueles valores importantes para a continuidade das tarefas de construção do Estado Nacional".(14)

Posso, portanto, situar agora essa elite laica: daspianos influenciados pelos valores integralistas. A idéia de "renovação espiritual" tão acalentada pelos integralistas de primeira hora, pôde, em 1950, materializar-se através de um governo moralmente comprometido com as massas. Defensores do corporativismo, derivado da doutrina católica medieval, esta ideologia tem uma história política estreitamente ligada a grupos católicos organizados dentro e fora da Igreja. Segundo M.T.Williams, "num momento em que o comunismo parecia ganhar as ruas, na década de 30, os integralistas uniram suas forças com os intelectuais católicos e publicavam artigos condenando-o nas revistas a Ordem (católica) e a Ofensiva (integralista). A ênfase na autoridade e na disciplina consistia num ponto alto de convergência entre o clero e os integralistas.(15)

O apêlo integralista de "revolução espiritual" angariava forte apoio católico para a AIB. Os "ecos" dessa revolução espiritual ainda são percebidos na publicação da '5a.Página' do Jornal do Commercio, quando Augusto F. Schmidt clama por uma "revolução

cultural" no país à partir da ação dos intelectuais que ele apresentava aos leitores do jornal. O referido empresário era, na época, ligado ao centro católico "Dom Vital". Se, como mostra o estudo de Williams, a Igreja via com "bons olhos" o integralismo, na década de 30, após a tentativa de golpe de 1938, as relações tornam-se distantes. A igreja reafirma, à partir de então, sua posição fora e acima dos partidos. Os grupos organizados católicos passam a identificar o integralismo como a confusão entre o espiritual e o temporal... (16)

Os ex-integralistas, rejeitados publicamente pela Igreja por suas pretensões políticas, encontram no populismo-positivista de Getúlio Vargas uma maneira de projetar a colaboração pacífica entre as diferentes classes sociais.

É nessa linha, com razão, que Wanderley Guilherme dos Santos afirma: "entre 1930 e 1939 produzem-se no Brasil as mais argutas análises sobre o processo político nacional, elaboram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental, embora não exaustivo, de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente". (17) O mesmo autor faz um retrospecto da reflexão sociológica brasileira e desmente que o problema da autonomia seja uma preocupação nova; ela teria surgido em meados, do século XVIII. Outros temas já presentes, segundo ele, seriam: centralização versus descentralização e nacionalismo.

A ditadura iniciada, em 1937, teria feito com que "as interpretações oficiais sobre a verdade dos fenômenos sociais fossem

decididos burocraticamente pelos homens no governo".(18) Desse modo, o início da década de 50 aparece como um ressurgimento de velhos temas tais como a política de autonomia nacional, industrialização, inclusão das massas urbanas na coalizão política, etc. Enfim, essa reflexão, que considero correta, faz com que a primeira parte dos anos 50 surja como um "renascimento intelectual" de grupos que haviam hibernado por mais de uma década.

Mas o ponto a ser destacado aqui refere-se à estranheza dessa reflexão: enquanto libertadora, ela surge novamente sob a tutela do governante. Afinal, até quando duraria o "caso de amor" de nossos intelectuais com o poder? Ou estaria nessa aproximação com ele, justamente, uma de suas características fundamentais? A primeira reação que se tem ao estudar os isebianos provoca esse tipo de questionamento e não é de estranhar que tantos trabalhos críticos tenham esmiuçado os problemas teóricos do grupo.

Nessa linha, julgo apropriado mencionar o trabalho de M. Chauí sobre o integralismo.(19) A pertinência dos comentários se faz, tendo em vista que os passos iniciais do IBESP ainda estavam fortemente influenciados pela militância integralista de seus membros. Em primeiro lugar, existe a caracterização que a autora faz do Estado forte, em vias de justificação. Para a autora, assim como para Wanderley G. dos Santos, as razões para a ocorrência de um Estado forte na década de 30 ainda são válidas para o início da década de 50. Essas razões seriam:

- ausência de uma burguesia plenamente constituída;
- ausência de uma classe operária madura;

-presença de uma classe média urbana de difícil definição histórico-sociológica. (20)

Outro ponto salientado por M. Chauí diz respeito à valorização da família, da Nação e da religião como parte do discurso integralista. O mesmo também ocorre com o discurso que Vargas adotou, desde o início da década de 40. Afinal, o corporativismo precisava dos alicerces religiosos, familiares e nacionalistas para poder funcionar enquanto ideologia de Estado. Essa maneira original de viver o capitalismo da década de 30 e do início da década de 50 é portadora de uma mensagem ainda mais séria e pouco ventilada. Contesta-se o "capitalismo liberal", o liberalismo das elites. (21) O intervencionismo estatal de 1950 critica o "capitalismo-egoísta", assim como os integralistas o haviam feito em meados da década de 30.

Não é sem razão que Vargas foi sustentar a proposta de um capitalismo sadio, muito à vontade com as divergências e interesses de classe. O governante professava, ainda, a harmonia corporativista entre as classes para solucionar os males sociais de seu governo. A questão do autoritarismo encontra, diz M. Chauí, um espaço de ação quando lideranças emergentes (no caso, Plínio Salgado e mesmo Getúlio Vargas) aludiam ao problema da "crise". Esta última serviria para justificar possíveis intervenções. Deus e a racionalidade seriam as palavras de ordem que permitiriam o reforço da ordem burguesa. (22)

é correta a análise que M. Chauí faz do conceito de crise e sua justificativa como possibilidade de intervenção, mas não explica o autoritarismo da época (1930). Certamente que a captação

ou interpretação de uma realidade em mutação sempre provoca nos agentes uma sensação de instabilidade e, por fim, de crise. Partilhada por amplos segmentos da sociedade, a crise tem a qualidade de gerar comunidade de interesses.(23) Não foi, entretanto, Plínio Salgado que soube mobilizar, para seu próprio benefício, a instabilidade política da década de 30. Foi Getúlio Vargas, que se manteve no poder até 1945.

Entre o início da década de 30 até meados da década de 50, a crise, entretanto, não apenas é imaginada, mas existia de fato. Mergulhada na Grande Depressão, seguida da II Grande Guerra, a burguesia brasileira sentia na escassez um grave problema de abastecimento. A orgia de importações da gestão de Eurico G. Dutra satisfaz a voracidade de bens de consumo, mas a sensação de crise fica. Talvez, é por este motivo que, a palavra "crise" permeia toda a literatura da época, mesmo as mais despretensiosas.(24)

A fragilidade e a insegurança marcam todas as relações econômicas do país. Afinal, o mesmo artifício que a burguesia utilizara para tirar Vargas do poder, em 1945, pode, agora, ser usado contra ela: o sufrágio. As eleições, em 1950, aparecem repudiadas, rejeitadas. Pelos perdedores, é claro. As concessões admitidas pelos empresários, ao longo do Estado Novo, referentes à legislação trabalhista, ainda não haviam transformado os trabalhadores em cidadãos.

Assim, usando um artifício de legalidade e de legitimidade, esse, sim, importado das sociedades "mais avançadas", Vargas se alicava novamente ao poder. Adiante, terei a ocasião de mostrar

que os intelectuais encarregados de divulgar a ideologia oficial do Estado mantiveram vivas suas heranças integralistas. Refiro-me aqui à necessidade de propor uma solução original para o sistema econômico brasileiro. Nesta linha, o primeiro trabalho coletivo do IBESP, tendo Hélio Jaguaribe como relator, denomina-se "A Crise Brasileira".(25)

"Fazer a revolução (em nome do povo) antes que o povo a faça" (26) continuava sendo o problema da burguesia, embora o velho governante acreditasse ainda ter as rédeas do poder em suas mãos. Criando o IBESP, o Grupo de Itatiaia repete a façanha do S.E.P. Vale dizer, Sociedade de Estudos Políticos, criado em 1932, órgão responsável pela formulação da ideologia integralista.(27) Tentando formular um projeto, os intelectuais se propunham a justificá-lo, mobilizar recursos e persuadir um público amplo da validade do mesmo. Não é demais lembrar a definição que Paul Ricoeur elabora para a ideologia: ela é "função da distância que separa a memória social de um acontecimento que trata-se de repetir, perpetuar sua energia inicial".(28) Não há dúvidas quanto a força mobilizadora da palavra desenvolvimento para a população brasileira. Nada melhor, do que reanimar o nacionalismo da década de 30 do qual todo o grupo guardava o início de sua conscientização política. Usando esquemas conceituais antigos, os ibespianos utilizam-se da interdependência dos valores e crenças, promovendo uma "cruzada para o desenvolvimento". O elemento conceitual integrador e mobilizador por excelência é o desenvolvimento.

Como árbitro imparcial desse momento contraditório, a figura do governante distribuiria, em sua legitimidade, os papéis na di-

reção julgada moralmente apropriada. Mobilizador, o nacionalismo surgia, ao lado da meta para o desenvolvimento, como sentimento capaz de unificar elites e massas.

Se a fundação do SEP antecedia e permitia idealizar a criação da Ação Integralista Brasileira - AIB, sua contrapartida, o IBESP, como centro de estudos, também almeja atingir e mobilizar a população. A intenção inicial de seus fundadores era multiplicar o número de núcleos de estudos, tal como ocorreu com o SEP. (29) Nessa linha, a criação da revista Cadernos de Nosso Tempo fazia eco ao nome da revista do grupo integralista denominada Cadernos da Hora Presente. (30) Duas lideranças integravam o grupo do IBESP: Alberto Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. O primeiro, desde a adolescência ligado a Rômulo de Almeida, foi nomeado, em 1943, técnico do DASP. Lecionava, ainda, na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Partilhava, com Hélio Jaguaribe, além do passado integralista, da admiração por Max Weber. (31) Para A. Guerreiro Ramos cabia ao IBESP formular o pensamento da autonomia brasileira; segundo ele, o grupo era imbuído de uma grande preocupação de salvação nacional.

Jaguaribe, desenvolvido e ilustre, circula nos altos meios sociais do Rio de Janeiro. Filho de militar de alta patente, estava lotado no início da década de 50 no Gabinete do Ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima e, simultaneamente, no Ministério da Educação com Antonio Balbino. Roland Corbizier, coincidentemente, estará lotado no órgão do Ministério da Educação do qual ele fazia parte. (32)

A Comissão Executiva da revista Cadernos de Nosso Tempo é formada por quatro pessoas: Ewaldo Correia Lima, Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier e Rômulo de Almeida. Desses, somente o primeiro não havia sido militante integralista. Defendia as teses cepalinas com uma perspectiva técnica na abordagem dos problemas do desenvolvimento. Ewaldo Correia Lima, amigo pessoal de Rômulo de Almeida, havia ocupado o lugar que este havia deixado na Confederação Nacional da Indústria, Diretor do Departamento Econômico. (33)

O SEP e o IBESP propõem-se, também, o mesmo objetivo: maior consciência e compreensão dos problemas de sua época. O primeiro Editorial da revista Cadernos de Nosso Tempo define dessa maneira sua proposta: "consciente da precariedade das coisas", pretendia ser também, um esforço de compreensão da vida e sua problemática. A proposta surge clara ao final da seguinte citação: "Ocorre, no entanto, que a imensa maioria dos homens, dadas as condições reais de sua existência, não têm liberdade para ter liberdade. E a minoria privilegiada empenha a sua liberdade na manutenção de seus privilégios. Daí as opções primárias e brutais: capitalismo, comunismo". (34)

Além das claras ressonâncias do Prefácio da Economia Política de Karl Marx, na citação acima, a última sentença não deixa margem a dúvidas. Os ibespianos questionavam o sistema econômico. Apontavam, ainda, a existência de excessivos privilégios à minoria que empenhara sua liberdade de maneira egoísta, não condizente com uma atitude cooperativa frente aos problemas coletivos. Partem daí para a necessidade de opção política. A direção proposta se torna mais nítida ao se criticar, em seguida,

a ótica alienígena de nossos próprios desígnios. A proposta era a defesa de nossos interesses vitais, numa linha histórico-nacional. O nacionalismo foi, portanto, a sua tônica distintiva de publicação.

A segunda parte da proposta é importante: critica os privilégios das minorias, coloca em dúvida o liberalismo e o comunismo. Qual seria, entretanto, a proposta ibesplana, não sendo mais integralista, armando-se em porta-voz de um governo que já mostrava sinais evidentes de dificuldades para se manter?

A tentativa de harmonizar agentes sociais contraditórios, através do populismo, sofria dificuldades. A burguesia industrial, quando o primeiro artigo foi publicado - final de 1953 - já mostrava rejeição à desejada aliança com a classe operária. As greves do início desse ano, tratadas em outra parte deste trabalho, reivindicações de partilha de lucros das empresas e resistência a aumentos salariais são os sintomas mais visíveis do divórcio.

Enquanto isso, agora institucionalizado, o grupo que se auto-denomina *Intelligentsia* técnica, responsável pelo projeto de transformação da sociedade, tarda em apresentar um projeto de ampla adesão. Beneficiária da política econômica governamental, a burguesia industrial via o ócio transferir a renda da agricultura e da burguesia comercial importadora para seu setor, aumentando enormemente a importação dos bens de produção. (Ver p.205)

A reorientação dos rumos da burguesia industrial não é nítida, em 1953. A conjugação de forças colocadas à sua disposição são, no entanto, propiciadoras para que ela deixe de aceitar a tutela do Estado para seus desígnios internos, em busca de objetivos que melhor atendam a seus interesses específicos no plano nacional e internacional.

Não é demais lembrar o que Luciano Martins diria mais tarde: "O Estado brasileiro tem, alternativa ou simultaneamente, financiado o café e guardado o latifúndio, criado condições para a industrialização e franqueado o Banco do Brasil aos industriais, aberto as portas da burocracia à classe média e absorvido as suas tensões com vantagens de todo o tipo, promovido as massas urbanas ao nível do salário-mínimo e as enredado nas dobras do sistema através de conhecidos mecanismos populistas. Este Estado protetor como que transformou todas as classes sociais em clientela sua e, por assim dizer, despolitizou-as".

(35) Esta afirmação poderia ainda ser completada.

A meu ver, houve um momento de despolitização por cooptação, como quer o referido autor. Esse momento inicial, entretanto, visto como domesticação, tem suas sequelas. Acordando de sua cooptação inicial, as pessoas agora revestidas de autoridade e poder passam a competir com o outorgante, ressentidas de sua enorme resistênciã. Este fato talvez explique o surgimento de grupos de pressão, importantes no interior da CACEX, BNDE, SUMOC, etc. Livres do despotismo do Estado Novo, os daspianos não pareciam ter aderido aos ideais pregados por Vargas, em 1950, como também pareciam imunes à pregação do IBESP.

Se a fidelidade ao governante caracteriza a Assessoria, a independência intelectual dos ibespianos impede que um julgamento apressado defina todos os seus integrantes como varguistas. Um mês após as eleições presidenciais de 1950, Roland Corbisier publica um artigo criticando o vencedor das eleições. Segundo ele, os colégios eleitorais do país eram representados pelos grandes fazendeiros que indicariam a seus trabalhadores o candidato a ser votado. A seguir, passa a criticar o sufrágio universal e o voto secreto, retomando a biografia de Getúlio Vargas como Chefe de Estado, desde a década de 30, quando se apresentavam ao país líderes revolucionários importantes, tais como Luiz Carlos Prestes e Plínio Salgado. Para o filósofo, em 1950, a demagogia vencera. As massas, elegendo um ditador carismático, conduziriam inevitavelmente o processo democrático ao cesarismo... (36) Eruditos e cientes de sua superioridade intelectual, na época, adulam o poder, e são (alguns continuam sendo) fiéis apaixonados por si mesmos.

Segundo Hélio Jaguaribe, os "estudos e debates do grupo se orientavam no sentido de tentar uma integração entre uma compreensão geral da problemática sócio-cultural de nosso tempo e uma compreensão econômica, social, cultural e política da realidade brasileira". Como pretensão, essa enorme necessidade de compreender esbarra, segundo ele mesmo, na heterogeneidade do grupo: "O grupo era bastante heterogêneo. Os paulistas, de formação e vocação filosófica, tinham posições de direita, muitos oriundos do integralismo. Os cariocas eram estudiosos das ciências sociais e tinham posições tendencialmente de esquerda". (37)

Dois pontos merecem ser destacados aqui. Inicialmente, os dois grupos eram formados por ex-integralistas, inclusive H. Jaguaribe, que escamoteia, aqui, suas preferências anteriores. Outro ponto se refere à cisão, sempre distinta, entre os grupos: paulista e carioca. O primeiro de direita, ligado à filosofia, o segundo, de esquerda, ligado à sociologia. A ambivalência intelectual e política de todos não me permite aceitar a justificativa das diferenças de ambos em bases exclusivamente vocacionais. Assim, o primeiro expurgo de intelectuais ocorreu antes da formação do IBESP, em 1953. Possivelmente, por razões de competição intelectual, o grupo deixou de se encontrar no Parque Nacional de Itatiaia, elegendo a cidade do Rio de Janeiro como sede. As razões do expurgo foram pouco ventiladas. O segundo grande expurgo e, certamente, o mais decisivo, ocorreu, mais tarde, em 1958, por razões declaradamente ideológicas.(38)

Outra questão que pode ocorrer refere-se ao comportamento grupal dos ibespianos. O único relato das reuniões é a descrição de Nelson Werneck Sodré, quando o IBESP já se havia transformado em ISEB. É preciso lembrar que N.W.Sodré, amigo do ex-Ministro da Guerra, N. Estillac Leal, foi convidado a fazer parte do grupo, no primeiro trimestre de 1954.

A reunião descrita por ele ainda integra as mesmas pessoas e o mesmo lugar do IBESP. Diz ele: "Comecei a conhecer, então, os elementos do Grupo de Itatiaia, que trabalhavam juntos já há algum tempo e em cujo meio fiquei um pouco marginal. As reuniões realizadas na residência de um ou de outro dos componentes do grupo, preferencialmente nas de Guerreiro Ramos e de Hélio Jaguaribe, fixadas para as dez da noite, começavam, via de

regra, no início da madrugada. Cada um chegava à hora diferente. Todos falavam ao mesmo tempo. As discussões derivavam do tema para aspectos secundários ou eram empolgadas pelo fato do dia*. A formação militar do autor, certamente se ressentia da indisciplina do grupo. As reuniões também sofriam de falta de encaminhamento. Pelo relato dele, posso inferir que uma certa afetação e modismo permeava os encontros do grupo: "Tudo era aferido através de variáveis extremamente difíceis de apreender, e não segundo os motivos essenciais. Os traços individuais, psicológicos, éticos, preponderavam. No fim das reuniões, pouco restava; geralmente, nada ficava decidido. Um que outro dormia, vencido pelo cansaço. E as despedidas não coincidiam com o fim, mas com o sono de cada um".(39)

é, no entanto, inegável que o grupo, apesar dessa indisciplina e efervescência intelectual, conseguiu produzir ensaios de valor, publicados em sua revista. Talvez não tenham conseguido a desejada partilha do poder, mas lograram alcançar uma certa unidade de idéias. Esta, ao menos, é a opinião de Hélio Jaguaribe.(40) A síntese, a meu ver, da tentativa ibespiana é descrita pelo último autor da seguinte maneira: "Nas atuais condições do mundo e do país, essa fórmula (que logre assegurar o desenvolvimento econômico e cultural do país) só pode ser posta em prática na base de uma frente comum de que participem a burguesia industrial, a classe média e o proletariado".(41)

Além das implicações corporativistas que tal proposta contém (este trabalho foi publicado no primeiro trimestre de 1954, na revista do IBESP), ela alude a um provável conflito que a burguesia industrial teria com a burguesia agrária e comercial. Os

intelectuais do IBESP, em suas publicações em *Cadernos de Nosso Tempo*, admitem a existência de setores retrógrados da sociedade com o intuito de salientar a tarefa essencial e emergente da burguesia industrial nacional (aliada ao proletariado) com o amparo de um Estado (que promoveria as indústrias de base no país) e o aconselhamento da "intelligentsia técnica" ibespiana. Certamente que a dominação estrangeira no país sempre se exerceu com o apoio das elites tradicionais. Esse fato é confirmado pelo trabalho de Moniz Bandeira.

Houve, no início da década de 50, uma reorientação de forças dentro do próprio capitalismo mundial que significou, a nível local, uma adaptação ou um enfrentamento ao momento. Luciano Martins capta esta passagem da seguinte maneira: "os interesses de classe da burguesia industrial - por ela identificados como o alinhamento político incondicional ao lado dos Estados-Unidos na guerra fria e o fortalecimento do front interno dominante contra a ascensão das massas - entravam em conflito com seus objetivos econômicos, pois, consistiam estes na quebra dos vínculos coloniais... e na expansão do sistema econômico do país para a formação de um mercado interno amplo que lhe garantisse o escoamento da produção". (42)

Em outra parte deste trabalho, tive a ocasião de demonstrar que a burguesia industrial estava longe de "comprar" a solidariedade proposta pelos ideólogos do IBESP e se alinharam, como classe, aos interesses da burguesia comercial pela internacionalização do mercado. À meu ver, a burguesia industrial via como necessário o momento de modernização do mercado, no processo de substituição de importações. Na ótica burguesa, a palavra con-

flitante se referia sobretudo à possibilidade de aumentar economicamente o poder de participação das massas. A nível de mercado, a internacionalização era percebida como modernização.

Assim, suponho que a noção de frente única, apesar de original, deva ser interpretada como mais uma tentativa de impor um modelo do que averiguar as condições reais de sua possibilidade. Dessa maneira, quando H. Jaguaribe diz "que a burguesia produtiva, defrontando-se com uma atitude de classe já definida e em face de seus interesses e envolvida pela organização e propaganda já montadas pela burguesia colonialista, tem sido levada a posições ideológicas totalmente contrárias (sic) a suas convicções" (43), falseia. A reorientação de forças, como uma mané, excluía apenas os inconformados com ela. Ou seja, o governante, seus ideólogos e, mesmo inconscientes disso, as classes trabalhadoras.

A noção de modelo, que podia não dar certo como proposta, é partilhada pelos ibespianos. Segundo o referido autor, as propostas iniciais do grupo consistiam em uma deliberada opção utópica! (44) Pergunto-me se essa não seria uma maneira de justificar retroativamente um projeto que gorou. Segundo ele, o projeto implicava na formação de uma sociedade racional, livre e igualitária, capaz de empregar as potencialidades individuais do homem. Essa leitura, afinal, não difere tanto dos escritos de teor católico da '5a Página' do Jornal do Commercio do segundo semestre de 1949...

De qualquer modo, a etapa ibespiana foi certamente o momento mais sério de teorização do grupo. Através de sua proposta,

deixando de lado o caráter de improviso e de encomenda que a mesma possa ter, percebe-se que o velho governante reiterava seu projeto de uma provável sociedade harmônica, corporativista. O ganho concreto das classes trabalhadoras representou apenas aumentos salariais compatíveis com a inflação, requerendo, para tal, greves gerais. Isso não permite que se diga, como o faz H. Jaguaribe, "que na realidade o populismo foi um capitalismo dotado de uma certa capacidade de incorporação de massas e de redistribuição de ganhos".(45)

Mostrei, em outra parte deste trabalho, que os projetos que anteviam tal redistribuição, desde 1946, não saíram das gavetas do Congresso. Assim, a ilusão de promoção social trazida pelos reajustes salariais e pela prática do sufrágio foi frustrante. A percepção desse fato ocorrerá dez anos depois, em 1964. Coube a Juscelino manter a euforia do desenvolvimentismo.

Resumindo, creio que a originalidade do IBESP, como proposta, e sua coesão grupal marcam um momento importante na tentativa desses intelectuais influenciarem os rumos do poder. Apesar das divergências internas, havia maior consenso nesse grupo do que no do ISEB. A publicação Cadernos de Nosso Tempo sobrevive a Vargas e Café Filho. Graças aos contatos e amizade de Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier com o Ministro da Educação, Cândido Motta Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB foi criado, em 14 de julho de 1955.(46)

Ocorreu, então, uma mudança importante de forças internas, a liderança de Hélio Jaguaribe mantendo-se, então, ao lado de Roland Corbisier, tendo ainda a presença do próprio Roberto de

Oliveira Campos no Conselho Curador do instituto. O nome de A. Guerreiro Ramos aparecia ao lado de outros tantos no Conselho Consultivo. Entre eles, algumas eminências pardas das gestões passadas: Augusto F. Schmidt, Luís Simões Lopes e F.C. San Tiago Dantas.

O ressentimento de Guerreiro Ramos era claro. Em seu depoimento ao CPDOC relatou que "o IBESP foi um encontro de estudiosos. Mas o ISEB foi feito ali à minha revelia, praticamente, pelo Jaguaribe; foi ele quem fez tudo...Do IBESP eu gostava, participei, mas...o ISEB é aquela coisa..." Sua discordância não impediu que ele continuasse ministrando cursos no ISEB até 1958.

(47)

Segundo Nelson Werneck Sodré, os cursos, em 1956, foram ministrados no mesmo local em que ocorriam as atividades do IBESP. Segundo ele, a "heterogeneidade dos membros do ISEB marcava, viscerava a própria estrutura do mesmo. Essa estrutura em si, já representava algo de supérfluo, agigantado e superado. Tratava-se de um autêntico elefante branco, destinado a impressionar os incautos com a sua estampa".(48)

Se a proximidade do poder marcara o IBESP e o ISEB até o fim da gestão de Café Filho, paradoxalmente coube a Juscelino dar o "coup de grâce" às pretensões dos isebianos. Quando Juscelino se lançou na campanha presidencial, os isebianos passaram a oferecer-lhe assessoria. Publicaram, no trimestre abril/agosto de 1955, um ensaio sobre A Sucessão Presidencial(49) onde identificaram o juscelinismo com o getulismo, pelo menos na postura diante do desenvolvimento e da emancipação sócio-econômica do

país.

O encontro oficial entre os isebianos e Juscelino foi agenciado pelo ex-integrante da Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI, Augusto Frederico Schmidt (50). Descrito por Roland Corbier, "em uma reunião promovida por A. F. Schmidt, na casa de Israel Klabin (seu primo) conheci Juscelino Kubitschek de Oliveira, então Governador de Minas e candidato à Presidência da República pela coligação PSD/PTB. Nessa reunião estavam presentes entre outros, Anísio Teixeira, Horácio Lafer (também primo de I. Klabin), Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Ewaldo Correia Lima, Ignácio M. Rangel (primos e do BNDE), Jorge Serpa Filho, Rômulo de Almeida. Tratava-se de organizar uma assessoria para o candidato, encarregada de elaborar a plataforma de governo, redigir discursos, preparar entrevistas, etc. O projeto da plataforma foi elaborado, sob a orientação de Jaguaribe e entregue ao candidato. A Assessoria, porém, não chegou a funcionar...

(51)

A posição de Juscelino não mudou com relação aos isebianos. Estes tornaram-se apêndice decorativo até 1958 quando seu rompimento com o poder se tornou público. Repetindo uma entrevista que tivera com Afonso Arinos de Mello Franco, Maria V. de M. Benevides, afirma : "Ao nível pessoal, Kubitschek não tinha afinidades com os intelectuais do ISEB, embora alguns deles tenham sido apontados como seus assessores políticos. Juscelino não tinha "assessores políticos", mas uma entourage mineira - do PSD ou não - que o acompanhava desde o governo estadual".

(52)

Confirmada por outros assessores íntimos do Presidente, esta versão nos dá o caráter de apêndice que o ISEB representou desde sua fundação. Por sua vez, como já disse, a própria heterogeneidade de seus membros (53) afirmaria a "impossibilidade em congregá-los para qualquer formulação econômica, política ou social comum". Não acredito que essa lucidez fosse partilhada por muitos outros isebianos, ao menos explicitamente, além de A. Guerreiro Ramos.

O primeiro Diretor do ISEB, Roland Corbisier, ainda conferia ao seu instituto a tarefa de formular a ideologia do desenvolvimento. Ao Presidente caberia concretizar os planos. A cisão que separaria o grupo já era visível antes da posse de Juscelino: "De um lado ficaram os partidários do desenvolvimento associado ao imperialismo; de outro, os partidários do desenvolvimento em bases nacionalistas". (54)

Concluindo, em outra parte deste trabalho, enfatizo o ambiente político-econômico de 1953 como desgastante e frustrante para os defensores dos projetos de Getúlio Vargas. Aquele que havia trafegado livremente e conhecido apenas as glórias do ofício, encontra, pela segunda e última vez, obstáculos reais à consecução de seus objetivos governamentais.

Assim, esta intelligentsia institucionalizada, em 1953, peca pelo atraso e pela falta de sintonia. Capazes de desvendar os sonhos do oráculo (Vargas), os ideólogos lograram tornar-se parte do poder. Nessa identificação tão desejada, deixaram de lado, no rastreamento de seu intuito, o realismo tão caro ao filósofo inspirador do grupo: Karl Mannheim. Aderindo ao poder

e legitimando-se nele, mostravam a incapacidade de formular uma cosmovisão "autêntica", isenta de preferências classistas.

Arrivistas, mudam de projeto ao mudar de dono. A falta de seriedade do ISEB desnudava seu romantismo: a paixão pelo poder. O projeto de encomenda, marcado por divisões internas, esfaleceu a frágil aliança. Teimosos, entretanto, hesitavam em perder as alturas alcançadas. Quando, finalmente, o desdém jusceliniano tornou o divórcio público, saíram do palácio e foram ao povo. Tornando-se, progressivamente, utópicos em tom e gesto, cantam a história de seu não-correspondido amor por mais quinze anos, pelo menos.

Abrigados na academia, depois de 1964, os intelectuais falaram das peripécias dos países subdesenvolvidos periféricos e satélites. Exorcizando a conotação política de seu discurso, Ariel pretendia legitimar seu último casamento. Incapaz de esconder sua nostalgia de poder, cantava uma grandeza coletiva nunca alcançada, espalhando a melancolia numa jovem platéia inconformada.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Geertz, Clifford, ob. citada, p.158.

(2) Santos, Wanderley Guilherme dos "Quem dará o golpe no Brasil?" - in - *Idiologia do Lencoe*, A implantação de 1964, São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

(3) Entrevista de Rômulo de Almeida à autora, em setembro de 1988, p.4.

- (4) Navarro de Toledo, Caio C. ISEB - Fábrica de Ideologias, São Paulo, Editora Ática, 1982, p.18.
- (5) Jaguaribe, Hélio "ISEB - Um breve depoimento e uma reapreciação crítica", São Paulo, Cadernos de Opinião, Nº14, 1979, p.94.
- (6) Os outros autores que publicam na '5a. Página' são:
 -Jorge Serpa Filho (A Igreja e o Pensamento Contemporâneo);
 -Sérgio Luiz Viotti;
 -Cid Carvalho (A recuperação do Homem);
 -Roland Corbisier (Conceito cristão de propriedade);
 -João Paulo da Fonseca;
 -Francisco C. San Tiago Dantas (Ruy Barbosa e a renovação da sociedade), etc. Fonte: Jornal Correio do Commercio, Rio de Janeiro, julho a dezembro de 1949.
- (7) '5a. Página', Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1949.
- (8) Entrevista de Rômulo de Almeida, em 25.07.1984. Salvador, Bahia, Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. Ver ainda: Rômulo de Almeida, ob. citada, 1986, p.52).
- (9) Abreu, A.A., ob. citada, p.54 (entrevista desta autora com Rômulo de Almeida em 1970).
- (10) Abreu, A.A., ob. citada, p.58.
- (11) Rômulo de Almeida, entrevista em 25.07.1984, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, Arquivo de História Oral. O entrevistado declara que "era fascinado" por Karl Mannheim e pela idéia de planejamento.
- (12) Citação de Plínio Salgado, em Abreu, A.A., ob. citada, p.58.
- (13) "O legado político de Vargas", Rio de Janeiro, Cadernos de Nosso Tempo, 1954.
- (14) Barros, Alexandre de S.C. "A formação das Elites e a continuação da construção do Estado Nacional Brasileiro", Rio de Janeiro, DADOS, IUPERJ, Nº15, 1977, p.112.
- (15) Williams, Margaret Todaro "Integralism and the Brazilian Catholic Church" - in - History of the American Historical Association - HAHR, Vol.54, Nº3, August 1974, p.437. Segundo ela, o Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Leme, encorajou nas décadas de 20 e 30 associações da Igreja com grupos civis. Nessa linha, ele teria apoiado Jackson de Figueiredo na criação do Centro Dom Vital, na década de 20 (do qual Augusto F. Schmidt faria parte) e na década de 30 teria também fundado a Liga Eleitoral Católica assim como a Ação Católica Brasileira. (p.439)
- (16) Em 1945, a revista A Ordem (Nº9, setembro) publicou um Editorial denominado "Comunismo, reacionarismo, integralismo" onde reitera o afastamento da Igreja com o integralismo. Ver ainda: Fábio Alves Ribeiro em seu artigo "O integralismo e os

católicos" (A_Ordem, nov. 1946, Nº11).

(17) Santos, Wanderley Guilherme dos Ordem_burguesa_e_liberalismo_político, São Paulo, Duas Cidades, 1978, p.38.

(18) Idem, p.39.

(19) é preciso lembrar que esta análise da década de 30 é aplicada, aqui, integralmente para o início da década de 50.

(20) Chauí, Marilena "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" - in - Ideologia_e_Mobilização_Popular, Rio de Janeiro, Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, pps.19 e 20.

(21) Fonseca, Pedro C. Dutra Vargas: O_capitalismo_em_construção_1906-1934, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, pps.188-190.

(22) Chauí, M., ob. citada, p.37.

(23) Idem, p.129.

(24) A temática perpassa as décadas de 30, 40 e mesmo 50. Em 1948, Alfredo Lage publica na revista A_Ordem um artigo denominado "Mentalidade da Crise", Nº1, 1948.

(25) "A Crise Brasileira", Cadernos_de_Nosso_Tempo 1 (1):120-60, out./dez.1953, escrito em março de 1953; Único trabalho de conjunto dos integrantes do IBESP. Comissão Executiva da Revista Cadernos_de_Nosso_Tempo: Hélio Jaguaribe, Ewaldo Correia Lima, A. Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Rômulo de Almeida. Direção: Hélio Jaguaribe, Ewaldo Correia Lima, Carlos Luiz de Andrade e Ottolmy Strauch. O primeiro número da Revista surgiu em 1953 (outubro/dezembro). Ao todo somente cinco números foram editados, o último, em 1955.

(26) Célebre frase do Chefe de governo do Estado de Minas Gerais, em 1932, Antonio Carlos, apud, Francisco C. Weffort - in - Estado_e_moradas_no_Brasil, Revista Civilização Brasileira, Nº7, maio de 1966.

(27) A criação da Sociedade de Estudos Políticos - S.E.P. como órgão responsável pela formulação da ideologia integralista surgiu, em 24 de fevereiro de 1932. Esse encontro foi seguido de outros, durante 1932, no Clube Português de São Paulo. Hélio Trindade concorda em ter o SEP sido a antecâmara da AIB, reunindo jovens intelectuais sob a inspiração de Plínio Salgado. A finalidade da sociedade era estudar, investigar e ver qual o caminho que se podia traçar para o Brasil novo que ia surgindo da Revolução de 30. O grupo passa a reunir-se tendo subdivisões internas. Havia um grupo de centralização que se subdividia em várias comissões de estudos: economia pedagógica, constitucional e jurídica, higiene e medicina social, geografia e comunicação, história e sociologia, religião, política internacional, educação física, arte e literatura, agricultura. Em maio de 1932, Plínio Salgado propôs que a Ação Integralista Brasileira fosse criada com a finalidade de transmitir ao povo, em linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP. Os participantes dos diversos setores da SEP eram:

Propaganda: Arlindo Veiga dos Santos, Fernando Callage, Leães Sobrinho, Bastos Barreto;
 Economia: Mário Zaroni, Victorino Fasano, Bernardo Lichtentfelds, José Maria Machado, José de Toledo;
 Pedagogia: Ataliba Nogueira, Motta Filho, Gastão Strang, Sebastião Pagano, Joaquim Penino;
 Constitucional e jurídico: João de Oliveira Filho; Ataliba Nogueira, Câmara Leal, Áureo de Almeida Camargo;
 Higiene e medicina social: Humberto Pascale, Mário Graciotti, José de Almeida Camargo, Durval Marcondes;
 Geografia e comunicação: Américo Netto, Iracy Igaira, Eduardo Rossi;
 História e Sociologia: C. Motta Filho, Leães Sobrinho, Antonio Toledo Piza, Queiroz Filho, Carlos Alberto Carvalho Pinto;
 Religião: Rui Barbosa de Campos, Sebastião Pagano, Plínio Correia de Oliveira, San Tiago Dantas;
 Política internacional: José Maria Machado, Sebastião Pagano, Joaquim Dutra da Silva;
 Educação física: Leopoldo Sant'Anna, Américo Netto;
 Arte e literatura: Walter Barioni, Cassiano Ricardo, Silveira Bueno, Nuto Sant'Anna;
 Agricultura: Mário Zaroni, João Raymundo Ribeiro, Manoel Pinto da Silva, Ricardo Azzi;
 Fonte: Hélgio Trindade, ob. citada, pps.81, 93, 124, 125, 126 e 130.

(28) Ricoeur, Paul Interpretação e Ideologias, Rio de Janeiro, F. Alves, 1988, pps.68-69.

(29) Entrevista da autora com Ignácio M. Rangel, em maio de 1989, Rio de Janeiro.

(30) Alberto Guerreiro Ramos, Depoimento, Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1985, pps.9 e 27. Guerreiro Ramos, em 1939, participou da organização da Faculdade de Filosofia da Bahia com Landolfo Alves (primo-irmão de Rômulo de Almeida). Através deste último, vem ao Rio: Publica vários trabalhos na revista Estudos Econômicos do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria. Ver: Ns 7 e 8, set./dez. 1951; 13/14 jan./julho 1954. Esta última publicação denomina-se 'Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo' onde critica a Sociologia de Florestan Fernandes como enlatada, iniciando um célebre debate. Ramos pretendia fundar uma sociologia nacional e criticava o emprego de categorias científicas 'importadas' de F. Fernandes.

(31) A informação sobre a militância integralista de Hélio Jaguaribe foi fornecida pelo Dr. Cleantho de Paiva Leite, em entrevista à autora. Confirmada, posteriormente, pelo Prof. Ignácio M. Rangel, em maio de 1989.

(32) Debert, G.G. A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no ISEB e na ESG, São Paulo, mimeo, Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 1986, p.121. Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos aparece, pela primeira vez, na administração de Vargas como membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, como advogado. Mantinha outras funções fora do governo. Segundo G.G. Debert, Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida eram advogados de multinacionais (Light & Power e a Royal Dutch-Shell). Ver: Debert, G.G., p.143; Abreu, A.A., ob. citada, pps.

55 e 95; Corbisier, R. Autobiografia filosófica (Das ideologias à Teoria da praxis), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978, pps.83-84.

(33) Ligado à Confederação Nacional da Indústria desde o início da década de 40, torna-se Diretor do Departamento Econômico quando Rômulo de Almeida passa a chefiar a Assessoria. Era, na gestão 1951-54, representante da Indústria na CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil), representante da Indústria na Comissão de Acordos Comerciais do Ministério das Relações Exteriores. Ocupará vários cargos no BNDE após sua fundação, em 1952, vindo a ser Diretor, a partir de julho de 1956. Em suas tendências ideológicas, era considerado antes de tudo um técnico estruturalista-cepalino. Fontes: Entrevista de Dr. Cleantho de Paiva Leite à autora, em janeiro de 1989; Arquivos Documentais na sede do BNDES, Rio de Janeiro; revista Estudos Econômicos, 1951-1956, da Confederação Nacional da Indústria.

(34) Editorial Nº1, Cadernos de Nosso Tempo, outubro/dezembro de 1953. Ver ainda: Broxson, Elmer Elíbio Salgado and Brazilian Integralism, 1932-1938, Michigan, The Catholic University of America, PhD, 1972, p.41.

(35) Martins, Luciano "Aspectos políticos da revolução brasileira", Rio de Janeiro, Revista Civilização Brasileira, Nº2, maio de 1965, p.32.

(36) Corbisier, Roland "Reflexões sobre o momento político", Digesto Econômico, Nº72, novembro de 1950, pps.9-24.

(37) Jaguaribe, Hélio, ob. citada, p.95.

(38) O melhor relato do segundo expurgo é feito por Nelson Werneck Sodré em "História do ISEB - Crise (2)", São Paulo, Revista Temas de Ciências Humanas, Nº2, Ed. Grijalbo, 1977, pps.119-143.

(39) Idem, p.108 ("Formação - 1").

(40) Jaguaribe, H., ob. citada, p.97.

(41) Jaguaribe, H. "A crise de nosso tempo e do Brasil", Cadernos de Nosso Tempo, Nº2, jan./junho de 1954, p.15.

(42) Martins, Luciano, ob. citada, p.29.

(43) Jaguaribe, H. "A crise de nosso tempo e do Brasil", ob. citada, p.14.

(44) Jaguaribe, H. "ISEB - um breve depoimento...", ob. citada, p.100.

(45) Jaguaribe, H. "O Modelo Político e a Estrutura Econômico-Social Brasileira", Rio de Janeiro, Revista Civilização Brasileira, Nº4, outubro de 1978, p.132.

(46) Abreu, A.A. Nationalism and action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB, Paris, Univ. René Descartes, 1975, mimeo, tese de doutorado, p.102. Foge ao escopo deste trabalho

analisar o ISEB. No entanto, uma breve caracterização explicita as diferenças fundamentais entre o IBESP e o ISEB. Criado através do Decreto-Lei Nº37.068 de 14.07.1955, o ISEB era formado por 3 Conselhos:

Conselho Curador: com 8 membros indicados pelo Ministro de Educação e Cultura. Os membros iniciais eram: Anísio Teixeira, Ernesto L. de Oliveira Jr., Hélio Burgos Cabal, Hélio Jaguaribe, Themístocles Cavalcanti, A. Junqueira Alves, Roberto de Oliveira Campos, Roland Corbisier.

Diretoria Executiva: exercida por um Diretor eleito pelo Conselho Curador;

Conselho Consultivo: (jamais se reuniu) agregava os seguintes nomes: Abgar Renaut, Afrânio Coutinho, A. Guerreiro Ramos, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Ari F. Torres, Atílio Vivacqua, Cassiano Ricardo, A.F.Schmidt, Père Magne, Cândido Motta Filho, Carlos Chagas Filho, Celso Kelly, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Flamíneo Távero, F.C.de San Tiago Dantas, Gilberto Freyre, Heitor Villa-Lobos, Herbert Moses, Hermes Lima, Horácio Lafer, João Pinheiro Filho, João Scatimburgo, João Coelho Pereira de Souza, José Flexa Ribeiro, José Honório Rodrigues, José Leite Lopes, Luís Simões Lopes, Luiz Viana Filho, Marcos Almir Madeira, Mário Travassos, Miguel Reale, Nelson Omega, Nestor Duarte, Orlando Magalhães de Camargo, Paulo Barreto Carneiro, Paulo Duarte, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Père Pedro Veloso, Plínio Sussekind, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Millet.

(47) Ramos, A. Guerreiro Desaparecimento, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Arquivo de História Oral, 1985, (64), p.30.

(48) Sodré, N.W., ob. citada, pps.105-107 (Formação - 1.)

(49) Cadernos de Nosso Tempo, Rio de Janeiro, Nº4, p.5.

(50) Augusto F. Schmidt torna-se assessor pessoal de Juscelino e o acompanha durante toda a sua gestão. Quando o ex-presidente é cassado, repudia publicamente o ato. Ver: Verbete, Dicionário Histórico-Biográfico, FGV/CPDOC, Rio de Janeiro.

(51) Corbisier, R., ob. citada, 1978, p.94.

(52) Benevides, M.V.M. de O Governo Kubitschek: Desenvolvimento e estabilidade política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.242. Em entrevista com a autora, em setembro de 1989, o ex-assessor de Juscelino, Dr. José Sette Câmara, confirma este ponto. Segundo o entourage íntimo de Juscelino, o ISEB era visto de maneira pouco elogiosa. Seus integrantes eram considerados intelectualmente nebulosos...a assessoria de Juscelino lembra a ociosidade de suas lideranças e sua ascendência burguesa.

(53) Sodré, N.W., ob. citada p. 106.

(54) Idem, p.113.

5. A Barganha e a Comissão Mista

A convocação pelos Estados- Unidos, ainda em 1950, para a IV Conferência Inter-Americana de Ministros de Relações Exteriores foi acompanhada de solicitações do referido país para alinhamentos referente questões julgadas essenciais. Uma parte delas dizia respeito especificamente à ameaça do comunismo no continente americano; e a outra se referia a um posicionamento e envolvimento dos países latino-americanos com relação à Guerra da Coreia. (1) Um grupo no Itamaraty, liderado por Francisco C. San Tiago Dantas, foi encarregado de formular um documento contendo as principais reivindicações brasileiras. Denominado pelos americanos de "Documento de Vargas", as futuras realizações da Comissão-Mista já estavam prevista nesse documento. Em carta ao Ministro João Neves da Fontoura, em 21.01.1951, Francisco C. San Tiago Dantas disse: "qualquer boa vontade norte-americana para conosco está, porém, submetida a condições muito estritas. Em primeiro lugar, nunca haverá boa vontade para programas que contrariem interesses vitais americanos (...) Em segundo lugar, nenhuma boa vontade suprirá a deficiência técnica com que nos apresentemos por ocasião de nossos pedidos de auxílio..." (2)

A Conferência dos Chanceleres foi realizada, em Washington, no dia 26 de março de 1951, e a delegação brasileira conseguiu seu intento, isto é, somente concordar com reivindicações de apoio político e estratégico aos Estados- Unidos, desde que elas fossem acompanhadas de auxílio para as bases econômicas listadas no documento acima referido. As propostas brasileiras, além de certos itens específicos de agenda, incluíam preocupações rela-

tivas a:

- ajustes periódicos de preços (das matérias primas brasileiras);
- facilidade de importação de produtos americanos, tais como carvão, petróleo e bens de produção;
- paridade de preços entre bens manufaturados e matérias-primas;
- auxílio na expansão da infra-estrutura brasileira, como assistência ao desenvolvimento econômico.(3)

Na verdade, o governante visava sobretudo o último item: o Plano de Reparcelhamento de portos e ferrovias; o aumento da capacidade de armazenamento; a elevação do potencial de energia elétrica. Além dos projetos encaminhados à Assessoria Econômica, analisados em outra parte deste trabalho (Conferir p.80) o Plano de Reparcelhamento residia no cerne nas tarefas dos membros da Comissão Mista e, posteriormente, do BNDE. Esta meta não é desvinculada da postura filosófica de Getúlio Vargas: esta refere-se à necessidade de ampliar a idéia de sucesso econômico, tornando a própria sociedade beneficiária desse processo. (4) Obviamente, subentende-se a figura do burocrata no poder, como fiel seguidor de um Estado forte, centralizador.

A Comitiva brasileira, altamente qualificada e representativa, visava trocar apoio político e militar por auxílio financeiro para obras consideradas urgentes. O auxílio em termos de investimento seria fornecido pelo Banco Mundial e pelo Eximbank. Em contrapartida, o governo americano receberia fornecimento de materiais estratégicos, como parte do Acordo Militar então assinado pelo General Pedro Aurélio de Góes Monteiro e João Neves

da Fontoura, respectivamente Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil. O Presidente americano solicitava, além do suprimento de matérias primas e materiais estratégicos, o envio de tropas para a Coreia (1950-1953). Dessa maneira, é compreensível a afirmação de Renato Archer de que a "criação da Comissão Mista Brasil Estados-Unidos - CMBEU - é indissociável dos Acordos Atômicos."(5)

Apesar de concordar com a posição política americana de combate ao comunismo e à subversão, a delegação brasileira não concordou com outros alinhamentos julgados importantes pelos Estados-Unidos. Getúlio Vargas, apesar da insistência de alguns segmentos do exército a favor do envolvimento brasileiro na Guerra da Coreia, não aceitou enviar tropas brasileiras dessa vez. Se, antes de 1951, os alinhamentos com os Estados-Unidos e o Brasil eram simplesmente considerados "taken for granted", o novo momento político do velho governante passou a questionar e barganhar duramente pelos favores nas negociações.(6) O governo americano aceitou, no entanto, criar um programa de emergência que levasse em consideração as necessidades dos dois governos para uma provável alocação de recursos. Havia, para os americanos, urgência de envio de areia monazítica, tório e manganês.

O Programa Norte-Americano em relação "às regiões menos desenvolvidas e mais periféricas do Continente" era chamado desde a posse de Truman, de Programa Ponto IV.(7) Foge ao escopo do presente trabalho traçar a trajetória das relações entre os dois países. É preciso dizer, no entanto, que na gestão de Eurico G. Dutra, não houve, por parte dos Estados-Unidos, uma política econômica preferencial para o Brasil. Getúlio Vargas se

mostrava mais exigente do que seu antecessor. Na continuidade das negociações de abril de 1951, surgiu a necessidade da constituição de uma Comissão-Mista, integrada por americanos e brasileiros, que estudaria os planos básicos de desenvolvimento brasileiro como forma de cooperação técnica.(8)

A vinda de cem técnicos americanos (9), contratados pela firma de engenharia Gibbs and Hill, e chefiados pelo Presidente da Bolsa de Nova Iorque, Francis Adams Truslow, incluía especialistas em agricultura, indústria, mineração, finanças, economia, ferrovias e navegação. Truslow faleceu na viagem marítima para o Brasil, em julho de 1951, sendo substituído por Merwin Bohan, e, posteriormente, por Burke Knapp.

A contrapartida a ser recebida pelos americanos referia-se ao fornecimento de materiais estratégicos, dentre estes, o fornecimento de areias monazíticas era vital para os Estados- Unidos, mais do que o manganês, cujo fornecimento soviético havia sido embargado desde 1948. Desde 1920 (10), as jazidas de manganês brasileiras eram exploradas em Minas Gerais pela United Steel Corporation, além de tório, urânio e outros minerais estratégicos. Segundo Rômulo de Almeida, o Brasil possuía, no início da década de 50, duas minas de manganês. Uma em Minas Gerais, chamada Urucum, cuja concessão foi dada para a U.S. Steel Corporation. A outra, de descoberta mais recente, era no Amapá, na Serra do Navio. Sua descoberta se dera por acaso, em 1946. A região foi usada, durante a Segunda Grande Guerra, como uma "espécie de campo de concentração para alemães que estavam no Brasil". Um deles, técnico em prospecção, descobriu a jazida. Anunciada, a descoberta foi legalizada em nome do paulista Aze-

vedo Antunes. Este, em associação com a Bethlehem Steel Corporation, começou, antes de 1950, a exploração de manganês da Serra do Navio. (11)

Ainda em 1950, o Eximbank liberou 35 milhões de dólares para a exploração do manganês do Amapá; sendo que a Bethlehem Steel Corporation, além de adquirir toda a produção, também se colocava como acionária de 49% das reservas. Finalizando o processo de legalização das jazidas, o Governador do Amapá solicitou ao Chefe do Executivo, Eurico G. Dutra, que as jazidas fossem consideradas reserva nacional, o que ocorreu através do Decreto-lei Nº9.858, de 13 de setembro de 1946.

Na sequência dos acontecimentos que permitiram a exploração da mina de manganês da Serra do Navio, a Indústria e Comércio de Minérios Ltda. - ICOMI - dedicou-se ao estudo da produção experimental de minério, construindo chatas de aço para transporte de minério, através dos rios Amapari e Araguari até o porto Platon. O manganês seria levado dali, de caminhão, até Macapá. O empréstimo do Eximbank a que me referi, deveria cobrir os custos para a construção de uma estrada de ferro, cobrindo os 215 quilômetros, substituindo o percurso dos caminhões, bastante precário na estação das chuvas. (12) As negociações da IV Reunião de Consulta dos Chanceleres que selou o Acordo previam o fornecimento de até 500.000 toneladas de manganês do Amapá para os Estados- Unidos, por ano. Material insubstituível na produção de aço (25 kgs. de manganês para cada tonelada de aço).

O outro minério importante era a monazita. Exportada há muito tempo pelo Brasil, estas, segundo Dagoberto Salles, intensificaram-se durante a gestão de Eurico G. Dutra, através de um acordo firmado entre o Brasil e os Estados-Unidos em 10.07.1945. As indústrias Químicas Reunidas S.A. - ORQUIMA - proprietárias das jazidas de monazita do Estado do Espírito Santo, processavam o minério a ser exportado.(13) Além da não renovação do Acordo com os Estados-Unidos, em 1948, as exportações do minério foram ainda mais dificultadas depois da criação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 15.01.1951, pela lei 1.310 e presidido pelo Almirante Álvaro Alberto. A política de energia atômica fixada por este órgão estabelecia o monopólio estatal do comércio externo dos principais minérios atômicos através de 2 princípios básicos: compensações específicas e liberdade de relações com os países.(14) Por esse motivo, as exportações de monazita para os Estados-Unidos, proibidas sem as compensações específicas, diminuíram, sensivelmente, entre 1950 e 1951.

Getúlio Vargas solicitava um montante inicial de US\$300 milhões de dólares, com a possibilidade de um teto de US\$500 milhões do Banco Mundial e do Eximbank para os projetos requeridos no início de sua gestão. A verba americana prometida teria uma contrapartida em cruzeiros, e sua totalidade seria administrada por um Banco a ser criado - o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (15). O sucesso da missão permitiria alicerçar, em bases sólidas, o relacionamento entre os dois países. A Comissão foi criada, oficialmente, em 19 de julho de 1951, dentro do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro.

O Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, dedicou-se às negociações ainda pendentes em Washington para o financiamento dos projetos já em elaboração, junto ao Banco Mundial e ao Eximbank. Denominado Plano Lafer, os projetos concentravam-se prioritariamente em:

- eliminação de gargalos ou pontos de estrangulamento como pré-condição para o crescimento econômico;
- projetos complementares e não alternativos em relação aos investimentos privados;
- projetos passíveis de realização, razoavelmente, rápida;
- projetos financiados por meios não-inflacionários.(16)

Desse modo, os projetos da Comissão-Mista completavam-se com os planos da Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI, especificados em outra parte deste trabalho. Os projetos da CDI obedeciam a quatro pressupostos: maior produção de energia, expansão e melhoramento dos meios de transporte e de comunicações, intensificação da corrente de capitais e créditos, formação de técnicos e métodos de trabalho. Explica-se que Ary F. Torres e Valentim F. Bouças sejam integrantes da CDI.(17) Os trabalhos iniciais da Comissão-Mista centraram-se em projetos ferroviários, portuários e de energia elétrica. Para Carlos Lessa, havia pressão, por parte de segmentos da população, por investimentos no binômio energia-transporte que, no início da década de 50, se apresentavam como pontos de estrangulamento urbano e do desenvolvimento da atividade industrial.(18) O crescimento da economia, durante a Segunda Grande Guerra, não havia sido acompanhado de um reaparelhamento infra-estrutural de energia e de transportes. Assim, tanto o escoamento da produção para os portos quanto o abastecimento do mercado interno estavam pro-

fundamente deficitários.

A Comissão Mista iniciou formalmente seus trabalhos, em julho de 1951, e os encerrou, em junho de 1953.(19) A Comissão, lotada no Ministério da Fazenda, e presidida, do lado brasileiro, por Ary F. Torres e, do lado americano, por Merwin Bohan, visava fazer um vasto programa de reequipamento em investimento na infra-estrutura do Brasil.

Atendidas as necessidades urgentes de material estratégico, o governo americano colocou em prática aquilo que Warren M. Weis denominaria de "a prática de atraso" e prolongamentos de natureza política, adicionando novas condições aos contratos de investimentos. Quando as expectativas governamentais brasileiras eram realistas demais (Vargas aguardava a liberação de US\$500 milhões), conseguia-se um montante sempre parcelado e bastante inferior ao calculado nos projetos da Comissão. Independente dos problemas internos entre o Eximbank e o Banco Mundial na época (20), o primeiro mostrava-se mais receptivo que o segundo, em suas relações com os enviados brasileiros.

Ainda que os fundos iniciais tenham vindo através do Eximbank, em meados de 1952 (US\$60 milhões), para três projetos: dois financiamentos para ferrovias (Santos-Jundiaí e a Paulista) e o terceiro financiamento para a Brazilian Power Corporation (Light), desde fevereiro de 1951, investimentos no valor de US\$250 milhões eram anunciados publicamente. Em fevereiro do mesmo ano, o Sub-Secretário de Estado americano, Edward Miller, em visita, declarou que "o governo dos Estados- Unidos (...) e as instituições acima referidas estavam dispostas a fornecerem

um crédito ao Brasil, no valor de US\$250 milhões."(21)

Em maio de 1951, o Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, escreveu de Nova Iorque, mencionando que a base de US\$300 milhões podia ser ultrapassada, "desde que apresentemos projetos capazes de justificar inversões maiores ...Nessa cifra não estão compreendidos os financiamentos exigidos pela exportação de produtos estratégicos."(22) Otimista, João Neves acreditava no que escutava e, sem malícia, afirmava sem fundamento, que as inversões não compreendiam a exportação de materiais estratégicos.

A distribuição global dos projetos da Comissão Mista ficou estabelecida desta maneira:

Projetos	quantidade	milhares	milhões	milhões
		US\$	Cr\$	Cr\$
Estradas de ferro	17	145.979	7.671	10.627
Estradas de rodagem	2	6.661	-	135
Portos	4	37.811	730	1.496
Navegação costeira	4	29.147	417	1.007
Energia elétrica	9	129.746	4.603	7.229
Diversos*	5	37.985	598	1.368
Total de projetos	41			

(*) Agricultura, Alcalis, Silos e metalurgia.

Fonte: Observador Econômico e Financeiro, Janeiro de 1954, N°215.(23)

A Comissão Mista, enquanto órgão intergovernamental, teria por objeto concentrar-se em projetos relacionados a transporte, energia elétrica e agricultura. O terceiro item da agenda, agricultura, cedeu espaço para os dois primeiros. Com relação a ferrovias, o período compreendido entre 1940 e 1950 pode ser caracterizado como um momento onde não se investiu no setor, tornando-o altamente deficitário no início dessa década. Outras considerações pertinentes se referem ao excesso de uso e à má conservação das instalações existentes. (24)

Até dezembro de 1951, os trabalhos da Comissão Mista caminharam com sucesso e, ao completar um ano, em 1952, já tivera 13 projetos aprovados: 54% relacionados com energia elétrica, 30%, com ferrovias e 16% referentes a indústrias, agricultura e outras atividades. (25) Em contrapartida, foi assinado um acordo de exportação de monazita e óxido de tório sem as compensações específicas pleiteadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas - CNP, quando da visita do presidente da Comissão (Americana) de Energia Atômica ao Brasil, Gordon Dean, em 2.11.1951. (26) Dificuldades crescentes de financiamento se apresentavam desde o início de 1952. Segundo Warren M. Weis, elas tiveram início com o discurso de Getúlio Vargas do dia 31 de dezembro de 1951, denunciando a remessa de lucros de empresas estrangeiras, assim como o envio da lei da Petrobrás para o Congresso, em dezembro de 1951. (27)

Em março de 1952, foi firmado o Acordo Militar entre o Brasil e os Estados-Unidos, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, e o Embaixador norte-americano, Herschel V. Johnson.(28) Ainda naquele mês, o Ministro João Neves da Fontoura convocou, em seu gabinete, o presidente em exercício da Comissão Nacional de Pesquisas (tenente-coronel Dubois Ferreira), expondo-lhe razões de ordem superior que aconselhavam o Brasil a adiantar fornecimento de monazita para os Estados-Unidos, sem compensações específicas. Um novo acordo foi, portanto, firmado, em 21.02.1952, criando, ao mesmo tempo, a CEME - Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos. Coube a F.C. San Tiago Dantas a elaboração jurídica das condições de funcionamento da CEME.

Segundo Renato Archer, a criação da CEME tinha como função alijar das exportações de terras raras a Comissão Nacional de Energia Nuclear presidida pelo Almirante Álvaro Alberto. Foi autorizada a exportação de 15.000 toneladas de areias monazíticas das quais 7.500 brutas e 7.500 processadas.(29) O conflito político da estrutura neopatrimonial do Estado, já era visível, aqui, como luta entre aqueles que defendiam posições consideradas nacionalistas e liberais.

Em junho de 1952, sem que a Comissão ainda tivesse recebido alguma verba para os projetos aprovados, Merwin Bohan e Edward Miller foram para os Estados-Unidos com a intenção de conseguir pelo menos US\$120 milhões para os projetos mais urgentes. Para conferir maior peso político ao empenho, Getúlio Vargas pediu que Valentim F. Bouças, Conselheiro Financeiro para a Comissão-Mista, também fosse aos Estados-Unidos interceder. O Eximbank

liberou US\$60 milhões, mas o Banco Mundial não liberou nada.

(30)

Apesar das dificuldades apontadas, a simples criação de um órgão canalizador e administrador de recursos internos para obras infra-estruturais já constituía uma vitória administrativa dessa gestão. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, Lei 1.628 de 20.06.1952 - surgiu como entidade administradora da totalidade (americana e brasileira) da verba requerida pelos projetos da Comissão Mista.

O BNDE teve uma estrutura "sui generis", porque sofreu certas reservas de preocupações políticas como, por exemplo, dar ao Superintendente a autoridade decisória máxima, acima mesmo do presidente do Banco, mas preservado de uma total liberdade política nas suas decisões técnicas sobre a aplicação de recursos que lhe estavam destinados.(31) Cõnscio desse importante detalhe, o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, se esforçou para colocar no Banco um grupo ligado a ele. Propôs a Getúlio Vargas acumular o Ministério com a Presidência do Banco e o nome de Ary F. Torres para Diretor-Superintendente. Contrariando seu conselho, Getúlio Vargas nomeou para a Superintendência, José Soares Maciel Filho, ligado a ele por antiga amizade. Ary F. Torres foi nomeado para a presidência. Na primeira direção: Cleanto de Paiva Leite, Glycon de Paiva e Roberto de Oliveira Campos.(O primeiro acumulando seu cargo na Assessoria com a Diretoria do BNDE).

Rômulo de Almeida, no entanto, privilegia a Assessoria como centro ideológico nacionalista da gestão de Vargas. Diria ele:

"Havia uma nítida diferença entre ambas (A Assessoria e a Comissão Mista), apesar de complementares: o Presidente precisava dar uma satisfação aos setores internos e externos adversários de sua posição nacionalista. Então, com essa finalidade, ele fez a sua Assessoria como órgão dele, pessoal, para elaborar as políticas que estavam mais afins com a sua filosofia. Mas ele apoiou a criação da Comissão Mista, como um órgão não destinado a estabelecer uma política para o governo, mas destinado a elaborar projetos específicos de portos, de ferrovias, de navegação, de eletricidade; quer dizer, os projetos em si, não a política de eletrificação".(32) Essa citação de Rômulo de Almeida confirma o monopólio de funções e hegemonia dos nacionalistas nessa gestão.

Em termos ideológicos, Getúlio Vargas agiu como sempre: neutralizava simpatias ou antipatias, separando alas em sua gestão. A composição ideológica tanto da Assessoria como da Comissão Mista obedecia a propósitos bem definidos. Nas palavras de Rômulo de Almeida: "O Presidente agiu politicamente no sentido de neutralizar as pressões, mantendo no Ministério da Fazenda, o Laffer, no Ministério do Exterior, o João Neves, um homem muito ligado à política americana, para limpar a barra. A Assessoria obedecia a uma política e a Comissão Mista, outra."(33) (Conferir p.59 para o posicionamento ideológico da Assessoria).

A Comissão Mista, no entanto, desde seu início, ficou revestida de um poder decisório em relação à aprovação e tramitação de projetos importantes. Esse poder, foi fortalecido pela criação do BNDE e a incorporação dos membros brasileiros desta Comissão na Diretoria do banco. Essa capacidade decisória fez com que

Luciano Martins visse na Comissão Mista um ponto de controle no alto escalão civil do governo. Segundo ele, "la structure de l'organisation de la banque est dans ce sens l'expression fidèle de l'action développée par les entrepreneurs et les techniciens pour recréer les mécanismes élitistes de contrôle des décisions économiques". A ligação da política de investimento e seu controle confere, certamente, enorme autoridade aos técnicos da cúpula do BNDE desde sua criação. Esses técnicos certamente saberão tomar proveito de sua força política.(34)

Se os técnicos da Assessoria tinham que lutar técnica e politicamente por projetos que nem sempre tinham a simpatia do Congresso, o mesmo não ocorria com os projetos da Comissão Mista. Para eles, sua viabilidade técnica consistia per se numa aprovação política e financeira. Vale dizer, ao avaliar um projeto, os técnicos da Comissão Mista e, posteriormente, do BNDE, o tornavam factível, independente da quantidade e origem de capital. Não é sem razão que outros autores, além de Luciano Martins, apontam o surgimento da tecnocracia a partir do estudo desses grupos.(35)

Segundo Lucas Lopes, incumbido dos projetos de eletricidade da Comissão Mista, "A Assessoria Econômica tentou fazer uma legislação, com traços nitidamente nacionalistas e fez projetos com algumas coisas que eram muito - eram relativamente distorcidas. A Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos - CMBEU não tinha nada que ver com o que o governo iria fazer ou não. A CMBEU foi incumbida de estudar projetos que obtivessem financiamento externo bem organizados (...) A CMBEU pensou muito em termos de projetos específicos (...) foi totalmente independente de filoso-

fia, de ideologia. Era uma Comissão, quase todos os seus membros de orientação liberal, de livre mercado (...) nunca houve nenhuma discussão ideológica dentro da Comissão Mista.(36) As afirmações de Lucas Lopes além de reiterar o antagonismo entre os dois grupos analisados, reafirma, indiretamente a natureza eminentemente instrumental e ambígua da postura ideológica do grupo cosmopolita.

Nessa linha, a neutralidade dos termos utilizados na ciência econômica dificulta uma leitura transparente do discurso e da utilidade dos projetos em questão. Seria, entretanto, ingênuo supor que a roupagem científica, ou mesmo o papel do tecnocrata, isentaria as pessoas assim investidas de responsabilidade política. As preferências políticas podem ser decodificadas apesar da roupagem científica dos termos ou da escolha dos projetos preferenciais. O comportamento político dos técnicos da Comissão Mista, assim como dos integrantes da Assessoria foi nítido através dos depoimentos analisados. Com uma ressalva: enquanto a Assessoria desapareceu com Getúlio Vargas, o BNDE assumiu, gradualmente, desde sua fundação, o papel de condutor da política econômica do país. As características corporativistas apenas vão se consolidar em um novo grupo com tendências nitidamente autoritárias. A tecnocracia surge, assim, estreitamente correlacionada com a ideologia de uma "intelligentsia" vitoriosa, atingindo, posteriormente, um estágio que estudiosos caracterizam como "despotismo burocrático".

Acredito importante ressaltar aqui que houve uma mudança na política econômica bastante substancial com a queda de Getúlio Vargas. Carlos Lessa caracteriza a política econômica até a se-

gunda metade de 1954 como "a primeira aproximação à política de desenvolvimento", onde se teriam lançado as bases instrumentais da política econômica do decênio, incluindo mecanismos fiscais de captação e administração financeira (através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). A segunda etapa, segundo o autor, é identificada com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. (37) Os investimentos preferenciais em ferrovias, durante o período 1951-1954, mostram uma diferença fundamental com o período 1956-1960, quando a expansão de transportes apoiou a indústria automotiva.

Algumas demonstrações, já em 1952, permitem alicerçar essas afirmações. Por exemplo, antes da visita do Secretário de Estado norte-americano, prevista para 2 de julho de 1952, o Banco Mundial liberou US\$40 milhões, totalizando com o Eximbank US\$100 milhões, dos US\$300 milhões previstos nas negociações iniciais da Comissão. A visita de Dean Acheson ocorreu sem maiores incidentes, não fosse um discurso proferido por Roberto de Oliveira Campos, membro da Comissão-Mista. Roberto Campos abordou os problemas de financiamento dos projetos da Comissão Mista por parte das duas entidades responsáveis. Quanto às exigências de seriedade na questão do programa, disse ele: "os brasileiros gostariam de sentir que não valia a pena empenharmo-nos na tarefa dispendiosa e laboriosa da preparação de projetos, ao sabor das exigências de Washington, sem que previamente nos fosse dada uma indicação razoável de que o trabalho não seria em vão... (....)". (38)

Com efeito, passado o momento inicial de envolvimento na Guerra da Coreia e, recebendo regularmente os minerais estratégicos

desejados, o governo americano demonstrou dificuldades em cumprir suas promessas de créditos para as necessidades infra-estruturais previstas no "Documento de Vargas". O Assessor financeiro da Comissão Mista, Valentim F. Bouças, encontrando o presidente do Banco Mundial, em 1952, surpreendeu-se com a recusa dele em oferecer mais do que US\$40 milhões, quando o esperado era US\$100 milhões, conforme negociações com o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer. Comunicando o fato a Getúlio Vargas, Valentim Bouças tentou compreender o comportamento da referida instituição. Mencionou o impacto que o Decreto Nº30.363 de 5 de janeiro de 1952 havia causado nos meios comerciais norte-americanos, que passaram a interpretar o governante como perseguidor do capital estrangeiro." Por outro lado, o presidente do Banco Mundial, Eugene Black, acrescentou novas exigências aos velhos contratos. Entre elas, a defesa de interesses de cobranças inglesas (compra de ferrovias inglesas pelo Governo Brasileiro), francesas e belgas (conferir esse assunto também na p.28); outra exigência dizia respeito a uma mudança da lei de câmbio no Brasil, através da aprovação da lei de câmbio livre pelo Congresso. (39)

Nesse momento, já é visível a rejeição dos Estados- Unidos frente a ideologia defendida pelo Chefe do Executivo brasileiro. A xenofobia do nacionalismo brasileiro tinha na figura de Vargas um esteio muito forte, como delineei em outra parte desse trabalho. Ao utilizar-se da força mobilizadora do nacionalismo internamente, o governante inviabilizava recursos externos, fragilizando sua permanência no poder. O movimento de recuperação da economia internacional no pós-guerra teve como tendência, deslocar progressivamente aqueles que defendiam a referida pos-

tura ideológica.

Até o momento da visita de Dean Acheson ao Brasil, de todos os projetos aprovados, uma subsidiária americana (Light) recebera quase 40% de toda a verba do Banco Mundial (US\$194 milhões entre 1947 a 1954) e o Eximbank, um total de US\$18.790 para a empresa canadense Brazilian Traction Light Company.(40) Esse fato não passou despercebido por Valentim Bouças, mas ao chegar em Washington, os procedimentos iniciais de liberação e alocação dos recursos já estavam concluídos. Segundo Warren M.Weis, a viagem de Dean Acheson marcou o ponto alto ou de êxito da Comissão Mista e das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, naquele período. Com a proximidade das eleições, muitas decisões que se estenderiam à próxima gestão política já estavam sendo proteladas pelo governo norte-americano.(41) Há um consenso, na literatura existente, que as relações Brasil-Estados- Unidos certamente pioraram depois da gestão Truman.

Antes das eleições de novembro de 1952, pouco menos de US\$20 milhões haviam sido recebidos para os projetos da Comissão-Mista. Voltando de uma viagem aos Estados- Unidos, o deputado ude- nista, Herbert Levy, afirmou que o "Executivo informara falsamente o Congresso, quando solicitou empréstimos internos, visando garantir a obtenção especial de US\$500 milhões para a efetivação do Plano de Desenvolvimento Econômico e a criação do BNDE". Por essa época, as dificuldades de liberação das verbas prometidas já começavam a ser motivo de pressões políticas internas contra Getúlio Vargas. O fracasso da Comissão Mista servia como instrumento de ataque ao Executivo. As viagens de Valentim Bouças, em 1952, e de Euvaldo Lodi, em 1953, devem ser

interpretadas como tentativas de contornar as referidas dificuldades.(42)

Adiantando-se aos resultados do pleito presidencial americano de novembro de 1952, o governo americano adquiriu nesse mês, de uma só vez, toda a quota de tório que pelo Acordo o Brasil tinha aceitado fornecer, durante 3 anos. Recebido quase todo o tório, o governo americano se desinteressou no cumprimento do restante, isto é, a compra de sais de terras raras, a que se obrigara como única compensação.(43)

Pouco depois de novembro de 1952, Merwin Bohan foi para os Estados- Unidos para contatar as pessoas envolvidas na continuidade da Comissão. Somente em meados de janeiro, conseguiu encontrar as autoridades do Banco Mundial (Eugene Black, Garner e Knapp) para discutir os empréstimos ferroviários, cujo adiamento destruiria o prestígio da Comissão. As autoridades contatadas recusaram qualquer compromisso formal ao cumprimento de acordos prévios. Os atrasados comerciais do Brasil e mesmo a tramitação da lei da Petrobrás no Congresso foram mencionados para Merwin Bohan como as razões que impediam novas concessões de empréstimos.(44) Cõscio da delicadeza política do momento, Getúlio Vargas enviou sua filha, Alzira, e seu genro, Almirante E. Amaral Peixoto, para os Estados- Unidos.(45) A viagem apenas confirmou os prognósticos do fim dos trabalhos da Comissão Mista. As autoridades americanas alegaram a falta de compromisso formal entre as partes, assim como o alto custo da manutenção da referida Comissão no Brasil (os cem técnicos).

No início de 1953, Getúlio Vargas já estava ciente de que a nova administração americana não pretendia manter a Comissão Mista no Brasil. O governo americano mencionava como problemas a serem enfrentados os atrasados comerciais, a Petrobrás (como projeto estatal) e os custos que a Comissão representava para o governo americano.(46) Isso, entretanto, não impediu que o Banco Mundial liberasse uma verba de US\$194 milhões, entre 1947 a 1954, para a American Foreign Power Corporation e o Eximbank, um total de US\$18.790 milhões para a empresa canadense Brazilian Traction Light Company (47). Para não agravar os problemas de abastecimento de energia já existentes, o governo brasileiro também concedera igualdade de empréstimo para as empresas brasileiras e estrangeiras junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico -BNDE.(48)

Escassez de energia elétrica era um problema a ser enfrentado pela administração, pelo racionamento que já atingia grandes capitais brasileiras. Nessa linha, a concentração, desde o início do século, de empresas estrangeiras (canadense: Brazilian Traction Light and Power Company e americana: American Foreign Power Corporation) na área, cuja expansão não permitia competição local, exigia repensar o problema da eletricidade no país. As medidas concretas tomadas por Getúlio Vargas e sua Assessoria referentes à expansão da oferta de energia elétrica resultaram na criação do Fundo Federal de Eletrificação como base para a futura Eletrobrás, enquanto as verbas da CMBEU podiam ser canalizadas para centrais elétricas isoladas. Elas se referem principalmente à formação das Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG entre outras. O problema de energia elétrica foi debatido, na época, na Conferência Mundial de Energia e Combustível.

tíveis, no Quitandinha, Petrópolis, no final de julho de 1954.
 (49) Em outra parte deste trabalho analiso o problema da energia elétrica. (Conferir p.89)

Naquele momento, apesar de considerar encerrada a Comissão Mista, Dwight Eisenhower ainda adiou seu término, concedendo mais US\$13 milhões, pavimentando a visita que seu irmão, Milton Eisenhower, faria ao Brasil, em julho de 1953.(50) Perguntado sobre o empréstimo de US\$500 milhões, o ilustre visitante respondeu, positivamente, mas no "decorrer de sua permanência, os jornais noticiaram que o Senado norte-americano havia aprovado um corte nas verbas destinadas ao desenvolvimento dos países incluídos no Ponto IV, inclusive o Brasil".(51) A propósito das dificuldades surgidas no período, diria Lucas Lopes: "A Comissão Mista teve evidentemente uma evolução, uma política bastante complicada, porque na medida em que o Governo Vargas evoluiu, foi perdendo o contacto com o governo americano, foi entrando em área de conflito com o governo americano sobre vários aspectos e o Governo Eisenhower já eleito (visava) acabar com o New Deal, para fechar o Eximbank, para fechar o National Development Funds".(52)

Em alguns pontos, as expectativas do governo brasileiro foram frustrar-se ao longo dos dois primeiros anos desta gestão:

- os empréstimos iniciais iriam dirigir-se para a exploração de materiais estratégicos e, contrariando as negociações, as verbas foram incluídas no "pacote" econômico previsto para os projetos da Comissão Mista;
- as instituições americanas responsáveis pelo crédito no Acordo Ponto IV, Banco Mundial e Eximbank, respectivamente, adiaram

e fizeram exigências políticas adicionais para a liberação das verbas prometidas. Estas últimas vinham parceladamente e alocadas segundo critérios das referidas instituições;

- o teto almejado de US\$500 milhões, em nenhum momento, recebeu endosso oficial por parte do governo americano, permitindo que o novo presidente eleito, em 1953, D. Eisenhower, interrompesse os trabalhos da Comissão-Mista. O montante real recebido para os projetos da Comissão Mista foi de US\$387.329 milhões e Cr\$14.369.941 (em cr\$1.000). (53)

Se a Comissão Mista não conseguiu que o bom relacionamento entre as duas nações envolvidas fosse concretizado era porque provavelmente o que se entendia por reciprocidade não era partilhado. O novo momento político americano era menos carente de alinhamentos políticos latino-americanos, sem falar dos minerais estratégicos, cuja importância diminuía com o fim da Guerra da Coreia. No cômputo geral, doze dos quinze projetos considerados prioritários conseguiram verbas. Ao final de 1953, quatorze projetos, totalizando US\$181 milhões, haviam sido financiados.

Em conferência realizada, em junho de 1954, o presidente do BNDE, cunhado de Getúlio Vargas, Walder Sarmanho, definiu como tarefa fundamental do BNDE a execução, a médio e longo prazo, dos projetos elaborados pela Comissão Mista. (54) Por outro lado, as atividades da referida Comissão tiveram ainda o mérito de reunir os três próximos presidentes daquela entidade: Glycon de Paiva, Roberto de Oliveira Campos e Lucas Lopes. Formavam, ideologicamente, um grupo tão coeso quanto os integrantes da Assessoria. Naquele momento, Glycon de Paiva parecia exercer a

liderança política do grupo.(55)

Em 1953, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE - aprovou, prioritariamente, financiamentos na área de transporte, sendo que o transporte ferroviário absorveu a quase totalidade. O volume de financiamento alocado para a área de transporte, em 1953, representou 60% do total financiado. Em segundo lugar, vinha a energia elétrica, com 25% dos recursos. No ano de 1954, o comportamento do Banco se repetiu, em relação a empréstimos.(56)

A paralização das atividades da Comissão Mista, em 31.12.1953, certamente gerou mal-estar e alguma polêmica em torno da quantidade prometida (US\$500 milhões), dos quais apenas US\$139 milhões e 696 mil haviam sido concedidos, ao findar a Comissão. Além disso, esses fatos permitiram criar uma atmosfera de desconfiança quanto aos propósitos "que alimentam os capitais privados que, no presente ou no futuro, desejavam emigrar para o Brasil".(57) Como diria Warren M.Weis, "sob o aspecto técnico, a Comissão foi excelente, mas politicamente foi catastrófica". Este autor critica a falta de continuidade na política externa norte-americana, iniciada com o Ponto IV de Truman, assim como o criticismo de Getúlio Vargas em seus discursos, referindo-se as remessas de lucros.(58)

Confirmando o pessimismo daquele momento, Lucas Lopes reiterou: "para os projetos da Comissão Mista o Eximbank foi importante porque precisavamos de equipamentos americanos (...) eu tenho a impressão de que a CMBEU realmente começou a cair, a se desmanchar, no momento em que houve uma onda de nacionalismo, no Bra-

sil, em que foram feitas acusações, foram publicadas informações de que as empresas estrangeiras no Brasil tinham remessas muito maiores de capital do que recebiam no Brasil (...) e criou-se um mal-estar muito grande".(59) Lucas Lopes omite, no entanto, que a denúncia das remessas partira do próprio governante, em discurso à Nação. (Conferir p.148) A nível de trabalho, o grupo brasileiro reminescente da antiga Comissão sofreu a interrupção dos trabalhos. Lucas Lopes relata que "quando desapareceu a Comissão Mista e foi criado o BNDE (...) houve uma fase de vazio, momentos de perplexidade (...) os grandes projetos da Comissão Mista que eram o da eletricidade, o da Rede Ferroviária, o reequipamento do Departamento de Estradas de Rodagem, o reequipamento de Portos, todos esses ficaram suspensos. Eventualmente, foram financiados pelos Estados- Unidos na gestão de Juscelino".(60) Clamando pela modernização de mercado, a elite cosmopolita, finalmente hegemônica, encontra na gestão de Juscelino a expressão máxima de seu poder, na década de 50.

Para Dr. Cleantho de Paiva Leite, a importância do BNDE na economia brasileira, nos anos 50, pode ser analisada sob três aspectos: em primeiro lugar, o Banco constituiu-se, talvez, no primeiro núcleo de análise racional dos problemas econômicos do Brasil com uma vinculação prática, herdando toda a técnica da Comissão Mista, absorvendo a experiência da Comissão de Estudos para a América Latina - CEPAL, atendendo aos padrões e exigências das instituições internacionais de financiamento, etc. O segundo aspecto seria a criação de uma consciência nacionalista. O terceiro, se referia à contribuição que o BNDE deu para a formação de pessoal e de instituições, como o Banco do Nordes-

te, os bancos regionais, os bancos estaduais de desenvolvimento.(61)

A exportação de materiais estratégicos para os Estados- Unidos foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1956, cujo relator foi o Congressista Dagoberto Salles. A referida CPI mostrou a ineficácia dos regulamentos inerentes à Comissão de Exportação de Minerais Estratégicos - CEME. Em sua composição estavam membros acionistas e Diretores da empresa beneficiadora e exportadora dos minérios (Orquima). Entre eles, os Ministros João Neves da Fontoura, F. Negrão de Lima, acionistas da empresa. Seu Diretor proprietário, fazia parte da Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI. A leitura das atas da CEME revelam uma tendência favorável da maioria de seus membros à liberalização das exportações das reservas. Esta postura conflitava com a política defendida pelo Conselho Nacional de Pesquisas - CNP e mesmo com o Estado Maior das Forças Armadas - EMFA. No entanto, tanto o CNP quanto o EMFA tiveram seu poder decisório diminuído depois da criação da CEME. A consequência natural da liberalização das exportações foi o enriquecimento dos proprietários da empresa.(62)

O problema, entretanto, não se restringia somente ao comportamento "empresarial" dos membros da CEME. O parceiro comercial, isto é, dos Estados- Unidos, deixava muito a desejar. O governo norte-americano, defendendo seu monopólio de energia atômica, visava desde restrições de venda de reatores aos países possuidores de minérios até uma possível expropriação de jazidas de outros países (Plano Baruch). Dessa maneira, é compreensível que os Estados- Unidos tenham, sistematicamente, rejeitado a

postura do Almirante Álvaro Alberto frente à defesa de uma política de energia atômica para o país. Durante a gestão de Vargas, os Acordos Atômicos ignoraram o CNP - Conselho Nacional de Pesquisas. O último envio de materiais estratégicos, em 1954, proposto pelos norte-americanos e aceito pelo governo, em meados de junho de 1954, trocou monazita por trigo e foi assinado por Getúlio Vargas em 20 de agosto de 1954. (63)

O Banco Mundial, afetado pelas críticas advindas de sua atuação na Comissão Mista e fortalecido, internamente pela diminuição de poderes do Eximbank, suspendeu todos os empréstimos ao Brasil, até 1958! Era uma retaliação política que, além de enfraquecer Getúlio Vargas no poder, teve o efeito de uma longa estiagem de créditos nos primeiros anos da gestão de Juscelino Kubitschek.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS:

(1) Weis, W.M., "A Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos e o mito da relação especial", Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Política Internacional, Nº115/116, 1986/2, pps.75-80.

(2) Ver Documentos no CPDOC/FGV: GV 51.04.10/4 carta de Truman para Getúlio Vargas; GV 51.06.27/2, instruções para a missão de Góes Monteiro nos Estados-Unidos de julho de 1951 e GV 51.01.04/2-A; Bases do governo brasileiro para a negociação da Comissão Mista de 11.01.1951. Ver ainda: Coleção Francisco C. San Tiago Dantas, AP 47 (21), Pacotilha 3, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

(3) O Programa de Reparcelamento Econômico - PRE - cuja fonte de recursos seria um empréstimo compulsório, entra em vigor, no dia 26.11.1951, pela lei Nº1.474. A lei acrescentava 15% sobre o Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas que pagassem mais de dez mil cruzeiros do referido tributo.

(4) Rodrigues, Ricardo V., "O Castilhismo" - in - Cursus de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982, p.82.

(5) Os Documentos referentes à IV Conferência dos Chanceleres Americanos se encontram no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, Arquivo F.C.San Tiago Dantas, Caixa 21, assim como a lista de pessoas que acompanhou a delegação. Ver ainda: Weis, W.M., ob. citada, 1986, p.105; Observador Econômico e Financeiro Nº179 de 1950; Ns 182-186 de 1951.

(6) Weis, W.M., ob. citada, 1986, p.78. Em entrevista à autora, em janeiro de 1989, Dr. Cleantho de Paiva Leite ; Renato Archer, Depoimento, ob. citada, afirma ter lido uma carta secreta do Ministério do Exterior (Documento Nº92), mediante informação do Almirante Álvaro Alberto, segundo a qual "João Neves afirmava que, ou o Brasil exportava areias monazíticas ou mandava tropas para a Coreia. (p.104-109)

(7) Arquivo Nacional, F.C.San Tiago Dantas, Caixa 21. Um estudo importante sobre F.C.San Tiago Dantas está sendo elaborado por Dr.Pedro Alberto do Amaral Dutra, no Rio de Janeiro, a quem devo valiosas sugestões.Ver ainda: Arquivo F.C.San Tiago Dantas, AP 47 (31), pastilha 2, p.16, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Para o perfil de F.C.San Tiago Dantas, ver: San Tiago Dantas: Um Seminário na UnB, de 25 a 29 de maio de 1981, Brasília, UnB, c1985, por Márcilio Marques Moreira, p.35.

(8) Weis, W.M., ob. citada, 1987, pps.20-52.

(9) Idem, 1986, pps.61-63.

(10) A Revista Conjuntura Econômica, em setembro de 1951, Nº9, dedicou um estudo especial à "Exaustão do manganês do Estado de Minas Gerais".Ver ainda: Conjuntura Econômica, 1951, Nº9, p.6; e Euzébio Rocha, Petróleo: um depoimento à Nação, São Paulo, Cadernos de Debate Nº4, 1976, p.22.

(11) Almeida, Rômulo, ob. citada, 1985, p.23.

(12) A Bethlehem Steel Corporation é subsidiária da Hanna Mining - cujo presidente, George Humphrey seria o futuro Secretário do Tesouro de D. Eisenhower - Ver: Observador Econômico e Financeiro, julho de 1950, Nº174. Interessante notar que o geólogo incumbido pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia de relatar este projeto tenha sido Glycon de Paiva (p.77). Ver ainda, em se tratando da exportação irregular de minérios: Rocha, Euzébio Petróleo: um depoimento à Nação, São Paulo, Cadernos de Debate Nº14, 1976, p.19; Bandeira Moniz, ob. citada, p.194 e Olympio Guilherme, ob. citada, p.102.

(13) A ORQUIMA fundou sua primeira indústria no Brasil, em 1948, em São Paulo, para beneficiamento da Monazita. No dia 25 de janeiro de 1954, ela instalou uma nova usina química na mesma cidade. Ver: Guilherme, Olympio O Brasil e a Era Atômica, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1957, p.139 e seguintes. Archer, R. ob. citada, p.148. Outra firma processava monazita no Brasil naquele período, a Inaremo. Esta, no entanto, pouco produziu, cessando logo suas atividades. Salles, D., ob. citada, p.142.

(14) Salles, Dagoberto As Razões do Nacionalismo, São Paulo, Ed. Fulgor, 1959. Inquéritos Parlamentares: Energia Atômica, American Canco, Esso Shell. pps.34-73 e Archer, Renato, Depoi-

mento, ob. citada, p.89-90. Os Acordos Atômicos tiveram a seguinte cronologia:

Primeiro Acordo.....10 de julho de 1945;

Segundo Acordo.....21 de fevereiro de 1952 (monazita e manganês);

Terceiro Acordo.....20 de agosto de 1954, (monazita, maiores quantidades de terras raras do que as constantes no Segundo Acordo). Este Acordo foi pago com 100.000 toneladas de trigo Hard Winter Nº2 a serem entregues, imediatamente. O valor dessa importação foi de US\$6.790.000 creditado no Banco do Brasil. Ver: Olympio Guilherme, ob. citada, pps.139 e seguintes.

(15) Weis, W.M., ob. citada, 1987, p.64.

(16) GV 51.06.27/2, GV 51.04.05/2-A e GV 52.02.16. Ver ainda carta de F.C.San Tiago Dantas a João Neves da Fontoura de 21.01.1951, AP 47 (21) pacotilha 3, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

(17) Observador Econômico e Financeiro, 1952, Nº200.

(18) Lessa, Carlos Quinze Anos de Política Econômica, São Paulo, Cadernos IFCH-UNICAMP Nº4, Ed. Brasiliense, 1978, pps.10-11.

(19) Composição da Comissão Mista Brasil Estados-Unidos - CMBEU (lado brasileiro):Presidente: Ary Frederico Torres Conselheiros: Valentim F. Bouças (assuntos financeiros); Roberto de Oliveira Campos (assuntos econômicos); Glycon de Paiva (assuntos geológicos e mineiros); Lucas Lopes (assuntos técnicos: energia elétrica).(lado americano) Presidente: Merwin Bohan Economia: Philip W. Glaessner, Reynold E. Carlson; Howard P. Dutemple; Morris Bornstein; James E. Woodward; William R.P.Boone; Elvin A. Duerst.Para a lista completa dos membros da CMBEU ver: A política econômica externa e industrialização do Brasil 1932-1952, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p.431 e seguintes de Malan, P.Bonelli, R. Abreu, M.P.Carvalho Pereira.

(20) O trabalho de Besserman Vianna, S., ob. citada, trata com detalhes a crise entre os dois bancos, cuja natureza era, essencialmente, política, mas que afetou o bom andamento dos projetos da Comissão Mista.

(21) Sérgio Besserman Vianna, ob. citada, p.39.

(22) GV 51.03.16/1, GV 51.04.05/2-A e GV 52.11.10/1 - Cartas de João Neves da Fontoura para G. Vargas. Otimista sobre as possibilidades de atingir o teto desejado de US\$500 milhões para o Plano de Reparcelamento.

(23) A totalidade dos projetos (41) exigia um total de US\$387 milhões, dos quais apenas US\$186 milhões foram financiados. Ver ainda: Soares D'Araújo, ob. citada, p.145.

(24) Observador Econômico e Financeiro, 1952, Nº202.

(25) Revista Digesto Econômico, julho de 1952, p.29, O Desenvolvimento Econômico do Brasil, Roberto de Oliveira Campos.

(26) Salles, D. ob. citada, pps.72-75.

- (27) Weis, W.M., ob. citada, 1986, p.66.
- (28) Ver: Coletânea de Documentos - Imeasse na Democracia Brasileira 1951-1955, organizadores: A.A. Novaes e Cruz, C.M. Leite Costa, M.C. Soares D'Araújo, S.B. da Silva. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1983.
- (29) Salles, D., ob. citada, pps.76-79 e Archer, R., ob. citada, p.104.
- (30) Weis, W.M., ob. citada, 1987, p.94.
- (31) Bulhões Pedreira, José Luiz. História do BNDES. Entrevista a Angela Coronel, p.10. Arquivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Rio de Janeiro.
- (32) Almeida, Rômulo, História do BNDES. Entrevista a Angela Coronel, em 1982, p.15. Arquivo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Rio de Janeiro.
- (33) Almeida, Rômulo - in - Lima, Valentina da Rocha, ob. citada, p.188.
- (34) Martins, Luciano, ob. citada, pps.394 à 399.
- (35) Ver ainda: Bresser Pereira, L.C. Estado e subdesenvolvimento industrializado, Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, pps.168 e 189; Ianni, O. Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil, Rio de Janeiro, 1965.
- (36) Lopes, Lucas, Depoimento, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC e Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade, 1988, p.196.
- (37) Lessa, Carlos, ob. citada, p.6.
- (38) O discurso de Roberto de Oliveira Campos (O Desenvolvimento Econômico do Brasil) foi publicado pela revista Diálogo Econômico, em julho de 1952, p.28
- (39) GV 52.05.26.
- (40) Observador Econômico e Financeiro, 1954, Ns.218, 220, 221. Ver ainda: Besserman Vianna, S. ob. citada.
- (41) Weis, W.M., ob. citada, 1986, p.68.
- (42) No momento de sua visita aos EUA, somente oito dos vinte e quatro projetos da CMBEU haviam recebido financiamento. Observador Econômico e Financeiro, julho de 1953, Ns.209.
- (43) Salles, D., ob. citada, pps.88-89 e Archer, R., ob. citada, p.105.
- (44) Weis, W.M., ob. citada, 1986, p.70.
- (45) GV 53.02.02/1.

- (46) Weis, W.M., ob. citada, 1987, pps.120 a 136. Não houve sanções por parte do governo brasileiro quando o Banco Mundial rompeu os acordos. Tanto W.M.Weis, quanto Besserman Vianna, S. comentam a má fé na redação dos referidos acordos. Ver: Weis, W.M., ob. citada, pps.83,97, 112, 104, 120 e 121; Besserman Vianna, S., ob. citada, pps.94 e 156 onde apresenta a íntegra da carta de Merwin Bohan a J.W.F.Dulles de 17.12.1962 sobre o assunto em pauta.
- (47) Observador Econômico e Financeiro, 1954, Ns 218, 220 e 221.
- (48) Idem, 1953, Ns213.
- (49) O problema do racionamento e da escassez no fornecimento de energia elétrica no Brasil era alvo de intenso debate. Veja: Observador Econômico e Financeiro, Ns211, 1953; Ns219, 222, 225 e 226 de 1954.
- (50) Observador Econômico e Financeiro, agosto de 1953, Ns210.
- (51) Weis, W.M., ob. citada, 1986, p.74.
- (52) Lopes, Lucas, ob. citada, 1988, p.197.
- (53) Observador Econômico e Financeiro, 1954, Ns215.
- (54) Sarmanho, Walder "O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Economia Brasileira", Rio de Janeiro, Revista de Ciências Econômicas, Ano IX, Ns71, Junho/setembro de 1954.
- (55) Entrevista à autora, em janeiro de 1989, de Dr. Cleantho de Paiva Leite.
- (56) Vianna, A.L. D'Ávila O BNDE e a industrialização brasileira 1952-1961. Campinas, tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 1981, pps.103-107.
- (57) Editorial, Observador Econômico e Financeiro, novembro de 1953, Ns213 e 209.
- (58) Weis, W.M., ob. citada, 1986, p.76.
- (59) Lopes, Lucas, ob. citada, p.200.
- (60) Idem, ibidem, pps.200-212.
- (61) História do BNDES - entrevista de Cleantho de Paiva Leite a Angela Coronel, em 1984, p.1. Arquivo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Rio de Janeiro.
- (62) A liderança da CEME cabia ao geólogo Mário da Silva Pinto, Secretário Executivo da CEME e representante da CEXIM. (Salles, D., ob. citada, pps.81-82 Ver ainda: F.C.San Tiago Dantas, Arquivo Nacional. A Diretoria da Orquima era composta pelas seguintes pessoas: Paulo Assunção, Vítor Demant, Kurt Weil, Ervin Feber, Pawel Krumholtz e Augusto F. Schmidt. (Salles, D., ob. citada, p.143, Archer, R., ob. citada, p.148).

(63) O rompimento do Acordo Atômico é mencionado por F.C.San Tiago Dantas, AP47 (14) pacotilha 3, Arquivo Nacional; ver ainda: Weis, W.M., ob. citada, pps.107-108. Olympio Guilherme refere-se à importação de 3 centrífugas alemãs que nunca chegaram (p.158, 181-182, 185-187). Ver sobre as centrífugas: Salles, D., ob. citada, pps.101-105; Archer, R., ob. citada, 91-100). O Acordo tório X trigo se deu após este impasse. (Salles, D., ob. citada, p.98; Archer, R., ob. citada, p.105-106)

6. A elite cosmopolita

Em seu trabalho de doutoramento, Nilson Joseph Demange aponta da seguinte maneira o surgimento da elite cosmopolita: "Na década de 30, dois grupos de profissionais, de um lado os engenheiros vinculados ao projeto 'idortiano' (IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho, fundado em 1931) e, de outro, os educadores ligados à ideologia da Escola Nova, defendiam propostas baseadas no moderno pragmatismo norte-americano e europeu adequado à expansão da grande indústria capitalista. (...) A reformulação institucional do Estado brasileiro, após a Segunda Guerra Mundial, sob a influência hegemônica 'neo-liberal' norte-americana, permitiu uma retomada dos projetos ideológicos modernizadores liberais. Através dessa retomada, a penetração da ideologia 'neo-liberal' dos Estados Unidos alcançou também uma crescente influência junto ao Estado".(1)

Outros autores tais como Sérgio Adorno e Maria Helena Capelato analisam a defesa do liberalismo por segmentos da sociedade brasileira, principalmente, empresários. São, entretanto, unânimes ao confirmar a natureza ambivalente, conservadora, bem como o caráter instrumental dessa ideologia no país.

Acredito, assim, importante reconhecer a historicidade própria dos grupos, dentro da burocracia e as condições em que eles se formaram, sedimentando posicionamentos ideológicos diferentes que, segundo Claude Lefort, constituem uma trajetória específica de grupo. Mesmo porque, "ils ne sont ce qu'ils sont que par leur dépendance vis-à-vis du pouvoir d'Etat qui fonde et maintient la hiérarchie sociale. C'est dire que le pouvoir politi-

que et le pouvoir économique sont confondus au sein de la classe bureaucratique", participando do sistema de dominação.(2) Pierre Bourdieu utiliza o termo "campo de poder" para designar esta definição de Claude Lefort. Para Pierre Bourdieu, não se pode esquecer a trajetória dos agentes sociais. "Os agentes sociais são distribuídos (na sociedade) segundo o volume de capital que possuem (capital cultural, capital social e capital simbólico) e, em segundo lugar, de acordo com a composição de seu capital". Não se pode esquecer que, as relações de poder num determinado momento teriam sido objeto de lutas simbólicas prévias.(3)

Os grupos, dentro da burocracia, defensores da ideologia neoliberal, nem sempre encontraram clima propício para a defesa de seus pontos de vista, como mostra o trabalho de Joseph Nilson Demange. No entanto, "com o término da II Guerra Mundial, com a doutrina do Ponto IV, passaram a proliferar as denominadas "comissões mistas" de planejamento econômico e militar, os grupos de "assistência técnica" e os acordos de "desenvolvimento" e de "segurança hemisférica" decorrentes".(4)

No início da década de 50, a totalidade de técnicos qualificados que ocupavam cargos de prestígio na burocracia de Estado não ultrapassava uma centena. Alguns, obviamente, se sobressaíam, em suas atividades. Por serem poucos, é possível, assim, ter visibilidade de suas trajetórias e de suas relações informais, bem como, analisar seus posicionamentos. É lícito, assim, reiterar que a burocracia como rede pessoal se apresenta como um feixe de relações. Suas lutas internas se superpõem à hierarquia formal, tendendo a remodelá-la de acordo com suas exi-

gências de dominação. A importância política da tecnocracia é visível no monopólio de funções fundamentais do Estado.

Após estudar o discurso de alguns importantes burocratas, entre 1951-1954, cheguei à conclusão de que é correto definir a totalidade da alta burocracia como um importante "locus" de tráfego de influências. Segundo Claude Lefort, a burocracia "ne fonctionne qu'en vertu d'une reconnaissance mutuelle et toujours renouvelée de ses membres les uns par les autres, selon un cérémonial déterminé", mostrando um determinado grau ou coeficiente de integração. (5)

Implícita está a noção de que a "cross fertilization", típica da natureza não conflitante das tarefas rotineiras técnicas, não impedia envolvimento político. Claude Lefort caracteriza da seguinte maneira esse tráfego de influências: "la bureaucratie se présente comme un immense réseau de relations personnelles où les rapports de dépendance se substituent aux rapports objectivement tracés par la division du travail, ou les regroupements par clans et leurs luttes se superposent à la hiérarchie formelle et tendent constamment à la remodeler en fonction de leurs exigences". Isto, segundo Claude Lefort, leva a concluir que a burocracia é estratificada e que cada grupo, defendendo posições próprias, "engendre une histoire propre". Vale dizer que de cima para baixo as relações são tais que servem sempre para confirmar a estrutura autoritária da Administração. (6)

Segundo Lucas Lopes, "esses grupos, Light, Amforp, Assessoria, Cemig, existiam paralelamente, sem nenhuma possibilidade de ser-

rem classificados como animais diferentes no quadro geral. Eles eram as mesmas pessoas, em muitos casos. Os membros da Comissão do São Francisco e da Companhia Brasileira de Engenharia (CBE) vieram, mais tarde, para a Comissão Mista Brasil- Estados- Unidos - CMBEU -, foram para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE -, foram para as Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG. O Brasil sempre teve uma elite muito pequena de técnicos, altamente, ou melhor, bastante preparados". Joseph Nilson Demange chamou esse processo de "circularidade profissional".(7)

Quando saliento a problemática do tráfego de influências entre os técnicos, posso indicar vários exemplos que justifiquem tal assertiva. Entre eles, a sintonia entre os técnicos da Fundação Getúlio Vargas, da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC-, do Conselho Nacional de Economia - CNE e da Carteira de Importação e de Exportação do Banco do Brasil - CEXIM. A acumulação de cargos por alguns técnicos é bastante sugestiva:

- Octávio Gouveira de Bulhões, responsável pela criação da SUMOC, era também Vice-Presidente do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Acumulava, adicionalmente, o cargo de Diretor do Conselho Nacional de Economia, até 1952. Em 1953, ele passou à presidência do CNE. Depois do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, tornou-se chefe da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC.

- Luis Simões Lopes, filho do ex-ministro, Hildebrando Simões Lopes, do Rio Grande do Sul, foi trabalhar para Getúlio Vargas como oficial de Gabinete, em 1930. Tornou-se Chefe Geral do

DASP, em 1938. Primo, em segundo grau, de Lucas Lopes, tinha como assessor, no final da década de 40, Roberto de Oliveira Campos. Como Diretor da CEXIM, 1951-1952, participava, ainda, do Conselho da Sumoc. Durante a década de 50, foi Presidente da Fundação Getúlio Vargas.(8)

- Eugène Guéhin, presidente do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, elaborava projetos em conjunto com o Conselho Nacional de Economia - CNE, além de ser Diretor da American Foreign Power - AMFORP. Foi Ministro da Fazenda durante a gestão de Café Filho, 1954-1956.(9)

- Lucas Lopes acumulava o cargo de Diretor das Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG - com a Assessoria Técnica na Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos - CMBEU. Torna-se, posteriormente, membro do Conselho de Administração e, mais tarde, presidente do BNDE, entre 1956-1958. Foi Ministro de Viação e Obras na gestão de Café Filho, 1954-1955.

- Glycon de Paiva Teixeira, Assessor técnico da Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos - CMBEU. Diretor da Vale do Rio Doce, entre 1953-1954. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE de 1954-1956. Ligado à Escola Superior de Guerra - ESG, era, ainda, membro do Conselho Consultivo da Fundação Getúlio Vargas.

- Roberto de Oliveira Campos teve, na Carteira de Importação e de Exportação do Banco do Brasil - CEXIM -, seu primeiro cargo na burocracia de Estado (fora do Itamaraty). Foi indicado por Luis Simões Lopes, de quem era assessor e amigo. Passou, em se-

guida, aos quadros técnicos da Comissão Mista Brasil-Estados-
Unidos - CMBEU -, e, posteriormente, à Direção do Banco Nacio-
nal de Desenvolvimento Econômico. Era, além disso, Diretor da
Fundação Getúlio Vargas. Diretor-Superintendente do Banco Na-
cional de Desenvolvimento Econômico - BNDE de fevereiro de 1955
a agosto de 1958. Ministro do Planejamento, em 1964, do primei-
ro presidente militar, General Humberto Castello Branco.

- Alexandre Kafka, amigo de Roberto de Oliveira Campos, pertenc-
cia aos quadros da CEXIM, era Diretor da Fundação Getúlio Var-
gas e, ao mesmo tempo, membro e relator da Comissão de Exporta-
ção de Minerais Estratégicos - CEME. é, atualmente, represen-
tante do Brasil no Fundo Monetário Internacional - FMI.

A mobilidade ascendente do grupo de tendência liberal, foi notá-
vel durante a década de 50. Nessa linha, Lourdes Sola afirma
que apenas cosmopolitas participaram da elaboração do "Plano
Lafer". Os poucos nacionalistas que fizeram parte do grupo o
foram porque os cosmopolitas assim julgaram conveniente. Segun-
do ela, isto sugere que "there was a permanent degree of con-
flict between the two groups". O que levaria Joseph Nilson De-
mange a afirmar que, apesar da reformulação da orientação na-
cionalista (pela prática do capitalismo estatal) "em nenhuma
das direções, os mecanismos burocráticos centralizadores do Es-
tado, conseguiram manter sua eficácia anterior ante o questio-
namento da oposição neo-liberal aos objetivos de sua dominação.

(10)

Em 1988, indagado sobre a classificação que Lourdes Sola fez
dos técnicos, entre 1951-1954, como "nacionalistas" e "cosmopo-

litas', Lucas Lopes questionou a referida divisão. Segundo Lucas Lopes, 'ela (a classificação) é completamente irrealista. Não existia cosmopolita (...) eram entreguistas (...) porque eram aqueles que tinham convivência com a idéia de que capital estrangeiro era importante... De modo que houve uma geração que foi classificada como entreguista, e não tinha como fugir dessa classificação, apesar de o entreguismo não significar nada de errado. Significava apenas um esforço de incorporar tecnologia, experiência e recursos à nossa economia. Foi uma opção que nós, conscientemente, tomávamos naquele momento. (11)

A importância prática que o Bacharel de Direito teve para as classes dominantes, desde o início do século XX, com a finalidade de exercer as funções públicas, de natureza política ou administrativa, cedeu lugar, depois da Segunda Grande Guerra, para o Economista. A solução de problemas emergentes na realidade solicitavam a "expertise" do economista e do engenheiro. Com isso, esses técnicos passaram a desfrutar de um prestígio excepcional, correspondido por oportunidades práticas em diferentes carreiras altamente reputadas dentro do alto escalão governamental.

Segundo Joseph Nilson Demange, "o fortalecimento político dos economistas deu-se através de suas pressões sobre a política econômica e administrativa dos dirigentes modernizantes em defesa, não só de uma diversificação neo-liberal dos empreendimentos burocráticos diretamente vinculados com a produção, mas também dos aparelhos ideológicos e administrativos que coordenavam as necessidades gerais de reprodução do sistema". Para o referido autor, a assistência técnica e financeira prestada ao

Estado, desde a II Guerra Mundial, pelos técnicos vinculados ao capital monopolista estrangeiro favoreceu sua influência ideológica internalizante no país. Seria através dos economistas e administradores que cooperavam diretamente com técnicos estrangeiros nas organizações internacionais que a assimilação da influência internacionalizante se daria. Esta última se estendeu aos diversos escalões dirigentes da burocracia civil e militar, nos órgãos estatais, para-estatais e de economia mista.(12).

Vimos, em outra parte deste trabalho (conferir p.16), que o DASP, criado na década de 30, tinha conseguido, no início da década de 50, formar técnicos importantes na administração pública. Nesta parte do trabalho, pretendo identificar aqueles que serão responsáveis pela condução da política econômica, no país, de 1954 a meados da década de 60: a elite cosmopolita. (13) Por essa época, o saber técnico da "intelligentsia" burocrática ia de encontro e legitimava o curso de ação da burguesia esclarecida, permitindo-lhe combater os excessos do Chefe do Executivo com argumentos considerados científicos, enquanto aumentava o espaço de influência política do segmento burocrático liberal.

Os técnicos da Assessoria e da Comissão Mista tinham algo em comum: todos pertenciam à Administração (Departamento Administrativo do Serviço Público) há mais de dez anos. Se a equipe da Assessoria devia a Rômulo de Almeida sua existência, graças à elaboração do "Documento de Vargas" os técnicos brasileiros da Comissão Mista se tornaram íntimos.. Definir as diferenças entre os dois grupos era algo corriqueiro. Os depoimentos de Lucas Lopes e de Rômulo de Almeida são entremeados de comparações

e interpretações das diferentes posturas ideológicas dos dois grupos. Em entrevista (14), Rômulo de Almeida disse: "A Assessoria obedecia a uma política e a Comissão à outra... tínhamos boas relações pessoais, mas eles (CMBEU) que era um pessoal essencialmente anti-estatista, privatista, a favor da Light, toda a política era trazer dinheiro americano; e a nossa política (a da Assessoria) era fazer o Estado atuante".(15)

O engenheiro Lucas Lopes (16) situa a formação do seu grupo da seguinte maneira: "... quando surgiu o Acordo de Washington entre o Brasil e os Estados- Unidos, visando encaminhar ao Brasil investimentos substanciais para auxiliar o desenvolvimento econômico (ainda no governo Truman), foi decidida a criação de uma Comissão Mista de técnicos Brasil- Estados- Unidos. Antes mesmo dessa decisão, foi elaborada pelo Itamaraty uma análise do que eram os problemas econômicos que o Brasil tinha a enfrentar (...)

... Como eu estava muito dentro desse programa de eletrificação (17), fui solicitado a escrever um pequeno documento sobre problemas de eletrificação no Brasil. Este pequeno documento foi incorporado ao "Documento" que o Itamaraty apresentou logo no início das negociações. Isto me tornou um pouco responsável, um pouco vinculado ao grupo que liderou, que auxiliou a criação da Comissão Mista.

O líder que orientou a formação da Comissão Mista foi o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, que trouxe para presidente da Comissão e seu braço direito, Ary F. Torres. Este, por sua vez, trouxe Glycon de Paiva que tinha trabalhado em toda a análise sobre indústria de mineração e criação da indústria em geral; Roberto de Oliveira Campos, que era economista com experiência,

desde o tempo de Secretário da Embaixada em Washington, assim como Valentim F. Bouças".(18)

A intervenção do Estado na economia e a distribuição de renda colocava obstáculo ao crescimento do pós-guerra. Acérrimos defensores da iniciativa privada, os cosmopolitas recusavam o papel essencial do trabalhador não-proprietário como participante ativo no processo econômico. Aliados das classes dominantes, os cosmopolitas defrontavam-se, antes de tudo, com a proposta positivista do Chefe de Estado. Em Getúlio Vargas "a tendência habitual do positivista de sempre subordinar as concepções científicas aos fatos"(19) chocava-se com o domínio privatista burguês da sociedade à qual ele queria impor a tese comtiana da inserção do proletariado nas vantagens do sistema produtivo. (20)

O crescimento no pós-guerra e a retomada do consumo acrescentavam um clima de euforia a toda a sociedade brasileira. Por outro lado, a divulgação das análises cepalinas e os estudos sobre o subdesenvolvimento, enquanto tentativa de superação de um estágio, adicionavam ao otimismo reinante um conteúdo emancipador. Cientes da posição ideológica do Chefe do Executivo, o grupo liberal-cosmopolita repudiava o intervencionismo estatal na economia.

Getúlio Vargas tomou posse, na mesma época em que Juscelino Kubitschek foi eleito como governador de Minas Gerais. Recém-eleito, Juscelino insistiu que seu amigo continuasse os projetos referentes ao desenvolvimento da CEMIG naquele Estado. Segundo Lucas Lopes Lopes: "Criou-se um impasse: como a Comissão

Mista já estava formada, os meus companheiros da Comissão, que se tornaram amigos durante a elaboração do documento básico que nós fizemos no Itamaraty, insistiam que eu não pedisse demissão porque corria o risco de pressões políticas sobre o Getúlio indicar para o meu lugar alguém que não fosse muito afinado com a equipe".(21) Esta citação de Lucas Lopes permite notar, a restrição ou postura seletiva relativas às pessoas, dentro da burocracia, que podiam partilhar dos projetos em questão. A burocracia, em seu comportamento denuncia, aqui, suas tonalidades corporativas. Em consequência disso, Lucas Lopes aceitou, simultaneamente os dois cargos, viajando, semanalmente, entre entre Minas e São Paulo.

Roberto de Oliveira Campos e Glycon Paiva trabalhavam em tempo integral nos projetos da Comissão Mista. Lucas Lopes acrescenta que sua participação sempre foi maior nos projetos relativos à energia elétrica, para os quais ele era supostamente credenciado.(22) O relato de Lucas Lopes tem o mérito de situar, na elaboração do "Documento de Vargas", em 1950, antes mesmo da posse, o encontro dos três técnicos, cuja caracterização é essencial para minha proposta de trabalho. Finalizando, Lucas Lopes também alude à completa imparcialidade e isenção ideológica dos membros da Comissão Mista. Disse ele: "A Comissão Mista não teve nenhuma preocupação em pregar doutrinas nem analisar atitudes doutrinárias ou ideológicas; ela foi totalmente pragmática em selecionar quais eram os projetos que deviam ser prioritários para um volume limitado de recursos a serem financiados".

(23)

Em outra parte deste trabalho (conferir p.243), observa-se que a posição ideológica dos técnicos da Comissão Mista era partilhada por outros setores do alto escalão governamental e por entidades empresariais. O Conselho Nacional de Economia apoiava as teses liberalizantes da elite cosmopolita do BNDE, assim como os renomados técnicos da Fundação Getúlio Vargas. Exemplo disso é o posicionamento do Conselheiro Octávio Gouveia de Bulhões e de Eugène Gudín, da Fundação Getúlio Vargas, que caracterizo a seguir. É importante notar que muitos técnicos da referida fundação também faziam parte de segmentos da alta burocracia, como Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC e outros. Basta dizer que, em 1954, enquanto vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, Octávio Gouveia de Bulhões fazia parte, ao mesmo tempo, do Conselho Nacional de Economia.(24)

Em 1952, Eugène Gudín publicou que o problema do desenvolvimento econômico era "primordialmente função do clima, dos recursos da natureza e do relevo do solo", admitindo que, no tocante à renda "per capita", era necessário fazer "crescer a renda mais depressa do que a população".(25) Esta interpretação conflita com o posicionamento da CEPAL que reconhece característica do subdesenvolvimento econômico "o atraso relativo da utilização de recursos em potencial (...) assim como uma necessária revisão na repartição das vantagens ou renda nacional".(26) Vale dizer: mais do que apenas problemas climáticos, superpopulação ou má utilização de recursos, já naquele instante, a CEPAL vinculava a definição de desenvolvimento econômico a realizações sociais de amplo alcance.

Em 1953, citando uma conferência de seu amigo Roberto Campos, o Professor Octávio Gouveia de Bulhões, presidente do Conselho Nacional de Economia, repetia sua tese, segundo a qual "a evolução brasileira teria mais afinidade com o modelo de desenvolvimento schumpeteriano (...) que exclui a intervenção planificadora governamental, devendo esta ser mesmo considerada perturbadora, antes que promocional".(27) No caso, o governo brasileiro estaria diminuindo a esfera da ação do capitalista privado, contrariando, portanto, o modelo schumpeteriano liberal de desenvolvimento. Octávio G. de Bulhões deixa claro, em seu artigo, que a posição do Conselho Nacional de Economia e a sua, "não se harmonizam com a técnica de programação da Cepal".(28) Para Octávio G. Bulhões e seu grupo, a melhor utilização dos fatores de produção pelos empreendedores particulares seria propulsora do progresso espontâneo.

Contra o intervencionismo de Vargas, Roberto de Oliveira Campos declarou: "a melhoria do bem-estar coletivo poderia e deveria ser deixada a cargo da iniciativa individual, sendo perigoso e imprudente para o Estado interferir com o livre jogo das forças no mercado".(29) Admite, entretanto, a necessidade, nos países subdesenvolvidos, de uma intervenção moderada em investimentos não remunerativos a curto prazo. Quanto à aplicação do modelo schumpeteriano, Roberto Campos acredita que o excesso de preocupação com o bem estar social estaria deslocando a dimensão do desenvolvimento econômico para o consumo, contrariando a referida teoria que vê o desenvolvimento econômico essencialmente como um fenômeno de produção e de oferta.(30)

De fato, Roberto Campos antecipava, em sua assertiva, o que os teóricos concluiriam a respeito das tendências econômicas do período. Vale dizer, que o fim da fase inicial da industrialização foi associado com mudanças que diminuiriam as oportunidades das classes dominantes em acomodar as exigências políticas e econômicas criadas pelo populismo.

Por outro lado, o "nacionalismo", definido, pelo grupo cosmopolita, como uma atitude temperamental, "retardaria a emancipação econômica do brasileiro".(31) Nessa mesma linha, Eugène Guddin afirmaria: "o nacionalismo latino-americano de hoje é um triste complexo de inferioridade que está dificultando a colaboração do capital estrangeiro, que tanto contribuiu para o progresso de países hoje mais emancipados, como os Estados-Unidos, o Canadá, a Austrália, etc."(32)

Glycon de Paiva define o nacionalismo como "um ressentimento coletivo do povo, em face de seu atraso e da sua incapacidade de removê-lo, principalmente nos seus aspectos infra-estruturais (estradas de ferro, de rodagem, portos, serviços públicos e educação). O povo em lugar de examinar-se, de buscar em si mesmo, na sua inação, imperfeições, desamor pelo esforço permanente, a causa do próprio atraso, foi induzido a atribuí-lo ao estrangeiro, principalmente ao americano".(33) Por outro lado, posiciona-se a favor do capital estrangeiro na economia, em igualdade de condições com o empresário nacional. Teme que o empresário estrangeiro se atemorize com o excesso de legislação sobre as remessas de lucros.(34)

Definindo o subdesenvolvimento como escassez de recursos, Roberto Campos o associa ao baixo índice de renda "per capita" em uma abordagem não-histórica do processo de desenvolvimento, tal como Glycon de Paiva.(35) Desenvolvimento, nessa ótica racionalista e instrumental, seria o processo "cumulativo", isto é, de capitalização. Para Roberto Campos, o "processo de desenvolvimento econômico se definiria como um aumento na taxa da formação de capital, com a adoção simultânea de métodos tecnológicos mais produtivos, e resultante incremento na renda real "per capita". Apontando a existência de países onde o desenvolvimento se processou de maneira endógena, receita para o Brasil uma solução eclética.(36)

Vale dizer, o desenvolvimento econômico planejado em termos de "pontos de germinação", como investimentos em setores considerados básicos. A iniciativa privada se encarregaria, rapidamente, de multiplicar os benefícios desses investimentos por toda a economia num processo de "efeito demonstração". O efeito multiplicador na economia pelo auxílio da intervenção moderada do Estado nos chamados "pontos de germinação" comprovaria o sucesso da livre iniciativa do capitalismo. Por sua vez, a racionalidade do processo caberia à burocracia esclarecida, "suficientemente ascética, disciplinada e apostólica para executar os planos do setor governamental e coordená-los com os do setor privado". É interessante ver que tanto membros da Assessoria quanto do grupo cosmopolita se conferiam o papel de demiurgos do desenvolvimento, alegando isenção sacerdotal de interesses materiais.

O grupo estudado, defendia, portanto, um ideário liberalizante, advogava o capitalismo brasileiro integrado ao capitalismo internacional como única forma possível de modernização do mercado interno.

O geólogo Glycon de Paiva era, no início da década de 50, muito solicitado como geólogo e mineralogista. Ao contrário da tese de auto-suficiência nacional, pregada pela Assessoria, Glycon de Paiva acreditava que "alguns princípios deveriam alicerçar orientação mais realista no que tange ao aproveitamento de nosso subsolo (...) fogem ao ponto de vista nacionalista estatal, dominante em nosso país, no presente momento" (março de 1953). Segundo ele, os esforços em direção a uma nacionalização de nossas reservas petrolíferas ou minerais eram infrutíferas: "Somos da opinião de que, se abandonarmos o subsolo exclusivamente ao industrial brasileiro e à livre iniciativa nacional ou ao Estado, estaremos fazendo o jogo da insegurança máxima do país".(37)

Pessimista diante das possibilidades de exploração bem sucedida de nosso subsolo, Glycon de Paiva também não acreditava que novas descobertas de jazidas pudessem melhorar o quadro de nossas importações. Salientava também a falta de poder de barganha brasileira no mercado internacional, pelo fato de "sermos um país de especiarias minerais, vale dizer, de certas substâncias minerais incomuns" (referindo-se às jazidas de tântalo, zircônio, berilo ou quartzo), salientando a carência brasileira de jazidas de carvão e de petróleo.(38) Roberto de Oliveira Campos e Glycon de Paiva justificavam e sustentavam, em publicações, a reciprocidade de suas teses. Admitiam a modéstia do quadro mi-

neral brasileiro que se caracterizaria pela falta de "complementariedade dos recursos existentes". Nesse contexto, o nacionalismo constituiria um obstáculo de natureza psicológica a ser vencido..."(39).

Posteriormente, em 1961, integrante da coordenação do IPÊS, Glycon de Paiva (conferir p.194), cita entre os aspectos "perigosamente" negativos da realidade brasileira a "ação interna desmoralizadora de uma pressão externa organizada (...) A Rússia, aqui, cumpre com sucesso, e o vem fazendo sem antagonismo, uma gigantesca campanha de adormecimento do poder nacional (...) tudo se passa de maneira tão inteligentemente camuflada que ninguém se dá conta da crescente e vitoriosa cubanização do país (...)"(40)

Em outra parte deste trabalho, (ver p.16) expliquei como o processo de cooptação política no Brasil, desde a década de 30, havia promovido uma centralização burocrática, onde o desenvolvimento econômico se entrelaçava com o crescimento da estrutura do Estado. O trabalho de Maria C.Campello de Souza e o de Simon Schwartzman (41) justificam as afirmações que Roberto Campos faz do papel do burocrata.

Retomando Karl Marx, Simon Schwartzman interpreta como as relações de solidariedade se desenvolvem dentro das estruturas de autoridade, e como as relações de autoridade se desenvolvem dentro das estruturas de solidariedade: "A burocracia tem em seu poder o ser do Estado, o ser espiritual da sociedade: ela é sua propriedade privada. O espírito geral da burocracia é o mistério, guardado pela hierarquia da vista de estranhos pela

sua estrutura de corporação privada. A revelação do espírito do Estado à opinião pública é percebido pela burocracia como traição ao seu mistério. A autoridade é, assim, o princípio de sua ciência, e a idolatria da autoridade, o seu sentimento. Mas, dentro da própria burocracia, o espiritualismo se transforma em um materialismo sórdido, o materialismo da obediência passiva, da fé na autoridade, do mecanismo de uma atividade formal fixa, de princípios, idéias e tradições fixas. Para o burocrata, tomado como indivíduo, os objetivos gerais do Estado transformam-se em seu objetivo pessoal: a caça às posições mais altas, é necessário subir na vida".(42)

Além da racionalidade e do ascetismo inerentes ao comportamento deste "burocrata ideal", Roberto Campos mostra uma dimensão moral do funcionário público. Esta dimensão ultrapassaria o comportamento empresarial na iniciativa privada por seu altruísmo, o poder exercido em nome do saber científico, reforçando a tese marxista vista acima. Nessa linha, Roberto Campos critica o nacionalismo emocional tanto quanto o consumo hedonista e ostentatório das classes dominantes. O burocrata, e, por extensão, ele próprio, estaria vacinado contra estes males...

Foge ao escopo deste trabalho analisar o percurso intelectual de Roberto Campos, mas, como disse Maria A.C.Madi, tal percurso não se faz sem percalços. O imediatismo ou as soluções "ad hoc" que permeiam suas afirmações teóricas, mostram a precariedade conceptual de Roberto Campos ao longo da década de 50.(43)

Por fim, tendo delineado o perfil ideológico dos dirigentes do BNDE ao longo da década de 50, posso tecer algumas considera-

ções sobre a importância do órgão. José Luiz Bulhões Pedreira considera mais importante para a época não o financiamento dos projetos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, mas a influência que o mesmo tinha na formulação da política de investimentos do país. Na gestão de Juscelino Kubitschek, o referido órgão, sem a Assessoria, foi-se transformar no "centro decisório" da política econômica nacional. (44) É lícito dizer, entretanto, que essa orientação já estava prevista desde o encerramento dos trabalhos da Comissão Mista, quando o BNDE "situa-se num nível mais amplo do que os projetos previstos pela CMBEU". (45)

Segundo Márcia D'Ávila Viana, o "Banco seguiu as orientações da CMBEU, criando as condições técnicas para o arranque, vale dizer, transferir o predomínio dos investimentos em indústrias básicas, "ao invés de concentrar-se no binômio transporte-energia". (46) Algumas idéias principais sobre o desenvolvimento podem ser percebidas nos artigos de Roberto Campos. Inicialmente, a concepção de Raúl Prebisch (1950) que associa dependência tecnológica com subdesenvolvimento teve enorme impacto intelectual, durante a primeira parte da década de 50. Como uma forma de vencer essa dependência, Roberto Campos advoga o emprego da tecnologia estrangeira na economia. Quanto à teoria de crescimento equilibrado de Ragnar Nurkse e de mercado restrito (1951) e, conseqüentemente, de círculo vicioso da pobreza, R. Campos responde com a idéia de Estado regulador, mas moderado, com o auxílio do empresário inovador schumpeteriano.

O Estado, como mecanismo regulador, teria que refrear-se de uma possível estatização excessiva dos recursos. Interessante notar

que R. Campos não aborda o problema da deterioração dos termos de troca (Cepal 1949). Resvalando no problema, diria ele: "O conceito determinista - aceitação mansa do subdesenvolvimento como uma fatalidade - tem sido gradualmente substituído por uma interpretação histórico-relativista do desenvolvimento econômico, a qual propende a enxergar nas presentes disparidades de níveis de desenvolvimento econômico uma decorrência de acidentes históricos"...Ao fatalismo e à abordagem histórico-relativista, contrapõe sua opinião das causas do subdesenvolvimento: "Essa tese otimista esbarra contra a dura realidade do desequilíbrio internacional na dotação de recursos naturais propiciadores do desenvolvimento econômico".(47)

O estudo da trajetória desses três técnicos, além de mostrar o aumento do peso político da burocracia de Estado nesta gestão, permite tecer outras considerações que se confirmam, posteriormente. Uma delas é o fato de eles passarem a controlar a condução da política econômica do Estado. Tanto com Juscelino Kubitschek quanto com João B. Goulart, o Chefe do Executivo passa a ser uma figura ilustrativa do presidencialismo ainda existente, mas nitidamente descartável. A real transferência do poder do Executivo para a burocracia, ocorrida, em agosto de 1954, só será, entretanto, visível, a partir de março de 1964.

A primeira crise no BNDE ocorreu quando Getúlio Vargas, dentro da Reforma Ministerial de junho de 1953, decidiu nomear para a presidência do Banco seu cunhado Walder Sarmanho. Ao que tudo indica, as divergências entre os membros da Diretoria e o antigo presidente, Maciel Filho, eram contornadas.(48) Com Walder Sarmanho, numa reforma administrativa mais ampla, criou-se um

problema "administrativo".

A Reforma Ministerial serviu para testar que os alinhamentos políticos podiam ser feitos à revelia do Executivo e que o sistema de tomada de decisões era alvo de pressões contraditórias. O afastamento de Ary F. Torres certamente abalou o posicionamento político dos ex-integrantes da Comissão Mista no BNDE. A Reforma, no entanto, serviu de pretexto para que a "elite cosmopolita" se aliasse à burguesia comercial (conferir p.243) para uma maior mobilização política contra o Executivo.

Após a saída da "elite", entre julho de 1953 a agosto de 1954, o BNDE viveu um período relativamente calmo. O grupo BNDE-CEPAL iniciava seus trabalhos. A falta de recursos externos era surpreendida com a insistência no aumento da produtividade física da força de trabalho como saída para a crise de investimentos.(49) Os técnicos nacionalistas no BNDE, representados por Ewaldo Correia Lima, Cleantho de Paiva Leite, Sydney Lattini, José Pelúcio e Juvenal Osório Gomes, substituíram os demissionários cosmopolitas.(50)

Depois de agosto de 1954, a predominância dos cosmopolitas na direção do BNDE, ao longo da década, foi inconteste. Os debates políticos internos relativos a questões julgadas polêmicas entre as diferentes frações no interior do Banco impedia que se fizesse uma interpretação simplista da condução econômica e política do BNDE.

A Assessoria e os técnicos do BNDE diluíam seus conflitos, negociando situações. Lourdes Sola chega a afirmar que houve um

processo de "cross fertilization" entre os grupos, tomando como exemplo a influência que os trabalhos da CEPAL e a ênfase no planejamento econômico vai ter em todos eles. A bem dizer, o nóculo maior dos conflitos entre os dois grupos de técnicos, na gestão de Getúlio Vargas, residia na ênfase do governante em projetos de natureza estatizante e suas críticas à excessiva liberdade de remessa de lucros das empresas privadas estrangeiras no país.

Finalizando, se a própria natureza do trabalho técnico pode ser considerada não conflitante ou, nos termos de Lourdes Sola "non antagonistic tasks", a orientação do Executivo e o rompimento com o Banco Mundial tiveram consequências importantes a curto prazo para o BNDE, que passaria a funcionar de maneira precária, sem recursos suficientes para colocar em prática seus projetos. Enquanto polo dinâmico de concentração e distribuição de recursos, sofria um desfalque do qual somente se recobriria, a partir de 1956.

A trajetória política da elite cosmopolita se tornou visível a partir da extinção da Assessoria, em 1954. A filiação político-partidária dos três principais técnicos (Glycon de Paiva, Roberto de Oliveira Campos e Lucas Lopes) não era a mesma, embora partilhassem de um ideário liberal. Segundo depoimento de Plínio de Abreu Ramos (51), Glycon de Paiva e Roberto de Oliveira Campos pertenciam à União Democrática Nacional - UDN, ao passo que Lucas Lopes (como ele próprio declarou) era do Partido Social Democrático - PSD (mineiro). Em depoimento, Lucas Lopes afirmou: "eu nunca tive simpatia ou antipatia por partido nenhum (sic) Eu era auxiliar direto do (Benedito) Valadares (...), mas

eu nunca tive nenhuma ambição política. Eu sempre fui considerado um homem do PSD... (52)

Lucas Lopes acreditava ter sido sempre um mediador. Na mesma entrevista, afirmou: "eu entendia a linguagem dos técnicos e sabia dizer aos políticos o que ela significava. E havia sempre uma grande dificuldade de comunicação entre técnicos e políticos (...) Convencer aos políticos que determinada solução técnica era viável, ou convencer aos técnicos que era importante dar prioridade a determinados projetos de interesse político, era um pouco a minha habilidade". Foi com base nessas qualidades de apaziguador e de conciliador entre tendências que Cleantho de Paiva Leite iria caracterizar Lucas Lopes como o homem mais importante na gestão de Juscelino Kubitschek. Segundo Cleantho de Paiva Leite, Lucas Lopes "era um conciliador, um manobrista, estava sempre tentando compor as coisas (...) Roberto Campos, entretanto, mais agressivo, provocava antagonismos". (53)

Em 1962, as posições de Lucas Lopes não pareciam ser tão neutras assim. Publicou: "no elenco das falhas de nossos esforços de desenvolvimento econômico, destaca-se o fato de ainda não termos conseguido definir uma atitude nacional, uma ideologia, um programa de trabalho, uma filosofia de vida coletiva, um nacionalismo brasileiro, que nos permitisse pôr em marcha as forças realmente criadoras da economia sem nos submetermos às trágicas exigências do planejamento centralizado e ditatorial aos sucedâneos caboclos do capitalismo de Estado". (54)

Em 1965, Lucas Lopes reafirmou a importância da elite empresarial, num momento histórico, caracterizado por ele como sendo o take-off rostowiano. Acentuava ter chegado "o nosso momento de grandeza", dos brasileiros, com uma economia de estratégia liberal, de progresso baseado na iniciativa privada. Finalizando, disse: "o programa de desenvolvimento (...) tem que ser crença firme da classe empresarial de que está cumprindo uma missão histórica. Tem que ter certeza a massa operária de que seu sofrimento de hoje será recompensado em breve, por novas perspectivas e pela garantia de que o Brasil de amanhã será melhor para seus filhos".(55)

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS:

(1) Demange, Joseph Nilson Burocracia de Estado e Capitalismo no Brasil, São Paulo, tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1980, mimeo, p.156.

(2) Lefort, Claude "Qu'est-ce que la bureaucratie?" - in - Éléments d'une critique de la bureaucratie, Droz, Paris, 1971, p.309.

(3) Bourdieu, Pierre The Social Space and the Genesis of Groups, London, Social Science Information - SAGE, 1985; 24/2, 1985, p. 197 e 200.

(4) Demange, Joseph Nilson, ob. citada, p. 165.

(5) Lefort, Claude, ob. citada, p.299.

(6) Idem, p.291-195 e 301.

(7) Lopes, Lucas, ob. citada, 1988, p.186; e Demange, Joseph Nilson, ob. citada, p.167.

(8) Lopes, Luis Simões Depoimento, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, História Oral, p.45.

(9) Dreifuss, R.A., ob. citada, p.405.

(10) Sola, L., ob. citada, pps.64-66 e 91; e Demange, Joseph Nilson, ob. citada, p.170.

(11) Lopes, Lucas, ob. citada, 1988, p.423.

(12) Demange, Joseph Nilson, ob. citada, p.162-164.

(13) O presidente brasileiro da Comissão Mista, Ary Frederico Torres, gaúcho, nascido, em 1900, engenheiro pela USP, após especializar-se na Europa, torna-se Diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Passa, então, a assessorar os quadros governamentais responsáveis pela implantação da siderurgia (Volta Redonda). Em 1943, é consultor técnico da CEXM (cujo Diretor era Luiz Simões Lopes), assumindo depois a Direção da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro de São Paulo, até 1951. Ligado à Westinghouse, foi responsável pela criação de grandes laboratórios e centros de pesquisas sobre metalografia, metalurgia. Ocupou a presidência do BNDE, em tempo parcial, mantendo seus compromissos, em São Paulo. Ficou no cargo de junho de 1952 a junho de 1953, quando foi substituído por Walder Sarmanho, cunhado de Getúlio Vargas, dentro da Reforma Ministerial. Em artigo denominado "Aliança para o Progresso", publicado na revista *Digesto Econômico*, julho/agosto de 1963, Nº172, A.F.Torres descreveu o papel da CMBEU, no início da década de 50, como também fez considerações políticas acerca do relacionamento Brasil Estados- Unidos. Segundo ele, "Direi que o efeito desses financiamentos (da CMBEU) perde muito de seu impacto em nossa economia sempre que realizados em pequena escala e de forma descontinuada". Torres rejeita ainda a tese da infiltração comunista nas esferas influentes do país, no final da década de 50. Ao longo de seu artigo, critica tanto a política de investimentos do Eximbank quanto a do Banco Mundial que, "depois do fim da gestão de Getúlio Vargas, afastou quase completamente nosso país da lista de seus clientes". (p.131)

Glycon de Paiva Teixeira, mineiro de Uberaba, nascido em 1902, trabalhou desde o início da década de 30 como geólogo do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura (do qual fazia parte Juarez Távora e Odilon Braga). Na gestão de Eurico G. Dutra participou do projeto que visava maior abertura ao Estatuto do Petróleo ao capital estrangeiro. Este projeto, entretanto, sofreu muitas críticas e foi engavetado. A liderança política de Glycon de Paiva, no início da década de 50, parece ter sido decisiva para o posicionamento de seu grupo em direção às teses liberalizantes da UDN. Após curto período de afastamento voluntário (1953-1954) da Direção do BNDE, volta, na gestão de Café Filho, como seu presidente. A posse de Juscelino separa o trio. Acreditavam que o novo presidente da República faria de Lucas Lopes seu Ministro da Fazenda, deixando Glycon de Paiva na presidência do BNDE e Roberto Campos no cargo de Diretor-Superintendente do referido banco. Frustrando as expectativas, Juscelino apontou José Maria Alkmin como Ministro da Fazenda e Lucas Lopes para presidente do BNDE. Glycon de Paiva deixa a instituição, definitivamente, passando a fazer parte da Direção da Cia. Vale do Rio Doce. Em 1961, será um dos organizadores do IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, tido como mentor (com o IBAD) do golpe de 1964. (Dreifuss, R.A., ob. citada, pps.112 e 113). Criado oficialmente, em 29 de novembro de 1961, (p.163), o IPÊS e o IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática, aliados ao CONCLAP - Conselho Superior das Classes Produtoras, criariam uma teia

de relacionamentos políticos cuja função era garantir o golpe militar que, finalmente, ocorreu em março de 1964. As ligações de Glycon de Paiva com a ESG e a UDN eram notórias. A UDN agregava defensores liberais da burguesia, atraindo ainda oligarquias rurais contrárias a G. Vargas e ex-interventores descontentes com o afastamento do poder. (Ver: Skidmore, T.E., ob. citada, pps.120, 124 e 133; G.A.D. Soares, ob. citada, p.42; Maria do Carmo C.Campello de Souza, ob. citada, pps.108 e seguintes). O trabalho de R.A.Dreifuss, entretanto, mostra que o trio não se separou, montando a Consultec, no final da década de 50, que exerceu ponte importante entre a burocracia de estado e a classe empresarial. Glycon de Paiva foi ainda presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG -, escreveu vários livros patrocinados por seu grupo ideológico e participou de vários grupos empresariais importantes tais como: Mercedes-Benz; Kaiser Alumínio (com R. Campos); Capuava Refinaria de Petróleo (com Octávio Gouveia de Bulhões); Emp. Minérios; União de Bancos Brasileiros; ICOMI (de A.A.Antunes & Bethlehem Steel & A.F.Schmidt); Union Carbide; Cleveland Cliffs; Radio S.A.; Perfurações Consolidações (Holding Radio - grupo suíço). Ver: Dreifuss, R.A., ob. citada, pps.124, 215, 223, 553).

Roberto de Oliveira Campos, nascido em Cuiabá, no Mato Grosso, em 1917, iniciou sua vida no clero, passando para a diplomacia, em 1939, quando concluiu, nos Estados- Unidos, curso de economia, no início da década de 1940. A partir de então integra várias conferências internacionais (Bretton Woods, etc.), fazendo contatos com a Cepal. Participa da III reunião da Cepal, realizada, em Montevideo, em junho de 1950. Passa a fazer parte da Comissão Mista, da Direção do BNDE, em 1952 e permanece como Diretor-Superintendente do Banco, de 1955 a 1958. As inclinações ideológicas de R. Campos não parecem ter seguido um passo linear: vacilava entre as teses da Cepal e as da UDN... (em entrevista com a autora, Dr. Cleantho de Paiva Leite, em janeiro de 1989) afirmou que R. Campos passou por um processo de mudança ideológica radical, quando se afastou do BNDE, em 1953. Integrando sempre o alto escalão civil do governo, R. Campos formou com G. Paiva e com L.Lopes a Consultec - Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. além do Consórcio Brasileiro de Produtividade - CBP. Tanto a Consultec quanto a CBP, de acordo com o trabalho de R.A.Dreifuss, constituíram "ponte" entre a alta burocracia de estado e a classe empresarial. Embaixador do Brasil na gestão de J.B.Goulart, foi Ministro do Planejamento do Mal. Humberto Castello Branco. Tinha ligações comerciais com a Hanna Mining, Bond & Share, Camargo Correia Construtores, Mercedes-Benz (com Glycon de Paiva) e Banco de Desenvolvimento Comercial. Era Diretor Acionista das empresas: Olivetti do Brasil; Kaiser Alumínio (com Glycon de Paiva). Ver: R.A.Dreifuss, ob. citada, pps.84, 86, 117, 173, 425.

Lucas Lopes, mineiro, nascido em 1911, não era oriundo de família humilde. Seu pai, engenheiro e professor, era primo de Hildefonso Simões Lopes (L.Lopes é, portanto, primo em segundo grau de Luiz Simões Lopes, ex-Diretor Geral do DASP e Diretor da CEXIM na gestão de G. Vargas, filho de Hildefonso). Lucas Lopes é contratado, em 1932, pela Rede Mineira de Viação, cargo que mantém até 1959. Auxilia B. Valadares na expansão da oferta de energia elétrica, em Minas Gerais, através da criação da Usina de Gafanhoto. Foi também consultor da American Foreign Power Company - AMFORP (Empresas Elétricas Brasileiras) na área de reparação e oficinas de bondes em todo país. Adotou a idéia

de "holding" desta empresa para criar a CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais. Casado com a prima da esposa de Juscelino Kubitschek, foi chamado por este, em 1951, a ocupar o cargo de Secretário da Agricultura e Viação. Manteve este cargo part-time com suas funções na Comissão Mista e depois no Conselho de Administração na fundação do BNDE. Ministro dos Transportes na gestão de Café Filho, torna-se presidente do BNDE, na gestão de Juscelino Kubitschek, até 1958. Era Diretor da CETAP - Companhia de Estudos Técnicos Administração e Participação (Banque de l'Indochine - holding das Companhias de Estanho São João Del Rei, Cia. Estanho Minas do Brasil); Diretor da Hanna Mining, na década de 60; possuía, ainda, outras ligações empresariais, no final da década de 50: Alumínio do Brasil (Alcan); Alumínio Minas Gerais S.A.; Cia.de Mineração Novalimense; Lanari S.A. Ind. e Com. (Cauaia, Itaperava, Apa, Japura, Alcominas); Morro do Níquel S.A.; Mineração Ind. e Com. (com Luiz Simões Lopes); Civilit Ind. e Artefatos de Cimento Armando S.A.; Eternit do Brasil; Cimento Amianto S.A: I.T.T. - Standard Electric (Cia. Nacional de Minas); Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A. (com Luiz Simões Lopes); Finco S.A. Consórcio Financeiro. Ver: R.A.Dreifuss, ob. citada, pps.118, 531.

(14) Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. Entrevista de Rômulo de Almeida em 21.03.1980.

(15) Arquivo de História Oral, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. Entrevista de Rômulo de Almeida em 25.07.1984.

(16) Entrevista de Lucas Lopes a Bernardo Mata Machado e Jussara Frizzera, da CEMIG, no Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1986, p.19.

(17) A esposa de Lucas Lopes era prima da esposa de Juscelino Kubitschek e os dois eram muito amigos; L. Lopes era primo, em segundo grau, de Luiz Simões Lopes de quem, no final da década, Roberto Campos era Assessor. Entrevista da autora com Dr. Cleantão de Paiva Leite, maio de 1989.

(18) Entrevista de Lucas Lopes à B.M.Machado e J.Frizzera, ob. citada, p.21.

(19) T.A.Bastos "Posições Metodológicas em Sociologia", Rio de Janeiro, *Revista Brasileira*, Nº21, 1959, p.108.

(20) Ver: A. Guerreiro Ramos em *O Problema Nacional do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Org. Simões, 1960 e resenha publicada pela *Revista Brasileira*, Nº32, 1960, p.165.

(21) Entrevista de L.Lopes a B.M.Machado e J.Frizzera, ob. citada, p.22.

(22) Idem, p.23.

(23) Ibidem, p.24.

(24) O Conselho Nacional de Economia, com um conselho pleno de nove conselheiros, nomeados pelo Presidente da República, criado pelo artigo 205 da Constituição de 1946, encampou as antigas funções do Conselho Federal de Comércio Exterior através da lei Nº970 de 16.12.1949. O Conselho Nacional de Economia foi extin-

to pelo artigo 181 da Constituição de 1967. Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

(25) Gudín, Eugène "O caso das Nações subdesenvolvidas", Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1952, Nº3, pps.50-51.

(26) Furtado, Celso "A Programação do Desenvolvimento Econômico", Rio de Janeiro, *Revista do Conselho Nacional de Economia*, novembro/dezembro de 1953, Nº19-20 pps. 11 e seguintes.

(27) Bulhões, Octávio Gouveia de "Estudos sobre a Programação do Desenvolvimento Econômico", Rio de Janeiro, *Revista do Conselho Nacional de Economia*, novembro/dezembro 1953, Nº19-20, pps.4-5. Este artigo de O.G.Bulhões e o de C.Furtado publicados no mesmo número desta revista resume um debate dos dois autores

(28) Idem, p.9.

(29) Campos, Roberto de Oliveira "Planejamento do Desenvolvimento Econômico de países sub-desenvolvidos", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº89, abril 1952, Ano VIII, pps.14-17.

(30) Campos, Roberto de Oliveira "O Desenvolvimento Econômico do Brasil", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº100, março de 1953, Ano IX, p.62 e seguintes.

(31) Campos, Roberto de Oliveira "Considerações sobre a vocação mineira do Brasil", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, julho/agosto 1956, Nº130, p.23.

(32) Gudín, Eugène "O caso das Nações Subdesenvolvidas", Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1952, Nº3, p.66.

(33) Paiva, Glycon de "Nacionalismo e Petróleo", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº183, 1965, p.11.

(34) Paiva, Glycon de "A Remessa de lucros e os investimentos estrangeiros no Brasil", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº163, 1962.

(35) Campos, Roberto de Oliveira "Observações sobre a teoria do Desenvolvimento Econômico" (texto de Conferência proferida na Escola de Guerra Naval), Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº100, 1953, p.67.

(36) Campos, Roberto de O. "Conceitos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, set./out. 1959, Nº149, Ano XV, pps.63-71.

(37) Paiva, Glycon de "Dependência do Brasil do Subsolo estrangeiro", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº100, março de 1953.

(38) Idem, p.24.

(39) Campos, Roberto de Oliveira "Considerações sobre a vocação mineira do Brasil", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, julho/agosto 1956, Nº130, p.19. Ver ainda: Paiva, Glycon de "Depen-

dência do Brasil do Subsolo estrangeiro", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº100, março de 1953, p.25. O trabalho de Maria Alejandra Caporali Madi (*A Vanguarda do Pensamento Conservador*, Campinas, Instituto de Economia, tese de mestrado, UNICAMP, mimeo, 1985), pps.3 a 31 analisa as idéias de Roberto de Oliveira Campos no período 1950-1964. Um artigo onde Roberto D.Campos expõe seu pensamento de maneira exemplar, no período, é "Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº89, abril de 1952, p.14 e 16.

(40) Paiva, Glycon de "Realidade Conjuntural Brasileira: Condições de Desenvolvimento", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, 1961, Nº157, pps.122-124. Paiva, Glycon de "Principais obstáculos ao desenvolvimento do Brasil", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº207, 1969, p.84, e p.85.

(41) Campello de Souza, Maria do C.C. *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega Ltda., 1976 e Schwartzman, Simon "Representação e Cooptação Política no Brasil" - in - *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970, pps.2, 9 e seguintes.

(42) Apud Schwartzman, Simon, ob. citada, p.10 e traduzido livremente de Karl Marx *Deuxes Philosophiques*, Paris, Ed. Moliator, Vol.IV, p.103.

(43) Madi, M.A.C., ob. citada, p.75.

(44) Bulhões Pedreira, José Luiz. Entrevista a Ângela Coronel, Arquivo BNDES, Rio de Janeiro, 1982, p.9.

(45) Viana, Márcia D'Ávila, ob. citada, p.105.

(46) Idem, p.108.

(47) Oliveira Campos, Roberto de, "As Três Falácias do Momento Brasileiro", Rio de Janeiro, *Digesto Econômico*, Nº133, Jan./fev. 1957, pps.49 e seguintes.

(48) Maciel Filho, José Soares, empresário do ramo têxtil, proprietário da Companhia Metropolitana de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro era amigo pessoal de Getúlio Vargas desde a década de 20. Entrevista com a autora, em janeiro de 1989, com Dr. Cleantho de Paiva Leite.

(49) Mantega, Guido, ob. citada, p.10.

(50) Entrevista da autora com Dr. Cleantho de Paiva Leite e Professor Ignácio Rangel, em maio de 1989.

(51) Entrevista de Dr. Plínio de Abreu Ramos com a autora em setembro de 1988.

(52) Entrevista de Lucas Lopes a Machado e J. Frizzera, ob. citada, pps.16-17.

(53) Entrevista de Dr. Cleantho de Paiva Leite com a autora, em maio de 1989.

(54) Lopes, Lucas "Neoliberalismo e Estatismo", Rio de Janeiro, Digesto Econômico, Nº168, nov./dez. 1962, pps.46-47. Em outro artigo, "A Aliança para o Progresso e o Desenvolvimento Econômico do Brasil", Rio de Janeiro, Digesto Econômico, Nº173, 1963, Lucas Lopes, Paraninfo dos graduandos da Escola de Engenharia de Ouro Preto, relata suas origens: "Em minha casa, desde cedo ouvi, enlevado, velhas histórias do Brigadeiro Antônio Luiz de Magalhães Mosqueira, meu bisavô e de seu primo, o Barão de Camargos, Senador do Império, cujos retratos se alçam nesta casa, ao lado de D. Pedro II".(pps.46-47)

(55) Lopes, Lucas "Geração marcada pelo Destino", Rio de Janeiro, Digesto Econômico, março/abril 1965, Nº182, pps.28-34.

II - Vargas e a burguesia: 1951-1954

1. A Promessa

2. A Crise

1. A Promessa

Tendo analisado dois importantes segmentos burocráticos da última gestão de Getúlio Vargas, pretendo, nessa segunda parte do trabalho reunir elementos que completem o quadro histórico, visando tornar coerente o clima político da sociedade e a força do impacto das medidas governamentais.

À partir de março de 1951, dois meses após a posse do novo Presidente, medidas consideradas impopulares pela burguesia comercial começaram a ser colocadas em prática pela CEXIM. Através de uma política cambial restritiva, o governo impedia a remessa de numerário para a aquisição de mercadorias julgadas não essenciais para o país. Como reação, ocorre a primeira das muitas reuniões dos grandes comerciantes, no Rio de Janeiro, em meados de julho de 1951. O Presidente da Federação das Associações Comerciais, o Sr. Carlos Brandão de Oliveira será responsável pelo direcionamento dos encontros ao longo dessa gestão.(1)

As Associações Comerciais representam, provavelmente, os mais antigos segmentos de classe organizados no país. A primeira, foi fundada, na Bahia, em 1811. Incluía, segundo Philippe C. Schmitter, predominantemente importadores, em sua maioria estrangeiros, mercadores, industriais, banqueiros e várias outras categorias de interesses econômicos. Via de regra, estabeleciam-se nos pequenos centros urbanos ligados aos portos. Segundo esse autor, representavam, tradicionalmente, interesses das classes conservadoras, ou, como elas preferem ser chamadas, classes produtoras.

A mais conhecida Associação Comercial, pela sua proximidade ao poder, era a do Rio de Janeiro, fundada, em 1834. Teve um papel ativo em todos os acontecimentos importantes do país, desde então. Em 1912, juntou-se com outras 15 Associações Comerciais, fundando a Federação das Associações Comerciais do Brasil. O Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro era, permanentemente, o presidente da referida Federação. As Associações Comerciais nunca tiveram uma imagem popular: representavam, segundo esse autor, pessoas poderosas e ligadas a grupos estrangeiros. (2)

A burguesia comercial, no início da década de 50, era apontada como representante das antigas oligarquias fundiárias, grandes importadores, montadoras e outros setores urbanos emergentes, defensores, em geral, da vocação agrária do país, na divisão internacional de mercado. Ela ainda foi aumentada pelas novas classes médias urbanas. Nelas se incluía o pequeno comerciante, contrário à política governamental de restrição às importações.

Assim, o governante afrontava diretamente a burguesia comercial, dificultando fraudes e problematizando a importação de bens não-essenciais. Para tal, a CEXIM, em 1951, adotou o sistema de Licença Prévia de Importações. Mesmo assim, através das conhecidas "operações vinculadas", a entrada no país de bens supérfluos continuava sendo alvo de preocupação governamental. As operações vinculadas, isto é, vinculação de exportação a contratos pré-estabelecidos, obrigavam o governo a aceitar a troca de produtos considerados supérfluos na pauta de essencialidade, mesmo quando a contenção de gastos se fazia necessária pela falta de divisas. Os bens não-essenciais, que eram "impor-

tados" via operações vinculadas, consistiam em automóveis, geladeiras, bebidas e até mesmo bicicletas.(3)

Os representantes da burguesia comercial aliavam-se aos parlamentares mais agressivos contra a política governamental eram os representantes da União Democrática Nacional - UDN. O referido partido tinha ainda o apoio de setores do exército. As alas do exército, contrárias à política de Vargas, estavam lideradas pelo Comandante da Escola Superior de Guerra - ESG - o General Juarez Távora, Chefe da Casa Militar do Governo Café Filho, futuro candidato à presidência da República, em 1955, e Ministro de Estado, em 1964. Não é sem razão que Maria C. Campello de Souza associa a UDN com os políticos que "havia sido desalojados da liderança das interventorias". O PSD, segundo ela, representariam os grupos que apoiavam o poder e as interventorias, em 1945.(4)

Pressionado pelo Banco Mundial e pelo Eximbank, o governo resolveu, a partir de junho de 1952, aprovar o câmbio livre. A medida, visando acabar com as operações vinculadas, ocasionou uma verdadeira sangria de remessa de lucros, sem representar aumento de investimentos internos. O excesso de importação de bens de produção tornara, por outro lado, a balança comercial deficitária e o Chefe do Executivo aceitou, sob pressão, essa mudança cambial como recomendação de seus principais credores. Não resistindo mais às pressões políticas de seu posto, Luís Simões Lopes pediu demissão da CEXIM, no final de agosto de 1952, e foi substituído por Coreolano de Góes que havia sido Chefe de Polícia, durante o Estado Novo.

Os acontecimentos que se desencadearam depois da demissão de Luís Simões Lopes da CEXIM mostram que havia consenso quanto ao jogo de pressões e confronto com as políticas governamentais, dentro da alta burocracia de Estado. Assesores de Vargas mencionam o afastamento de L. Simões Lopes como sinalizando um importante recuo daqueles que não estavam dispostos a lutar pessoalmente pela causa do governante.(5)

Os parlamentares da gestão 1951-1954 não pouparam, através de seus representantes udenistas, ataques ao Executivo e aos órgãos governamentais encarregados de exercer contenção a seus interesses de classe, tais como: a Superintendência da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil - Sumoc, responsável pela política cambial do governo e a CEXIM, responsável pela política de importações e exportações. Como núcleo de resistência a pedidos de importação que contrariavam as metas protecionistas e industrializantes do país, o comportamento da CEXIM, suas mudanças, agressões e críticas parlamentares se tornaram uma constante na pauta do Congresso. Ao longo de 3 anos e 7 meses no poder, o governante viu seus projetos sofrerem ataques inúteis e demoras sem fundamento, como mecanismos de obstrução parlamentar.(6)

Entre os parlamentares, em setembro de 1952, a situação do Executivo já era considerada muito tensa; a Petrobrás havia sido considerada o "Debate do Ano" no Congresso. Acirrando os ânimos, em setembro de 1952, o Executivo anunciou a proibição da importação, a partir de julho de 1953, de motores montados para fins comerciais.(7) A promulgação desta medida já havia sido precedida de outra que proibia a importação de peças com similares no parque nacional.

No início de sua gestão, Getúlio Vargas havia intensificado a importação de bens de produção, temendo a eclosão de uma III Guerra Mundial devido ao envolvimento dos Estados- Unidos em uma Guerra com a Coréia. Essa importação agravou a escassez de divisas numa balança comercial deficitária. A política protecionista da CEXIM com base na essencialidade ou não-essencialidade do produto na pauta de importações consistiu em um conjunto de medidas de austeridade. O problema da geração de divisas, entretanto, não foi solucionado.(8)

Finda a guerra dos Estados- Unidos com a Coréia, em 1953, o governo brasileiro perdia a possibilidade de explorar o conflito a seu favor para obter divisas através das exportações de minerais estratégicos.(Ver p.139) Os produtos brasileiros de exportação, considerados gravosos (pouco competitivos no mercado internacional), sofriam com a queda de exportação do algodão. Houve assim um agravamento do "déficit" da balança comercial, no final de 1952, com a conseqüente perda de barganha junto ao Banco Mundial.(9)

A burguesia comercial continuava sua mobilização. Fortalecendo-se internamente, esta substituíra o antigo aliado de Getúlio Vargas, João D'Audt de Oliveira, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, por Ruy Gomes de Almeida. Ao longo da década de 50, Ruy Gomes de Almeida vai pautar sua atuação política pelo ataque às "esquerdas". Aliado, a partir de 1953, ao novo Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Zulfo de Freitas Mallmann, a burguesia comercial e industrial une suas lideranças num "front" comum na defesa de seus inter-

resses de classe.(10) Estas, entretanto, não foram as únicas mudanças importantes de composição no interior da burguesia. Em São Paulo, Antonio Devisate assume a presidência da Federação das Indústrias de São Paulo e Basílio Machado Neto, a Confederação Nacional do Comércio de São Paulo. As novas lideranças da burguesia comercial e industrial de Rio de Janeiro e São Paulo sustentavam as teses já advogadas por Brandão de Oliveira. Ganhavam peso, desse modo, as teses udenistas contra a estatização da Petrobrás e intervenção do Estado na economia.(11)

Vendo a necessidade de tornar mais visível seu programa,(12) o governo realizou, em janeiro de 1953, a I Exposição da Indústria Nacional de Autopeças, no Aeroporto Santos Dumont. A intenção da referida Exposição era salientar a possibilidade da auto-suficiência industrial. Buscava-se, ainda, a adesão de novos empresários, mostrando a dimensão do mercado consumidor e o respaldo que estes teriam por parte da CEXIM, na forma de incentivos em suas importações. Apesar da contenção nas importações, a importação de automóveis totalizou 16% das importações totais do país, naquele momento. A Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Automóveis e Peças - ANMVAP - acreditava que entre máquinas, acessórios e veículos se totalizaria, aproximadamente, 45% das importações brasileiras.(13)

As dificuldades políticas se agravavam. Ao começar o ano de 1952, na Mensagem ao Congresso, em março, Getúlio Vargas fizera alusão à crise gerada pela inflação, pelo desajuste econômico cambial e regional do país. A seca do Nordeste havia, durante o ano, castigado, politicamente, o governo e, economicamente, os nordestinos. Na referida Mensagem, o governante pedira: aumento

de consciência nacional, consciência das necessidades do País e dos sofrimentos do Povo, quando não da própria época em que vivemos".(14) Governar com imperativos morais de altruismo positivista tornava-se uma tarefa gradualmente insustentável. Ao lado da crescente mobilização da burguesia e de seus representantes no Congresso contra os projetos governamentais, surgia, no horizonte, um novo problema. As classes trabalhadoras, vendo seu poder aquisitivo deteriorar-se, renunciavam as greves gerais do início de 1953. O poder aquisitivo da classe trabalhadora havia sofrido uma queda constante desde a posse de Vargas e a inquietação nos sindicatos já fazia pressentir que 1953 seria um ano em que as simples palavras não bastariam para conter o descontentamento.(15)

Assim, a sustentação do Chefe do Executivo, cujo maior respaldo consistia na memória política do passado, sucumbia frente ao poder econômico das classes dominantes. A inabilidade do Executivo na escolha do Ministro do Trabalho já havia provocado a primeira substituição de ministros nessa pasta, ainda em setembro de 1951. Mais grave ainda foi a substituição do Ministro da Guerra, em março de 1952. Discordando dos entendimentos do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Góes Monteiro, em Washington e, alijado, por suas preferências nacionalistas, dos entendimentos políticos referentes ao Acordo Militar e Atômico (Ver p.141), Newton Estillac Leal pediu demissão. Foi substituído pelo General Ciro do Espírito Santo Cardoso.

Como diria Maria C. Soares D'Araújo: "é interessante observar que as primeiras dissensões ministeriais ocorrem exatamente nas esferas do PTB e da ala nacionalista militar, tidas como os

principais pontos de sustentação do governo".(16) Considerando tal afirmação, pode-se, então, tirar outras conclusões. Politicamente, Getúlio Vargas tirava a sustentação de seu próprio governo ao alijar Estillac Leal dos entendimentos sobre o Acordo Militar. Após a demissão do Ministro de Guerra ocorreu um enfraquecimento da ala militar nacionalista mesmo dentro das casernas. O Clube Militar passou a ser liderado por forças militares conservadoras antigovernistas que formavam a Cruzada Democrática.(17) Em ensaio publicado em Cadernos de Nosso Tempo, em março de 1953, Hélio Jaguaribe sustentou que o Governo de Vargas começou a ruir com a exoneração do Ministro da Guerra, em março de 1952. O aumento do dissenso dentro do exército entre a facção nacionalista e a ala udenista, teve como consequência a perda de prestígio dos nacionalistas e sua perseguição, dentro e fora das casernas, até o final da gestão de Vargas.

Como disse Paulo Pinto Guedes, Secretário Geral da chapa de Estillac Leal no Clube Militar, em 1950: "Quando o Estillac Leal saiu do Ministério, em 1952, ele se reintegrou na campanha para a sua reeleição para o Clube Militar (...) surgiu uma organização chamada Cruzada Democrática que visava se opor à corrente nacionalista do Clube (...) Daí em diante, Getúlio governou com uma oposição militar tremenda. Não era de bastidores, não era uma crise em surdina, não, era ostensiva".(18) A nova eleição do Clube Militar, em 1952, deu espaço a Canrobert e a Juarez Távora.

Definindo o exército como estamento, Raymundo Faoro mostra como o conceito de cidadão armado toma o lugar de soldado, essen-

cialmente obediente, na constituição do Império. O Clube Militar, fundado, em 1887, e ainda tão importante na década de 50, seria o local onde as grandes questões nacionais seriam decididas. Para Faoro, o exército, enquanto corporação, prega a doutrina do "cidadão de farda" temperado com o esquema de tutela pedagógica. Desde a Constituinte de 1889, segundo este autor, os militares, senhores da situação, no controle da ordem social, articulavam a melhor maneira de ligar os Estados à União e estruturavam a representação nacional: nomeando os primeiros governadores, alicerçando a convivência institucional entre a espada e o governo.(19)

O PTB, representando apenas 17% das cadeiras no Congresso (em 1950 e em 1954), deixava toda a defesa governamental no Congresso a cargo do PSD, com 37% da representação. Ambos, entretanto, estavam longe de competir com a mobilização e agressividade da UDN. Com o grupo denominado "Banda de Música", liderado por Adauto L. Cardoso, Afonso Arinos de Mello Franco, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio e outros, centralizava e conduzia os debates com 27% de cadeiras ocupadas pelo partido. (20)

Se, internamente, o final de 1952 já mostrava a falta de sustentação governamental, as relações com os Estados- Unidos deixavam muito a desejar. O atraso crônico na liberação das verbas previstas para os financiamentos da Comissão Mista já permitia que os parlamentares udenistas duvidassem publicamente das negociações efetuadas, em 1951. Dos US\$300 milhões prometidos, a CMBEU havia recebido, até fins de 1952, somente US\$119,1 milhões. Um fato agravava o problema: um novo presidente havia

sido eleito, em fins de 1952, nos Estados-Unidos.(21)

Muitos autores alegam a criação da Petrobrás e a limitação das remessas de lucros estrangeiros, no Brasil, por parte do governo, como os pontos mais importantes de atrito entre o Brasil e os Estados-Unidos, ocasionando o rompimento oficial dos acordos que levaram à criação da Comissão Mista, em 1950. Apesar da importância política que o governo americano dava à manutenção da privatização do petróleo brasileiro, mostro em outra parte desse trabalho que a questão é um pouco mais complexa.(Ver p.83)

Não se deve esquecer que a estatização da Petrobrás havia fugido ao controle puramente governamental e se tornado uma questão debatida publicamente e explorada de maneira emocional por segmentos da imprensa, no país. Por outro lado, o desenvolvimento político da questão do petróleo, no Brasil, era, desde fins de 1940, indicativo de uma solução nacionalista-estatizante com o respaldo da ala nacionalista do exército.(22)

Da mesma maneira, a lei 1.807, de janeiro de 1953, apenas formaliza as restrições de remessas anunciadas um ano antes, com legislação pertinente desde a gestão de Eurico Gaspar Dutra. O excesso de remessas cambiais no período não era retórico; ele ocorreu, frustrando expectativas de inversões num mercado interno carente e deficitário. Por fim, foge ao âmbito deste trabalho analisar a crise entre o Eximbank e o Banco Mundial, no interior da política interna americana daquele momento, com a finalidade de exercer uma função tutorial sobre os países da América Latina. Ganhando internamente a questão, o Banco Mundial suspendeu empréstimos ao Brasil até 1958.(23)

Considerando-se invulnerável a pressões partidárias, pela própria precariedade dos partidos políticos, Getúlio Vargas recusou-se a firmar compromissos bilaterais com as elites dominantes. Vale dizer, não fazia concessões à burguesia comercial e às suas exigências de maior disponibilidades cambiais e liberdade de importações. Mantendo-se numa atitude de contestação conservadora contra o capitalismo emergente do pós-guerra, sua inflexibilidade logo lhe custaria o poder. Não me parece, entretanto, que seu personalismo tenha sido a causa maior desse bloqueio à sua gestão. Mais do que nada, o alinhamento ideológico incontestado ao liberalismo americano parece ter sido o cerne do problema de sua sustentação.

A análise dos grupos, em outra parte deste trabalho, mostra que tal alinhamento permeava as altas esferas burocráticas governamentais. Prova disso foi a longevidade e o sucesso do "grupo cosmopolita", em aliança com grandes empresários, nos rumos da política econômica, a partir de então.

Assim, no Natal de 1952, indo ao povo, Getúlio Vargas salientava que "Não me esperam os privilegiados da fortuna (...) que os poderes do Estado (sejam) convertidos em instrumentos de serviço (...) para perpetuar as desigualdades sociais..." A tônica desse discurso revela a intenção de uma versão original de capitalismo onde a distribuição dos benefícios teria que alcançar toda a população trabalhadora. À obstinação do governante as oposições acirravam forças com a imprensa conservadora, denunciando corrupção e escândalos dentro da esfera do Executivo.

Em 31 de dezembro, respondendo às denúncias de corrupção administrativa da imprensa conservadora e da UDN no Congresso, o estadista disse: "Não teme o Governo (...) as asperezas da injustiça, ou a malignidade dos farejadores de escândalos. Governamos de portas abertas..."(24)

A queda da ala nacionalista do exército tornou-se decisiva para a derrocada do Chefe do Executivo. Outros autores, tais como Peter Flynn, salientam a dependência tradicional do Executivo frente aos militares no Brasil, possibilitando que, em meados da década de 50, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, declarasse ter mantido Vargas no poder até 1945.(25) Certamente que o governante tinha consciência do enorme peso que os militares representavam para a sua sustentação no poder. Segundo Raymundo Faoro, "o político civil ronda os quartéis para se manter ou para subir, porque sabe que com os quartéis deve contar como centro do mecanismo da própria estrutura republicana."(26)

A militância da ESG, desde 1949, fazia com que o papel político dos militares aumentasse consideravelmente. A referida Escola soube aproveitar o descontentamento das classes conservadoras. Seu Comandante, Juarez Távora, em aula inaugural, em março de 1953, destacaria que: "O Curso Superior de Guerra ultrapassa o campo estrito da competência militar (visando) a realização de uma política nacional vitoriosa."(27) Essa "política nacional vitoriosa" surgiria, naquele contexto, como a aliança das diferentes facções discontentes com o Executivo. O adjetivo vitoriosa fica por conta da vocação "salvacionista" do exército brasileiro...

O trabalho de Raymundo Faoro demonstra que a idéia de intervenção militar "longamente preparada sob o Império e amadurecida na República, fixa, no organismo político, um rumo permanente, em aberta manifestação ou com atuação latente. "A militância no interior da ESG e do Clube Militar só pode ser compreendida, quando se resgata, historicamente, sua formação estamental. Considerado imaturo e desarticulado do ponto de vista econômico, os vícios de formação do país só se corrigiriam mediante longa educação de cima para baixo do estamento civil ou militar.(28) A força política da Escola Superior de Guerra, criada em 1949, tem, portanto, raízes antigas entre os militares de "estirpe", herdeiros da força do referido estamento adquirida através do Clube Militar, com 60 anos de atividades. É claro que, unindo seu descontentamento com um Partido Político civil, a UDN, os militares faziam crer à sociedade mais ampla, que seu interesse político era autêntico e isento de pretensões golpistas.

Confirmando o discurso de Juarez Távora, Raymundo Faoro acrescenta que "a Força Armada torna-se uma categoria política atuante com o sentimento de responsabilidade sobre os destinos do país".(29) Este autor mostra que a República procurou legitimar, senão as intervenções, pelo menos a força política dos militares. "O militar, instrumento e beneficiário da emancipação, ajudava os oprimidos a conquistar o poder, manchado de (...) anos de corrupção e violências.(30) O salvacionismo do exército requeria, num contexto democrático, civis que simpatizassem com sua causa libertadora. É muito oportuno o surgimento de uma liderança jovem e agressiva no cenário político udenista: o

jornalista Carlos Lacerda.

Caracterizo os integrantes da União Democrática Nacional - UDN - como sendo formado por pessoas, eminentemente, anti-varguistas. Essa presença política como herança, à qual já aludi anteriormente, preenche o que Elias Canetti chama de lembrança: "há um sentimento de perigo que consiste em saber que todo aquele a quem se deram ordens, a quem se ameaçou de morte, vive e se recorda; (...) ele precisa fazer tudo o que lhe for possível para impedir que ocorra uma inversão dos papéis, (...) se todos os que foram ameaçados de morte se unissem contra ele".(31)

A antiga cooptação deixava, então, de fazer sentido. A aliança das vítimas do poderoso sobrevivente transformava-as, finalmente, em rivais na luta pelo poder. Nenhuma cooptação então seria possível; nem teria razão de ser. A tendência, era, naquele momento, o aumento da mobilização daqueles que, de alguma maneira foram oprimidos pelo poderoso e sua eliminação. O descontentamento da burguesia comercial, segundo Maria Vitoria M. Benevides, projetava-se no cenário político-econômico de maneira organizada e racional. A estratégia para a derrubada do governante consistia, segundo a autora em:

- insistência da desgraça para o país do retorno do ex-ditador;
- denúncias constantes de corrupção administrativa;
- necessidade de intervenção militar contra a subversão e a desordem social.(32)

Em 1954, como consequência dos acontecimentos que passarei a descrever, mantido o presidencialismo, ocorreu, entretanto, a partilha do poder imperial do Chefe do Executivo com a burocracia

cia civil e militar. Vale dizer, um importante deslocamento do eixo do poder. Nos dois primeiros anos dessa gestão, 1951-1952, os atores principais responsáveis pela queda do governo, em 1954, já estavam, entretanto, claramente definidos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Ver: Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 10.12.53 e Observador Econômico e Financeiro, Ns 182 e 187 de 1951. Até maio de 1954, a Federação das Associações Comerciais já havia realizado oito mesas redondas para discussão de problemas de classe.

(2) Segundo Philippe C. Schmitter, até 1867 a diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro consistia de 2 brasileiros, 2 ingleses, 1 português, 1 francês, 1 norte-americano, 1 espanhol e 1 alemão. Até 1944 ainda era associada com as antigas associações portuguesas. Apoiaram, segundo o autor, o presidente deposto, em 1930, contra Vargas. Ver: Interest Conflict and Political Change in Brazil, Phillippe C. Schmitter, Stanford, California, Stanford Univ. Press, 1971, pps.142-145.

(3) Ver: Conjuntura Econômica, agosto de 1951.

(4) Ver: Campello de Souza, M.C.C., ob. citada, p.91.

(5) Entrevista da autora com Dr. Cleantho de Paiva Leite, em maio de 1989.

(6) O trabalho de Maria V. Mesquita de Benevides sobre a UDN, ob. citada.

(7) Observador Econômico e Financeiro, Ns 195, 196 e 198 de 1952.

(8) Observador Econômico e Financeiro, Ns 197-201 de 1952 e Ns 205 de 1953.

(9) Weis, W.M., ob. citada, pps.120-127. e Besserman Vianna, S., ob. citada.

(10) Foi muito sugestiva a maneira como as lideranças do golpe de 1964 já surgiram nesse período, entre elas o empresário Ruy Gomes de Almeida, (p.215). Em 1960, a Revista Brasileira, Ns 28, p.121, publicou a intensa campanha que o Sr. Ruy Gomes de Almeida e Zulfo de Freitas Mallmann faziam contra o ISEB. Acusavam-no de "comunista" e exigiam seu fechamento por parte do governo. fato, o Sr. Zulfo de Freitas Mallmann substituíra Euvaldo Lodi na Confederação Nacional da Indústria, em setembro de 1953, quando este último sofreu um derrame. Ver: Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro de 10.09.1953.

(11) M.J.Trevisan analisa o discurso de Antonio Devisate no período de J.Kubitschek: 50 anos em São Paulo: FIESP e o desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1986. Ver ainda: Observador Econômico e Financeiro, N°199, 201, 202 e 203 de 1952 e N°207 de 1953.

(12) Observador Econômico e Financeiro N°204 e 206 de 1953. Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1953; p.16.

(13) Observador Econômico e Financeiro N°204, janeiro de 1953. Contatos da Subcomissão de Jeeps...: GV 52.10.06/2, GV 53.06.29, GV 53.12.29/3, GV 53.08.21/2, GV 53.11.02 e GV 52.09.29/2, Arquivo Getúlio Vargas, FGV/CPDOC, Rio de Janeiro. Ver ainda: Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, maio a agosto de 1953.

(14) Mensagem de G. Vargas ao Congresso, março de 1952 - in - O Governo Trabalhista de G. Vargas, ob. citada. Ver ainda: Observador Econômico e Financeiro, N°206, 1953.

(15) Conjuntura Econômica, N°6, junho de 1956, p.43.

(16) Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, p. 107.

(17) Ver: Benevides, M.V.M.de, ob. citada, 1981, p.88; Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, p.155.

(18) Lima, Rocha, ob. citada, p.299. Depoimentos de Paulo Pinto Guedes e de Francisco Teixeira, p.230.

(19) Faoro, Raymundo Os Donos do Poder, Porto Alegre, Ed. Globo, 1984, pps.479-485.

(20) Ver p.29 deste trabalho sobre a distribuição de cadeiras no Congresso.

(21) Ver Capítulo sobre a Comissão Mista.

(22) O trabalho de Sérgio B. Vianna, ob. citada, pps.122-127 refuta a tese de uma suposta "virada nacionalista" de Vargas. Ver ainda: W.M.Weis, ob. citada, p.143 e 171.

(23) W.M.Weis, ob. citada, p. 112.

(24) O Governo Trabalhista de G. Vargas, ob. citada, Mensagens de Natal e de Ano Novo de 1952.

(25) Flynn, Peter Brazil: a Political Analysis, London, Gen. Publ. Co., 1978, p.122.

(26) Faoro, R., ob. citada, p.551.

(27) Jornal O Estado de São Paulo, 7 de março de 1953, p.7.

(28) Raymundo Faoro, ob. citada, pps.537-538.

(29) Faoro, R., ob. citada, pps.543 a 549.

(30) Idem, pps.600-601.

(31) Canetti, Elias, ob. citada, p.343.

(32) Benevides, M.V.M., ob. citada, 1981, p.84. Outro trabalho a ser consultado: Paul Singer: "A política das classes dominantes" - in - Política e revolução social no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965, p.96. Documentos: GV 53.10.02, GV 54.06.00/8 e EL 54.02.26: a tentativa de "impeachment" de Getúlio Vargas por parlamentares. Confirmando isso, Ianni, Octavio O. Colapso do Populismo no Brasil, Rio de Janeiro, 1971, p.15, conta 16 golpes de Estado no Brasil entre 1922 e 1964 !

2. A CRISE: 1953 - 1954

Muitos autores já indicaram os fatos que tornaram a situação do Executivo, gradualmente, insuportável, especialmente, à partir de 1953. Em primeiro lugar, acusando a fuga de divisas, desde o início de sua gestão, em janeiro de 1953, o governante colocou em vigor uma lei já existente, limitando as remessas de lucros para o exterior em 8% ao ano.(1)

No transcorrer desse período, o estabelecimento da lei Nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953, a Lei do Câmbio Livre, não diminuiu o jogo de pressões contra o governante. A referida lei, ao contrário do que se esperava, não isentava os importadores de ágio nos produtos considerados não-essenciais. A mudança na política cambial do país, atendendo às exigências do Eximbank e do Banco Mundial, havia facilitado a sangria de recursos. A saída de divisas que, em 1950, havia sido de US\$50 milhões, em 1951 atinge US\$137 milhões. O estadista atendera ao apelo dos bancos acima mencionados, receando que os trabalhos da Comissão-Mista fossem suspensos com a nova administração americana. Nos Estados-Unidos, a posição do governante brasileira, anunciada no discurso do Chefe do Executivo, em janeiro de 1953, foi recebida como uma verdadeira agressão aos interesses privados do capital americano já investido no país.

As restrições de remessas atingiam um setor altamente mobilizado do mercado interno: a burguesia comercial, cujo comportamento delineei, anteriormente. Impedidas de remeter os lucros para suas matrizes, as filiais das companhias estrangeiras também estavam impossibilitadas de recorrer às importações, quando

elas fossem consideradas supérfluas na pauta de essencialidade da CEXIM, ou ainda quando elas competissem com similares nacionais. (Conferir p.210) No pronunciamento de janeiro de 1953 (2), Getúlio Vargas destaca a falta de consciência nacionalista das elites, ao mesmo tempo em que as exorta a lutar pelo bem da coletividade, mostrando que o estadista não estava alheio à intensa mobilização da burguesia comercial e do exército contra seu governo.

Fiel aos princípios positivistas-nacionalistas que advogara ao longo de seus anos no poder, o estadista distanciava-se, isolava-se, ao recusar a nova ordem liberal emergente, preconiza a substituição da política de patronagem por uma política de princípios. Demonstro em outra parte deste trabalho (Ver p.41) que seu nacionalismo era positivista e antiliberal. O antiliberalismo da década de 30 havia-se fortalecido com a Grande Depressão. Se ela havia eleito o nacionalismo como instrumento das elites para a defesa de um novo tipo de autoridade, duas décadas mais tarde tornava-se sinônimo de subversão da ordem emergente.(3)

O impulso econômico do pós-guerra envolvia todos na ideologia liberal, tornando obsoletas as críticas ao cosmopolitismo, tão caras ao integralismo e ao positivismo de 1930. A luta contra esse vigoroso impulso de mercado, era impossível, disse o Prof. Ignácio M. Rangel, em entrevista com a autora. Ao contrário, todos se uniam num esforço de compreensão das novas forças econômicas, levados, ou melhor, diria ele, "empurrados" na torrente que liberara a demanda econômica reprimida durante duas décadas.(4)

Se o novo momento permitia uma euforia coletiva, unindo esquerda e direita, a vocação tuteladora do nacionalista-positivista contrariava a força vitoriosa liberal. O intervencionismo tornado subversivo contrariava a nova geração, cansada da escassez, abraçando o individualismo liberal. Coletivismo, mobilização e alianças corporativistas se tornavam, aqui, descartáveis. Afinal, criada a legislação trabalhista, cabia, agora, aos fortes e competentes vencerem. O molde de integração corporativista e o nacionalismo intervencionista estavam, portanto, anacrônicos.

No ramo automotivo, as importações que ainda eram permitidas, diziam respeito a caminhões, ônibus ou tratores. Os automóveis que entravam no país, já em regime de exceção, entravam sob a rubrica de "operações vinculadas", feitas em contratos anteriores. A legislação criada para facilitar os trabalhos da Subcomissão de Jeeps, Tratores...da CDI tornava o ramo automobilístico progressivamente regulado pelo Estado. Um Aviso da Sumoc, de outubro de 1952 (Aviso 288 anexo à Instrução 87), previa o embargo, a partir de 1953, da importação de peças para as montadoras do país. A Instrução 87 da Sumoc concedia, em outras palavras, um prazo-limite para as montadoras existentes fecharem ou modificarem sua área de atuação. Outro Aviso, Nº 311, emitido em julho de 1952, previa que, a partir de julho de 1953, todas as importações de veículos estariam proibidas.(5)

Prevendo o impasse político resultante das medidas, a equipe de Lúcio Meira criara um projeto de lei, concedendo isenção de direitos de importação, durante o prazo de 2 anos, para os equi-

pamentos sem similares no país, destinados à instalação de fábricas de material automobilístico no Brasil. A burguesia comercial assim agredida, criou no ramo automotivo, a Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças - ANMVAP que passou a atuar nas reuniões das Associações Comerciais do país.

Fundada, no dia 7 de abril de 1953, a ANMVAP, reunia interesses de três categorias econômicas: máquinas, veículos e peças-aces-sórios. Representando uma das categorias mais atingidas pelas restrições de importações, desde 1951, ao ser fundada, contava com mais de 100 firmas do país entre seus sócios.(6) Ocorre que as importações dos ramos reunidos pela ANMVAP representavam, em 1953, mais de 40% do total de importações do país.

Organizando-se, através da ANMVAP, os importadores de peças vi-savam defender-se e contestar as medidas governamentais. O as-sédio da ANMVAP junto à CEXIM entretanto, não tinha os resulta-dos esperados. A CEXIM declarava, a impossibilidade de atender aos pedidos de prorrogação do regime de licenças prévias para a importação de peças.(7) A maior parte das montadoras se locali-zavam entre Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1956, Banas acusava a existência de 19 montadoras no país, mas já em franco declí-nio devido às medidas tomadas pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística - GEIA.(8)

Assim, no início de 1953, ignorando as medidas governamentais, que, a curto prazo, extinguiriam as montadoras, o Vice-Presi-dente da Ford Motor Company dos Estados-Unidos veio ao Brasil, inaugurando, em abril daquele ano, uma oficina de montagem em São Paulo, com uma capacidade diária de 150 automóveis. A im-

prensa conservadora, defensora das linhas de montagens, afirmava a impossibilidade da implantação da indústria automobilística no país pelos seguintes motivos:

- mercado restrito;
- elevada demanda de matéria prima importada;
- fornecimento restrito de matéria prima local;
- falta de capacitação tecnológica;
- falta de capitais.(9)

Enquanto isso, os membros da Subcomissão de Jeeps, Tratores... faziam uma verdadeira peregrinação pelo país, visitando as diversas Associações Comerciais, Confederação Nacional da Indústria e outras entidades, buscando apoio para os planos de sua equipe. Salientavam que o pessimismo da imprensa conservadora refletia os interesses contrariados, visto que o mercado interno já comportava indústrias próprias.(10)

Com efeito, o chefe da referida Subcomissão, o Almirante Lúcio Meira, obtinha algum sucesso porque, ao longo do processo de substituição de importações, a passagem de importação de peças para montagem local (veículos Complete Knock Down), possibilitou o florescimento da indústria de autopeças no país. Em torno das montadoras, formou-se, ao longo dos anos, um cinturão de indústrias de autopeças, como também uma imensa rede de casas de importação e revendedoras de veículos.(11) O Aviso 311, que obrigava a vinda dos veículos com "Complete Knock Down" - C.K.D., implicava que as diferentes marcas existentes no mercado interno tivessem linhas de montagens, fato que não ocorria. Sua aplicação, polêmica, foi, portanto, adiada.

A taxa de urbanização do sudeste brasileiro atingia, entretanto, já em 1950, 47,5%, passando para 57,3% em 1960. Esse alto índice explica a necessidade de consumo automotivo num momento em que as ferrovias estavam precárias para o escoamento da própria produção.(12)

Convidados, pela Assessoria, a montar suas indústrias no país, a Ford e a General Motors recusaram, alegando que a metalurgia local não se achava suficientemente desenvolvida para tal empreendimento. Tal recusa tem muito a ver com o fato de que as indústrias automaticamente tornariam caducas suas linhas de montagens já existentes... Assim, a Renault e a Mercedes-Benz, contatadas pela Assessoria, mostravam-se favoráveis e sua instalação foi anunciada ainda, em janeiro de 1954. A Volkswagen anunciava que poderia fabricar automóveis a partir de fins de 1954, no país.(13) O abastecimento de jeeps já era feito pela Willys-Overland que, desde 1952, instalara uma fábrica em São Bernardo do Campo, operando normalmente, a partir de outubro de 1953.(14) Em abril de 1954, a General Motors, ameaçada da perda de um importante mercado, anunciou à CDI duas propostas relativas ao desenvolvimento de uma subsidiária GM automobilística no Brasil.

Nessa seqüência de acontecimentos, tem-se a impressão de que, no choque entre a burguesia comercial e o bloqueio dos financiamentos externos, o projeto emancipador industrializante de Getúlio Vargas se perdeu. Se o período de substituição de importações, iniciado no começo da década de 30, possibilitou o aumento da oferta interna de produtos, certamente foi um esforço, como se sabe, provocado por forças externas. Os limites

dessa luta, diria Luciano Martins, estariam na capacidade do setor exportador em manter as divisas necessárias à compra de equipamentos e matérias primas para a expansão industrial.(15) Assim, Luciano Martins identifica o início da década de 50 como um marco estrutural do processo de continuidade de substituição de importações, mas, com importantes investimentos industriais estrangeiros e estatais na economia.

Por temer a eclosão de um novo conflito mundial, o governo aumentara a importação de bens de produção (ver p.205). Esse fator vai desestabilizar a balança de pagamentos da época ocorrendo, concomitantemente, queda da demanda internacional de nosso segundo produto na pauta de exportação: o algodão. O cacau também sofrera queda em suas exportações. A fonte de divisas do país, consistia unicamente na exportação de café.(16) O endividamento externo que permitiu um primeiro período substitutivo de importações e a instalação de indústrias do ramo tradicional e que se manteve até fins da década de 40, não deve ser desvinculado da entrada em cena de outros agentes de produção.

Aumentando o alcance explicativo da questão relativa à falta de amadurecimento político da classe empresarial brasileira, o referido autor conjuga a sobrevivência do empresário brasileiro à sua capacidade de versatilidade em setores e ramos, mais do que na origem social ou étnica das camadas industrializantes, como queria Fernando Henrique Cardoso.(17) Ainda que esse último admita que "parece, pois, uma espécie de non-sense, a proposição de questões sobre a ideologia da burguesia nacional na etapa nacional-populista, a partir de um enfoque que valorize o pro-

reto de dominação do setor industrial da burguesia. Ao contrário, nesta fase, o projeto possível se coloca antes no nível econômico do que no nível político (...). A sociedade conta, mas apenas como mercado, para a expansão da indústria; a associação de classe será, talvez, um 'lobby' para provocar a política financeira, mas não um germen de partido..."

Completando essa análise, Luciano Martins aponta um importante efeito de "rarefação" do empresário nacional, ao longo da primeira metade do século. Vale dizer, segundo seu estudo, apenas 8% dos empresários sobreviveram em sua condição, entre 1914 e 1938. Entre 1938-1962, apenas 22% dos empresários conseguiram manter-se no mercado. Deve-se fazer, aqui, uma ressalva: dos 22% sobreviventes, parte aliou-se a empresas estrangeiras.(18)

É possível concordar com Renato R. Boschi em que "houve uma superestimação da praxis política da burguesia nacional" e no papel supostamente estratégico que ela poderia ter exercido frente à participação do capital estrangeiro na economia". A possibilidade de um empresariado industrial autônomo, era, portanto, apenas teórica. Posteriormente Luciano Martins justificaria a falta de liderança política dessa classe pelo excesso de deslocamento intersetorial, o que também ocorreu.(19) O aumento das indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de transporte e química, apontados por Maria da Conceição Tavares, devem, portanto, ser associados com a entrada de empresários estrangeiros no país, sem falar das funções empresariais que o Estado já passara a exercer na infra-estrutura.(20)

No cerne da questão sobre a maior influência da classe empresarial na condução política do país, estão as repercussões do debate entre o Prof. Eugène Gudín e o empresário Roberto Simonsen ainda em 1945, na Conferência das Classes Produtoras. Realizada em Teresópolis, a disputa tinha por tema o papel do Estado na definição de uma política industrial para o país. Antecedido pela apresentação, em 1943, no Iº Congresso Brasileiro de Economia, do projeto do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - CNPIC. Essa instituição visava aumentar os poderes intervencionistas do Estado como órgão planejador da economia, contrariando os industriais paulistas, representados por Valentim F. Bouças e Eugène Gudín. Ambos manifestaram-se pela necessidade de planejamento, mas à margem do autoritarismo do Estado. Prevalecem, entretanto, as idéias de Eugène Gudín e as propostas do CNPIC são descartadas pelo Plano SALTE do Governo Dutra. Segundo Rômulo de Almeida, após o falecimento de Roberto Simonsen, em 1949, Euvaldo Lodi, como presidente da Confederação Nacional da Indústria, mantém o projeto de Roberto Simonsen de autonomia industrial do país e de fortalecimento da CNI como órgão catalisador da burguesia industrial brasileira.(21) As idéias de um Estado intervencionista ressurgem novamente, em 1951, visto que o grupo que as formulara retomara o poder...

Pelo visto, o problema residia, a nível econômico, em optar por um novo momento no processo de substituição de importações, admitindo-se ou não a natureza e o grau de intervenção estatal e o papel do capital estrangeiro. Tendo adotado a equipe de Roberto Simonsen para liderar sua Assessoria, suponho que Getúlio Vargas, em 1951, tenha aceitado a proposta de uma industrialização nacional, de 1943. Por outro lado, o tipo de inserção do

capital estrangeiro no mercado interno conflitava com duas dimensões da política do governante:

- a ênfase que ele dava ao distributivismo econômico;
- o freio que queria impor à liberdade do movimento (principalmente saída) de capitais.

Essas duas dimensões estavam aliadas naquilo que as classes produtoras acusariam de excessiva interferência nos negócios da livre iniciativa.

A meu ver, é preciso fazer um deslocamento do eixo da questão. Pelos comentários acima, percebe-se que o Estado empurrava um novo momento no processo substitutivo de importações, mesmo à revelia da burguesia comercial importadora. Os investidores estrangeiros eram, também, obrigados a assumir publicamente seus interesses no mercado interno, em certas áreas, especialmente no tocante ao ramo automobilístico e de bens de produção, em geral. É preciso, entretanto, salientar que a política econômica intervencionista defendida pelo estadista contrariava todos esses segmentos de mercado. A implantação das indústrias de bens de consumo duráveis no país exigia repensar politicamente a inserção do capital estrangeiro, enquanto a ideologia nacionalista-estatizante de Getúlio Vargas conflitava com o liberalismo exigido pelas medidas econômicas concretas a serem tomadas!

É feito por Moniz Bandeira um pequeno histórico da permeabilidade do capital estrangeiro na economia. Segundo ele, desde o início do século, havia bastante investimento privado estrangeiro no país. Bandeira exemplifica a importância do capital estrangeiro na economia, desde 1905, com o fornecimento de

energia elétrica às principais cidades brasileiras. Ao lado disso, o magnata Percival Farquhar dispunha de ferrovias, frigoríficos, cadeias de hotéis, exploração de madeira e de borracha. Além disso, a Standard Oil Company of New Jersey começou a investir, no Brasil, ainda, em 1912; as montadoras (Ford e General Motors) já operavam, desde 1913. Continuando, esse autor afirma que, entre 1922 e 1929, ampliou-se a presença no país de trustes americanos relacionados à carne, ao ferro, à indústria farmacêutica, à borracha, etc. Se internamente o controle do capital estrangeiro, especialmente do americano, era intenso, as fontes de divisas geradas pelas exportações também sofriam retrações políticas de preços, tendo o mesmo destinatário. Os Estados- Unidos eram o principal comprador de café do país. O segundo produto da pauta de exportação, o algodão, era controlado, internamente, pela Anderson Clayton & Cia. (22)

O fortalecimento político dos Estados- Unidos, depois da Segunda Grande Guerra, e a política agressiva que passou a ter sobre a América Latina, tornam as considerações sobre uma burguesia industrial nacional forte inseparável do ideário emancipatório latino-americano, frente às potências desgastadas pelas guerras. Já era visível o descompasso das idéias políticas nacionalistas frente à realidade de mercado econômico, no início de 1953.

Nesse ponto de análise, torna-se nítido o conflito ideológico do Chefe do Executivo com os setores que ele "acreditava" beneficiar: a burguesia industrial, sem falar dos setores que a instalação da Comissão de Desenvolvimento Industrial progressivamente desalojava em seus trabalhos. Isolado enquanto força

política, a figura do mito Vargas não era desprovida dos últimos recursos que faria para manter seu projeto vivo. Nessa linha, vejo a Reforma Ministerial, de junho de 1953.

Personalista, eleito por um partido sem representação no Congresso, Getúlio Vargas formou um ministério de coalisão. Reunindo-se isoladamente com os ministros, buscou apoio na burocracia de Estado para efetivar seus projetos. A oposição conspirativa que gradualmente assumia proporções imensas, bloqueava as medidas tomadas depois da referida Reforma Ministerial. A oposição não fazia mais mistério do alvo de ataques. Dirigidos ao Chefe do Executivo, publicaria uma revista, em outubro de 1954: "Fomos para com o Presidente morto (...) adversários intransigentes, que combatemos até o fim, e não nos arrependemos de o haver combatido, ao contrário, só lastimamos que, com a nossa luta, não o tivéssemos afastado da política há mais tempo, com a possibilidade, portanto, de evitar muitos horrores, inclusive o de sua morte".(24)

A falta de respaldo do estadista por amplos setores da sociedade aumentava o peso político da burocracia do Estado e das alianças que ela poderia fazer com outras classes, por exemplo, com as "classes produtoras". A inter-relação entre os técnicos das mais importantes autarquias ainda era acentuada pela acumulação de cargos de algumas chefias importantes. Assim, começou a se tornar evidente o posicionamento político dos técnicos da CEXIM, da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito, precursora do Banco Central), da Assessoria do Presidente e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE. Outra instituição respeitada, não-governamental, mas com fortes ligações

políticas com o Estado e sua burocracia, era a Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, cujo presidente do Instituto de Economia era o Professor Eugène Gudín. A importância da origem pequeno-burguesa da maior parte dos técnicos do DASP fez com que Décio Saes e Costa Pinto vissem no populismo a radicalização ideológica desta classe. (29)

A meu ver, entretanto, o discurso de Vargas, interpretado como populismo, se adequava aos anseios da classe trabalhadora e do estrato pequeno-burguês da sociedade. Originava-se, no entanto, na filosofia positivista e, em sua aplicação, na necessidade de partilhar os bens da coletividade para todos os segmentos da população.

O sucesso desse tipo de abordagem para a população brasileira, naquele momento, se explica pela própria estrutura social do país. Excessivamente verticalizada na distribuição de benefícios, agravada pelo alto grau de analfabetismo, o comportamento do governante, visto como uma relação elite versus massas, encontrava na ideologia nacional-populista o respaldo desejado. A adesão das classes trabalhadoras e mesmo a crença de que o sufrágio, trazendo o velho líder novamente, podia significar mudanças sócio-econômicas, conferia enorme peso político para esta elite destituída de respaldo da burguesia para reformas mais amplas ou radicais.

Com quase 90% da população ocupando o estrato mais baixo da escala social, a redemocratização da sociedade brasileira não podia deixar de ser artificial em condições capitalistas de produção. Desta forma, o papel que a ideologia nacionalista exer-

cia sobre as massas era, certamente, de controle. Vale dizer, operando as transformações necessárias na sociedade, sem tumultos, "ordenadamente".

Segundo Max Weber, a "subsistência de toda dominação se manifesta de modo mais preciso perante a autojustificação que apela a princípios de legitimidade." O enunciado acima chama diretamente para um sistema de normas racionais instituídas como normas obrigatórias. Certamente que um sistema de normas racionais estabelecido e aceito por todos legitima quem dispõe de mando, e seu poder é legítimo enquanto exercido de acordo com estas normas. Para Max Weber, se obedece às normas e não à pessoa. No caso de Getúlio Vargas, entretanto, obedecia-se à pessoa e não às normas. Por outro lado, a estrutura de dominação que permitia com que ele ainda se mantivesse no poder estava, desde sua posse pelo voto da classe trabalhadora, em contestação.(25)

No discurso de Getúlio Vargas, em dezembro de 1953, é nítida sua preocupação filosófica positivista, para que o Estado mantenha seu papel de intervenção reguladora na economia, impedindo os excessos inerentes à prática do liberalismo econômico. Trata-se da tese positivista de reorganização industrial através da renovação intelectual e moral.(26) O Chefe de Estado encarna, aqui, a consciência do progresso industrial como uma necessidade histórica, tentando, através de seu comportamento virtuoso regular os prováveis conflitos entre as classes.

Os acenos de distributivismo econômico ficavam, no entanto, só na retórica. O hiato e bloqueio entre o alto da pirâmide social e as classes trabalhadoras inviabilizavam a "participação nos

benefícios da riqueza comum". Em geral, o único estrato que viu ocorrer a mobilidade vertical ascendente foi a pequena burguesia (6%), bem como os familiares daqueles que ocupavam os altos escalões governamentais desde a década de trinta. O DASP, descrito em outra parte deste trabalho, já tivera tempo de produzir seus melhores rebentos. Por outro lado, a discutível legalidade do escrutínio democrático tornava realmente frágil, e mesmo utópica, a manutenção de um Chefe de Estado que apelava para o apoio da maioria dessa silenciosa população, cuja única posse era o recém-adquirido direito de voto... Esse apelo, em fins de 1953, denota que o governante estava consciente da crise.

Cabe, no entanto, fazer uma ressalva. Amadurecidos no jogo do poder e artífices de projetos importantes, os técnicos pequenos-burgueses não podiam, entretanto, ser apontados como defensores convictos de uma causa comum. Reunidos no Ministério da Fazenda, os técnicos brasileiros da Comissão-Mista comungavam as teses de Horácio Lafer. Segundo Luciano Martins, Roberto Simonsen pode ser caracterizado como um industrial típico das etapas iniciais do processo de substituição de importações. Lafer, por sua vez, aparecia como o primeiro representante importante do novo momento que refletia as transformações na estrutura industrial entre 1939 e 1959.(27) Denominados, posteriormente, por Hélio Jaguaribe de "cosmopolitas", os técnicos neo-liberais criticavam o provincialismo pernicioso do nacionalismo emocional.

A Assessoria, fiel aos preceitos "nacionalistas" do estadista, vivia, conscientemente ou não, os últimos momentos de sua hege-

monia burocrática. Espartanos e frugais, não percebiam que novos interesses faziam emergir novos talentos. Defensores críticos da assepsia científica dos projetos econômicos, a tonalidade emocional do discurso do governante agredia a racionalidade "objetiva" dos cosmopolitas. Com alarde ou não, eles começaram a abandonar suas posições oficiais; e a substituição geral dos ministérios, em 1953, apenas cristalizou um processo iniciado por Luiz Simões Lopes, em agosto de 1952. Fortalecidos fora do governo com o respaldo da Escola Superior de Guerra e da União Democrática Nacional, os cosmopolitas aguardavam a queda do governante, ao lado dos futuros donos do poder.(28)

As mudanças de forças no poder eram lentas, mas decisivas.(29) A legislação cambial restritiva sobre as importações, desde o início de 1951, aliada à expansão do capitalismo americano no pós-guerra, colidiam num mercado carente de inovações e cansado de restrições. A burguesia industrial internacional investiria no país, atendendo ao convite do governante. Com uma ressalva: era preciso descartá-lo! Não é sem razão que Maria Vitória M. Benevides caracteriza o suicídio de Getúlio Vargas como o ensaio geral de 1964. Segundo essa autora, "24 de agosto consolidou a UDN com os militares e constitui o avanço decisivo para o partido fardado".(30)

Com efeito, a greve do início de 1953 uniu as mais importantes categorias profissionais do país (metalúrgicos, têxteis, vidreiros, marceneiros e gráficos). As greves tiveram início no setor têxtil do Rio de Janeiro, em janeiro de 1953. Teve uma duração de 48 dias, obtendo os grevistas 42% de aumento salarial. A segunda grande greve ocorreu no Estado de São Paulo

(greve dos 300.000) entre março e abril do mesmo ano. Iniciada no dia seguinte à eleição municipal de São Paulo (cujo eleito, Jânio Quadros, apoiou ostensivamente o movimento)(31) caracterizava-se pelo teor político: tratava-se da primeira eleição, desde 1937. As lideranças sindicais formaram uma Comissão Geral de Greve que contrariava as diretrizes trabalhistas do Estado.

Manipulado pelas informações da imprensa conservadora antigovernista e pelas medidas paliativas governamentais, o povo havia abandonado seu líder. Segundo Richard Sennet, "a aura de um líder consiste numa ilusão partilhada (...) trata-se de um agente de pacificação política, cujo poder e legitimidade se impõem pela simples força de sua personalidade". (32) Demostrei nessa parte do trabalho o desgaste que Getúlio Vargas teve desde o início de sua gestão. Como instrumento de sustentação ou não, as classes trabalhadoras estavam longe de se constituir em uma ameaça à rica burguesia, como quer Francisco Weffort. Por outro lado, a não-repressão a tais greves insurge a burguesia industrial contra o Executivo. Se a queda do poder aquisitivo fazia voltar o povo contra seu líder, a burguesia comercial ganhava um novo aliado: a burguesia industrial.

Tive ocasião de mencionar, anteriormente, (ver p.201) a força da burguesia comercial no Brasil. A primeira Associação Industrial do Brasil, surgida em 1828, até 1870, não conseguira obter, por parte do governo, a desejada revisão da tarifa protecionista alfandegária. Em choque constante com os interesses dos grupos comerciais, um grupo de industriais, em sua maior parte formada por industriais do ramo têxtil, fundou, no Rio de Janeiro, a Associação Industrial. Aparentemente sem sucesso,

como associação, desapareceu antes de 1900. Em 1902, foi criado o Centro Industrial do Brasil - CIB, ainda lutando com problemas alfandegários. Seus participantes pertenciam somente à região do Rio de Janeiro. O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP foi fundado em São Paulo, em 1928, por descendentes de imigrantes. O discurso inaugural foi pronunciado por Roberto Simonsen.(33)

A dimensão de apelo que Vargas criou, tradicionalmente em direção às massas, ainda no Estado Novo, foi caracterizada da seguinte maneira por Alcyr Lenharo: "...A cooptação e o aliciamento das classes trabalhadoras num discurso para o futuro tornava todos, indiscriminadamente, iguais, sem notar as diferenças de classe, em brasileiros empenhados na construção de uma nação. A palavra expansão necessária se fazia em forma de apelo às massas cuja coesão e mobilização, simbolicamente, adquiria o tom épico de nacionalismo-desenvolvimentista". (34) Augusto Comte, subordinava a história à natureza humana: a evolução histórica para ele e seus seguidores representava o desenvolvimento da inteligência humana. Por outro lado, a manutenção de um modelo biológico da sociedade: a sociedade concebida como um grande organismo vivo onde todos os membros colaboram harmoniosamente legitima o apelo incondicional do discurso varguista, mesmo em meados da década de 50.(35)

Repetia-se, no início da década de 50, a mesma tônica discursiva, que permitia vislumbrar a harmonia filosófica em uma estratificação extremamente desigual: a igualdade dos brasileiros pela representatividade e direito ao voto, tentando diluir as contradições objetivas entre as classes, através do empenho co-

letivo, em metas sociais que beneficiariam todos.

A reivindicação imediata das classes trabalhadoras era salarial, mas o descontentamento era político. Essas classes não esqueciam que podiam medir forças com as outras classes no voto, mas não na distribuição dos privilégios e lucros auferidos pelo crescimento industrial do país. Ao não ceder, no Congresso, a uma maior flexibilidade para a distribuição de benefícios econômicos, a burguesia contestava, por sua vez, não somente o direito do voto do trabalhador, como também a legitimidade do poder do candidato assim eleito. Afinal, ainda que os acenos de participação política que Getúlio Vargas fazia em direção à classe trabalhadora fossem moderados, o seu papel de moderador, legitimando uma aliança considerada espúria por ambos os lados da questão, perdera o poder político requerido para tal.

O golpe passou a ser pedido explicitamente pelos setores conservadores da sociedade, satisfazendo a burguesia. Como diz Boito Jr.: "A Revista Ônibus deixará de lado considerações menores e passará, frequentemente, a utilizar seus Editoriais para fazer crescer a agitação contra o governo Vargas. Passará a acenar com o fantasma da revolução social e do perigo vermelho para ampliar as base do movimento golpista nas classes médias. Da greve de 1953 em diante, todos os comentários políticos da referida revista terminarão numa conclamação à intervenção militar".(36)

Se a burguesia comercial lutava para ceder espaço à industrialização do país, a classe trabalhadora também passara a questionar a harmonia de interesses entre patrões e empregados. O

governante, entretanto, não parecia consciente disso. Em discurso em Volta Redonda, no dia 1º de Maio de 1953, Getúlio Vargas enfatiza, novamente, seu papel tutelar de regulador do Estado numa sociedade que possa restaurar o homem integral pela conciliação universal positivista comtiana.(37)

A partir da mencionada greve, entretanto, a UDN começou a combater a política trabalhista do governo, liderada por João B. Goulart. Acusava o governo de estar preparando uma república sindicalista, nos moldes do regime peronista. A inquietação dos trabalhadores era muito útil. Através dela, a burguesia industrial, principal beneficiária do processo, se aliaria à corrente antigovernista. Com efeito, a burguesia industrial realizou sua Primeira Reunião Plenária, entre 27 de maio a 3 de junho de 1953.(38) Reunia as Federações Industriais do país e a Confederação Nacional da Indústria que continuariam a ser os principais intérpretes dessa classe ao longo do período.

O responsável pela CEXIM, Coriolano de Góes, demitiu-se do cargo pelo excesso de ataques promovidos contra a sua pessoa. Da mesma maneira, o novo Ministro do Trabalho, empossado, em junho de 1953, foi forçado a demitir-se, em fevereiro de 1954. A fragilidade da situação do estadista tornou-se cada vez mais evidente.

As pressões externas feitas pelos Estados-Unidos não se limitavam apenas ao problema do petróleo.(39) Em outra parte desse trabalho, analiso essa questão (Conferir p.156). Apesar do interesse evidente da privatização do petróleo brasileiro, as duas maiores empresas interessadas não mostravam, entretanto,

interesse na exploração a curto prazo do petróleo no Brasil. Segundo Ernâni do Amaral Peixoto, "as empresas apresentavam projetos que não se realizavam, adiados por medidas protelatórias"...De qualquer modo, o projeto de lei de criação da Petrobrás encaminhado ao Congresso servia de "boi de piranha" para agravar a crise existente. Voltando dos Estados- Unidos, Alzira Vargas confirma a seu pai que os trabalhos da Comissão Mista iriam realmente ser interrompidos pela nova administração americana recém-empossada.

Tanto a burguesia comercial quanto a industrial intensificaram seus encontros, à partir de maio de 1953. Na reunião de junho de 1953, a burguesia comercial já se posicionava explicitamente a favor da reformulação e mesmo extinção da CEXIM.(40)

O tutor da burguesia industrial e das classes trabalhadoras via que sua proposta de harmonia entre ambas caminhava para um impasse. A inflação do período havia sido responsável pela perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora.(41) Acuado pelas forças internas e externas, finalmente realizou sua Reforma Ministerial. O novo Ministério de 1953 mostrava o difícil momento do Chefe do Executivo. Na sua composição, vemos seus velhos amigos da década de 30, revelando que os laços de fidelidade pessoais estariam, no caso, acima das filiações partidárias. Seu aliado mais importante era, certamente, Osvaldo Aranha, com o novo presidente do Banco do Brasil, Marcos de Souza Dantas. Ambos iam conseguir, finalmente, encontrar uma política cambial adequada para o país. Surgiram ao lado de antigos companheiros como Vicente Rao e José Américo, novos nomes no horizonte político, tais como: Antonio Balbino, Tancredo Neves e João B. Gou-

lart.

Além do desencadeamento de rancores pessoais, com a Reforma Ministerial, tais como, por exemplo, a denúncia de João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, (42) o novo momento político excluía ainda a possibilidade de auxílio financeiro americano. O governo americano, como já mencionei, havia encerrado, unilateralmente, os trabalhos da Comissão-Mista, em 19 de junho de 1953. A partida dos técnicos já estava prevista desde fins de 1952. O encerramento da Comissão, como terei ocasião de detalhar em outra parte deste trabalho (Conferir p.158), deixou o país à mercê de suas próprias divisas, frustrando os projetos de Getúlio Vargas de reaparelhamento da infra-estrutura básica.

Nessa linha, porém, nem tudo estava perdido. O programa de austeridade e contenção, colocado em prática, desde o início de 1951, não gerara divisas, mas havia impedido o desperdício das mesmas. A sagacidade de Osvaldo Aranha, no Ministério da Fazenda, permitiu que o país resolvesse de maneira hábil seu problema cambial. Anunciada, em setembro de 1953, a "Instrução 70" da Sumoc entrou em vigor, no dia 9 de outubro de 1953, e mudou completamente, para melhor, as perspectivas da balança de pagamentos. Parte do programa de Osvaldo Aranha incluía a extinção da CEXIM, que ocorreu em dezembro daquele ano, substituída nas funções pela Carteira de Exportações do Banco do Brasil - CA-CEX.

O "Esquema Aranha" pode, em linhas gerais, ser descrito da seguinte maneira: as disponibilidades cambiais resultantes das

exportações eram disputadas livremente nas Bolsas, para efeito de importação de mercadorias. Estas, por sua vez, seriam distribuídas em cinco grupos, tendo em conta o seu grau de essencialidade.(43) As cambiais seriam leiloadas pelas Bolsas de Valores do país em percentuais variados. A medida gerou uma rápida melhora no superávit da balança comercial, através das exportações. Colocada em prática, a Instrução 70 da Sumoc, além de impossibilitar a formação de dívidas e atrasados comerciais (as cambiais eram pagas à vista pelos importadores), evidenciava algo mais importante: a prática da fraude na CEXIM.

O sucesso isolado de Osvaldo Aranha apenas desviava os ataques para o Ministro do Trabalho e para o Chefe do Executivo. A atuação de João B. Goulart, bem mais efetiva do que a de seus antecessores, acalmou as classes trabalhadoras, apaziguando o clima hostil. Mas, ao atender suas solicitações de aumento salarial, acrescentou um novo opositor declarado ao Executivo: as Forças Armadas. De fato, J.B.Goulart não era bem visto por amplos setores dessa sociedade conservadora. Sua proposta de aumento salarial, elaborada, em fins de 1953, provoca o "Manifesto dos Coronéis", em fevereiro de 1954, responsável por sua demissão. O "Manifesto", com mais de 80 assinaturas o que forçou sua renúncia, foi liderado pelo Tenente-Coronel Golbery da Costa e Silva.(44) Os aumentos de salário mínimo, combatidos como medidas socializantes e demagógicas pela burguesia, constituíram objeto de grande polêmica. Empossado, em junho de 1953, o novo Ministro do Trabalho, foi forçado a demitir-se, em fevereiro de 1954. A fragilidade do estadista tornou-se cada vez mais evidente, mesmo assim, anunciou o aumento, no dia 1º de maio de 1954, como um revide às agressões sofridas.(Conferir na p.245

outros comentários sobre esse aumento).

A aprovação da lei da Petrobrás, lei Nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, no Congresso, constituía o alvo aparente da discórdia do momento. O Editorial da revista *O Observador Econômico e Financeiro*, cujo proprietário, Valentim F. Bouças, até então se posicionara a favor do governante, comentava, em dezembro de 1953, "que a criação da Petrobrás, com o caráter monopolístico, é o maior erro cometido, em 1953, pelo Governo da União".(45)

Apesar dos problemas infra-estruturais e de escassez de energia elétrica, o projeto do Fundo Federal de Eletrificação, elaborado pela Assessoria, tramitava sem solução no Congresso. (O mesmo tinha ocorrido com o projeto da Petrobrás). Getúlio Vargas enviou duas mensagens ao Congresso pouco antes do suicídio: uma, propondo a criação da Eletrobrás; e outra, propondo a criação do Fundo Federal de Eletrificação. (Conferir p.92) Foi agilizada a aprovação do Fundo Federal de Eletrificação, permitindo que as concessionárias estrangeiras usufríssem do mesmo. (46)

Unidas, a burguesia comercial e industrial realizaram um encontro, em novembro de 1953. Eram contrárias à intervenção "do Estado no domínio econômico, principalmente quando esta posição do governo assumia caráter fiscal. Declaravam-se patriotas: "Não se encontrava ali um bando de gananciosos, preocupados com a defesa de lucros ilícitos ou visando preservar do fisco ganhos adquiridos na especulação. Ali estavam bons brasileiros...

*(47) O lucro: eis que o ponto nevrálgico da burguesia havia sido tocado.

Com efeito, apenas uma proposta de aumento salarial seria pior do que isso. Em dezembro de 1953, começam a circular boatos sobre acréscimo de 100% do salário mínimo.(48) Com grande irritação, as "classes produtoras" passaram a comentar a decisão de aumento salarial. Para a burguesia comercial, os acenos distributivistas de Getúlio Vargas estariam na ilegitimidade pelo desconhecimento completo ou desprezo das "condições econômico-sociais do país". Em maio de 1954, após anunciado o aumento salarial, a burguesia comercial, em sua VII Mesa Redonda, decidiu impetrar recurso ao Judiciário ou Mandato de Segurança, "com fundamento em que o ato do Presidente da República era ilegal".

(49)

Com relação à indústria automobilística, o ano de 1953 aumentou seu mercado produtor relativo a pneus, com a possibilidade de expansão do anel de completariedade, requerido pela Subcomissão da CDI.(50) Esta expansão dizia respeito à instalação das seguintes unidades: amortecedores, bombas de água, eixos, etc., com o apoio de grandes multinacionais americanas.

A Assessoria cumpria, ao contatar as montadoras européias, um papel político de abertura a capitais europeus, aumentando o leque de opções no país. Se o impulso inicial da indústria automobilística, efetivado com Juscelino, excedeu as capacidades do mercado interno, a concentração na área, a partir da segunda metade da década de 60, estabiliza o setor.(51) A determinação do Getúlio Vargas e sua equipe frente ao problema automobilístico não só antagonizou, como também caducou, setores importantes do mercado interno.

Depois de junho de 1954, a Subcomissão de Jeeps se transforma em Comissão Executiva da Indústria de Materiais Automobilísticos - CEIMA, embrião do GEIA da Administração de Juscelino Kubitschek (Grupo Executivo da Indústria Automobilística). A criação da CEIMA ampliava os poderes de Lúcio Meira, aumentava o número de membros de sua comissão. As metas da CEIMA previam que, em três anos, seriam produzidas internamente todas as partes estruturais dos veículos automotivos do país dos mais diversos tipos. As prioridades iniciais seriam dadas aos caminhões leves e médios e a tratores. Com uma área cultivada de 19 milhões de hectares, em 1954, o Brasil dispunha apenas de 40 mil tratores... (52)

As reuniões entre as classes produtoras haviam-se intensificado, desde o início de 1954. Nelas, criticavam-se, abertamente, o nacionalismo e o intervencionismo estatal. A burguesia clamava por uma participação maior nos rumos políticos do país. (53)

Os jornais, desde o início de 1953 passaram a divulgar o próximo remanejamento ministerial. Não eram menores as atividades de bastidores daquele momento. A Confederação Nacional do Comércio criou um novo órgão: "Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio", destinado a analisar os problemas econômicos e sociais do país. O importante a ser notado é que os técnicos que compunham o novo órgão também faziam parte do alto escalão da burocracia de Estado: Francisco C. San Tiago Dantas, Glycon de Paiva e Roberto Campos, entre outros. Tanto dirigentes do BNDE quanto do Conselho Nacional de Economia faziam parte desse Conselho Técnico. Cientes do remanejamento ministerial dos

próximos meses, aliavam-se já, abertamente, à burguesia comercial que hostilizava o governo.(54)

Não se pode dizer que tenha havido uma cooptação dessas elites pela burguesia. Apenas a aliança entre os grupos se tornava mais nítida e oficial, apesar da duplicidade de funções. O que interessava era a homogeneidade de interesses que parecia unir todos. O discurso de posse do grupo, proferido pelo jurista Francisco C. San Tiago Dantas, reiterava o perigo da "infiltração comunista" no Brasil como uma realidade a ser encarada. A arregimentação da burguesia comercial, no entanto, não se restringia ao melhor realinhamento com a elite cosmopolita da burocracia.

A rearticulação ministerial, prevista para junho de 1953, fora antecipada e seus futuros demissionários haviam feito novos alinhamentos políticos. A importância dessa aliança não pode ser subestimada. Exercendo uma liderança incontestante nos meios técnicos do país, a cooptação dessa elite pela burguesia legitimava o seu descontentamento frente à política governamental. Como adesão política, essa tomada de posição por parte desses técnicos defensores da racionalidade do sistema capitalista e dos "perigos" da estatização abria novos leques de ação para a defesa de interesses da burguesia. A definição política desse importante segmento burocrático desnudava a fragilidade do Executivo.(55) Estava sendo negociada uma nova situação de poder que implicava em relações de solidariedade dentro de novas estruturas de autoridade.(56)

Segundo Max Weber, "para todo aquele que queira romper uma dominação, se requer a criação de um quadro administrativo próprio que faça possível sua própria dominação, ainda que seja somente para contar com a conivência e cooperação do quadro existente contra o soberano. Em seu grau mais intenso aparece aquela solidariedade de interesses como imperante da própria legitimidade..."(57) O discurso de Francisco C. San Tiago Dantas, na Escola Superior de Guerra, em agosto de 1953, é retrato fiel da definição política da burocracia contra o governante. Segundo o célebre jurista, "O nacionalismo de tipo totalitário é especialmente xenófobo. Visa mais o combate ao estrangeiro do que ao desenvolvimento nacional. Já o nacionalismo democrático visa obter do estrangeiro recursos para o desenvolvimento nacional (...). O populismo é também uma reação das massas contra o estilo de vida das elites, contra as aparências de compostura, discreção e polidez que, antigamente, traduziam superioridade moral, mas que hoje só provocam o sentimento - ou o ressentimento - da superioridade social".(58)

Indiferente a todos estes acontecimentos, Getúlio Vargas, ao anunciar o aumento de salário mínimo, no dia 1º de maio de 1954, disse: "Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo (...) com a consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter".(59) Estava completamente fora do contexto essa última tentativa de compor as aspirações das massas com as exigências da burguesia. Diria Hélio Jaguaribe: "O resultado dessas contradições foi triturar os problemas sem os resolver, deixando igualmente exarcebadas todas as classes sociais".(60) Ao Memorial dos Coronéis contra o aumento salarial, o Chefe do Execu-

tiyo reagiu: trocou de Ministro da Guerra pela segunda vez. Ciro do Espírito Santo Cardoso foi substituído por Zenóbio da Costa.

Desde a demissão de N. Estillac Leal do Ministério da Guerra, em 1952, o exército, em suas alas conservadoras, clamava por uma participação política maior, de um alinhamento melhor com os Estados- Unidos, defensores de um capitalismo "sadio". Algumas lideranças, não desprovidas de ambições políticas, tais como Juarez Távora, finalmente podiam expressar seu desagravo diante dos problemas que afligiam a nação. Outros aspirantes, como Café Filho, o Vice-Presidente, desde o início de 1953, abertamente se posicionavam a favor da colaboração irrestrita com o capital estrangeiro no país. Numa crítica velada a Vargas, o Vice-Presidente definia o "medo do capital estrangeiro, como um complexo de inferioridade". (61)

Não se pode dizer que havia uma homogeneidade política no interior do exército. Ele, no entanto, pretendia ser um árbitro da neutralidade e da cooperação sadia entre as classes e entre os povos. Seus alinhamentos com outras forças oposicionistas foram vitais para o desencadeamento do processo iniciado pela burguesia comercial. O prestígio que as palestras da Escola Superior de Guerra havia adquirido, no início da década, assim como seus debates sobre "Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico", conferia peso político à direção da Escola. Por outro lado, ao proferir palestras "sigilosas ou secretas", os simpatizantes esguianos sentiam ser aquele um espaço privilegiado e resguardado, onde os palestristas se encontravam livres para criticar as forças do governo, respaldados pela UDN e por alguns setores

da Igreja.(62)

O consenso contra o governante havia atingido o nível requerido para uma ação coletiva pelas forças oposicionistas. A estratégia e as racionalizações para a deposição do estadista atingiram a sua finalidade. No entanto, era preciso acrescentar na "trama" conspiratória um elo emocional desencadeador: este foi dado pelo cadáver do Major Vaz, na Rua de Toneleros, em um suposto atentado cuja vítima seria o jornalista Carlos Lacerda, do qual Vaz era guarda-costas. O depoimento de Tancredo Neves menciona o componente emocional da conspiração como uma estratégia da CIA - Central Intelligence Service - já posta em prática em outros países da América Latina. Disse Neves: "em 5 de agosto, a crise deixou de ser uma crise política e passou a ser uma crise militar. Aí realmente nós encontramos algumas semelhanças com todos os projetos que a CIA adotou na América do Sul em face dos governos que ela desejava combater (...) aqui no Brasil pegaram o Major Vaz (...) era preciso ajuntar ao quadro um ingrediente emocional e o ingrediente emocional só se atinge com um cadáver".(63)

Nessa linha, Elias Canetti pode auxiliar a análise. Segundo ele, passou-se da malta de lamentação em torno de um morto para o estado de uma malta de guerra para vingá-lo. Diz: "É o primeiro morto que contagia todos com a sensação de ameaça. O significado desse primeiro morto para atizar todas as guerras não pode ser suficientemente enfatizado. Os detentores do poder que querem desencadear uma guerra, sabem muito bem que precisam conseguir ou inventar um primeiro morto. Não se trata tanto de seu peso dentro do grupo. Pode ser alguém que não possua nenhu-

ma influência especial; às vezes, é até mesmo um desconhecido. O que importa é a sua morte e nada mais; é preciso acreditar que o inimigo seja responsável por essa morte. (64)

A lamentação pelo morto uniu os descontentes com o estadista, acusando-o, acuando-o. Os descontentes se uniram para atacar. O morto serviu como motivo para o desenlace há tanto tempo almejado!

O enfraquecimento do poder civil e as ameaças de uma revolução social começaram a ser palavras de ordem da imprensa. Cadernos de Nosso Tempo retrata a situação dessa maneira: "A burguesia mercantil compreendeu que a política do governo, orientada para a industrialização do país (...), constituía uma ameaça contra o predomínio de uma classe, cujos interesses estão intimamente ligados ao capitalismo estrangeiro expansionista (...). Por outro lado, a política trabalhista do Governo (...) provocava pânico crescente nas classes conservadoras que já viam aproximando-se a hora da implantação de um regime sindicalista, de base operária. A esse profundo e generalizado receio deve-se, em grande parte, o fato de a burguesia industrial - a cujos interesses atendia a política do governo - não ter tomado consciência disso. E como a burguesia industrial - que é a verdadeira burguesia nacional - ainda não atingira suficiente consciência de classe e continuou confundindo seus interesses com os da burguesia mercantil, sob a enganosa rubrica comum de "classes produtoras", assim permanecendo sob a liderança do comércio, o alarma causado pela ameaça do sindicalismo trabalhista levou a indústria a fazer causa comum contra o Governo". (65)

Aqui, novamente, a questão é deslocada. Confundiu-se o medo das concessões e dos acenos de participação política às classes trabalhadoras com mudanças radicais de estrutura social. O que as classes trabalhadoras demonstraram ter, no período, foi apenas a consciência de que o sufrágio e um governante populista não haviam modificado sua situação de classe. Pelo contrário, o proletariado frustrou-se pela inflação, pelas promessas não cumpridas de participação no poder. Se, na conspiração, os acenos populistas em direção às massas justificavam o golpe, a prática econômica mostrou a ascensão da burguesia internacional, descartando prováveis opositores através da ideologia desenvolvimentista. Nesse momento, o nacionalismo foi substituído pelo desenvolvimentismo.

Não se tratava de um momento de enfraquecimento da burguesia industrial, mas de sua internacionalização, paradoxalmente auxiliada pelo Estado, em seu plano de Reparcelhamento Infra-estrutural. A burguesia comercial importadora via seu momento histórico terminar, mas levava consigo o velho ditador. O Estado intervencionista burguês perdia sua sustentação interna ao emancipar as possibilidades da burguesia industrial. O descompasso da ideologia nacional-intervencionista do governante e de sua Assessoria torna-se visível a partir do início de 1954. O aumento de importação de bens de produção acelerara um novo momento no processo de substituição de importações. O concurso de forças externas se faria, entretanto, mediante a supressão de políticas populistas.

Incapaz de perceber as contradições inerentes ao desenvolvimento das forças que emancipara, o velho estadista ainda mostrou

sua tenacidade, ao elaborar uma carta testamento que elegeria seu sucessor predileto dois anos mais tarde: Juscelino. Apenas adiou por 10 anos a legalidade da nova política econômica instituída no país desde a sua morte, em 1954.

Depoimentos de assessores diretos interpretam o suicídio como um ato político vitorioso. Segundo Cleantho de Paiva Leite, "Ele corrigiu uma opinião pública que estava completamente trabalhada pelo Lacerda, pelos jornais. A opinião pública de antes de 24 de agosto era inteiramente negativa e crítica em relação à Getúlio. Ele não contava com o apoio da opinião pública. E com o suicídio e a carta-testamento, virou completamente". Segundo Tancredo Neves, seu Ministro da Justiça, "Quando ele tomou a decisão do suicídio, esse ato deixou de ser um ato de desespero, ou de impotência em face dos acontecimentos, para ser um ato político da maior sabedoria. Dizem que a camisa ensanguentada de Lincoln fez sete presidentes da República nos Estados-Unidos. O suicídio de Getúlio fez realmente o Juscelino. O Jango também. O próprio Jânio..."(66)

Agindo quase que isoladamente, o poder de persuasão do estadista parece ter-se acabado com a idade. Mas não. Se antes domesticara seus inimigos, inserindo-os no poder, cooptando-os como interventores ou em cargos importantes da burocracia de Estado, sua arma, agora, não era mais eficaz. Seus opositores haviam ganhado suficiente força política e econômica para divergir. Não só divergir como agredir na defesa de seus interesses.

A tenacidade de Getúlio Vargas, tornou-se, após 1953, sua maior fraqueza. A arregimentação crescente da burguesia, aliada a uma

facção bastante politizada do exército, associada aos anseios frustrados da UDN, somavam as forças que iriam depô-lo. A imposição do Chefe do Executivo em questões sociais, somadas à estatização de infra-estrutura, enquanto repudiadas pelas classes conservadoras, assemelha-se, pela teimosia e insistência, à tentativa de impor ao país ditadura científica do Executivo.

Quando se fala da conspiração contra Getúlio Vargas, não se pode, de acordo com Elias Canetti, (67) esquecer o elemento de "descarga" que a conspiração representou para aqueles que finalmente conseguiram destituir o poderoso sobrevivente do Catete. Por sua vez, a reação da massa, quando do suicídio, se assemelhou a um "estouro". Diria Moniz Bandeira: "sob o impacto da notícia (...) durante todo o dia, as multidões percorreram as ruas do Rio de Janeiro (e em todas as capitais dos Estados), destruindo faixas e cartazes da UDN. Grupos de populares atacaram as sedes da Rádio Globo e da Tribuna da Imprensa; apedrejaram os edifícios da Standard Oil, da Light and Power, da Companhia Telefônica (...) da embaixada Americana, da firma Allis Chalmers, do First National City Bank, do Diário de Notícias e da Rádio Farroupilha... (68) Querendo evitar um indesejado confronto, o Exército, no entanto, só conseguiu dominar a situação depois das 17:00 horas do dia 24 de agosto.

O isolamento do estadista e a mobilização progressiva da oposição formou, ao seu redor, uma massa de perseguição invisível e que foi fechando o cerco à vítima, isolando-a cada vez mais. A absoluta impossibilidade de escapar do círculo conspiratório formado lembra a idéia de execução pública. Ela era a imagem transmitida por aqueles que estavam presentes no Catete, quando

o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa comunicou a G. Vargas que o Exército pedira sua renúncia.

Nessa linha, o único resgate possível que a vítima fez de seu governo foi o suicídio e a carta-testamento. Trata-se, no entanto, de uma execução. Da execução de uma vítima de elevada categoria. A execução de um sobrevivente com muitos adeptos. Nas palavras de Tancredo Neves se tem uma idéia da força do estadista: "O Getúlio infundia muito mais medo do que Juscelino. Todos tinham muito mais receio da inabalável determinação do Dr. Getúlio, que era fria e inflexível (...) O Getúlio não transigia com as suas convicções... (69)

Os amigos, assessores íntimos e familiares estavam, assim, naquela noite de agosto, reunidos no salão como num velório. Silenciosos, aguardando o executor que chegaria para anunciar a sentença. A vítima, no entanto, acostumada à condição de sobrevivente, compreendia que a única maneira de resistir à sua morte política seria imolando seu corpo. Seu corpo morto, ao invés de transformar-se no desejado troféu para os vencedores, impediria a consumação da vitória indesejada, visto que o estadista, novamente, antecipara a ação de seus inimigos. Diria com afronta: "À sanha dos meus inimigos, o meu cadáver"...

Getúlio Vargas impedia, desse modo, sua desmoralização pela renúncia forçada. Impedia ainda que os conspiradores celebrassem publicamente a vitória. Essa foi adiada até 1964. Ao contrário do desejado, o afastamento político do estadista dividiu as opiniões e impediu a coesão das novas forças políticas no próprio momento do esmagamento do inimigo. Impossível de ser ocul-

tado, o efeito do suicídio sobre as massas arregimentou-as novamente na sua antiga devoção ao líder. Desclassificou, assim, a vitória, inverteu o momento da descarga de seus algozes. O estadista se deu a chance inédita e póstuma de sobreviver...

é lícito indagar se o velho governante pretendeu provocar uma rebelião com seu gesto, uma massa de inversão. A carta-testamento tem sentenças bastante sugestivas dessa possibilidade, por exemplo: "Esse povo de quem eu fui escravo, nunca mais será escravo de ninguém". Subestimava, talvez, o poder da mídia, esquecia o poder de acomodação do próprio positivismo como filosofia da ordem e da conservação, inculcados há tantas décadas na população. Conseguiu, no entanto, manter intactos seus principais (e controvertidos) projetos, e mais, garantiu seu sucessor político. Foi uma vitória. Adiou por 10 anos o momento da partilha...

Refiro-me, aqui, à partilha formal do poder e manutenção do presidencialismo. Quando a burguesia comercial se reuniu, em setembro de 1954, na IX Mesa Redonda (da Federação das Associações Comerciais do Brasil), um ambiente de calma justificou as medidas governamentais de curto prazo. Elas deveriam versar sobre:

- eliminação do protecionismo alfandegário;
- fim do intervencionismo estatal na livre-empresa;
- redução dos ágios nas categorias de essencialidade, diminuindo o impacto da Instrução 70 da Sumoc. (os estudos visando a eliminação desta Instrução já estavam sendo elaborados).(70)

Uma nova era, esboçada por Eurico G. Dutra, em fins da década de 40, finalmente ganhava o apoio oficial do Estado. O liberalismo econômico local, em harmonia com os outros países capitalistas do ocidente, independente de qualquer barreira, foi a proposta do grupo cosmopolita. As portas ficaram abertas para o projeto ambicioso de Juscelino, nas linhas elaboradas por Eugène Gudín, através da Instrução 113 da Sumoc.(71)

A sobrevivência do mito Vargas vigorava, entretanto, como um quisto populista nesse ambiente liberal. Torna-se, aqui, pertinente lembrar as considerações de Richard Sennet sobre o papel pacificador do líder carismático. Mais do que isso, segundo ele e outros autores, "o desejo profundo que toda sociedade tem de um líder carismático". O mesmo ponto de vista é defendido por Etienne, estudando o mito de A. Rimbaud: "point de mythe qui ne répond à quelque besoin viscéral, à quelque image élémentaire, communs l'autre et l'un à la plupart des hommes"(72). Etienne refere-se à sedução e à necessidade que a sociedade tem de criar um mito.

Os dias do presidencialismo estavam contados. A ação de uma "elite esclarecida" numa ditadura, modificando os projetos estatizantes criados por Vargas, estava descartada, a curto prazo, "dentro do clima nacionalista existente", dizia um documento sigiloso da burguesia comercial daquele momento. Entretanto, "esse apoio, necessário a uma política de orientação contrária à atual, e essencial a uma eventual ditadura poderá ser obtido, dentro das normas democráticas atuais (datado de 2 de maio de 1955...). Continuando, o problema, segundo a burguesia comercial, se resumiria, pois, em tentar convencer o eleitorado bra-

sileiro de que a nova solução (uma ditadura) serviria mais que a atual (sufrágio) os interesses nacionalistas do país (...) a nova solução deveria ser proposta ao eleitorado brasileiro em bases nacionalistas evidentes (...) dependendo do aparecimento de elite mais dinâmica que qualquer das atuais".(73) A profecia deste documento surpreende por antecipar, e mesmo verbalizar, a necessidade de um golpe, elaborado por uma elite, legitimando-se no cosmopolitismo travestido de nacionalismo modernizado e esclarecido. Ao antigo nacionalismo emocional caberia a pecha de comunismo...

Precoce, essa "elite esclarecida e dinâmica" já existia. Cabia-lhe, entretanto, destruir o fantasma do nacionalismo e provar para a maior parte das classes conservadoras que a ditadura não só era conveniente, como desejável. Era nacionalista.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) Weis, W.M., ob. citada, pps.30-35, 90, 144, 145, 171. Ver ainda: Skidmore, T.S., ob. citada, pps. 122, 123, 131 e 132. Ver: Getúlio Vargas: O Governo Trabalhista do Brasil, ob. citada, 1969.

(2) Getúlio Vargas: O Governo Trabalhista no Brasil - Mensagens Presidenciais ao Congresso, Março de 1953, ob. citada.

(3) Faoro, Raymundo, ob. citada, p.673 e seguintes.

(4) Idem, p.674; entrevista da autora com o Professor Ignácio M. Rangel, em maio de 1989, Rio de Janeiro.

(5) FONTE: Observador Econômico e Financeiro, Nº205, fev.1953 e Observador Econ. e Financeiro, Nº220, junho de 1954, p.43.

(6) Oswaldo Benjamin de Azevedo, presidente da ANMVAP era, ainda, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Automóveis e Acessórios do Rio de Janeiro. (Fonte: Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 10.05.1953, p.6). A Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1953, p.55, publica a relação dos fundadores da ANMVAP.

(7) Ver: Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, setembro de 1953, p. 40 e 25 de novembro de 1953, p.7.

(8) Relatório Industrial de 1956 - Indústria Automobilística. Serviço IBANAS, de Geraldo Banaskiwitz, São Paulo, p.14a.

(9) Palavras do Almirante Lúcio Meira. Conferência realizada em 26 de abril de 1954. Digesto Econômico, 26.04.1954.

(10) Ver a tese de mestrado de Armando Boito Jr. O Populismo em crise: 1952-1955, Campinas, 1975, mimeo, pps. 17 a 31. Ver ainda: Observador Econômico e Financeiro, Nº209 de 1953 e Nºs 215, 219 de 1954.

(11) Digesto Econômico, 26.04.1954 e Observador Econômico e Financeiro, junho de 1954, Nº220.

(12) Taxas de Urbanização:

Ano	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1940	27,8	23,4	21,5	39,4	27,7	31,2
1950	31,5	26,4	24,4	47,5	29,5	36,2
1960	37,8	34,2	35,0	57,3	37,6	45,1

Fonte: Ianni, Octávio, ob. citada, p.58.

(13) Martins, L., ob. citada, p.409-410.

(14) Observador Econômico e Financeiro, Nº 211 e Nº213 de 1953 e Soares D'Araújo, M.C., ob. citada, p.136. Observador Econ. e Financeiro, Nº215, janeiro de 1954 e Observador Econ. e Financeiro, Nº218, abril de 1954.

(15) Martins, L. "Formação do empresariado industrial no Brasil", Rio de Janeiro, Revista Civilização Brasileira, Nº 13, maio de 1976, p.123.

- (16) Boito Jr., A., ob. citada, p.2 e p.117; Tavares, M.C., ob. citada, p.61.
- (17) Boito Jr., A., ob. citada, p.101. Fernando Henrique Cardoso em: Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes, tese para concurso de cadeira política da USP, 1968, mimeo, p.129.
- (18) Martins, L. Pouvoir et développement..., ob. citada, pps. 426 e 429. O efeito rarefação da classe empresarial é apresentado pelo autor em Formação do empresariado industrial no Brasil, ob. citada, pps.103-107.
- (19) Ver ainda: Boschi, R.R. Elites industriais e Democracia, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, p.75, e Martins, L. Formação do empresariado industrial no Brasil, ob. citada, p. 111.
- (20) Tavares, Maria da Conceição Da Substituição de importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p.92.
- (21) Almeida, Rômulo Rômulo Voltado para o Futuro, Fortaleza, BNB, 1986, p.46 e seguintes. Maria do C. Campello de Souza, ob. citada, p.37.
- (22) Bandeira, Moniz Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973.
- (23) Editorial da revista ênambi, Ano IV, outubro de 1954, Vol. XVI, Nº47, p.238. Revista dirigida por Paulo Duarte, amigo de Assis Chateaubriand.
- (24) Saes, Décio Classe Média e Sistema político no Brasil, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1984, (p.93). Costa Pinto, L.A. em As Classes sociais no Brasil: padrão tradicional e mudanças recentes - in - Revista Brasileira de Ciências Sociais, março de 1963, Nº1, p.241-243. Ver ainda: "O Planejamento no Brasil" - in - Planejamento no Brasil, org. por Betty M. Lafer, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970.
- (25) Weber, Max Economía y Sociedad, Mexico, Fondo de Cultura Económica, p.706.
- (26) Governo Trabalhista no Brasil, ob. citada, discurso de Getúlio Vargas em 31 de janeiro de 1953, no Catete. E, Barral, Pierre "Ferry et Gambetta face au positivisme", Paris, Rouan-tisme, Nº21-22, 1978, p.155.
- (27) Martins, L. Pouvoir et..., ob. citada, p.396.
- (28) Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, fevereiro de 1954.
- (29) A propósito da composição parlamentar brasileira, o jornal O Estado de São Paulo, publicou, em 3.03.1953, um ditorial bastante crítico.
- (30) Maria Vitória M. Benevides, ob. citada. Ver em outra parte desse trabalho: "A origem da elite cosmopolita" para observações sobre as conspirações contra o governo. O Arquivo Geral do

IPÊS encontra-se no Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. Outras pessoas atuantes no golpe de 1964 e já presentes na conspiração de 1954 foram: Juarez Távora e Cordeiro de Farias. Ver: Dreifuss, R.A., ob. citada, pps.241, 293, 360, 369, 409 e 446.

(31) Moisés, José Álvaro, Caderno CEDEC, Nº2, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978. Ver ainda, Boito Jr., A., ob. citada, p.60. Entre 1946 a 1952, o índice do custo de vida no Brasil cresceu de 100 para 178. Ver: Observador Econômico e Financeiro, Nº204, 1953. Ver ainda: Singer, Paul, ob. citada, 1965, p.92.

(32) Sennet, Richard *Les tyrannies de l'intimité*, Paris, Seuil, 1979, pps.155-178.

(33) Ver: Schmitter, Philippe C., *Interest Conflict and Political Change in Brazil*, Stanford, Stanford Univ. Press, California, 1971, pps. 142-145.

(34) Lenharo, Alcyr *A Sacralização da Política*, Campinas, Ed. Papirus, 1986, p.14.

(35) Nordmann, Jean-Thomas "Taine et le positivisme", p.30; e Bensaude-Vincent Bernadette "Les savants au pouvoir", Paris, *Romantisme*, Nº21-22, p.67.

(36) Os Editoriais mais expressivos de ataque a G. Vargas, pela revista *Ánhembi* foram: Ano III, maio 1953, Vol.X, Nº30; Ano IV, janeiro 1954, Vol. XIII, Nº38; Abril 1954, Vol. XIV, Nº41; julho 1954, Vol. XV, Nº44; outubro 1954, Vol. XVI, Nº47. Ver ainda Boito Jr., A., ob. citada, p.68. A revista *Ánhembi* iniciou seus ataques ao Chefe do Executivo, em meados de 1953.

(37) Mensagem Presidencial de 1º de maio de 1953, em Volta Redonda. Ver: *Otúlio Vargas: O Governo Trabalhista no Brasil*, ob. citada.

(38) *Observador Econômico e Financeiro*, Nº206, 1953.

(39) Bandeira, Moniz, ob. citada, p. 318 e Weis, W.M., ob. citada, pps.42, 59, 89, 123 e 154. Ver ainda: *Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro*, junho 1953, p.1.

(40) O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Euvaldo Lodi, amigo de Vargas, foi substituído por Zulfo de Freitas Malmann. Ver também: *Observador Econômico e Financeiro*, Nº224, outubro de 1954 e Nº208, 1953. *Observador Econômico e Financeiro*, Nº209, 1953 e *Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro*, 10 de julho de 1953, p.11.

(41) A revista *Conjuntura Econômica* publicou, em junho de 1956, Nº6, pps.45-46, um ensaio denominado "Estudo Especial: salário real e salário mínimo", assim como outro artigo, em outubro de 1954 (Nº10), sobre a renda "per capita" da população ativa no Brasil.

(42) Bandeira, Moniz afirma que, de fato, Peron confirmou os entendimentos com G. Vargas, ob. citada, p.350-351. Em entrevista com a autora, Dr. José Sette Câmara, desmente esses entendimentos. Ver ainda: Skidmore, T.S., ob. citada, p.133 e 369. João Neves tinha ligações com o Grupo Klabin: era Diretor

acionista da Finasa S.A.; Diretor da Orquima, de propriedade de A.F. Schmidt. (Ver: Dreifuss, R.A., ob. citada, p.535). O Almirante Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Vargas, menciona o acontecimento, em depoimento ao CPDOC/FGV.

(43) Ver: Observador Econômico e Financeiro, Nº198 de 1952, Nº 212 de 1953. Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, novembro de 1953, para lista de itens considerados essenciais ou não.

(44) Dreifuss, R.A., ob. citada, pps.365 e 370. As mesmas observações são feitas também por Weis, W.M., ob. citada, pps.222-225.

(45) Entrevista à autora, Ignácio M. Rangel, em maio de 1989 e, Observador Econômico e Financeiro, Nº213, 1953. Observador Econ. e Financeiro, Nº214, 1953. Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 25.05.1953; 10.06.1953; 25.09.1954 e 10.10.1954.

(46) Depoimento de Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Neto. Arquivo BNDES, Rio de Janeiro. Depoimento sobre a história do BNDE. Data: 29.03.1982, p.7-8.

(47) Observador Econômico e Financeiro, Nº214, 1953.

(48) Observador Econ. e Financeiro, Nº 215, 1953 e Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1954, p.15.

(49) Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1954, pps.19 e seguintes e, 25 de maio de 1954, p.2.

(50) Observador Econ. e Financeiro, Nº213, 1953.

(51) Martins, L. Développement et Pouvoir..., ob. citada, p.424.

(52) Observador Econ. e Financeiro, Nº220, p.34-48 e Nº219, 1954.

(53) Observador Econ. e Financeiro, Ns 216, 217, 218 e 219 de 1954. Ver comentários sobre a VIII Mesa Redonda da Associação Com., Revista da Assoc. Com. do R.J., p.2 de 25.05.1954..

(54) Observador Econ. e Financeiro, Ns 217 e 219 de 1954.

(55) Ver: Pedro Correa do Lago - in - O Sumoc como embrião do Banco Central, p. 80 - apud: Besserman Vianna, S., ob. citada, p.38 e 138. Ver ainda, para a formação do Conselho Técnico, O Observador Econômico e Financeiro, março/abril, 1953, Nº206, p.52.

(56) Schwartzman, Simon "Representação e cooptação política no Brasil, ob. citada, - in - Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970, Nº2, p.10.

(57) Weber, Max, ob. citada, p.212.

(58) Dantas, Francisco C. San Tiago, Arquivo da Escola Superior de Guerra, palestra proferida no dia 1 de agosto de 1953, p.5. Candidato à Câmara Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, em 1958, Francisco C. San Tiago Dantas reflete, entretanto, importantes mudanças ideológicas em seu discurso. Ver: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Francisco C. San Tiago Dantas, AP 37 (45) pacotilha 4.

(59) Getúlio Vargas: O Governo Trabalhista no Brasil, ob. citada, Vol.VIII e Vol.IV.

(60) Jaguaribe, Hélio, Cadernos de Nosso Tempo Nº1, outubro/Dezembro 1953, p.93. Ver: GV 54.02.08 e Skidmore, T.E., ob. citada, p.163.

(61) Sobre Juárez Tavota ver: Skidmore, T.E., ob. citada, pps. 104, 121, 144, 372 e Brandi, P., ob. citada, p.253. Com relação ao posicionamento de Café Filho, ver: Observador Econ. e Financeiro, Nº207 de 1953 e Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 25.08.1954.

(62) Weis, W.M., ob. citada, pps. 218-219; Benevides, M.V.M. de, ob. citada, 1981, pps. 229-232. Observador Econ. e Financeiro, Nº207, 212 e 214 de 1953 e Nº200 de 1952. J. Távora opunha-se também à estatização da Petrobrás: Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro 25.05.1953, 10.06.1953, 25.09.1954 e 10.10.1954.

(63) Benevides, M.V.M.de, ob. citada, 1981, p.81. Singer, Paul "A política das classes dominantes" - in - Política e Revolução Social no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965, p.96. Ver ainda: Neves, Tancredo, ob. citada, p.35.

(64) Canetti, Elias, ob. citada, p.151.

(65) "Situação Política Brasileira", Cadernos de Nosso Tempo, Nº2, janeiro/junho de 1954, p.106. Weis, W.M., ob. citada, pps.200 e 230.

(66) Neves, T., ob. citada, p.35 e Depoimento de Cleantho de Paiva Leite, CPDOC/FGV, p.124.

(67) Canetti, Elias, ob. citada,...

(68) Bandeira, Moniz, ob. citada, pps.364-365.

(69) Neves, T., ob. citada, p.50.

(70) Documento sigiloso sobre o temário da IX Mesa Redonda da Federação das Associações Comerciais do Brasil, setembro de 1954. Trinta e sete itens foram objeto de debate. Ver: Arquivo da Associação Comercial de São Paulo.

(71) Instrução 113 da SUMOC: Os investidores estrangeiros ficavam autorizados a importar equipamentos sem cobertura cambial, isto é, aos preços de mercado livre - enquanto às empresas nacionais se exigiam adquirissem divisas estrangeiras nos leilões oficiais de câmbio (instaurados pela Instrução 70 da Sumoc, em 1953). Permitia, ainda, entrada de equipamentos usados, penetrando nos setores industriais mais rentáveis do mercado inter-

no.

(72) Sennet, Richard, ob. citada, p.210 e Etiemble, Le Mythe de Rimbaud: Structure du mythe, Paris, Gallimard, 1961, p.41.

(73) Documento da Associação Comercial de São Paulo, assinado por Mauro Brandão Lopes, membro do Conselho Técnico da referida Associação. Título: O Petróleo brasileiro: aspecto político, pps.4 e 5. Elaborado em 2.05.1955, durante a gestão de Café Filho.

CONCLUSÃO: DA REALIDADE HISTÓRICA À TEORIA

O presente trabalho não pretendeu estabelecer um modelo de polarização e conflito na caracterização ideológica da alta burocracia de Estado. Pretendi, antes de mais nada, ver os dois grupos, nacionalistas e cosmopolitas, como "tipos ideais" de duas tendências importantes na história intelectual brasileira, manifestando-se através da burocracia de Estado.

Claude Lefort elabora uma definição de burocracia que é muito adequada às minhas finalidades. Segundo ele "la bureaucratie est à nos yeux un groupe qui tend à faire prévaloir un certain mode d'organisation, qui se développe dans des conditions déterminées, qui s'épanouit en raison d'un certain état de l'économie et de la technique, mais qui n'est ce qu'il est, dans son essence, qu'en vertu d'une activité sociale.(...) La bureaucratie n'existe que par les bureaucrates, que par leur intention commune de constituer un milieu à part, à distance des dominés, de participer à un pouvoir socialisé, de se déterminer les uns par rapport aux autres en fonction d'une hiérarchie qui garantit à chacun soit un statut matériel, soit un statut de prestige".(1)

No corpo ou totalidade da pesquisa, é possível averiguar dois pontos importantes. O primeiro deles, reside em apontar a importância estrutural atingida pela burocracia de Estado, desde a década de 30. O segundo, refere-se à caracterização e interpretação ideológica dos grupos escolhidos. O importante a ser lembrado é que os diferentes grupos ideológicos do estamento burocrático se apresentam como uma imensa rede de relações pes-

soais onde as relações de dependência se substituem às relações objetivamente traçadas pela divisão de trabalho, onde os reagrupamentos por clãs e suas lutas se superpõem à hierarquia formal e tendem a remodelá-la, em função de suas exigências. Ocorre um jogo de reconhecimento mútuo e sempre renovado dos membros no interior dos estamentos burocráticos que permite afirmar a existência de um alto grau de integração no interior dos grupos. A tese de Lourdes Sola enfatiza, justamente, esse ponto. Este fato também é no corpo do presente trabalho através dos depoimentos dos Assessores de Vargas e dos membros da Elite Cosmopolita. (2)

Em outros termos: o poder político e o poder econômico se confundem no seio da classe burocrática, na medida em que os burocratas participam do sistema de dominação. Isto é: a burocracia, em aliança com os militares, sedimentou o terreno privilegiado do totalitarismo. (3) Vários autores, tais como Raymundo Faoro, Simon Schwartzman, Antônio Paim, Wanderley Guilherme dos Santos, entre outros, acreditam que a ordem burguesa democrática nunca conseguiu impor seu projeto de dominação, no Brasil, perdendo sempre espaço para o patrimonialismo, através de mecanismos de clientelismo e de cooptação dentro do Estado, desde os tempos do Império.

A dominação patrimonial reside no poder descentralizado mediante a repartição de privilégios aos filhos e outras pessoas dependentes do círculo familiar. Quando o Estado tem, como assinalaram os autores acima referidos, características patrimonialistas, significa que a analogia do poder doméstico foi transposta analogicamente a nível de Estado. Max Weber distingue

três tipos ideais de dominação: a tradicional, a carismática e a legal. O patrimonialismo seria uma forma de dominação tradicional que, ao se expandir, aumenta seu corpo administrativo de tal modo que o corpo burocrático passa a ter um controle político sobre a sociedade. Tanto no caso da dominação patrimonial quanto na dominação legal-racional, a expansão do sistema político engendra, segundo Max Weber, o perigo político de um despotismo burocrático. Max Weber quer enfatizar a importância política da burocracia, mesmo não sendo detentora dos meios de produção.

Segundo Anthony Giddens, comentando Max Weber, o desenvolvimento do governo democrático depende do avanço da organização burocrática, bem como o patrimonialismo. Entretanto existe uma forte tensão existente entre democracia e burocracia. Em suas palavras: *there is a basic antinomy between democracy and bureaucracy, because the growth of the abstract legal provisions which are necessary to implement democratic procedures themselves entail the creation of a new form of entrenched monopoly (the expansion of the control of bureaucratic officialdom). Somente o surgimento de lideranças democráticas fortes evitariam a ditadura da burocracia.*(4)

A tensão entre patrimonialismo e burocracia parece também ocorrer, mas em menor grau. O Estado Novo, ilustra que uma liderança forte supre as necessidades mais amplas de uma sociedade em um processo inicial de substituição de importações. No caso, a presença de Getúlio Vargas, no Estado Novo, com sua orientação positivista, constituiu um avanço significativo na organização da rede burocrática patrimonialista que permitirá, em 1954,

descartá-lo. Vale dizer, o monopólio de funções burocráticas dentro do Estado, naquele momento, já era tal que nenhuma liderança mais faria diferença. A menos, é claro, como foi Juscelino Kubitschek, que ela fosse estritamente fiel à cartilha do controle burocrático.

Antônio Paim justifica da seguinte maneira o aumento da rede burocrática dentro do patrimonialismo: "o patrimonialismo persegue a apropriação sucessiva de novas funções, desde que equivale à elevação de seu próprio poderio e de sua importância ideal, criando, ao mesmo tempo, a possibilidade de benefícios adicionais para seus funcionários".(5) Vários autores, entre os quais, Antônio Paim, Simon Schwartzman e Sérgio Adorno concordam que "no caso brasileiro, a coexistência de um Estado com fortes características neo-patrimoniais levou, no passado, à tentativa de organização da sociedade em termos corporativos tradicionais, criando uma estrutura legal de enquadramento e representação de classes que perdura até hoje".(6)

O período analisado mostra, ainda, o fortalecimento do estamento burocrático, pela eliminação do cesarismo do Executivo. Trata-se de um importante divisor de águas que, definitivamente, transfere a arena decisória do Executivo para o seio da alta burocracia de Estado. É possível afirmar que a tecnocracia foi capaz, finalmente, de circunscrever a arena de seu poder político. Segundo Max Weber, o caráter político de um grupo pode apenas ser definido em termos de seu monopólio no uso da força: o que é um meio e não um fim.(7)

Sem falar nas mudanças ideológicas, que surgem como reformas de conteúdo da elite burocrática, ocorre, em 1954, a autonomia burocrática no exercício do poder que molda novos rumos da política econômica do país, nas próximas décadas. Por outro lado, a análise dos acontecimentos históricos, feita nos capítulos: A Promessa e A Crise, mostra quão pouco diferentes grupos na sociedade eram convocados no processo de decisão dos rumos políticos do Estado. Refiro-me, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, impossibilitado de grangear maior espaço político, para a classe trabalhadora, apesar da prática do sufrágio. Por mais importante que fosse, a burguesia comercial, ainda que efetivando intensa batalha na imprensa, foi incapaz de resistir ao intervencionismo interno, bem como, ao movimento de expansão do capitalismo internacional do pós-guerra. Havia, quando muito, um pacto de conveniência mútua entre o Estado e alguns setores da sociedade. O sufrágio podendo inclusive ser chamado de "populismo plebiscitário" como afirmou Simon Schwartzman.

A constelação de fatos e atores sociais cede espaço ao domínio de um tipo de intelligentsia, aqui, representada por um segmento da alta burocracia de Estado, com características de estamento. Coincidentemente, a definição que Theodor Geiger dá de intelligentsia aproxima-se daquela aceita por Claude Lefort. Admitindo que a burocracia como tal se enquadra dentro do conceito mais amplo de intelligentsia, afirma: "es la élite de aquellos que cumplen una determinada función social: la de producir y administrar los contenidos culturales representativos de la sociedad". Theodor Geiger acentua, por outro lado, o conteúdo estamental do referido segmento burocrático. A divisão de trabalho burocrático, mesmo através da expansão do patrimonia-

lismo, está ligada ao aumento da racionalização da conduta humana. (8)

A meu ver, a da estrutura neopatrimonial do Estado, em 1954, pelo estamento burocrático alcançou, a bem dizer, um novo momento de hegemonia. Resultante de um processo de centralização administrativa, o referido estamento atinge, finalmente, a concentração de poder desejada. A força do estamento burocrático, ao longo de suas transformações é descrita por Anthony Giddens da seguinte maneira: "rationalised systems of social organisation do not create values, but instead only function as means to the furtherance of existing values". (9) Em outros termos, a racionalização da conduta pode apenas fornecer meios não fins. O campo das escolhas das melhores políticas econômicas, como uma meta atingindo toda a coletividade, não poderia estar restrita ao controle de uma elite despótica.

Não acredito que os mecanismos de cooptação, sempre existentes na alta burocracia de Estado, fossem os únicos responsáveis pelo fortalecimento do estamento burocrático, mas eles, certamente, tiveram um peso decisivo no rumo dos acontecimentos. Como sintoma de autoritarismo do Estado, Simon Schwartzman afirma que "os sistemas de cooptação ocupam um lugar intermediário entre os sistemas corporativos e a política aberta de grupos de interesse. Quando são efetivos, tendem a reduzir o conflito político pela limitação de seu escopo, ao estabelecer monopólios irredutíveis de privilégios" (10)

O monopólio de privilégios é claramente visível no destaque dos membros da Assessoria, durante a gestão de Vargas, e nos mem-

bros da Elite cosmopolita, à partir de agosto de 1954. Segundo o referido autor, o preço da política de cooptação é a "busca do controle de agências governamentais como fonte para o exercício do clientelismo, tanto para os que já possuíam poder, como para a incorporação de novos grupos, e também para a expulsão dos antigos".(11)

Tanto Maria do C.Campello de Souza quanto Simon Schwartzman acreditam que a cooptação política tende a predominar em estruturas governamentais fortes. Assim, teríamos, no país, desde a década de 30, segundo os referidos autores, uma situação de patrimonialismo político. Vale dizer, "um sistema de participação politicamente débil, dependente, controlado hierarquicamente de cima para baixo".(12)

Para Karl Marx, o mistério da burocracia é resguardado através de sua estrutura de corporação, enquanto que a idolatria da autoridade, legitima a permanência (dos burocratas) no poder. Resultando de um processo de formação da administração dos recursos e do próprio Estado, os mecanismos de cooptação, mais do que aqueles de representação, consistiram para a burocracia o principal veio de sustentação e de sobrevivência.

Dessa maneira, pensar em Estado implica na criação de estruturas organizacionais capazes de mobilizar recursos e desenvolver gigantescas capacidades extrativas e produtivas, incorporando grande parte da riqueza territorial e de seus recursos humanos. Confirmando a teoria weberiana, o que caracteriza o patrimonialismo brasileiro, afirmam Simon Schwartzman e Antônio Paim, é a ascendência do empenho racionalizador na esfera econômica.(13)

A ênfase nos mecanismos de cooptação refere-se ao fato que "quanto mais íntima a participação do líder na burocracia governamental, maior sua força política, já que terá mais recursos para manter e controlar sua base política".(14)

O desenvolvimento, em 1950, se transforma num projeto político. Para alguns tratava-se do projeto político da burguesia industrial nacional com o auxílio do Estado. Para outros, tratava-se da modernização do mercado interno com o fortalecimento da burguesia industrial internacional. Na primeira hipótese, explicitada no primeiro número da revista Cadernos de Nosso Tempo (dezembro de 1953), caberia à burguesia industrial, suplantando a hegemonia da burguesia agro-exportadora fazer uma aliança com as classes trabalhadoras. O Estado serviria como mediador, auxiliando através da intervenção em setores cuja capacidade de inversão ultrapassaria a possibilidade desta burguesia. Agindo como consciência crítica, a "intelligentsia técnica" representada pelos ibespianos acompanharia os diferentes momentos conjunturais e as etapas faseológica do processo de desenvolvimento.

Ao projetar, naquele momento, o desenvolvimento num novo setor industrial, o Executivo, rodeado por técnicos e aconselhado por intelectuais ibespianos, arriscava somente projetar um agente não existente de fato, um agente imaginário: a burguesia industrial. Ao longo do trabalho enfatizei o processo de desalojamento das montadoras, provocado por medidas do Executivo, visando a implantação da indústria automobilística no país. A contradição reside no momento considerado como fim da fase industrial leve, dentro da substituição de importações, e a pro-

moção da indústria de bens de consumo durável. Segundo Robert R. Kaufman, "os esforços para promover este novo tipo de investimento exacerbam os conflitos que não podem ser contidos pelos governos eleitos popularmente ou por regimes competitivos (...) envolvendo uma reestruturação fundamental da economia industrial e de sua relação com outros setores da economia doméstica e com a ordem econômica internacional".(15)

Para vários autores, o fim da fase inicial da industrialização

foi associado com mudanças que diminuiram as oportunidades da elite de acomodar as exigências políticas e econômicas "populistas" no sistema. O ramo automobilístico, inclui, no novo momento, apenas um segmento composto por "bens de produção" tais como produtos petroquímicos e aço, maquinaria e equipamentos pesados.(16) Robert R. Kaufman considera que a transição para o novo momento industrial no Brasil foi relativamente suave, durante a década de 50, com elevados investimentos estrangeiros. (17) Existe, no entanto, unanimidade, por parte de vários autores, em considerar que houve, um recrudescimento do autoritarismo no pós-guerra, em toda a América Latina.

Ainda que tendo o Estado como promotor da mudança, as críticas iniciais que os liberais fazem da sociedade admitem inclusive a transformação estrutural da sociedade. A necessidade da reafirmação do liberalismo econômico ou do retorno da política governamental intervencionista, percebidos como modernização ou transformação, era percebida por todos os segmentos da tecnocracia, como pelas elites econômicas do país. Dessa maneira, ao se iniciar a década de 50, a tecnocracia já apresentava um perfil ideológico bastante representativo de seus grupos de sustenta-

ção, tanto dentro como fora do aparelho do Estado. Para James R. Kurth "em contraste com o sistema democrático, um regime autoritário era mais capaz de destruir os sindicatos trabalhistas, reprimir salários e a demanda dos consumidores e assim espremer o capital para fora da classe trabalhadora a fim de financiar os novos setores de bens de capital. Em apoio ao regime autoritário estavam, portanto, as elites econômica, burocrática e tecnocrática".(18)

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico- BNDE aparece, no início da década de 50, como uma realização máxima das atividades tecnocráticas centralizadoras e de captação de recursos iniciadas na década de 30. Não há como negar que, em seu positivismo, Getúlio Vargas transferira, finalmente, parte de seus poderes decisórios para a tecnocracia.

Resguardava-se, entretanto, o direito de controlá-la através do recurso à nomeação e substituição de chefias, mantendo aqueles mais sintonizados com sua linha de ação. O que se percebe, ao longo desse estudo, é a crescente mobilização da tecnocracia com outros setores organizados da sociedade, como se buscasse sustentação fora do Estado, para aumentar seu campo de poder. Entre estes setores vemos: burguesia comercial, alguns setores das Forças Armadas, bem como da Igreja. A busca de solidariedade externa, sem o beneplácito do Chefe do Executivo assume, aqui, o tom de rebelião.

Os burocratas, segundo Claude Lefort, não podem ser analisados como tolhidos pela estrutura técnica da instituição à qual eles pertencem, eles moldam sua própria história. Foi possível per-

ceber na análise do presente trabalho que a burocracia tende a adquirir uma dinâmica própria, uma finalidade própria, cuja realização provoca uma mudança na estrutura tradicional de poder da sociedade. A ascendência da elite nacionalista, representada pela Assessoria, bem como a elite cosmopolita, como segmentos da intelligentsia burocrática se formaram em condições históricas específicas de industrialização e de urbanização.

Referindo-se ao Estado Novo, Antônio Paim afirma que Vargas conseguiu fazer de seu governo um centro aglutinador, através de dois processos. O primeiro, nutrindo-se de assembléias, manifestações, plataformas, etc. O segundo, correspondia à ascendência crescente dos técnicos no aparelho governamental, através de comissões e conselhos.⁽¹⁹⁾ O governante consegue, assim, segundo o referido autor, a convergência da inspiração técnica e dos propósitos paternalistas. As operações de intervenção do Estado na economia se fizeram através de conselhos técnicos.

Ao instituir a "Assessoria" e outros conselhos técnicos, ao longo de sua gestão, Getúlio Vargas, em 1951, ainda repetia o mesmo modelo do Estado Novo. A nova geração de técnicos, do início da década de 50, entretanto, não estava mais, dócil aos formalismos do Chefe do Executivo.

As posições governamentais seriam buscadas não tanto como recursos para a implementação de interesses de tipo econômico, mas como forma de mobilidade social e ocupacional per se. Isso significa que a administração pública é vista como um bem em si mesmo, e a organização governamental tem as características de

um patrimônio a ser explorado". Segundo Sérgio Adorno, analisando o burocrata, entre 1860-1870, "o aparelho governamental era utilizado com fins privados, pois os grupos dominantes resistiam em conceber seus interesses políticos-econômicos em termos comuns".(20) É possível dizer que o mesmo ocorria para o tecnocrata do início da década de 50.

Desde a criação das faculdades de Direito, os bacharéis constituíam uma verdadeira intelligentsia profissional liberal que, promovia, através da cooptação, alianças entre diferentes grupos, sedimentando, assim, ao longo dos anos, seu papel de mediador entre poder doméstico e poder público. Quanto mais íntima a participação do líder na burocracia governamental, maior sua força política externa.(21) Assim, uma das conclusões importantes que poderiam ser extraídas dessa análise seria afirmar que, independente das cores nacionalistas ou cosmopolitas, o elemento central de força ou de poder residiria na posição que o estamento burocrático e sua importância histórico-estrutural para a compreensão do Estado brasileiro.

O grupo cosmopolita, tem raízes, desde a década de 30, em grupos empresariais que defendiam o liberalismo. O liberalismo, no Brasil, como bem demonstrou Sérgio Adorno, sempre teve conotações conservadoras, aliando-se, inclusive, ao patrimonialismo já presente na estrutura do Estado. Maria Helena Capelato demonstra, através do estudo da imprensa paulista, na década de 30, as dificuldades de acomodação das tendências liberais de grupos empresariais e das oligarquias fundiárias de São Paulo com o autoritarismo de Estado.(22) Joseph Demange, por sua vez, indica o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT

-, criado no início da década de 30, por grupos empresariais de São Paulo, defensor da filosofia taylorista de trabalho, a defesa da racionalização e do liberalismo. (23) Os autores acima mencionados, são unânimes em confirmar a ambivalência do liberalismo no Brasil, desde o Império. Sérgio Adorno caracteriza esta ambigüidade como parte da natureza eminentemente instrumental do liberalismo brasileiro. (24) Instrumental aqui se refere ao seu teor conservador e não-democrático.

Assim, repetindo Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, a burocracia de Estado apresenta-se como um estamento. Tradicionalmente, o recrutamento para atendimento das necessidades burocráticas do Estado era feito entre os bacharéis de Direito. Desde cedo a educação elegeu-se como mecanismo político-ideológico de recrutamento dos agentes incumbidos da direção dos negócios públicos. (25) Substituídos por economistas e engenheiros, no início da década de 50, os burocratas não perdem as características corporativistas que, independente da corrente ideológica defendida, funda o que Simon Schwartzman chamaria de despotismo burocrático.

A burocracia como evolução racional do sistema administrativo e suas tendências autoritárias teve, em Max Weber, seu maior precursor. Alguns autores como Antônio Paim, demonstram apoio explícito aos novos grupos tecnocráticos no poder, vale dizer, à elite cosmopolita e a sua superioridade política. Segundo o autor: "Trata-se de que, requerendo o projeto modernizador uma elite estratégica que o acione, nos países subdesenvolvidos essa posição tende a ser assumida pela tecnocracia. No caso brasileiro, o desfecho da Revolução de 1964 seria uma comprovação

eficaz de haver-se constituído no país semelhante elite.(26) A tecnocracia surge, aqui, estreitamente correlacionada com a ideologia de uma intelligentsia vitoriosa...

Ainda que integrando o corpo de doutrinas de tendências liberais, o nacionalismo, no Brasil, fundou em suas práticas um comportamento político com características próprias. O nacionalismo industrial-desenvolvimentista do início da década de 50 não é desprovido das tonalidades românticas positivistas ou do criticismo ao cosmopolitismo, típico dos integralistas da década de 30. Ambos receavam que uma cosmopolitização de nossa economia resultasse na adulteração de nossa unidade cultural.

Acredito, entretanto, importante aliar a determinação do tipo do nacionalismo em função dos principais agentes sociais responsáveis pelas práticas consideradas como tal. Nessa linha, as finalidades do nacionalismo de Vargas e de sua Assessoria se tornam nítidas como práticas políticas intervencionistas reformistas. Estas práticas são reconhecidas nos principais projetos do grupo, tais como: Petrobrás, Eletrobrás, restrições a importações e a remessas de lucros, etc. O slogan "O petróleo é nosso" demonstra claramente que no Brasil, o sentimento geral e difuso de nacionalismo se relacionava com a "categoria" do nosso. A xenofobia implícita na velha fórmula mostra, naquele momento, um sentimento popular crítico do controle alienígena das fontes ou recursos naturais brasileiros. Por outro lado, é mister lembrar o histórico, no trabalho de Moniz Bandeira, sobre a história das posses dos recursos naturais brasileiros até 1930.

Tais considerações me levam a lembrar a afirmação de Anthony Smith, dizendo que "la función primaria del nacionalismo es la resolución de la crisis de la intelligentsia".(27) A referida crise da intelligentsia nacionalista se faria em virtude da transição provocada pela industrialização, cujas razões já mencionei anteriormente, acionada pela nova fase na substituição de importações.

Por outro lado, a polarização nacionalismo X cosmopolitismo é perigosa porque, além de consistir num reducionismo, oblitera as outras tendências ideológicas, diluindo-as nas duas fórmulas. Ao utilizar-se da força mobilizadora do nacionalismo no Brasil, o Executivo apostava na viabilidade de seu projeto capitalista periférico. Certamente que o movimento de recuperação da economia internacional no pós-Guerra atropelou o projeto industrializante de Vargas. A posse do poder político não constitui, por si só, condição suficiente para aducar a sociedade no bem comum e fazer todos acreditarem na reorganização da sociedade em moldes científicos. A linha romântica dos positivistas fez com que Sérgio Buarque de Holanda os interpretasse como "eternos enamorados do irrealizável, os desejosos do impossível".(28)

Segundo Adalberto Marson "ainda que combinando valorização positiva de fundo emocional com arcabouço teórico, o nacionalismo oferece uma explicação das transformações internacionais que teriam proporcionado um desajuste qualquer na estrutura interna, interferindo na construção da realidade".(29) Existe, assim, segundo o autor, subjacente a todo nacionalismo um grau de tensão. Quer em função dos problemas de conjuntura internacio-

nal ou interna do país, na constituição do capitalismo. O estado de tensão e de conflito, levaria a população a tomar consciência de seus interesses através do nacionalismo. Assim, do nacionalismo como tensão, do nacionalismo como resistência ao cosmopolitismo, na defesa daquilo que é nosso, surgiria o Estado industrial-desenvolvimentista do início da década de 50.

É possível perceber, dessa maneira que o projeto de modernização capitalista dependia, cada vez mais, da presença da burocracia em cargos de direção do Estado. Essa dependência ideológica contribuiu para acentuar o caráter contraditório da dominação nacional-intervencionista. Adaptando o país às necessidades de expansão hegemônica internacional capitalista, através de comissões mistas técnicas, o segmento da burocracia sintonizado com o liberalismo aumentava seu poder político. Deslocando progressivamente burocratas nacionalistas e, finalmente, o próprio governante.

O nacionalismo econômico de Getúlio Vargas e de sua Assessoria, fundamentados em tradições ideológicas castilhistas-positivistas foi responsável por projetos estatizantes na economia. Dessa maneira, a composição interna do grupo nacionalista justificava a defesa de teses estatizantes, intervencionistas, corporativistas. Ao mesmo tempo, buscando aumentar a capacidade industrial do país, o governante e sua Assessoria aceleraram um novo momento econômico no processo de substituição de importações. Ocorre então um momento de perplexidade política: o processo substitutivo de importações implicava em governantes menos autoritários, afeitos às sutilezas e forças de mercado, ao liberalismo econômico. Desalojando a tradicional burguesia comer-

cial importadora, o governante provocava sua própria queda. Clamando pela modernização de mercado, a elite cosmopolita, no interior da burocracia de Estado, vai encontrar na gestão de Juscelino a expressão máxima de seu poder.

Desse modo, os Acordos Atômicos, a formação da Comissão Mista Brasil-Estados-Unidos - CMBEU, a Guerra da Coreia, tomam as formas de momentos históricos importantes para a compreensão do comportamento de nossos agentes sociais. O contexto histórico-econômico é uma grande amálgama onde se formam grupos de interesses quer seja para a defesa de um nacionalismo xenófobo, quer seja a defesa do liberalismo: ambos, entretanto, intervencionistas. Assim, a Assessoria Econômica e os técnicos da CMBEU traduziram a divisão ideológica fundamental em torno da qual proliferaram outras linhas ou variáveis de pensamento.

O apelo à intervenção do Estado inscreve-se nos horizontes da necessidade de preservar o equilíbrio social para as reformas desejadas. Estas, por sua vez, aumentariam, concomitantemente com o espaço decisório, o poder emancipatório do país a nível internacional, atingindo, finalmente, o desenvolvimento com um projeto específico único, acreditando-se que diferentes tendências fossem portadoras de diferentes rumos para o desenvolvimento. (30)

Obviamente que, após o suicídio de Getúlio Vargas, o cosmopolitismo orientará a política econômica do país. Para Luciano Martins, o paradoxo reside no fato de, a máxima mobilização do nacionalismo ocorrer quando a Petrobrás finalmente é aprovada, coincidindo este momento com o seu próprio esvaziamento.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS:

- (1) Lefort, Claude, ob. citada, p.307.
- (2) Idem, p.291 e 299.
- (3) Ibidem, p.309.
- (4) Giddens, Anthony Politics and Sociology in the thought of Max Weber, London, McMillan, 1978, p.18-19.
- (5) Paim, Antônio, A querrela do estatismo, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1978, p.7.
- (6) Schwartzman, Simon, ob. citada, 1970, p.67; Paim, Antônio, ob. citada, p.33; Adorno, Sérgio Da Aprendizagem do Poder: O Bachelarismo Liberal na Política Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.63.
- (7) Giddens, Anthony, ob. citada, p.34.
- (8) Geiger, Theodor - "La Estructura Social de la Intelligentsia" - in - Los intelectuales políticos, Ed. Nueva Visión, Buenos Aires, 1971, pps.120-123; Giddens, A., ob. citada, p.47.
- (9) Giddens, Anthony, ob. citada, p.52.
- (10) Schwartzman, Simon, ob. citada, p.67.
- (11) Idem, p. 136.
- (12) Ibidem, p.37.
- (13) Paim, Antônio, ob. citada, 1978, p.9.
- (14) Schwartzman, Simon, ob. citada, p.33.
- (15) Kaufman, Robert R. "Mudança industrial e governo autoritário na América Latina: uma crítica concreta do modelo autoritário-burocrático" - in - O Novo Autoritarismo na América Latina, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982, p.158.
- (16) Idem, pps.180-193.
- (17) Ibidem, p.211.
- (18) Kurth, James R. "Mudança Industrial e Mudança Política: Uma perspectiva européia" - in - O Novo Autoritarismo na América Latina, ob. citada, p.320.
- (19) Paim, Antônio, ob. citada, 1978, p.74.
- (20) Adorno, Sérgio, ob. citada, p.71.

(21) Schwartzman, Simon, ob. citada, p.39; Adorno, Sérgio, ob. citada, p.78.

(22) Capelato, Maria Helena Os Arcautos do Liberalismo: Imerensa paulista 1920-1945, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989 e Adorno, Sérgio, ob. citada.

(23) Demange, Joseph, ob. citada, p.92.

(24) Adorno, Sérgio, ob. citada, p.74.

(25) Idem, p.142.

(26) Paim, Antônio, ob. citada, p.122.

(27) Smith, Anthony, p.193.

(28) Costa, João Cruz História das Ideias no Brasil, ob. citada, p.229.

(29) Marson, Adalberto, ob. citada, p.66.

(30) Jaguaribe, Hélio, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1962, pps.201-210 e Skidmore, Thomas, ob. citada, p.87. É lícito mencionar, aqui, a classificação elaborada por Hélio Jaguaribe das diferentes tendências ideológicas existentes naquele momento, no Brasil. Segundo o autor, existiria a seguinte taxonomia dos grupos burocráticos: a) desenvolvimentistas-nacionalistas 1. nacionalistas estatizantes 2. nacionalistas-estruturalistas b) desenvolvimentistas-cosmopolitas 1. cosmopolitas-desenvolvimentistas 2. cosmopolitas-monetaristas. Thomas Skidmore adota uma fórmula mais simplificada para as tendências ideológicas. Para ele, existiriam as três tendências: - neo-liberal (Roberto Campos e seu grupo) - nacional-desenvolvimentista (Assessoria e estruturalistas-cepalinos) - radical-nacionalista (Tomás Pompeu Accióly Borges, Ignácio Mourão Rangel, etc.).

BIBLIOGRAFIA:

DEPOIMENTOS

ALMEIDA, Rômulo de Depoimento, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC. Entrevistas de 21.03.1980 e de 25.07.1984.

-----, Entrevista a Ângela Coronel em 1982, Rio de Janeiro, Arquivo BNDES.

-----, Rômulo voltado para o futuro, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil (entrevistas concedidas a grupos de trabalho da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia), 1986.

ARCHER, Renato Depoimento, 1977-1978, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC, 1979.

BORGES, Tomas Pompeu Accioly Depoimento, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC, 1981.

BULHÕES PEDREIRA, José Luiz de História do BNDES, Entrevista a Ângela Coronel, Rio de Janeiro, Arquivo BNDES.

CASTILHOS, Júlio Prates de Idéias Políticas de Júlio de Castilhos, (textos selecionados por Paulo Carneiro), Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília, Senado Federal, 1981.

FURTADO, Celso M. A Eantasia Organizada, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de O General Góes depois... 1 depoimentos tomados por L. Coutinho, Rio de Janeiro, Livraria Ed. Coelho Branco, 1955.

GUERREIRO RAMOS, Alberto Depoimento, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC, 1981, Registro em 1985.

JAGUARIBE, Hélio "ISEB - um breve depoimento e uma reapreciação crítica" - in - Cadernos de Opinião, Nº14, 1979.

LIMA SOBRINHO, Barbosa Depoimento, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC, E-31, H.O. em 15.08.1977.

LOPES, Lucas Entrevista a Bernard Matta Machado e Jussara Frizera em 3.02.1986, pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG. Entrevista realizada no Rio de Janeiro.

----- Depoimento, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV e Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade, 1988.

NEVES, Tancredo Tancredo fala de Getúlio (depoimento de Tancredo Neves a Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos), Rio de Janeiro, Programa de História Oral, FGV/CPDOC, 1986.

Editores L & PM Ltda., Porto Alegre, RS e São Paulo, 1986.

PAIVA LEITE, Cleantho de Depoimento, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC, 1983. Registro em 1986.

----- Entrevista a Ângela Coronel em 1984, Rio de Janeiro, Arquivo BNDES.

PEIXOTO, Ernâni do Amaral Depoimento, 1977-84. Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC, 1985, E-66.

RANGEL, Ignácio Mourão Entrevista a Ângela Coronel. Depoimento sobre os 30 anos do BNDES, realizada em 11.02.1982, Rio de Janeiro, Arquivo BNDES.

RIBEIRO, Casemiro Depoimento 1975-1979, Rio de Janeiro, Arquivo de História Oral, FGV/CPDOC, 1981.

SOARES PEREIRA, Jesus O homem e sua ficção, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1988.

----- Petróleo, energia elétrica, siderúrgica: a luta pela emancipação [organizado por Medeiros Lima], Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck História do ISEB 1. Formação (1976, Nº1); 2. Crise (1977); 3. Eschamento (1978). revista Ibmaz de Ciências Humanas, São Paulo.

TEIXEIRA, Henrique Carneiro Leão. Entrevista a Ângela Coronel em 29.03.1982. Depoimento sobre a história do BNDES, Arquivo BNDES, Rio de Janeiro.

VARGAS, Getúlio Dornelles 'Discursos' - in - O Governo Itabaibista do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1969, Vol.III e IV.

WAINER, Samuel Minha razão de viver: memórias de um repórter, Rio de Janeiro, Editora Record, 1988.

LIVROS CONSULTADOS:

ABREU, Alzira A. Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB, Paris, Université René Descartes, 1975, mimeo, tese de doutorado.

ALMEIDA, Rômulo de O Nordeste no Segundo Governo Vargas, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil (criação e implantação do BNB), Fortaleza, 1985.

ARAÚJO, R.B. de In Medio Virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1988.

- ARAÚJO LIMA, Cláudio de Mito e realidade de Vargas, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S:A., 1955.
- BANDEIRA, Moniz Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973.
- BARCELLOS, T.M.M.(org.) A política social brasileira 1930-1964: a evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Fundação de Econ. e Estatística, 1983.
- BASTOS, Tocary Assis O Positivismo e a realidade brasileira, Belo Horizonte, Estudos Sociais e Políticos 25, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1965. Faculdade de Direito de Minas Gerais.
- BENEVIDES, M.V.M.de A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro 1945-1965, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1981.
- O Governo Kubitschek: Desenvolvimento e estabilidade política, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.
- BOITO Jr., Armando O populismo em crise - 1953-55, Campinas, tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1976.
- BONILLA, Frank "A National Ideology for Development: Brazil" - in - Expectant peoples: Nationalism and Development, New York, Random House, 1963.
- BOSCHI, Renato Raul Elites industriais e Democracia, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.
- BRANDI, P. Vargas: da vida para a história, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1983.
- BRESSER PEREIRA, L.C. Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1964, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- Estado e subdesenvolvimento industrializado, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira Do outocollado da cêrca, Rio de Janeiro, Editora APEC, 1968.
- Ensaio de História Econômica e social, Rio de Janeiro, Editora APEC, 1976.
- CÂNDIDO, Antonio "Da Vingança" - in - Isse e Antítese. ensaios, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964.
- CANETTI, Elias Massa e Poder, Brasília, UnB/Ed. Melhoramentos, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique "As idéias e seu lugar" - in - Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento, Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- & FALETTO, Enzo Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Ed. Zahar,

1973.

-----Empresariado Industrial e desenvolvimento econômico. São Paulo, Difel, 1964.

-----Política e desenvolvimento em Sociedades Dependentes, São Paulo, mimeo, tese para concurso de Cadeira de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1968.

CARDOSO, Miriam Limoeiro Ideologia do desenvolvimento - Brasil JK-JR, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARVALHO FRANCO, M.S. "O Tempo das Ilusões" - in - Ideologia e mobilização popular, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

CHAUI, Marilena "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" - in - Ideologia e Mobilização Popular, Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.

COHN, Gabriel Estróteo e Nacionalismo, São Paulo, Difel, 1968.

COSTA, Bernardino V. Vargas, a mocidade e a Pátria, Rio de Janeiro, sem editora, 1951.

CRUZ COSTA, João Augusto Comte e as Origens do Positivismo: Origens da filosofia e da política de Augusto Comte, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959.

----- Contribuição à História das Idéias no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967.

----- O Positivismo na República: Notas sobre a história do positivismo no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

DEBERT, Guita G. A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no ISEB e na ESB, São Paulo, tese de doutorado, Univ. de São Paulo, 1986.

DECCA, Edgar de O silêncio dos vencidos, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

DEMANGE, Joseph Nilson Burocracia de Estado e Capitalismo no Brasil, São Paulo, tese de doutoramento, Universidade de São Paulo - U.S.P. - 1980.

DRAIBE, Sonia Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, R.A. 1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe, Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan A sociologia no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

- O sociologia numa era de revolução social,
Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1976.
- FONSECA, Pedro C. Dutra Vargas: O capitalismo em construção,
São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa Julio de Castilhos e sua época, Porto
Alegre, Editora Globo, Coleção Província, 1967.
- FURTADO, Celso M. Passagem Introdutória ao Desenvolvimento: enfoque
interdisciplinar, São Paulo, Editora Nacional, 1980.
- FLYNN, Peter Brazil: A Political Analysis, London, The General
Publ. Company, 1978.
- GEERTZ, C. "Ideology as a Cultural System" - in - Ideology and
Discontent, New York, Free Press, 1964.
- GOMES, Ângela de Castro A Invenção do Trabalhismo, São Paulo,
Editora Vértice, Ed. dos Tribunais, Rio de Janeiro, IUPERJ,
1988.
- GUERREIRO RAMOS, A. A Redução Sociológica, Rio de Janeiro, Edi-
tora do ISEB, 1958.
- O Problema Nacional do Brasil, Rio de Ja-
neiro, Editora Saga, 1960.
- GUILHERME, O. O Brasil e a era atômica, Rio de Janeiro, Editó-
rial Vitória, 1957.
- HIRSCHMAN, Albert Rival Views of Market Society and other cer-
tain essays, New York, Viking, Penguin Books Ltd., 1986.
- IANNI, Octávio O Colapso do Populismo no Brasil, Rio de Janeiro,
Editora Civilização Brasileira, S.A., 1971.
- O Estado e Capitalismo: estrutura social e in-
dustrialização no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. (?), 1965.
- JAGUARIBE, Hélio Desenvolvimento econômico e desenvolvimento
político, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969.
- LAFER, Celso "O Planejamento no Brasil: observações sobre o
Plano de Metas (1956-1961)" - in - Planejamento no Brasil,
org. por Betty M. Lafer, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970.
- LEME, M.S. A ideologia dos industriais brasileiros 1919-1945,
Petrópolis, Vozes, 1978.
- LENHARD, A. Sacralização da política, Campinas, Editora Campus,
1986.
- LIMA, Valentina da Rocha Getúlio: uma história oral, Rio de Ja-
neiro, Editora Record, 1986.
- LINS, Ivan História do Positivismo no Brasil, São Paulo, Cia.
Editora Nacional, 1964.

- Persepectivas de Augusto Comte, Porto Alegre, Ed. Livraria São José, 1965.
- MALTA, O. Os tenentes na revolução brasileira, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1969.
- MADI, Maria Alejandra C. A Vanguarda do Pensamento Conservador, Campinas, tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- MARTINS, Luciano Envoic et développement économique - formation et évolution des structures politiques au Brésil, Paris, Anthropos, 1976.
- MONTE ARRAES, R. de O Rio Grande do Sul e as suas instituições governamentais, Brasília, Introdução de Antônio Paim. Biblioteca do Pensamento Político Republicano, Vol.12. Universidade de Brasília, 1981.
- NAVARRO DE TOLEDO, Caio ISER: fábrica de ideologias, São Paulo, Ática, 1978.
- PAIN, Antônio e BARROS, Reynaldo "Correntes e temas políticos Contemporâneos" - in - Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro: A opção totalitária. Brasília. Organização de Antônio Paim, Universidade de Brasília, 1982.
- O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1979.
- e Cruz Costa, João O Apostolado Positivista e a República, Brasília, Editora Universidade de Brasília, ano (?)
- "Principais linhas do Pensamento Político Brasileiro Contemporâneo" - in - Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- PECAUT, Daniel Les intellectuels au Brésil: de la construction de la société à celle de la démocratie, Paris, Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux, 1986.
- PICALUGA, I.F. Partidos políticos e classes sociais: O UDN na Guanabara, Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- RIEDINGER, E.A. Como se faz um presidente: a campanha de J.K. trad. de R. Raposo, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1988.
- REIS, Aarão "O regime político e o papel do Estado" - in Plataforma Política do Positivismo Ilustrado. Organização de Antônio Paim, Brasília, Universidade de Brasília, 1981. Biblioteca do Pensamento Político Republicano, Vol.5.
- RODRIGUES, Ricardo Vélez "A ditadura republicana segundo o Apostolado positivista" - in - Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

- "Castilhismo" - in - Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- ROMANO, Roberto Brasil: Igreja contra Estado, São Paulo, Ed. Kairós, 1979.
- SAES, Décio Classe média e sistema político no Brasil, São Paulo, Ed. T.A. Queiróz, 1984.
- SALLES, Dagoberto As razões do nacionalismo, São Paulo, (Inquéritos Parlamentares: Energia Atômica, American Canco, Esso Shell), Editora Fulgor, 1959.
- SCHWARTZMAN, Simon Formação da Comunidade Científica no Brasil, São Paulo, Ed. Nacional/Finep, 1979.
- SCHMITTER, Philippe C. Interest, Conflict and Political Change in Brazil, Stanford, Stanford University Press, 1971, C.A.
- SINGER, Paul "A política das classes dominantes" - in - Política e Revolução social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
- SKIDMORE, T.E. Politics in Brazil: 1930-1964: an experiment in Democracy, Oxford, Oxford University Press, 1967.
- SOARES D'ARAÚJO, M.C. e II Imeasse na Democracia Brasileira 1951-1954: Coletânea de Documentos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- O Segundo Governo Vargas - 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SOLA, Lourdes The Political and Ideological constraints to Economic Management in Brazil 1945-1962, Oxford, University of Oxford, tese de doutorado, mimeo, 1982.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964), São Paulo, Editora Alfa-Omega Ltda., 1976.
- TAVARES, Maria da C. Da substituição de impectações ao capitalismo financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- TRINDADE, Hélgio Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30, São Paulo, Difel, 1974.
- TREVISAN, M.J. 50 anos em 5... A FIESP e o desenvolvimentismo, Petrópolis, Editora Vozes, 1986.
- VIANA, A.L.D'A. O BNDE e a industrialização brasileira 1952-1961, Campinas, tese de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1981.
- VIANA, M.D'A. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no II Vargas, Brasília, tese de mestrado, UnB, mimeo, 1980.

VIANNA, Sérgio Besserman A política econômica no Segundo Governo Vargas, 1951-1954, Rio de Janeiro, Ed. BNDES, 1987.

VIEIRA PINTO, Álvaro A ideologia e o desenvolvimento nacional, Rio de Janeiro, Editora do ISEB, 1960.

WEIS, Warren Michael Roots of estrangement: The United States and Brazil, 1950-1964, Ohio, The Ohio State University, mimeo, tese de doutorado, 1987.

BIBLIOGRAFIA TEÓRICA

BENICHOU, Paul Le temps des prophètes - Doctrines de l'âge romantique, Paris, Gallimard, 1977.

BOURDIEU, Pierre A Economia das trocas simbólicas, São Paulo, Editora Perspectivas, 1982.

----- Esquisses d'une Théorie de la pratique, Paris, Librairie Droz, 1972.

----- The Social Space and the Genesis of Groups, Social Science Information (SAGE), London, Beverly Hills and New Delhi, 24.2, 1985.

CARDOSO, Miriam Limcoiro La construcción de conocimientos: cuestiones de teoría y método, México, Ediciones Era, 1977.

ECKBERG, D.L. & HILL, L. "The Paradigm concept and Sociology: A Critical review" - in - Paradigms & Revolutions, Indiana, Ed. by G.Gutting, Univ. of Notre Dame Press, 1980.

EISENSTADT, S.N. "Intellectuals and Tradition", Daedalus, Spring, 1972.

GADAMER, H.-G. "Prefácio à Segunda Edição" - in - Truth and Method, London, Crossroad Publishers, 1965.

FOUCAULT, Michel A arqueologia do Saber, Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1986.

----- Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986.

GEERTZ, Clifford "The way we think now: toward an Ethnography of Modern Thought" - in - Local Knowledge, New York, Basic Books Inc./Harper, 1983.

GIDDENS, Anthony Politics and Sociology in the thought of Max Weber, London, The MacMillan Press Ltd., 1978.

GILBERT, F. Intellectual History: its aims and Methods, Daedalus, Winter 1971 - Historical Studies Today.

GOULDNER, Alvin The Coming Crisis of Western Sociology, London, Heinemann Publ., 1972.

- HEIDEGGER, M. *L'Être et le Temps*, Paris, Gallimard, 1964.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1982.
- LEACH, Edmund R. *Glimpses of the unmentionable in the history of British Social Anthropology*, London, Ann. Rev. Anthropol., 1984, 13:1-23.
- MAGALHÃES-VILHENA, V. *de Utopia e utopistas franceses do século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- MANNHEIM, Karl *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MASTERMAN, Margaret "A natureza de um paradigma" - in - *A Crítica e o desenvolvimento do conhecimento*, São Paulo, EDUSP, 1979.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia alemã*, Lisboa, Edições Avante, SARL, 1981.
- *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo, Escriba, 1968.
- MAZZARINO, Cardinale *Breviario dei Politici*, Milano, Rizzoli Editore, 1981.
- MOORE, Barrington *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Cosmos, 1975.
- MULKAY, Michael *Science and the Sociology of Knowledge*, London, Ed. Allen & Unwin, 1979.
- PIAGET, Jean "Introduction" - in - *Psychogenèse et histoire des Sciences*, Paris, Flammarion/Nouvelle Bibliot. Scientifique, 1983.
- RABINOW, Paul "Representations are social facts: modernity and post-modernity in Anthropology" - *Writing Culture*, Berkeley, Univ. of California Press, 1986.
- RIKOEUR, Paul *Interpretação e Ideologias*, Lisboa, Livraria Francisco Alves Ed., 1977.
- "The model of the text: meaningful action considered as a text" - in - *Interpretive Social Science*, Berkeley, Edited by P. Rabinow and W.M. Sullivan, Univ. of California Press, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos *Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978.
- SCHUTZ, Alfred *The Phenomenology of the Social World*, Evanston, Northwestern Univ. Press, 1967.
- SENNET, Richard *Les tyrannies de l'intimité*, Paris, Seuil.

VENTURI, F. Les intellectuels, le peuple et la révolution (le populisme russe au XIX siècle), Paris, Gallimard, 1984.

TAYLOR, C. "Interpretation in the Sciences of Man" - in - Interpretive Social Science: A Reader, Berkeley, Ed. by P. Rabinow & W.M. Sullivan, Univ. of California Press, 1986.

TYLER, Stephen A. "Post Modern Ethnography: from Document of the Occult to Occult Document" - in - Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography. Ed. by James Clifford and George E. Marcus, Los Angeles, Univ. of California Press, 1984.

VEYNE, Paul Emcault revolucionária a história, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.

WEBER, Max Economia y Sociedad, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1967.

ARTIGOS E ENSAIOS

ALMEIDA, Rômulo. Entrevista à revista "VEJA" em 15 de setembro de 1976.

BASTIDE, Paul Arbousse "Sur le positivisme politique et religieux au Brésil", Paris, Romantisme, Nº23, 1979.

BENSAUDE-VINCENT, Bernadette "Les savants au pouvoir", Paris, Romantisme [Le(s) Positivisme(s)], Nºs 21-22, 1978.

BRAGA, Odilon Monopólio estatal e Lixce emergente, São Paulo Revista "Digesto Econômico", abril de 1952.

CAMPOS, Roberto de Oliveira Considerações sobre a vocação mineira do Brasil, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº130, 1956.

----- Observações sobre a Teoria do Desenvolvimento Econômico, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº100, 1953.

----- O Desenvolvimento Econômico do Brasil, São Paulo, "Digesto Econômico", julho de 1952.

----- Planejamento do Desenvolvimento Econômico de países sub-desenvolvidos, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº89, abril 1952.

CARDOSO, F.H. Originalidade de uma cópia: a idéia de desenvolvimento da CEPAL, Chile, Revista da CEPAL Nº2, Segundo Semestre de 1977.

----- Populismo: uma crise no Estado, São Paulo, Ed. Brasiliense, Cadernos Debate Nº1, 1976.

COSTA PINTO, L.A. As classes sociais no Brasil: padrão tradicional e mudanças recentes, Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Ciências Sociais, março de 1963, Nº1.

- GUDIN, Eugene Eletrobrás, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº 167, set./outubro 1962.
- LÉFORT, Claude "Qu'est-ce que la Bureaucratie?" - in - éléments d'une Critique de la Bureaucratie, Droz, Paris, 1971.
- LESSA, C. Quinze anos de política econômica, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, Editora Brasiliense, Nº4, 1975.
- LOPES, Lucas Neoliberalismo e Estatismo, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº168, nov./dezembro 1962.
- MARTINS, C.E. Aspectos políticos da revolução Brasileira, Rio de Janeiro, Revista Civilização Brasileira, Nº...
- Brasil-Estados Unidos dos 60 aos 70, São Paulo, Cadernos CEBRAP Nº9, 1979.
- MARTINS, Luciano Formação do empresariado industrial no Brasil, Rio de Janeiro, Revista Civilização Brasileira, Nº3, 1978.
- A Gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil - 1920-1940. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Nº4, Vol.2, junho de 1987.
- PAIM, Antônio "Introdução" - in - Biblioteca do Pensamento Político Republicano, Coleção Pensamento Político Republicano, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- "Introdução" - in - O Rio Grande do Sul e as suas instituições governamentais, Brasília, Biblioteca do Pensamento Político Republicano, Editora Universidade de Brasília, Vol.12, 1982.
- MOISÉS, J.A. A greve dos 300.000, São Paulo, Editora Brasiliense, Caderno CEDEC Nº2, 1978.
- PAIVA, Glycon de A promessa de lucros e os investimentos estrangeiros no Brasil, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº163, 1962.
- Dependência do Brasil do Subsolo estrangeiro, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº100, março de 1953.
- Investimentos internacionais privados, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº122, março/abril 1955.
- Nacionalismo e Petróleo, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº183, maio/junho 1965.
- O Problema do petróleo - regime legal e produção de petróleo, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº107, 1953.
- Principais obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº207, 1969.
- Realidade conjuntural brasileira: condições de desenvolvimento, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº157, 1961.

PERROT, Michelle "Note sur le positivisme ouvrier", Paris, Romantisme, [Le(s) Positivisme(s)], Ns.21-22, 1978.

ROCHA, Euzébio Petróleo: um despojamento à Nação, São Paulo, Cadernos de Debate Nº4, 1976.

SARMANHO, Walder O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Revista de Ciências Econômicas, Ano X, Nº71, junho/set. 1954.

SCHWARTZMAN, Simon Representação e cooptação política do Brasil, Rio de Janeiro, Revista DADOS, IUPERJ, Nº2, 1970.

SOARES, Gláucio A.D. A nova industrialização e o sistema político brasileiro, Rio de Janeiro, Revista DADOS, IUPERJ, Nº2/3, 1967.

TORRES, Ary Frederico Aliança para o Progresso?, São Paulo, "Digesto Econômico", Nº172, julho/agosto 1963.

WEIS, W.M. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o mito da relação especial, Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Política Internacional, Nº115/116, 1966/2.

WILLIAMS, Margaret Todaro "Integralism and the Brazilian Church" - in - History of the American Historical Association - HARR, Vol.54, Nº3, August 1974.

PERIÓDICOS CONSULTADOS:

ANHEMBÍ, Editoriais, 1951-1954, São Paulo.

Cadernos de Nossa Tempe, 1953-1955, Rio de Janeiro.

Conjuntura Econômica, 1951-1954, Rio de Janeiro.

Digesto Econômico, 1950-1955, Rio de Janeiro.

O Observador Econômico e Financeiro, 1950-1955, Rio de Janeiro.

Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1953-1955, Rio de Janeiro.

Revista do Conselho Nacional de Economia, 1951-1954, Rio de Janeiro.

JORNAIS CONSULTADOS:

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1949-1950.

Jornal O Estado de São Paulo, 1953-1954, São Paulo.

ARQUIVOS CONSULTADOS:

Arquivo da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Centro de Pesquisa, de Documentação e de História Contemporânea, Arquivo Documental e Arquivo de História Oral;

Arquivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNDES, Rio de Janeiro;

Arquivo do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro;

Arquivo Municipal de Rio Claro, Rio Claro, Estado de São Paulo;

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro;

Arquivo de alunos - Universidade de São Paulo e Pontifícia Uni-
versidade Católica de São Paulo: 1962-1978.

ENTREVISTAS DA AUTORA:

Almeida, Rômulo. Setembro de 1988, Rio de Janeiro.

Câmara, José Sette. Setembro de 1988, Rio de Janeiro.

Paiva Leite, Cleântho de. Janeiro e maio de 1989, Rio de Janeiro.

Rangel, Ignácio Mourão. Maio de 1989, Rio de Janeiro.